

Claudia Baeta Leal  
Luciano dos Santos Teixeira  
Márcia Chuva

Volume | 1

## Patrimônio Cultural







Fundação

**CECIERJ**

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

## Patrimônio Cultural

Volume 1

Claudia Baeta Leal  
Luciano dos Santos Teixeira  
Márcia Chuva



**GOVERNO DO  
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE  
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da  
Educação

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



**FAPERJ**

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

# Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Claudia Rodrigues

## Material Didático

### ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Claudia Baeta Leal

Luciano dos Santos Teixeira

Márcia Chuva

### COORDENAÇÃO DE

### DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

### SUPERVISÃO DE

### DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Flávia Busnardo

### DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

### E REVISÃO

Gabriel Ramos

Henrique Oliveira

Paulo Alves

### AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

## Departamento de Produção

### EDITOR

Fábio Rapello Alencar

### COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

### REVISÃO TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes

Carolina Godoi

Elaine Bayma

Patrícia Sotello

Thelenayce Ribeiro

### COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Bianca Giacomelli

### DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

### PROGRAMAÇÃO VISUAL

André Guimarães Souza

Juliana Fernandes

### ILUSTRAÇÃO

Bianca Giacomelli

### CAPA

Clara Gomes

### PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2012, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

L435p

Leal, Claudia Baeta.

Patrimônio cultural. V. 1. / Claudia Baeta Leal, Luciano dos Santos Teixeira, Márcia Chuva. - Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2014.  
320 p. ; 19 x 26,5 cm

ISBN: 978-85-7648-913-9

1. Patrimônio cultural. I. Teixeira, Luciano dos Santos. II. Chuva, Márcia. III. Título.

CDD: 306.4

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.  
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



# Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador  
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia  
Gustavo Reis Ferreira

## Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO  
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA  
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE  
Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO  
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO  
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO DE JANEIRO  
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO  
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca



<b>Aula 1</b>	– O patrimônio cultural: memórias e identidades	7
	Luciano dos Santos Teixeira	
<b>Aula 2</b>	– Estados Nacionais e patrimônio cultural no século XIX	53
	Luciano dos Santos Teixeira	
<b>Aula 3</b>	– O Estado e a preservação do patrimônio cultural: a matriz francesa	87
	Luciano dos Santos Teixeira	
<b>Aula 4</b>	– A constituição de um sistema internacional de patrimônio cultural	129
	Claudia Baeta Leal	
<b>Aula 5</b>	– Patrimônio Cultural no Brasil: práticas e instituições	175
	Márcia Chuva	
<b>Aula 6</b>	– Proteção e gestão do patrimônio cultural no Brasil: as cidades em foco	221
	Márcia Chuva	
<b>Aula 7</b>	– O que é o patrimônio arqueológico	269
	Márcia Chuva	
<b>Referências</b>		309



# Aula 1

## O patrimônio cultural: memórias e identidades

*Luciano dos Santos Teixeira*

## Meta da aula

Apresentar os múltiplos significados da expressão *patrimônio cultural*, sua origem, os valores a ele atribuídos e suas implicações sociais.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. definir a noção de patrimônio cultural e suas origens históricas;
2. explicar por que o ato de patrimonializar é uma prática cultural seletiva, determinada historicamente;
3. relacionar a noção de patrimônio cultural com o surgimento da noção moderna de memória social;
4. diferenciar os conceitos de patrimônio material e imaterial;
5. relacionar o patrimônio cultural com os valores ligados à identidade de grupos sociais;
6. identificar os patrimônios a partir de seus objetos e por sua área de abrangência;
7. identificar questões contemporâneas surgidas, a partir do conceito de patrimônio cultural.

## INTRODUÇÃO



**Figura 1.1:** A Coroa Imperial do Brasil, em exibição no Museu Imperial de Petrópolis (RJ).

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/97/Brazilian\\_Imperial\\_Crown2.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/97/Brazilian_Imperial_Crown2.jpg)



**Figura 1.2:** O Ídolo de Iguape, estatueta de aproximadamente 2.500 anos, descoberta em Iguape (SP), em 1906. Exposto no Museu do Ipiranga (SP).

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d8/Idolo\\_antropomorfo\\_de\\_Iguape\\_localizado\\_por\\_Ricardo\\_Krone\\_em\\_1906.jpg/800px-Idolo\\_antropomorfo\\_de\\_Iguape\\_localizado\\_por\\_Ricardo\\_Krone\\_em\\_1906.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d8/Idolo_antropomorfo_de_Iguape_localizado_por_Ricardo_Krone_em_1906.jpg/800px-Idolo_antropomorfo_de_Iguape_localizado_por_Ricardo_Krone_em_1906.jpg)

Quando você pensa em patrimônio cultural, o que vem a sua mente? Talvez a imagem de obras de arte, objetos usados por reis, monumentos, igrejas antigas ou edifícios de grande beleza cruze a sua mente. A ideia de patrimônio, na maioria das vezes, remete-nos a coisas que consideramos importantes para nós, ainda que não saibamos exatamente porque o leque de uma imperatriz ou um pedaço de pedra de milhares de anos seja tão significativo para nós!

Recentemente, o espectro do que se entende por patrimônio parece ter se ampliado ainda mais. Ouvimos notícias de “objetos” os mais diversos e inusitados serem considerados como patrimônios: da capoeira à torcida do Flamengo, do samba aos terreiros.

O tema patrimônio cultural parece frequentar cada vez mais os noticiários. E, ao mesmo tempo, tem adquirido maior prestígio nas universidades, mediante a oferta crescente de cursos e disciplinas sobre o tema. Assim, para compreendermos melhor o que é patrimônio cultural e a razão de sua atual importância, devemos primeiramente analisar essa categoria e tudo o que a envolve.

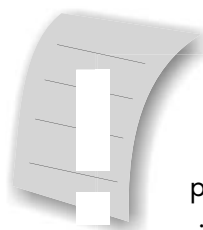
Olhemos, então, mais de perto e detalhemos os elementos fundamentais que constituem a ideia de patrimônio cultural, observando como eles se formaram ao longo do tempo. E, assim, poderemos perceber como este conceito é múltiplo e está intimamente ligado às mais importantes discussões sobre os direitos do homem, a democracia e a globalização.

## **Patrimônio cultural: uma invenção moderna**

A palavra *patrimônio* tem origem jurídica e está ligada à ideia de “Conjunto dos bens, direitos e obrigações de uma pessoa jurídica. /Fig. O que é considerado como herança comum.” [<http://www.dicionariodoaurelio.com/Patrimonio>, acesso em 29/11/2011]. Se pensarmos, então, na expressão *patrimônio cultural*, acrescentamos uma especificidade ao conceito de patrimônio, que inclui a ideia de cultura como um bem valioso a ser transmitido às futuras gerações.

A utilização do termo *patrimônio* para designar o conjunto de bens culturais que devem ser preservados resulta de uma série de transformações históricas que marcaram o processo de modernização ocidental, intensificado no final do século XVIII e ao longo de todo o século XIX.





### **Processo de modernização ocidental**

Entre os séculos XVIII e XIX, a Europa passou por uma série de transformações sociais, econômicas e culturais que mudaram a face do mundo ocidental. O continente sai da Idade Moderna e rumo para uma sociedade industrial e urbana. Alguns autores também chamaram esse período de “Era das Revoluções”, o que indica o impacto desse processo na superação de um mundo rural e arcaico, regido por governos monárquicos absolutistas. Foi neste período que tivemos a Independência dos Estados Unidos (1776) e posteriormente a Independência do Brasil e das colônias espanholas na América, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa (1789-1799), sendo um dos marcos principais a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, inspirada pelos ideais do Iluminismo e do Liberalismo.

A ideia de patrimônio cultural leva em conta a atribuição de valor a certos objetos eleitos como representantes da coletividade. Essa concepção de patrimônio cultural possui duas origens distintas, mas que se complementam. A primeira vem do surgimento da categoria de *monumento histórico*.

## **Monumento e monumento histórico**

Françoise Choay, historiadora da arte francesa e professora de Urbanismo, Arte e Arquitetura na Université de Paris VIII, faz uma distinção fundamental entre *monumento* e *monumento histórico*. Segundo a autora, os monumentos eram construções feitas com a intenção de homenagear e perpetuar a memória dos antepassados,

para as gerações futuras. De fato, a própria palavra “monumento”, na sua origem, é sinônimo de “memória”. As lápides tumulares, os obeliscos, os mausoléus e os arcos do triunfo são exemplos de monumentos. Estas estruturas tinham a função de emocionar e atuar sobre a memória da coletividade para evocar um passado específico. Isso era feito, em muitos casos, através de rituais. Os monumentos podem ser encontrados nas mais diversas civilizações, desde a Antiguidade, e sua função seria de comemorar ou homenagear os mortos, guardando a memória dos antepassados através de rituais de caráter religioso, para as gerações futuras.



**Figura 1.3:** O Partenon, famoso monumento grego, foi um templo da deusa grega Atena, construído no século V a.C.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4b/Acropolis\\_wide\\_view.jpg/800px-Acropolis\\_wide\\_view.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4b/Acropolis_wide_view.jpg/800px-Acropolis_wide_view.jpg)



**Figura 1.4:** Detalhe do templo de Angkor Wat, no Camboja, construído no século XII.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/fd/Awatcornertower01.JPG/451px-Awatcornertower01.JPG>

A ideia de monumento histórico, diferente da ideia de monumento, tem origem e localização mais restritas. Ela surgiu no Ocidente, mais ou menos na época da Revolução Francesa, em grande parte em reação ao vandalismo dos revolucionários que ameaçavam destruir os edifícios históricos na França. O significado

desses monumentos passa a ser o de *testemunha da história* ou de celebração de valores (estéticos, culturais, sociais) com os quais nos identificamos.

Os monumentos, como vimos, tinham uma função objetiva: eles eram construídos *para* celebrar a memória dos ancestrais ou reverenciar os deuses. Já o conceito de monumento histórico é constituído a partir do século XVIII, quando o próprio conceito de História ganha prestígio entre os pensadores da época. Assim, é pelo *olhar* do historiador ou do amante da arte que uma edificação é classificada como monumento histórico. Inclusive, monumentos que foram construídos para uma função de rememoração, homenagem ou celebração, em uma determinada época e sociedade, como as pirâmides do Egito ou as catedrais medievais francesas, tornam-se monumentos históricos posteriormente, pois são vistos como o testemunho de uma sociedade, obras de arte e do engenho humano.

O monumento histórico marca uma relação de distanciamento com a tradição e com a memória. Nesse sentido, podemos dizer que o monumento histórico é filho da modernidade. A relação do monumento histórico com o passado é o de *saber*, enquanto o monumento possui uma dimensão predominantemente *afetiva* com o passado.

Por exemplo, quando vamos ao túmulo de um ente querido ou de alguma figura célebre que admiramos, a nossa relação com aquele monumento é bem diferente daquela que estabelecemos quando vamos a um museu, não é? No primeiro caso, a celebração da memória é envolvida por um aspecto afetivo e emocional que a visita a um monumento histórico não necessariamente desperta. Essa mesma distinção pode ser percebida se compararmos a visita de um devoto e um não devoto a um templo religioso. No primeiro, a relação com o lugar desperta sentimentos de respeito, veneração e transcendência que o segundo não sente. O segundo irá admirar o lugar pelo que ele diz de uma época e cultura ou, ainda, pela sua beleza.



**Figura 1.5:** Bar mitzvah em Jerusalém.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/0d/Bar\\_mitzvah\\_at\\_Kotel\\_Jerusa.jpg/800px-Bar\\_mitzvah\\_at\\_Kotel\\_Jerusa.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/0d/Bar_mitzvah_at_Kotel_Jerusa.jpg/800px-Bar_mitzvah_at_Kotel_Jerusa.jpg)



**Figura 1.6:** Basílica de Santiago.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/6c/Bas%C3%ADlica\\_de\\_Santiago\\_02.JPG/450px-Bas%C3%ADlica\\_de\\_Santiago\\_02.JPG](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/6c/Bas%C3%ADlica_de_Santiago_02.JPG/450px-Bas%C3%ADlica_de_Santiago_02.JPG)

Note como pode ser diversa a relação com um monumento. Para os judeus, o Muro das Lamentações (**Figura 1.5**), em Jerusalém, não é apenas um monumento histórico, visitado por turistas do mundo todo anualmente. Ele é, sobretudo, um local sagrado, de celebração religiosa e cultural. Na foto, temos a celebração de um *bar mitzvah* no local (Foto de Leif Knutsen, de 1978). Algo semelhante ocorre entre os peregrinos que vão à Catedral de Santiago de Compostela, na Espanha, construída no século IX (**Figura 1.6**). Este monumento é ao mesmo tempo um lugar que testemunha o passado da Europa, atraindo milhares de turistas, como também de devoção e expressão da fé. Ali, os cristãos de todas as partes relacionam-se com o lugar de forma mística e afetiva. Lá estão o manto e, supostamente, o corpo de Santiago, apóstolo de Jesus Cristo.

No mundo moderno, cada vez mais o monumento perde espaço para os monumentos históricos, na medida em que a *memória* viva perde importância com o advento das tecnologias de suporte de memória. Em outras palavras, em um mundo onde a escrita suprime cada vez mais as tradições orais, onde, portanto, o ato de lembrar depende cada vez mais de materiais que nos auxiliem a rememorar o passado – os livros, os museus, os arquivos, as bibliotecas e, mais recentemente, os computadores e todas as mídias informatizadas (CD, DVD, tablet etc.) –, diminui-se cada vez mais a necessidade do exercício da memória.

## **Patrimônio cultural e coleções**

A segunda origem da ideia de patrimônio cultural surge na Europa, no século XVIII, a partir da prática das *coleções*. As práticas de *coleccionismo* estão presentes também em todas as sociedades e relacionam-se com bens que, por algum motivo, perderam seu valor de uso, mas mantêm algum *significado*.

As coleções, por exemplo, podem ter como objetos aqueles bens que geralmente têm uma dimensão sagrada. Como exemplos recentes desse tipo de coleção, podemos citar as de arte sacra do Museu do Aleijadinho ou as máscaras africanas de diferentes sociedades – como a Geledê, Egungun na Nigéria, Mapiko em Moçambique e Mukanda em Angola – que passaram a integrar coleções de “arte primitiva” na Europa. Algumas coleções também podem estar vinculadas a alguma demonstração de poder. Por exemplo, o Museu Imperial de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, onde são exibidas peças que remontam ao período da monarquia no Brasil.

Contudo, somente a partir dos séculos XIX e XX é que se assiste a uma nova atitude diante dessas coleções, quando o culto da nação vem substituir os cultos religiosos tradicionais. Nesse novo contexto, as coleções eram mais valorizadas por serem *patrimônios da nação* do que pelo seu caráter religioso. A cultura material – o conjunto daqueles objetos (roupas, utensílios, ferramentas, moradias, entre outros) que expressam os valores de uma determinada cultura –, passa a ser encarada como patrimônio de uma nação, pois ela traduziria, a partir de seus vestígios, a sua identidade nacional. Dessa forma, as coleções passam a integrar os museus e as bibliotecas, com seus ricos acervos, transformando-os em depositários da *herança* dos povos.

Em suma, o patrimônio cultural tem uma origem ligada aos monumentos históricos – edifícios, fortificações, conjuntos históricos, cidades – e outra associada à cultura material, representada sobretudo pelas coleções. Tanto a valorização dos monumentos históricos quanto a da cultura material estão ligadas a uma relação de distanciamento com o passado, que passa a ser visto como algo ameaçado de extinção, ou seja, que pode ser irremediavelmente perdido. Caberia à sociedade o esforço de preservar esse tempo passado, através de seus resíduos e símbolos considerados mais importantes. E, desse modo, garantir a sobrevivência da memória da nação. De um modo geral, esses processos diferentes de patrimonialização, convergiram na definição de um conjunto de bens que passa a ser considerado como o *patrimônio cultural da nação*.



## Atende ao Objetivo 1



Antônio Cruz dos Santos Júnior

**Figura 1.7:** Monumento à Independência da Bahia, em Salvador.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Campo\\_Grande\\_ssa.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Campo_Grande_ssa.jpg)



**Figura 1.8:** O escravo rebelde, de Michelangelo, exposto na coleção de esculturas do Museu do Louvre (França).

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Michelangelo-The\\_Rebellious\\_Slave.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Michelangelo-The_Rebellious_Slave.jpg)

1. Defina patrimônio cultural e descreva as duas origens principais desse conceito.

---

---

---

---

---

---

## Resposta Comentada

A palavra *patrimônio* tem origem jurídica e quer dizer propriedade legada, herança transmitida. A expressão *patrimônio cultural* pode ser definida como um bem cultural valioso a ser transmitido às futuras gerações.

O conceito de patrimônio cultural deriva, de um lado, da noção de *monumento histórico* e de outro, das coleções. O primeiro tem a função de servir como testemunha da história e de preservar valores com os quais nos identificamos. As coleções, cujos acervos estão guardados em bibliotecas e museus, atuam como depositários da memória da nação.

## Patrimonialização: processo social, prática cultural e ato político

Patrimonialização é o processo que leva à eleição de certos bens como *patrimônios culturais*. Mas quem é o responsável por essa eleição e por quê?

Como vimos, a noção de patrimônio cultural está ligada aos mecanismos pelos quais a sociedade seleciona certos bens que ela considera mais significativos do ponto de vista de sua memória coletiva (falaremos sobre este tema, com mais detalhes, no próximo tópico de nossa aula). A patrimonialização torna estes bens visíveis, objetos de apreciação e reconhecimento públicos. Por exemplo, temos as peças que são expostas nos museus, temos grandes monumentos, como igrejas, fortificações e, às vezes, cidades inteiras. De todas as formas, para que qualquer objeto ou monumento se torne patrimônio, ele tem que passar por processos de seleção que pressupõem decisões políticas, estratégias sociais e práticas culturais.



O patrimônio cultural institucionalizou-se nos séculos XIX e XX e tornou-se patrimônio *nacional*, ou seja, passou a ser *propriedade* de uma nação. Esse processo exigiu uma operação anterior que era a de se considerar a *cultura como propriedade*. Portanto, pode-se afirmar que o processo de *patrimonialização* envolve uma maneira muito particular de se lidar com a cultura, vista como um conjunto de bens que se deve proteger, valorizar e promover, pois passa a representar a identidade de uma nação.

Atualmente, no caso do Brasil, é o Estado, representado pelos seus especialistas e burocratas, que define o que pode se tornar oficialmente patrimônio. A sociedade, entretanto, tem participação em tais decisões ao questionar a patrimonialização de um monumento em detrimento de outro ou ao lançar a candidatura de algum bem cultural, para se tornar patrimônio. Em outras palavras, ela assume para si esse papel definidor, através da organização dos grupos e agentes sociais que se mobilizam em torno desse objetivo. De qualquer forma, ainda permanece o pressuposto de que existe *algo* exterior a nós ao qual nos identificamos, atribuímos um valor especial e cuja manutenção consideramos importante para nossa existência.

A patrimonialização é uma prática cultural que implica um processo de *identificação* e *atribuição de valor*. Por exemplo, quando nos identificamos com certa manifestação cultural, como o samba de roda, estamos atribuindo a ela um valor de *referência cultural*. Em outras palavras, quando nos identificamos com alguma manifestação cultural, isso tem a ver com o fato de ela nos representar em algum nível, ligando-nos a um contexto cultural do qual nos sentimos parte e que valorizamos.

O processo de atribuição de valor é um elemento fundamental nas práticas patrimoniais, pois representa o momento em que os agentes sociais, ou seja, todos nós, membros de uma sociedade, selecionamos quais os aspectos de nossa *memória social* consideramos mais relevantes e representativos de nossa identidade coletiva.

## Memória social ou coletiva

Para entendermos o lugar que o patrimônio cultural adquiriu nos últimos dois séculos é importante compreender o conceito de memória, bem como seu papel nas sociedades ocidentais.

Segundo os estudos sobre a modernidade, um dos fatores decisivos para o surgimento do conceito de memória entre nós é a consciência da ruptura com o passado. Vimos, antes, que essa percepção foi essencial para o surgimento da ideia de patrimônio. Na verdade, vale frisar que essa ruptura também teve efeitos em outros setores da vida social. Mas, particularmente, ela representou uma maneira diferente de lidarmos com a memória.

Até a Idade Média (período da história da Europa que vai de 476 d.C., com a desintegração do Império Romano do Ocidente, até o século XV), a memória repousava na capacidade de as pessoas se lembrarem do passado, daí a especial importância dos exercícios mnemônicos, que são técnicas de memorização por associação de informações, e por práticas sociais que “treinavam” o uso da memória.

A partir dos séculos XV e XVI, observamos o advento dos suportes materiais de memória, representados – principalmente pelos livros e pelas obras de arte –, que passam a ter a função de mediar a relação entre a sociedade e sua memória. Atualmente, podemos destacar o surgimento do computador (e todas as formas de suporte digitais derivados dele, como os diversos tablets e os livros digitais, como o kindle e o iPad) como um novo marco nesse processo de substituição da memória tradicional por formas artificiais de memória.

Alguns autores desenvolveram teorias que buscam explicar essas transformações e, ao mesmo tempo, permitem avaliar seu impacto social. Um desses autores é o sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945).

Em contraposição a uma concepção puramente subjetiva de memória, assentada na consciência dos indivíduos, Halbwachs desenvolveu a categoria de *memória coletiva*, que é definida como

uma representação coletiva dos grupos sociais, com a finalidade de mantê-los coesos e unidos. Nesse ponto de vista, as memórias individuais somente fariam sentido dentro de *quadros sociais de memória* mais amplos. Essa memória coletiva, porém, só poderia ser apreendida e reproduzida mediante as práticas sociais dos grupos, ou seja, empiricamente.



**Figura 1.9:** *Independência ou Morte*, tela pintada por Pedro Américo em 1888. Hoje, encontra-se no Salão Nobre do Museu Paulista.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/ba/Independencia\\_ou\\_Morte\\_-\\_Pedro\\_Americo.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/ba/Independencia_ou_Morte_-_Pedro_Americo.jpg)



**Figura 1.10:** Militares durante o desfile do 7 de Setembro, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, 2007.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5e/1352FP484.jpg/800px-1352FP484.jpg>



**Figura 1.11:** Acessórios usados na comemoração do 4 de julho, Dia da Independência dos EUA.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/a0/July\\_4\\_celebration\\_IMG\\_4173.JPG/800px-July\\_4\\_celebration\\_IMG\\_4173.JPG](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/a0/July_4_celebration_IMG_4173.JPG/800px-July_4_celebration_IMG_4173.JPG)



**Figura 1.12:** Cavaleiro da Guarda Republicana Francesa durante a *military parade* de 2007, no Champs-Élysées.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7a/French\\_Republican\\_Guard\\_Bastille\\_Day\\_2007\\_n1.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7a/French_Republican_Guard_Bastille_Day_2007_n1.jpg)

Fabio Rodrigues Pozzebom/Abr

Billy Hathorn, 2010

Como exemplos dessas práticas, em que os grupos revivem e reacendem esta memória coletiva, podemos citar as comemorações cívicas do dia da independência do Brasil ou da americana (celebrada também em tantos filmes!) e a festa do 14 de julho na França, em lembrança à Queda da Bastilha, que representa os ideais da Revolução Francesa.

Essa interpretação tornou-se uma das mais influentes do século XX, servindo de base para diversos estudos sobre a questão da memória, assim como para diversas ações de preservação do patrimônio que consideram que a memória está presente além dos objetos que convencionalmente a representavam. Assim, a preservação da memória dos grupos sociais é reivindicada como o fundamento da preservação dos próprios grupos sociais. Sem a preservação e valorização da memória coletiva, a identidade dos grupos e sua coesão interna estariam ameaçadas.

Contudo, além desse caráter pragmático e afirmativo, é preciso salientar o aspecto da manipulação das memórias. Muitas vezes, elas são utilizadas para legitimar interesses políticos variados. Basta-nos lembrar daqueles casos em que o Holocausto, na 2ª Guerra Mundial, é negado ou em que se criam *mitos* e *heróis* capazes de fornecer uma narrativa patriótica para a nação.



**Figura 1.13:** Quadro *Martírio de Tiradentes*, de Aurélio de Figueiredo (1854–1916), pintado em 1893. Acervo do Museu Histórico Nacional (RJ).

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/31/Figueiredo-MHN-Tiradentes.jpg>



**Figura 1.14:** *Resposta de Tiradentes à comutação da pena de morte dos inconfidentes*. Óleo sobre tela de Leopoldino de Faria (1836-1911), final do século XIX e início do XX. Acervo do Museu Histórico Nacional (RJ).

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/14/Resposta\\_de\\_Tiradentes.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/14/Resposta_de_Tiradentes.jpg)

Um bom exemplo, no caso do Brasil, da criação de narrativas patrióticas é a transformação da figura de Tiradentes em herói da nação, como mostram as **Figuras 1.13 e 1.14**. A última tela foi encomendada pela Câmara Municipal de Ouro Preto, no final do século XIX, para homenagear “Tiradentes, o Mártir da Inconfidência”, como passou a ser retratado após a Proclamação da República.

Por esse motivo, a História, como disciplina que busca entender as sociedades que nos antecederam através de uma visão sistemática e reflexiva, é convidada a exercer uma função crítica sobre os acontecimentos do passado. A História, não obstante, não rejeita a memória, mas sim reflete sobre a mesma enquanto construção social e, portanto, sujeita a interpretações e conflitos.

Atualmente, com a ampliação das modalidades de patrimônio cultural (que passa a incluir as mais diversas manifestações culturais, do samba de roda às baianas que vendem acarajé em Salvador)

e o fortalecimento da consciência dos direitos do cidadão (que inclui o próprio direito à memória), mais do que nunca, existe uma *disputa de memórias*. No mundo inteiro, os grupos sociais tradicionalmente excluídos ou diminuídos nas narrativas nacionais – afinal, há algumas décadas, quase que apenas as realizações das elites sociais eram consideradas dignas de serem lembradas pela coletividade – passaram a lutar para serem reconhecidos pelo Estado, o que implica também o reconhecimento da legitimidade de suas identidades coletivas e das memórias de que são portadores.

### **Seleção patrimonial e suas consequências: conservação e esquecimento dos bens culturais**

Como acabamos de mencionar no tópico anterior, as memórias tornaram-se objetos de disputas. Nem toda “memória” torna-se patrimônio cultural. O que existe é uma seleção das memórias, que se tornam ou não patrimônio cultural. Em outras palavras, o patrimônio cultural tem um caráter seletivo. Pense bem: sempre que nos lembramos de fatos, personagens ou expressões, necessariamente acabamos deixando de lado – ou nos esquecendo – de outras tantas coisas, não é mesmo? Essa dinâmica de rememoração/esquecimento é um dos traços mais fascinantes e controversos no estudo das memórias. Afinal, quando elegemos certo bem como representante da coletividade, estamos dizendo que ele possui alguma característica distintiva e mais significativa em relação aos demais bens, o que inevitavelmente leva ao esquecimento destes.

Em um exemplo simples, se numa cidade, apenas uma igreja sofre um processo de tombamento pelo Estado, isso significa que ela será objeto de conservação e, dependendo de seu estado, de restauração. Isso acaba deixando que outras igrejas e monumentos históricos sofram a ação do tempo e dos interesses imobiliários e urbanísticos. Em outras palavras, esses bens, que não foram tombados, acabam relegados ao esquecimento e à destruição.



### O tombamento

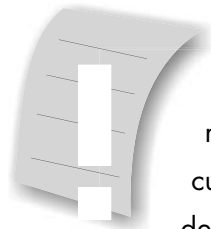
O tombamento é o ato oficial de reconhecimento do valor cultural de um bem que, por suas características históricas, artísticas, estéticas, arquitetônicas, arqueológicas, ou documental e ambiental, integra-se ao patrimônio cultural de uma nação, estado ou município. O bem tombado pode ser móvel ou imóvel, público ou privado. O patrimônio tombado é colocado sob a tutela pública e regulamentado por um regime jurídico especial de propriedade, levando-se em conta sua função social. Por meio do tombamento, busca-se garantir a continuidade da memória. O tombamento, porém, não retira a propriedade do imóvel, que pode ser objeto de transações comerciais e eventuais modificações, desde que autorizadas e acompanhadas pelo órgão competente. No Brasil, o tombamento é efetivado por meio de ato administrativo, cuja competência é atribuída ao poder executivo pelo Decreto nº 25, de 1937.



**Figura 1.15:** O Edifício Itália, em São Paulo, também é tombado.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/07/Edif%C3%ADcio\\_It%C3%A1lia\\_SP.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/07/Edif%C3%ADcio_It%C3%A1lia_SP.jpg)

Todo processo de patrimonialização envolve essas seleções, rememorações e esquecimentos. Porém, há um importante dado contemporâneo, sobre este processo, a ser destacado aqui. Por muito tempo, coube unicamente ao Estado a definição do que seria patrimonializado, ou seja, objeto de ações de preservação. A partir do momento em que outros atores sociais entraram em cena, através dos movimentos da sociedade civil organizada em ONG, em associações e instituições sociais etc., esse processo passou a ser democratizado. No Brasil, com a Constituição de 1988, o direito à memória e ao patrimônio tornou-se parte integrante dos direitos fundamentais da sociedade brasileira.



A Constituição Brasileira de 1988, a nossa lei maior, institucionaliza a defesa do patrimônio cultural brasileiro, a partir do artigo 216. Além de definir o que é patrimônio cultural perante a lei, o artigo também estabelece as atribuições do Estado nessa esfera. Assim nos diz a lei:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.



§1º – O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§2º – Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§3º – A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§4º – Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§5º – Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Brastra.gif](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Brastra.gif)



---

### **Atende aos Objetivos 2, 3 e 5**

2. Atualmente, a visão que a sociedade brasileira tem de sua própria cultura é incrivelmente diversificada – afinal, nós somos uma sociedade com as mais diferentes e criativas produções e manifestações, não é? E é ainda mais interessante como a nossa visão sobre nós mesmos tem se ampliado ao longo das décadas. Hoje em dia, muito do que há alguns anos era descartado como manifestação cultural digna de importância é tratado com grande apreço e reverência. Vamos, então, analisar algumas informações que nos dão pistas dessas transformações de nosso olhar sobre nossa própria cultura:

---

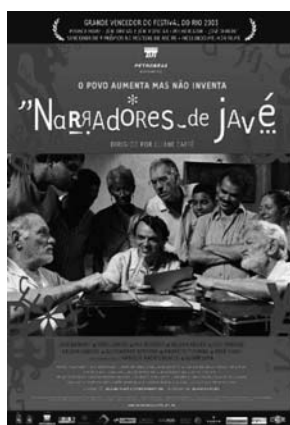
## 1. Agora é oficial: a MPB na sala de aula

Por iniciativa da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, em parceria com o Instituto Ricardo Cravo Albin, a partir de junho de 2010, os estudantes do Ensino Médio da rede pública terão aulas de história da música popular e seus compositores. Os estudantes terão a oportunidade de descobrir artistas de papel fundamental na MPB, dos mais diferentes gêneros e como eles influenciaram na formação da identidade cultural dos brasileiros. As aulas também vão resgatar as manifestações folclóricas, com suas músicas, coreografias e danças, destacando sua importância na preservação de valores e tradições. O projeto atingirá as 16 unidades da rede que contam com o programa Ensino Médio Inovador, num total de 6.500 alunos.

Texto adaptado da notícia publicada em 24/5/2010, no jornal *O Globo*, versão online.

## 2. Refazendo a própria história antes do dilúvio

O filme brasileiro *Narradores de Javé*, dirigido por Eliane Caffé e lançado em 2004, conta a história dos moradores de Javé, uma pequena cidade do interior, que em breve será submersa pelas águas de uma represa. Seus habitantes não serão indenizados e não foram sequer notificados, pois não possuíam nem registros nem documentos das terras. Inconformados, descobrem que o local poderia ser preservado se tivesse um edifício, monumento ou um evento histórico de valor comprovado em “documento científico”. Decidem então escrever a história da cidade – só que poucos sabem ler e só um morador, o carteiro, sabe escrever. O que se vê, a partir daí, é uma tremenda confusão, pois todos procuram Antônio Biá, o “autor” da obra de cunho histórico, para acrescentar algumas linhas e ter o seu nome citado na história de Javé.



**Figura 1.16:** Cartaz de *Narradores de Javé*. Diretora: Eliane Caffé.  
Elenco: José Dumont, Nelson Xavier, Nelson Dantas e outros.

Fonte: <http://portaldoProfessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/aulas/1347/imagens/narra.jpg>

E, então? Achou interessantes os dois casos citados? O que eles têm em comum? Memória, identidade, valores culturais... Então, vamos à atividade!

Levando-se em conta as discussões até aqui apresentadas sobre patrimonialização, memória coletiva e fortalecimento da identidade cultural, identifique em cada caso como esses conceitos estão articulados.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

## Resposta Comentada

Você pode ter reconhecido diferentes inter-relações entre os conceitos indicados, mas, de um modo geral, você necessariamente deverá ter apontado as seguintes articulações, que descrevo sobre cada caso a seguir.

No primeiro caso, vimos que a MPB tornou-se, oficialmente, objeto de estudo nas escolas por seu valor de referência cultural e, ainda, por ser um meio de se explorar diversos traços centrais da cultura brasileira, do folclore à história oficial, bem como os hábitos e costumes. Podemos dizer que a MPB é reconhecida em seu papel de depositária da memória social brasileira e de nossa identidade cultural. O fato de ela passar a ser ensinada pelas escolas estaduais demonstra que a MBP está passando por um processo de patrimonialização, já que ganha legitimidade como bem significativo de nossa cultura, a ser reconhecido e levado adiante pelas futuras gerações. No caso do filme *Narradores de Javé*, fica explícita a importância dos processos de patrimonialização para a preservação de um povo, seu lugar, sua cultura e sua história. Por não ser considerada importante do ponto de vista cultural, artístico e histórico, Javé está ameaçada de desaparecer. Para evitar que isso ocorra, seus moradores – aqueles que constroem e revivem a memória coletiva – esforçam-se para escrever a própria história, atribuindo ao local um valor de referência cultural. E um ponto muito interessante a ser notado é justamente a questão da manipulação da memória coletiva pelo próprio povo e a ligação intrínseca entre a memória individual e coletiva: a vida de cada um se torna mais importante, quando passa a figurar nos registros da história mais ampla de Javé.

---

## Patrimônio material e imaterial: faces do patrimônio cultural

Já nos referimos, por diversas vezes, à ampliação da noção de patrimônio cultural, que tem acontecido nas últimas décadas em todo o mundo. Essa transformação fica mais evidente na distinção entre patrimônio material e patrimônio imaterial – ou patrimônio tangível e intangível.

## Patrimônio material

O patrimônio material, de maneira geral, é todo monumento histórico consagrado, como as edificações (civis, religiosas ou militares), os centros históricos, os sítios urbanos e os sítios arqueológicos, bem como os acervos museológicos (como coleções de objetos de valor histórico e artístico etc.) Podemos, assim, dividir o patrimônio material entre bens imóveis e bens móveis.

### a) Exemplos de bens imóveis



**Figura 1.17:** As cataratas do Iguaçu.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/2c/Iguazu\\_D%C3%A9cembre\\_2007\\_-\\_Panorama\\_7.jpg/800px-Iguazu\\_D%C3%A9cembre\\_2007\\_-\\_Panorama\\_7.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/2c/Iguazu_D%C3%A9cembre_2007_-_Panorama_7.jpg/800px-Iguazu_D%C3%A9cembre_2007_-_Panorama_7.jpg)

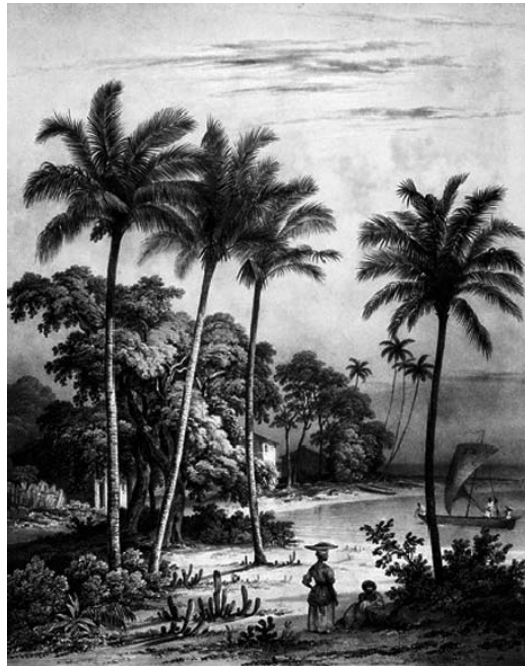
As cataratas do Iguaçu e Brasília são exemplos de bens imóveis, que podem ser edificações, núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos.



**Figura 1.18:** A Praça dos Três Poderes. Em primeiro plano, a escultura *Os Candangos* e, ao fundo, o Palácio do Planalto.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c6/Os\\_Candangos.jpg/800px-Os\\_Candangos.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c6/Os_Candangos.jpg/800px-Os_Candangos.jpg)

## b) Exemplos de bens móveis



**Figura 1.19:** Desenho do início do século XIX, feito pela missão de naturalistas e artistas alemães ao Brasil. Vista tomada do litoral da Bahia. Coleção do Arquivo Nacional.

Fonte: [http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/media/101/normal\\_013\\_60x76.jpg](http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/media/101/normal_013_60x76.jpg)

Os bens móveis são aqueles que podem se movimentar ou ser movimentados por força alheia, sem perder as suas características essenciais. Nesse sentido, podemos citar como bens materiais móveis as coleções arqueológicas, os acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos (**Figura 1.19**), videográficos, fotográficos e cinematográficos.

## Patrimônio imaterial

O Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional – alinha-se à definição da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – sobre o Patrimônio Cultural Imaterial. Segundo a definição que a instituição internacional oferece-nos, patrimônio cultural imaterial são “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas (...) que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.

A preservação do patrimônio cultural material está ligada a políticas de conservação de seus traços originais, para que ele não sofra modificações (descaracterizações) com o passar dos anos, nem com a ação humana predatória. No caso do patrimônio cultural imaterial, todavia, esta noção de preservação é significativamente diferente. Afinal, o patrimônio imaterial é uma expressão viva de uma cultura, não é? E tudo o que é vivo, está em movimento, é passível de *transformações* ao longo dos anos. A própria Unesco destaca esta característica:

[o patrimônio imaterial é] transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Assim como nossa identidade não é algo cristalizado no tempo, as expressões culturais que se tornam patrimônio imaterial (e fazem referência às identidades culturais) também estão se redefinindo a cada dia.

Você reconhece estas imagens?



**Figura 1.20:** Apresentação do grupo Tambor de Crioula Alegria de São Benedito, do Maranhão, nos 19 anos da Fundação Cultural Palmares (2007).

Fontes: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/imagens/galeriafotos/19anos21.JPG>;  
<http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/imagens/galeriafotos/19anos24.JPG>

Estas imagens são do tambor de crioula, um patrimônio cultural imaterial nacional, desde 2007, registrado no Iphan. Ele é uma forma de expressão maranhense, de origem afro-brasileira, que reúne dança circular, canto, brincadeiras e percussão de tambores, em louvação a São Benedito. Sua manifestação acontece tanto ao ar livre como no interior de terreiros e pode também ser realizado sem local específico ou data predefinida. Assim, como podemos perceber, essa manifestação – um bem imaterial – envolve uma série de elementos bastante tangíveis através dos quais ela acontece: instrumentos (tambores, por exemplo), objetos (as roupas, as imagens de São Benedito), artefatos e lugares culturais (é uma manifestação ligada à identidade maranhense, de determinados grupos de descendentes de escravos) que se associam ao bem imaterial.

## Os marcos históricos de uma distinção conceitual

A partir do exemplo acima, percebemos que o patrimônio “intangível” ou “imaterial” pode ser bastante concreto... e visível, audível, tocável e, em outros casos, até comível! Isso indica que, na prática, essa distinção entre patrimônio material e imaterial tem



mais a ver com as origens de cada categoria e com os mecanismos legais de proteção para cada uma, do que propriamente com a “natureza” de cada patrimônio. Na verdade, cada categoria que analisamos até aqui (como patrimônio ou bem material e patrimônio ou bem imaterial) é uma construção histórica e cultural.

Se, por um lado, o patrimônio imaterial possui uma dimensão material, a partir da qual ele se manifesta (como vimos no exemplo do “Tambor de Crioula”), por outro lado, todo patrimônio material possui, também, uma *dimensão imaterial*.

Todo processo de patrimonialização dá-se principalmente através da atribuição de valor. Em outras palavras, todo bem patrimonial detém uma dimensão imaterial, que é o valor que determinados grupos sociais concedem a ele.

Então, quais seriam os critérios que estabelecem as distinções entre patrimônio material e imaterial? Como tínhamos mencionado anteriormente, esses critérios são histórica e culturalmente construídos e, no Brasil, a preservação do patrimônio cultural possui dois marcos principais que instituíram os nossos critérios de patrimonialização: a criação do Sphan e do CNRC.

O primeiro marco data do Decreto-Lei 25, de 1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e instituiu o tombamento como o mecanismo legal de proteção do patrimônio brasileiro. Nesse período, os objetos das ações de preservação eram principalmente os grandes monumentos, símbolos da nação, dentro da perspectiva predominante naquele momento.

O discurso sobre o patrimônio produzido pelo Sphan era destinado à invenção da nação através da identificação de valores tradicionais, artístico e históricos. O patrimônio a ser preservado era definido pelos próprios dirigentes do Sphan, cujo poder era ultracentralizado. Priorizava-se, na grande parte das vezes, ao tombamento e à patrimonialização do passado colonial, escravista, católico e europeizado como signo material da nacionalidade enquanto outros signos divergentes da perspectiva hegemônica eram desconsiderados.

O segundo marco é a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), na década de 1970, quando a cultura brasileira passou a ser valorizada através de novos critérios, diferentes da visão preconizada até então pelo Sphan, voltada para os grandes monumentos históricos e coleções museológicas.

O enfoque do CNRC, primordialmente, estava na cultura popular, encarada como conjunto de bens culturais representativos dos grupos formadores da nacionalidade. Aqui, a atenção está voltada para a compreensão da cultura brasileira em sua dinâmica processual (como ela é produzida, como os bens culturais circulam e são consumidos nas comunidades e grupos locais). Trata-se de uma percepção sobre a preservação da cultura que não buscava “museificá-la”, ou seja, colocá-la em um museu e cristalizá-la, artificialmente. Buscava-se, de forma diferente, preservar a cultura na sua forma mais espontânea de manifestação. Os saberes transmitidos oralmente ganham *status* de cultura e tornam-se temas legítimos de estudo. A própria forma oral de expressão da cultura também se torna uma forma importante de expressão do patrimônio cultural e da identidade brasileira. A noção de *referência cultural* tornou-se a chave para o entendimento dessa nova concepção de cultura, em que tais referências eram percebidas como indicadores da diversidade cultural brasileira.

Com a fusão entre o Sphan e a Fundação Pró-Memória (instituição herdeira do CNRC), em 1979, constituindo institucionalmente o Iphan, as referências culturais ligadas à representação da identidade e da diversidade cultural brasileira passaram a ser concebidas como complementares à política tradicional adotada pelo Sphan.

Com o decreto 3.551, de 2000, que criou o Registro de Bens Culturais do Patrimônio Imaterial e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), essa ampliação da noção de patrimônio cultural passou a incluir um novo mecanismo legal, além do tombamento.



## Atende ao Objetivo 2

3. Leia com atenção o seguinte fragmento de texto ligado à questão do patrimônio cultural brasileiro:

É como se o Brasil fosse um espaço imenso, muito rico, e um tapete velho, roçado, um tapete europeu cheio de bolor e poeira tentasse cobrir e abafar esse espaço. É preciso levantar esse tapete, tentar entender o que se passa por baixo (ALOÍSIO MAGALHÃES (1927-1982), artista plástico, coordenador do CNRC e presidente da Sphan Pró-Memória).

Esse texto demonstra a visão da cultura brasileira que embasou as ações do CNRC e, mais tarde, da criação da legislação do patrimônio imaterial no Brasil. De que maneira essa visão relaciona-se com a questão da diversidade cultural tão presente no mundo contemporâneo?

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, typical of notebook paper. There are no margins, text, or other markings on the page.

## Resposta Comentada

Magalhães defende uma visão de cultura que valoriza um universo que historicamente foi desconsiderado pelo Estado brasileiro, enquanto objeto de uma política pública: a cultura das camadas populares. O “espaço imenso, muito rico”, que precisa ser explorado, expressa uma concepção que valoriza a diversidade e riqueza trazida pela cultura popular brasileira, em oposição ao olhar patrimonial somente voltado para o passado de colonização (o “tapete velho, roçado, um tapete europeu cheio de bolor e poeira”). Essa busca pela diversidade cultural traduz uma preocupação mundial contemporânea de se valorizar as diferenças culturais (entre os povos, as etnias etc.), mais do que as manifestações dessa ou daquela cultura.

---

## Outras formas de classificar o patrimônio cultural

Além da divisão entre patrimônio material e imaterial, outros tipos de bens culturais passaram a ser objetos de ações de preservação nas últimas décadas, demonstrando a ampliação que a noção de patrimônio cultural sofreu ao longo do tempo. Estas transformações conceituais, como vimos no início da aula, estão em consonância com as profundas mudanças enfrentadas pelas sociedades, particularmente no século XX. Atualmente, podemos enumerar diversas outras categorias de patrimônio cultural, de naturezas diversas:

### Por objeto

- Patrimônio Ambiental (ou Natural). Como exemplo, podemos citar o Parque Nacional da Capivara, no Piauí, que além de Patrimônio Natural, é Patrimônio Cultural da Humanidade da Unesco, por apresentar a maior concentração de sítios pré-históricos do continente americano e de pinturas primitivas sobre rocha do mundo.



**Figura 1.21:** “Pedra Furada”, famosa formação rochosa do Parque Nacional da Capivara, no Piauí.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e1/20030924PPedraFurada9.jpg/250px-20030924PPedraFurada9.jpg>

A Mata Atlântica também é um Patrimônio Natural do Brasil, protegida pela Lei Federal n.º 11.428/2006 como patrimônio nacional. Ela é também tida como reserva da biosfera, reconhecida pela Unesco.



**Figura 1.22:** Parte da Mata Atlântica na região de Curitiba.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/42/Curitiba\\_waterfall.jpg/200px-Curitiba\\_waterfall.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/42/Curitiba_waterfall.jpg/200px-Curitiba_waterfall.jpg)

- **Patrimônio Genético.** Este tipo de patrimônio está ligado a questões de patentes e exploração econômica de bens naturais. Ele também está articulado, por exemplo, à preservação dos usos tradicionais de plantas por diversas comunidades locais e culturas indígenas.
- **Tesouros Humanos Vivos.** Como define a Unesco, são as pessoas que possuem alto grau de conhecimento e maestria para fazer ou recriar elementos específicos da herança cultural intangível. Um exemplo, dentro de nossa cultura, são os mestres da capoeira do Nordeste.



Fred Jordão

**Figura 1.23:** Ana das Carrancas, escultora, é Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco.

Fonte: [http://www.nacaoocultural.pe.gov.br/exibir\\_imagem.php?img=imgtexto\\_6706.jpeg&tipo=1&s=12](http://www.nacaoocultural.pe.gov.br/exibir_imagem.php?img=imgtexto_6706.jpeg&tipo=1&s=12)

- **Paisagem Cultural.** Segundo o art. 1º da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, esta é definida como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. Esta chancela é instituída pelo Iphan,

mediante procedimento específico. Como exemplo de Paisagem Cultural, podemos citar a região da imigração de Santa Catarina e a de Canudos, na Bahia.



**Figura 1.24:** O Sítio Tribess, em Pomerode, faz parte da Paisagem Cultural da região de imigração em Santa Catarina.

Fonte: [http://www.monumenta.gov.br/upload/sitio%20tribess\\_200px\\_1188327619.jpg](http://www.monumenta.gov.br/upload/sitio%20tribess_200px_1188327619.jpg)

## Por área de abrangência

- Nacional (protegido, no Brasil, pelo Iphan). Trata-se de qualquer bem tombado pelo Iphan. Exemplos: a festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, em Goiás; o Terreiro de Candomblé (Ilê) do Axé Opô Afonjá, em Salvador, Bahia; a técnica do toque dos sinos em São João del-Rey e o modo de fazer queijo de Minas, em Minas Gerais; o frevo de Recife e Olinda, e a Feira de Caruaru, em Pernambuco; o edifício do Museu Nacional de Belas Artes e o Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, e o Bairro do Bom Retiro, em São Paulo.



**Figura 1.25:** Interior do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d7/Rio-SaoBento3.jpg/250px-Rio-SaoBento3.jpg>



**Figura 1.26:** Flagrante na Feira de Caruaru, em Pernambuco.

Fonte: <http://www.fundaj.gov.br/docs/pe/pe0005i2.jpg>



**Figura 1.27:** Cavalcada da Festa do Divino Espírito Santo, em Goiás.

Fonte: [http://www.pirenopolis.tur.br/portal/imagens/folclore/festaDivino2008/cavalcadas/cavaleiros/20080511\\_0612.JPG](http://www.pirenopolis.tur.br/portal/imagens/folclore/festaDivino2008/cavalcadas/cavaleiros/20080511_0612.JPG)

- Local (de atribuição dos municípios). Exemplos: a Catedral Metropolitana de Campinas (SP), a cavalcada de Brumal e do Conjunto Natural, Paisagístico e Paleontológico da Bacia do Gandarela, na cidade de Santa Bárbara (MG), o



conjunto de imóveis em Dois Irmãos (RS), erguidos no século XIX, em padrão germânico; a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, em Porto Alegre (RS).

- Regional (abrangido pelos estados). Exemplos: a Fazenda Imperial de Santa Cruz e as dunas da praia do Forte, em Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro; a Estação da Luz, em São Paulo; o povoado de Vila Velha, na ilha de Itamaracá, em Pernambuco etc.
- Mundial (protegido pela Unesco). Exemplos: a Grande Muralha da China; o Cairo islâmico, no Egito; o tango argentino; os cantos védicos tradicionais da Índia etc.

Outras abordagens são possíveis, pensando em termos de natureza social, étnica, entre outras.

Porém, cabe reconhecer que mesmo o *patrimônio histórico e artístico nacional*, tal como instituído em 1937, já implicava tipos variados de bens a serem preservados: além das categorias presentes nos quatro Livros do Tombo, é preciso destacar os bens *móveis e integrados*, ou seja, aqueles bens que constituem o acervo das edificações tombadas.

Outra categoria importante, objeto de estudos específicos no âmbito do Iphan, é a de *entorno* dos bens. Como vocês devem ter reparado, todas essas categorias nascem de uma visão mais democrática e diversificada da cultura. Apesar desse considerável avanço, uma visão mais ampla sobre a cultura e o patrimônio traz algumas questões e desafios com os quais as instituições de preservação precisam lidar. E é justamente sobre estas novas questões e desafios que iremos falar a seguir.

## **Alguns desafios e dilemas do patrimônio cultural no mundo contemporâneo**

Como vimos nesta aula, as visões sobre o patrimônio mudaram bastante ao longo dos anos. Isso quer dizer que o patrimônio não pode ser entendido como algo “natural” ou autoevidente. Se hoje

achamos óbvio que, por exemplo, o casario colonial de Ouro Preto (MG) e o Círio de Nazaré (Belém/PA) sejam patrimônios culturais, essa percepção não era tão “natural” assim no passado. Ainda hoje, muitos podem discordar dessas classificações. Pessoas de diferentes lugares e culturas dificilmente concordariam com a patrimonialização de terreiros de candomblé, do *funk* carioca ou do jiu jitsu brasileiro. O Patrimônio Cultural é, sobretudo, um conceito histórico e cultural, que sofre reavaliações constantes dependendo do modo como, em determinada época e lugar, definimos e atribuímos valor aos nossos bens culturais.

A partir dessa reflexão, vamos apresentar a seguir algumas questões que vêm à tona com as novas formas de patrimônio cultural, sobretudo aquelas ligadas à preservação dos bens imateriais, associados à chamada “cultura popular”.

### **Relativismo cultural**

é uma ideologia que defende a validade e a riqueza intrínseca de qualquer sistema cultural. Os julgamentos do que é bem ou mal, certo ou errado, bonito ou feio devem ser suspensos pelo observador externo àquela cultura e compreendidos dentro dos critérios próprios da cultura observada.

Em primeiro lugar, temos a questão ligada ao **relativismo cultural**. A ênfase na valorização da diversidade das culturas, das diferentes identidades associadas a grupos sociais específicos (como a cultura quilombola, a cultura ianomâmi, a cultura dos imigrantes alemães etc.) que sustentam representações coletivas (como a representação do que é ser brasileiro ou carioca ou afro-descendente, ou gaúcho etc.) termina, ao fim, por se contrapor às *concepções universalistas* de cultura e civilização, que sempre estiveram presentes nas concepções de patrimônio, paralelamente às ideologias nacionalistas.

Atualmente, um exemplo de tensão entre a valorização do relativismo cultural, de um lado, e concepções universalizantes de cultura, de outro lado, surge com a própria ampliação da noção de direitos humanos, já que esta inclui os direitos culturais ligados ao direito à memória, à preservação e à proteção das tradições. Assim, o que temos nesse caso é uma visão universalizante de cultura que *igual*a, inclusive do ponto de vista legal, *diferentes* povos e comunidades, de diferentes culturas, no que se refere ao direito de preservação e luta legítima pelo seu patrimônio. A contradição ou tensão estaria no fato de um *direito universal* assegurar o *direito*

à *diferença entre os povos*. Nesse sentido, o que chamamos de “Humanidade” (um conceito universalizante) é, na verdade, formada por esse conjunto de *diferenças* entre os grupos sociais.

Um segundo tipo de desafio está presente na própria noção de *bem cultural* com que hoje se define o patrimônio. Dizer que o patrimônio cultural é um *bem* implica uma visão da cultura como produção e circulação de mercadorias. Esse caráter econômico do patrimônio cultural muitas vezes se choca com a perspectiva de conservação e reprodução de formas artesanais de produção desses mesmos bens. A economia dos artesãos, por exemplo, não atende aos ditames da lógica da acumulação capitalista e, em muitos casos, o caráter artesanal dos produtos pode ser descaracterizado, tomando feições de comércio atacadista, com o próprio aumento da demanda pelos produtos regionais.

Esse mesmo dilema econômico diz respeito às relações nem sempre pacíficas entre turismo e patrimônio. Você já deve ter ouvido falar que a circulação intensa de carros pelo centro histórico de Ouro Preto tem acelerado a depreciação das estruturas das igrejas e casarios centenários da cidade ou que a enorme quantidade de turistas na Praça San Marco, em Veneza (Itália) ou na Muralha da China descaracterizaria a própria paisagem artística e histórica do lugar. Assim, outro desafio que encontramos está ligado à valorização do potencial econômico do patrimônio cultural e à lógica de incentivo ao turismo que, paradoxalmente, acaba por acelerar a degradação desse mesmo patrimônio.

## CONCLUSÃO

O patrimônio cultural possui uma variedade de acepções que vão muito além dos estereótipos com que geralmente ele é enquadrado. É necessário o exercício de se desnaturalizar seu conteúdo, recuperando sua trajetória de constituição e, depois, as

múltiplas definições que se agregaram à concepção original de *patrimônio como um bem arquitetônico*. A ampliação dessa noção correspondeu a uma mudança profunda na maneira pela qual as sociedades ocidentais relacionam-se com o tempo, a memória, a identidade e a cultura. Fundamental para a compreensão do patrimônio cultural é entender o processo de patrimonialização como uma construção cultural, baseado na atribuição de valores a certos bens culturais por parte dos diferentes grupos sociais.

Outro aspecto essencial no entendimento do que significa patrimônio cultural e quais são suas implicações está na relação estabelecida com a memória social e as identidades culturais. Qualquer concepção de patrimônio assenta-se nas memórias coletivas dos grupos sociais e, por meio delas, contribui para a formação das identidades culturais desses grupos. Dessa forma, o patrimônio cultural é um elemento fundamental para a definição da maneira pela qual a sociedade enxerga-se, dos elementos que ela valoriza e do legado que pretende deixar para seus herdeiros. Em outras palavras, o patrimônio é um retrato permanentemente atualizado da imagem que a sociedade tem de si. O que expressa ao mesmo tempo as riquezas e tragédias que a compõem, um mosaico complexo e contraditório da diversidade cultural do mundo.

## Atividade Final

---


### **Atende aos Objetivos 4, 6 e 7**

#### **Explorando de perto o patrimônio cultural**

Como temos visto na nossa aula, o conceito de patrimônio cultural tem uma história e, no Brasil, ele está ligado à divisão entre patrimônio material e imaterial. Todavia, esta distinção, embora oficial, pode parecer ambígua, pois na maioria dos casos um bem material tem

traços imateriais e bens imateriais estão intimamente ligados a bens materiais. Assim, para pensarmos mais detalhadamente sobre os traços que definem um patrimônio cultural, vamos nos aproximar de casos específicos.

Um exemplo de patrimônio cultural material é o sítio urbano de Natividade (TO). Após selecionar este patrimônio nacional, fiz uma pesquisa em torno das suas características específicas, como descrevo no quadro a seguir:

<b>Patrimônio material</b>	Natividade (TO).
<b>Descrição</b>	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natividade/Tombado em 16/10/1987.
<b>Tipo de bem segundo o Livro dos Tombos</b>	Arqueológico, etnográfico e paisagístico, histórico e belas-artes.
<b>A que tipo de tradições culturais ele está ligado?</b> 	<p>A cidade reúne uma diversidade de referências culturais, entre elas a tradicional ourivesaria, que ali subsistiu por quase três séculos, provavelmente em função da mineração nas fazendas ao redor da cidade, que ainda prossegue. Até duas décadas atrás, ainda era utilizada uma técnica de fundição arcaica. A milenar filigrana, de produção semelhante à de Portugal e Espanha, tornou-se singular e local ao incorporar símbolos da cultura popular, como as joias com a pomba do Divino, e, atualmente, é objeto de estudo para ser registrada como patrimônio imaterial. Há ainda a Festa do Divino, a mais intensa e importante das celebrações, a produção artesanal de bolos, doces, licores e cachaças. As técnicas de cestaria e de baús de couro e a construção com adobe também perduram, ainda que precariamente.</p>

**Figura 1.28:** Produção de joias com a técnica de filigranas, em Natividade (TO).

Fonte: [http://www.monumenta.gov.br/upload/producao%20joias\\_1170251404.jpg](http://www.monumenta.gov.br/upload/producao%20joias_1170251404.jpg)

### Qual a relevância histórica/cultural/artística?



**Figura 1.29:** Paisagem da cidade de Natividade (TO).

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/renderizaFcdMidia.do?id=220>

Fundada por garimpeiros, Natividade nasceu da expansão mineradora do século XVIII. O sítio arquitetônico da cidade é formado por 260 unidades. A estrutura urbana original de Natividade encontra-se praticamente íntegra. A cidade tem a estrutura urbana colonial, com ruas irregulares. As construções são simples e as fachadas são de dois tipos que correspondem aos ciclos econômicos pelos quais passou. As mais despojadas correspondem à fase da mineração e as mais ornamentadas à fase da pecuária.

### Políticas de preservação ou incentivo à expressão cultural

Em 2006, foi concluída a restauração arquitetônica e artística pelo Iphan da Igreja de São Benedito, construída pelos negros, há mais de 200 anos. Foram gastos R\$ 260.531,03 para a realização de serviços de recomposição das fachadas, pisos, telhado, esquadrias e padieiras. A restauração artística promoveu a unidade estética do altar-mor, das pinturas parietais e do arco-cruzeiro, com suas pinturas murais reconstituídas.

### Ele está associado a outro tipo de patrimônio?

Além de estar ligado ao patrimônio imaterial (não oficializado) da técnica de ourivesaria, há uma campanha para o tombamento da Serra da Natividade, como patrimônio natural. Além da importância como recurso natural (é a principal fonte de água que abastece a cidade), o tombamento da Serra é importante na composição da paisagem, e por valor histórico e arquitetônico relacionado às ruínas das minas. O conjunto da Serra, do conjunto arquitetônico e da cultura imaterial da cidade concorre para tornar a cidade uma "Paisagem Cultural" a ser tombada.

Fontes: Iphan – <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13186&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>;  
Revista Ciência e Cultura – [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000400008&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000400008&script=sci_arttext)  
Secretaria de Comunicação do Tocantins – <http://secom.to.gov.br/noticia/igreja-de-sao-benedito-e-entregue-restaurada-a-natividade/80>

Em uma breve pesquisa na internet, foi possível encontrar várias informações sobre este patrimônio material, inclusive a sua ligação com outros tipos de patrimônio. No caso de Natividade, descobrimos que ela está ligada a tradições (bens culturais imateriais) e lugares (bem natural) que podem vir a se tornar patrimônios oficiais.

Seguindo os mesmos tópicos do quadro anterior (coluna da esquerda), escolha um patrimônio, um material e outro imaterial, e descreva-o brevemente. Você pode escolher um dos patrimônios já tombados pelo Iphan, que você encontra nos links a seguir:

### **Patrimônio material**

[http://www.monumenta.gov.br/upload/ANEXO%20I%20-%20Rela%E7%E3o%20de%20Munic%EDpios%20Eleg%EDveis\\_1179155078.doc](http://www.monumenta.gov.br/upload/ANEXO%20I%20-%20Rela%E7%E3o%20de%20Munic%EDpios%20Eleg%EDveis_1179155078.doc).

### **Patrimônio imaterial**

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12456&retorno=paginalphan>

Você ainda pode escolher algum patrimônio de sua cidade ou estado, que você conheça de perto. A sua pesquisa pode ser feita junto aos órgãos de cultura de sua cidade ou estado, através de documentos oficiais disponíveis para o público, através da internet ou de bibliotecas especializadas.

<b>Patrimônio</b>	
<b>Descrição</b>	
<b>Tipo de bem segundo o Livro dos Tombos</b>	
<b>A que tipo de tradições culturais ele está ligado?</b>	

	<hr/> <hr/> <hr/>
<b>Qual a relevância histórica/cultural/artística?</b>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<b>Políticas de preservação ou incentivo à expressão cultural</b>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<b>Ele está associado a outro tipo de patrimônio?</b>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

### *Resposta Comentada*

São tantas opções interessantes para você pesquisar, não é? Pesquisou através da internet ou foi a campo? Quaisquer tenham sido as suas escolhas, você deve ter observado que o patrimônio material está quase sempre ligado a um lugar (um monumento, uma edificação, um bairro ou até uma cidade inteira!) que tem algum valor histórico, artístico ou arqueológico. Se você escolheu um bem material móvel (uma coleção artística ou de símbolos historicamente importantes, por exemplo), ele certamente também está ligado a estes valores. No caso do patrimônio imaterial,



ele necessariamente estará ligado a algum saber, expressão, celebração ou a um lugar simbólico. As políticas ligadas ao patrimônio material geralmente estarão associadas à preservação ou restauração do mesmo e, no caso do patrimônio imaterial, as políticas deverão estar ligadas ao incentivo à manifestação e à salvaguarda do mesmo. A importância desse patrimônio para a identidade cultural de um grupo ou mesmo de uma nação sempre estará destacada em suas descrições, sejam oficiais ou não. Tanto o patrimônio material como imaterial podem estar ligados a outros tipos de patrimônio (material, imaterial, natural etc.). Na verdade, isso corrobora a noção de que a força de um patrimônio está nas associações que ele consegue estabelecer com os mais diversos ramos da vida social.

---

## RESUMO

A noção de patrimônio como um conjunto de bens culturais dignos de serem preservados surgiu entre o final do século XVIII e o início do século XIX, na Europa. Sua história está diretamente atrelada ao surgimento das nações modernas, expressando os valores que as sociedades consideram como os mais relevantes para expressarem suas identidades culturais. O patrimônio cultural tem origem em dois tipos distintos de fontes: os monumentos históricos (em geral, grandes edifícios civis, religiosos ou militares) e as coleções artísticas (os acervos reunidos por colecionadores de relíquias). Atualmente, esses tipos de bens culturais multiplicaram-se: considera-se como patrimônio também as manifestações artísticas, as expressões religiosas, as línguas, as paisagens naturais e culturais etc. Todos eles têm em comum o fato de representarem uma seleção daquilo que as sociedades pretendem guardar de sua memória coletiva em nome da expressão de suas identidades. De maneira geral, divide-se o patrimônio em material e imaterial: o primeiro engloba os monumentos históricos e os acervos museológicos (as coleções);

o segundo abrange as mais diversas manifestações culturais (de festas até expressões artísticas, ofícios, entre outras). Inicialmente, o patrimônio cultural deveria representar a nação em seus valores mais caros. Atualmente, concebe-se o patrimônio como expressão da diversidade cultural dos grupos sociais que formam as nações. Por isso, tem sido utilizado como uma forma de afirmação social da identidade desses grupos.

# Aula 2

## Estados Nacionais e patrimônio cultural no século XIX

*Luciano dos Santos Teixeira*

## Meta da aula

Relacionar a constituição da ideia de patrimônio cultural à formação dos Estados-nação no século XIX, mediante a transformação das práticas de preservação em políticas de Estado no mundo ocidental.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. explicar como a Revolução Francesa gerou as primeiras ações e reflexões sobre a preservação do patrimônio cultural, destacando o papel dos museus e dos inventários;
2. relacionar o surgimento dos Estados Nacionais com a noção de patrimônio cultural no século XIX;
3. identificar o contexto histórico de surgimento das práticas de patrimonialização como política de Estado no mundo ocidental;
4. relacionar o papel dos diversos inventários da nação, no século XIX, com as políticas de preservação do patrimônio cultural.

## INTRODUÇÃO

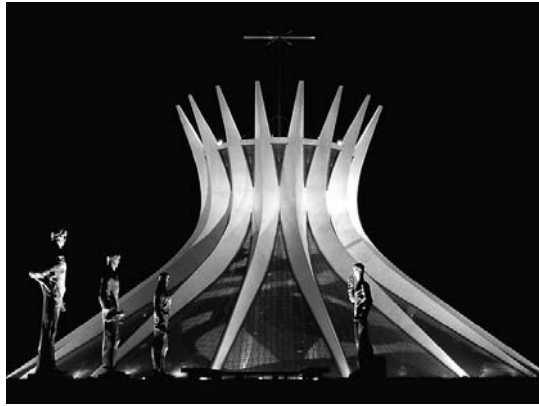
O surgimento da noção de patrimônio é indissociável da formação dos Estados Nacionais. O patrimônio que se pretendia preservar, quando foram instituídas as primeiras legislações de preservação na Europa, no século XIX, era um patrimônio pensado *em termos nacionais*. Esse patrimônio, sobretudo, representava o *passado* nacional. Os monumentos históricos relevantes eram aqueles que rememoravam aspectos e momentos marcantes da história das nações. As catedrais, os edifícios públicos, os palácios eram significativos como parte da história de seus respectivos países.



Ananth BS

**Figura 2.1:** Palácio Mysore, Índia. Foi a residência da antiga família real de Mysore, construído em 1897.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/17/Mysore\\_Palace\\_Front\\_view.jpg/800px-Mysore\\_Palace\\_Front\\_view.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/17/Mysore_Palace_Front_view.jpg/800px-Mysore_Palace_Front_view.jpg).



**Figura 2.2:** Catedral Metropolitana de Nossa Senhora Aparecida, Brasília.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6c/Brazil.Brasilia.01.jpg>.



**Figura 2.3:** Le Capitole: prédio da Prefeitura de Toulouse (França).

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4d/Place\\_du\\_capitole\\_Toulouse\\_FRA\\_001\\_cropped.jpg/800pxPlace\\_du\\_capitole\\_Toulouse\\_FRA\\_001\\_cropped.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4d/Place_du_capitole_Toulouse_FRA_001_cropped.jpg/800pxPlace_du_capitole_Toulouse_FRA_001_cropped.jpg).

Nesta aula, iremos falar sobre os processos históricos mais importantes ocorridos entre os séculos XVIII e XIX, na Europa, sobretudo na França, que contribuíram para o delineamento do conceito de patrimônio cultural.

O avanço no estudo dos processos que engendraram as nações e os nacionalismos no século XIX, ocorrido nas últimas décadas, motivado em grande parte pela intensa discussão sobre o futuro das nações no final do século XX e início do século XXI, provocou o aparecimento de novos enfoques a respeito do surgimento

da noção de patrimônio cultural. Mostraremos, a seguir, alguns desses enfoques, que contribuíram para a melhor compreensão da importância da formação das nações no surgimento do nacionalismo.

## A formação das nações e o nacionalismo no século XIX

Embora o termo *nação*, no sentido de *terra natal*, lugar de onde viemos, remonte à Idade Média, seu uso corrente, tal como o conhecemos, é bem mais recente. Data do período da Revolução Francesa (1789-1799) e relaciona-se diretamente com as disputas pela construção da memória nacional, empreendida pelos revolucionários.

Apesar de a formação dos Estados Nacionais, com a fixação de povos em determinado território e cultura reconhecidos como próprios, dentro de uma nação, seja anterior à Revolução Francesa, os conceitos de nação e nacionalidade ganham novos significados a partir dos profundos movimentos de transformação do mundo ocidental ao final do século XVIII e no começo do século XIX. Foi durante este período que os chamados Estados Modernos reestruturaram-se sobre novos fundamentos.

Com a Revolução Francesa, a progressiva ascensão da burguesia e das ideias liberais, a Europa dos **reinos dinásticos** e de **organização estamental** teve de conviver com formas mais amplas e menos discriminatórias de classificar os indivíduos. O conceito de cidadão começava a se sobrepor às antigas categorizações dos indivíduos que até então estavam atrelados à terra de seu senhor, submetidos às regras ancestrais da aristocracia feudal e ao clero. Com o fortalecimento da crença de que os homens nasceriam livres e iguais, os franceses, por exemplo, ganham um terreno propício para se emanciparem em relação às regras estamentais e questionarem os privilégios da nobreza e do clero.

Associada à ideia de que os homens são iguais e livres, a noção de nacionalidade ganha relevo. Assim, este novo homem

### **Reinos dinásticos**

São reinos governados por uma família, cujos membros sucedem-se no poder por diversas gerações.

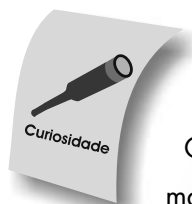
### **Organização estamental**

Organização ou sociedade estamental designa um tipo de organização social tradicional, altamente hierarquizada, baseada na desigualdade de condições, na qual os indivíduos, por nascença, permanecem circunscritos a diferentes categorias (estamentos). A mobilidade social é possível, mas bastante difícil, por conta de barreiras legais, teológicas e econômicas.

passa a ser definido como cidadão, com direitos e deveres redefinidos, representante de uma nação cujos significados estavam também em reconstrução. A França de Luís XVI não era mais a França de Napoleão Bonaparte: o que era essa nova nação? Quem eram esses novos cidadãos? Para entendermos a importância que essas questões assumiram no século XIX, é preciso antes observarmos o que a Revolução Francesa representou em termos de (re)organização de uma memória coletiva e da ideia de uma identidade nacional.

## A ruptura revolucionária e o sentido do novo

Existe um grande debate a respeito dos significados atribuídos à Revolução Francesa e seu real impacto histórico. De qualquer maneira, não resta dúvida que fazia parte das pretensões dos revolucionários franceses a instauração de um novo tempo e de uma nova nação, rompendo com tudo o que representava ou trazia a marca do Antigo Regime – leis, estamentos sociais, símbolos da aristocracia.



### O Antigo Regime

O Antigo Regime designa originalmente o sistema social e político aristocrático, estabelecido na França, sob as dinastias de Valois e Bourbon, entre os séculos XIV e XVIII. Durante este tempo, a sociedade francesa dividia-se em três ordens, estamentos ou Estados: o clero (Primeiro Estado), a nobreza (Segundo Estado) e o Terceiro Estado, que representava a burguesia e os camponeses. Os privilégios dos nobres e do clero, bem como o seu poder sobre o resto da população, eram garantidos pela aliança entre o Primeiro e o Segundo Estados, que neutralizavam as demandas do Terceiro nas assembleias (Estados Gerais).





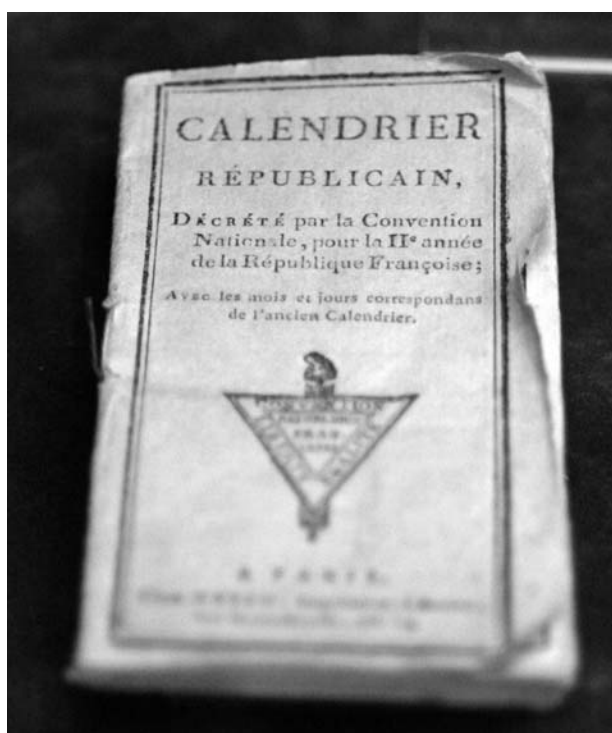
**Figura 2.4:** O Terceiro Estado, carregando o Primeiro e o Segundo Estados nas costas, segundo ilustração da época.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/8e/Troisordres.jpg/300px-Troisordres.jpg>

O período do Antigo Regime representou a transição do feudalismo (a maior parte das terras, principal fonte de riqueza da época, estava nas mãos da aristocracia e do clero) ao capitalismo comercial (com a burguesia ascendendo econômica e politicamente). Em termos sociais, temos a coexistência de uma sociedade estamental e de uma burguesia, que ainda não podia assumir o papel da classe dominante, reservado aos estamentos privilegiados. Politicamente, temos uma monarquia absolutista.

Um dos atos mais simbólicos da Revolução Francesa foi a criação de um novo calendário: o calendário revolucionário francês ou calendário republicano. Criado em 1792 pela Convenção Internacional, ele simbolizava a ruptura com a ordem antiga e o início de uma nova era na história da França – e do mundo ocidental. Buscando se dissociar da herança clerical que impregnava os marcos temporais até então, este calendário eliminava da organização da vida cotidiana as festas religiosas católicas, os nomes de santos

e, sobretudo, o domingo. Em compensação, ele se inspirava nos fenômenos da natureza e nos signos da Revolução e da nova República. Esse calendário só vigorou de 22 de setembro de 1792 a 31 de dezembro de 1805, quando Napoleão Bonaparte ordenou o restabelecimento do calendário gregoriano, e também durante a Comuna de Paris (1871). Durante a revolução, deliberadamente se pretendia apagar os vestígios de uma memória francesa consagrada, que relacionava as origens da pátria às origens da nobreza e do clero.



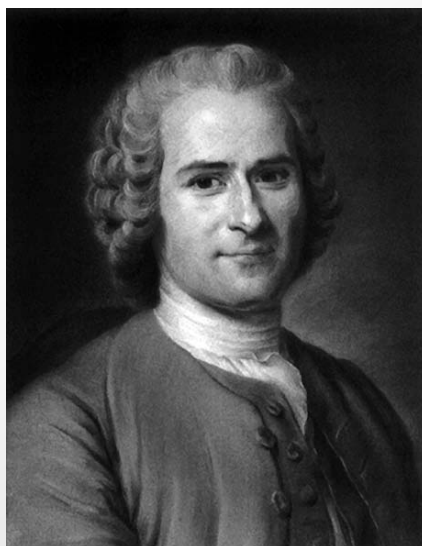
**Figura 2.5:** Um calendário revolucionário francês no Museu de História de Lausanne.  
Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/08/Musee-historique-lausanne-img\\_0143.jpg/150px-Musee-historique-lausanne-img\\_0143.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/08/Musee-historique-lausanne-img_0143.jpg/150px-Musee-historique-lausanne-img_0143.jpg)

Mas, para tanto, era necessária a adoção de outras referências que traduzissem esse anseio de mudança e inovação. Pela dificuldade em se encontrar eventos e personagens históricos que não trouxessem a indesejada marca aristocrática, recorreu-se a símbolos e imagens que remontavam à Grécia Antiga, como um ideal de civilização a ser perseguido.



### **O Iluminismo e a *Enciclopédia*: novas ideias para um novo mundo**

A queda do Antigo Regime não aconteceu como consequência de um único evento. Durante o século XVIII, uma nova corrente de pensamento, chamada Iluminismo (ou Ilustração ou Filosofia das Luzes), ganha grande impulso, principalmente na França, defendendo ideias que se chocavam diretamente com os valores do absolutismo monárquico. O Iluminismo foi um movimento intelectual, encabeçado por importantes pensadores ligados à Ciência, à Filosofia e às Artes. Os iluministas exaltavam a razão esclarecida, a ideia de liberdade, a tolerância de credo e filosófica, e a igualdade jurídica entre os homens em oposição à opressão religiosa, moral e política da época. Eles defendiam a primazia do espírito científico sobre a fé cega, nos dogmas religiosos. A reflexão política era marcada pela teoria do contrato social, pela defesa da participação do povo (burguesia) nas decisões políticas, pela defesa do fim dos privilégios da nobreza e de uma constituição que regesse e limitasse os poderes dos mandatários. No campo econômico, exaltava-se o liberalismo e reivindicava-se o fim do intervencionismo. Montesquieu (1689-1755), Voltaire (1694-1778), Diderot (1713-1784), Rousseau (1712-1778) e Beaumarchais (1732-1799) foram alguns célebres iluministas franceses.



**Figura 2.6:** Jean-Jacques Rousseau.

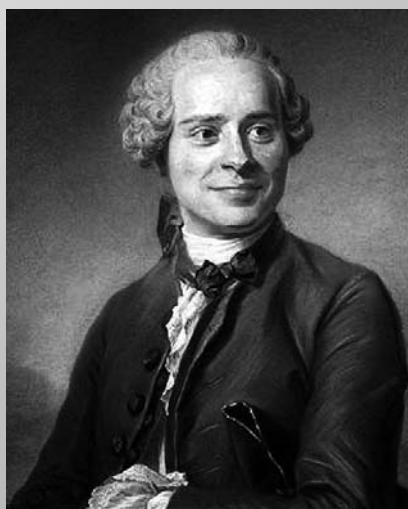
Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/59/Rousseau.jpg/200px-Rousseau.jpg>



**Figura 2.7:** Diderot.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/ad/Louis-Michel\\_van\\_Loo\\_001.jpg/235px-Louis-Michel\\_van\\_Loo\\_001.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/ad/Louis-Michel_van_Loo_001.jpg/235px-Louis-Michel_van_Loo_001.jpg). Diderot par Louis-Michel van Loo, 1767.

Uma das obras mais notáveis do movimento iluminista foi a *Enciclopédia*, a primeira do mundo, editada por Denis Diderot e Jean le Rond D'Alembert. Esta grande obra, lançada entre os anos 1751 e 1777, compreendia mais de 71 mil artigos, sobre os mais diversos assuntos, e quase 3 mil ilustrações. Ela teve a participação de mais de 130 colaboradores, dentre os quais, notáveis figuras da época, como Voltaire, Rousseau e Montesquieu. A publicação tinha como objetivo mudar o modo comum de pensar através da expansão do conhecimento e do desenvolvimento de formas críticas de pensamento, livres do obscurantismo religioso da época. Por sua crítica à Igreja Católica, a *Enciclopédia* chegou a ser banida, mas as edições continuaram a ser produzidas clandestinamente. Ela foi também um vasto *compendium* das tecnologias do período, descrevendo inclusive os mais novos dispositivos da Revolução Industrial no Reino Unido.



**Figura 2.8:** Jean le Rond d'Alembert.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e3/Jean\\_d%27Alembert.jpeg/200px-Jean\\_d%27Alembert.jpeg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e3/Jean_d%27Alembert.jpeg/200px-Jean_d%27Alembert.jpeg)



**Figura 2.9:** Fragmento da capa da *Encyclopédie*, de Diderot e d’Alembert. Na ilustração, a Razão e a Filosofia, à direita, retiram o véu da Verdade, que ilumina toda a composição (pintada por Charles Nicolas Cochin e gravada por Benoît-Louis Prévost, em 1772).

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/93/Encyclopedie\\_frontispice\\_section\\_256px.jpg/200px-Encyclopedie\\_frontispice\\_section\\_256px.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/93/Encyclopedie_frontispice_section_256px.jpg/200px-Encyclopedie_frontispice_section_256px.jpg)

## O vandalismo contra os símbolos do Antigo Regime e a ideia de preservação do patrimônio histórico

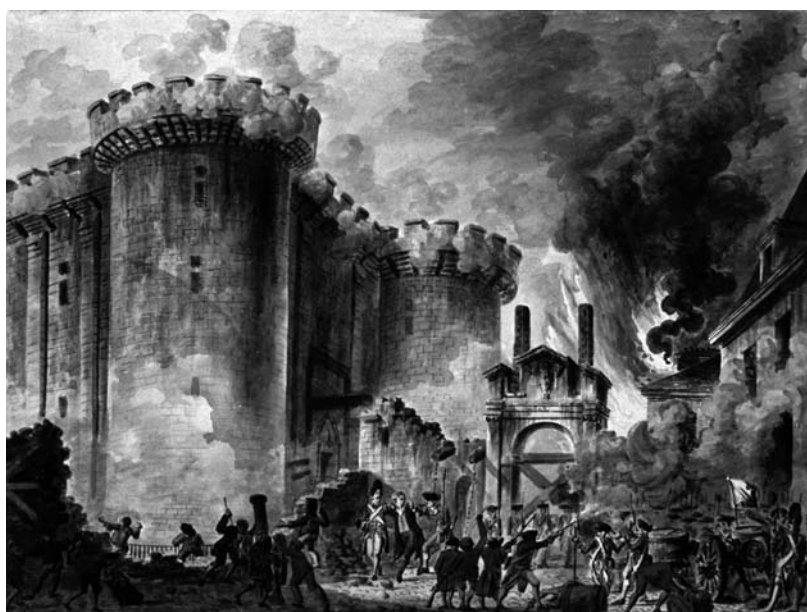
Durante a Revolução Francesa, a disputa ideológica entre aqueles que defendiam o Antigo Regime e aqueles que desejavam romper com este, muitas vezes resultava em ações concretas, por parte dos grupos revolucionários, de destruição dos símbolos da monarquia e do sistema estamental. A ação dos vândalos, depredando monumentos consagrados e destruindo obras de arte do Estado, confiscando monumentos e obras de arte gerou a reação

daqueles que percebiam o perigo que a proliferação dessas ações representaria para a França. Retornaremos a este tema na aula seguinte, com mais detalhes.



**Figura 2.10:** A Bastilha, símbolo do absolutismo francês, antes da Revolução Francesa.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c4/La\\_Bastille\\_20060809.jpg/800px-La\\_Bastille\\_20060809.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c4/La_Bastille_20060809.jpg/800px-La_Bastille_20060809.jpg)



**Figura 2.11:** Tela *Tomada da Bastilha*, de Jean-Pierre Houël (1735-1813).

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4e/Prise\\_de\\_la\\_Bastille.jpg/200px-Prise\\_de\\_la\\_Bastille.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4e/Prise_de_la_Bastille.jpg/200px-Prise_de_la_Bastille.jpg)



## Vandalismo

O termo *vandalismo* vem de vândalo, que deriva de um dos povos bárbaros que invadiu e saqueou o Império Romano em seu período final, contribuindo para a sua queda. No século XVII, nas línguas francesa e inglesa, já era possível encontrar o termo em seu sentido pejorativo, associado à ideia de depredação e destruição. A palavra vandalismo, porém, somente aparece durante a Revolução Francesa, para sinalizar a destruição intencional de obras de arte pelo exército republicano. A partir daí, toda ação motivada contra a arte e a cultura ou, então, a destruição da propriedade pública ou privada passam a ser consideradas como vandalismo. Por trás dessa generalização, contudo, residem motivações e processos políticos bem distintos. Nessa categoria, caberiam tanto aqueles que ajudaram na derrubada (literal) do Muro de Berlim, quanto o saque ao Museu Nacional de Bagdá, durante a invasão norte-americana, em 2003, ou ainda a explosão dos Budas no Afeganistão pelo governo talibã, em 2001.





**Figura 2.12:** O Muro de Berlim e o Portão de Brandemburgo, ao fundo, em 9 de novembro de 1989.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/25/BerlinWall-BrandenburgGate.jpg/220px-BerlinWall-BrandenburgGate.jpg>

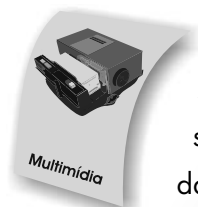


**Figura 2.13:** O nicho vazio, deixado onde antes se erguiam os Budas de Bamiyan, esculpidos na rocha por volta do século V, no Vale de Bamiyan, Afeganistão. Em 2001, por ordem do governo talibã, eles foram destruídos. Todavia, os seus contornos e algumas feições ainda são reconhecíveis entre as ruínas. O maior deles tinha aproximadamente 53 metros de altura e era o Buda mais alto do mundo. Como parte do esforço internacional para reconstruir o Afeganistão depois da guerra do Talibã, o governo do Japão comprometeu-se a reconstruir os dois Budas gigantes.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c8/Bouddhas\\_de\\_B%C3%A2miy%C3%A2n\\_-\\_Aout\\_2005.jpg/150px-Bouddhas\\_de\\_B%C3%A2miy%C3%A2n\\_-\\_Aout\\_2005.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c8/Bouddhas_de_B%C3%A2miy%C3%A2n_-_Aout_2005.jpg/150px-Bouddhas_de_B%C3%A2miy%C3%A2n_-_Aout_2005.jpg)

Em reação às ações destrutivas dos vândalos, durante a Revolução Francesa, elaboraram-se então, as primeiras defesas – teóricas e práticas – desses monumentos históricos. A mais importante talvez seja a criação dos museus como espaços destinados a guardar os tesouros ameaçados da nação. Contra a busca desenfreada pelo *novo*, que marcou o período *revolucionário* entre 1780 e 1800, surgia aos poucos, na França, a consciência de que havia um *legado* da cultura francesa que precisava ser preservado e valorizado.

Em 1790, o especialista em antiguidades e naturalista Aubin-Louis Millin fala pela primeira vez, na Assembleia Constituinte, sobre a importância dos “monumentos históricos”, referindo-se particularmente à demolição da Bastilha. A ideia de conservar um testemunho do Antigo Regime ganha força e, em 1795, Alexandre Lenoir é convocado para a criação do Museu de Monumentos Franceses, no qual eram reunidos os fragmentos dos edifícios que sobreviveram à revolução.



Atualmente, o Museu dos Monumentos Franceses está incorporado ao complexo da Cidade da Arquitetura e do Patrimônio, situada em Paris, perto da Torre Eiffel. Mas não é preciso pegar um avião para conhecê-lo e explorar as suas preciosidades. Basta acessarmos o seu site para fazer uma visita virtual: <http://www.citechaillot.fr/musee.php>.

O museu expõe um panorama da arquitetura e do patrimônio da Idade Média aos nossos dias, através de três galerias principais. A galeria dos moldes apresenta a arquitetura civil e religiosa dos séculos XII e XVIII; a galeria de arquitetura moderna e contemporânea consagra-se aos desenvolvimentos após a Revolução Industrial, e a galeria das pinturas murais e dos vitrais expõe lindos afrescos dos séculos XI ao XVI.



---

### Atende ao Objetivo 1

1. A partir do exemplo do boxe multimídia, faça um levantamento na rede de alguns sites de museus nacionais existentes e procure identificar quais tipos de bens são mais recorrentes nesses museus e quais períodos históricos são mais privilegiados. Compare-os com o exemplo do Museu do Louvre, destacando as diferenças de enfoque de cada um.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### *Resposta Comentada*

Entre as primeiras ações de preservação, está a criação dos museus. Independente da variedade de bens representados, é possível notar em cada museu nacional a ênfase em um aspecto que se quer destacar naquela nação – sejam objetos relacionados à natureza ou a um período particular da História. Por exemplo, o Museu Nacional do Brasil e sua valorização dos aspectos biológicos e naturais.

---

## **O surgimento de uma nova ideia: a preservação de um patrimônio *universal* (da civilização)**

A década de 1830 assinala o instante em que se percebe a importância de se rememorar o passado, não mediante as lembranças cada vez mais distantes, mas através de suas relíquias materiais: as peças arqueológicas e os monumentos históricos. Assim, sob o signo da ruína e da extinção, formulava-se a matriz de um pensamento preservacionista que apontava para a distância cada vez maior entre o presente e o passado.

Vale frisar que a defesa desse patrimônio assumia agora um certo caráter de universalidade. Em outras palavras, era preciso proteger e salvar essas obras e monumentos, não mais porque simbolizavam esse ou aquele período histórico, mas porque, sendo nacionais, eram patrimônio da *civilização*.

É importante notar, ainda, que a consciência da ruptura com a tradição e o passado, fenômeno tão intenso na Revolução Francesa, foi uma característica geral desse momento de profundas transformações que o mundo ocidental viveu entre o final do século XVIII e o início do século XIX. De fato, desde o século XVIII, na Europa, havia uma crença e uma aposta no progresso da sociedade através do espírito crítico – um progresso rumo a uma sociedade cada vez mais civilizada. A ideia de civilização estava ligada a uma moral, baseada numa suposta identidade geral do ser humano, numa sensibilidade comum e na universalidade da razão. A civilização seria a expressão maior do progresso do espírito humano. A humanidade – todas as sociedades humanas – teria como objetivo ir ao encontro de seu destino de civilização. Do contrário, estaria condenada a perder suas conquistas e cair na barbárie. O progresso não seria apenas tecnológico, com a conquista da natureza pela ciência e a razão, mas, sobretudo, moral.

O processo de industrialização, surgido na Inglaterra e, a seguir, expandido para a Europa e os Estados Unidos, assim como os processos de independência das colônias americanas, contribuíram para transformar as bases sociais, econômicas e políticas do mundo ocidental, aprofundando o fosso entre a tradição e o presente. Uma sociedade desenvolvida, avançada, enfim, civilizada, seria justa, adotaria o Estado de Direito com liberdade religiosa, política e de pensamento, onde os indivíduos seriam autônomos e participariam de uma coletividade soberana, capaz de manter as condições de seu próprio aperfeiçoamento científico, produtivo, técnico, institucional e moral, enfim, de promover a “felicidade” e a prosperidade de uma coletividade nacional. O homem civilizado seria culto, urbano, tolerante, cortês e hospitaleiro. Dentro da perspectiva iluminista, esse progresso rumo à civilização se daria de modo homogêneo, progressista e unilinear. Não por acaso, a ideia de *progresso* tornou-se o mote principal de todo o século XIX, tornando o *futuro* um valor inquestionável.



---

### Atende ao Objetivo 2

2. De que maneira surgiu a ideia de um patrimônio da civilização no século XIX?

---

---

---

---

---

## Resposta Comentada

A partir de 1830, a luta pela preservação dos bens nacionais passou a assumir o aspecto de luta por um patrimônio que expressasse a ideia de homem civilizado, corrente na Europa naquele momento. Essa ideia de patrimônio da civilização assentava-se sobre a consciência da ruptura com o passado e com a noção de progresso, importantes a partir do século XVIII. Nascia, então, a concepção de um *novo homem civilizado*: culto, urbano, tolerante, cortês e hospitaleiro.

---

## O nacionalismo no século XIX

Em sua relação com o patrimônio cultural, o nacionalismo na Europa pode ser dividido em três fases: a primeira, entre 1789 e 1815, quando havia apenas uma pequena elite, voltada à conservação do patrimônio cultural, associada às ideias nacionais difundidas na Revolução Francesa; a segunda fase, entre 1815 e 1848, quando essa ideia difundiu-se entre a burguesia europeia, ampliando sua base social; finalmente, após 1848, quando se tornaria um programa político popular.

Se o período revolucionário gerou a tensão entre aqueles que proclamavam o novo como um valor a ser defendido e propagado, destituindo os signos do Antigo Regime, e aqueles que alertavam para os riscos da degradação dos monumentos e das obras de arte, o momento seguinte na França teve como característica principal a elaboração dos chamados *valores patrimoniais*. É o momento em que os Estados Nacionais, em consolidação, assumem como seu dever a proteção *legal* dos monumentos históricos. Nesse instante, surgem as primeiras legislações de preservação do patrimônio.



## Museu do Louvre



**Figura 2.14:** A tela de 1867 *Bonaparte diante da esfinge*, de Jean-Léon Gérôme (1824-1904), ilustra as conquistas do imperador. Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/48/Jean-L%C3%A9on\\_G%C3%A9r%C3%B4me\\_003.jpg/800px-Jean-L%C3%A9on\\_G%C3%A9r%C3%B4me\\_003.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/48/Jean-L%C3%A9on_G%C3%A9r%C3%B4me_003.jpg/800px-Jean-L%C3%A9on_G%C3%A9r%C3%B4me_003.jpg)

Durante o Império Napoleônico, o Museu do Louvre, reformado e embelezado, adotou o nome de *Museu Napoleão*. Com as suas conquistas sobre outros países, Napoleão apossava-se de uma grande quantidade de novas peças, que eram levadas para o Louvre. Com a queda do imperador, em 1815, as nações espoliadas reclamaram seus tesouros e esvaziaram as galerias do museu. Não obstante, o Louvre continuou ganhando novos acervos, vindos das mais diversas coleções, e criando novas formas de agrupar as peças. O museu reuniu, ao longo dos anos, conjuntos de peças das mais diversas fases e episódios da história do país, bem como uma vasta coleção de antiguidades egípcias, bronzes antigos, vasos etruscos, relíquias assírias e artes decorativas medievais, renascentistas e islâmicas.

Passado o influxo revolucionário e o período da expansão napoleônica (até 1815), o início do século XIX assiste, em toda a Europa, ao surgimento do nacionalismo como uma força ideológica nova, que assume a *defesa da nação* como elemento fundamental para o progresso da humanidade. Os teóricos liberais formularam o chamado *princípio das nacionalidades*, que estabelecia a equação: Estado = Povo = Nação, ou seja, a cada povo deveria corresponder um estado territorialmente definido.

O nacionalismo desenvolveu-se, assim, em paralelo à construção dos Estados Nacionais, conforme o século XIX testemunha a lenta desagregação dos antigos impérios e, por outro lado, o processo de unificação de Estados como a Itália e a Alemanha.

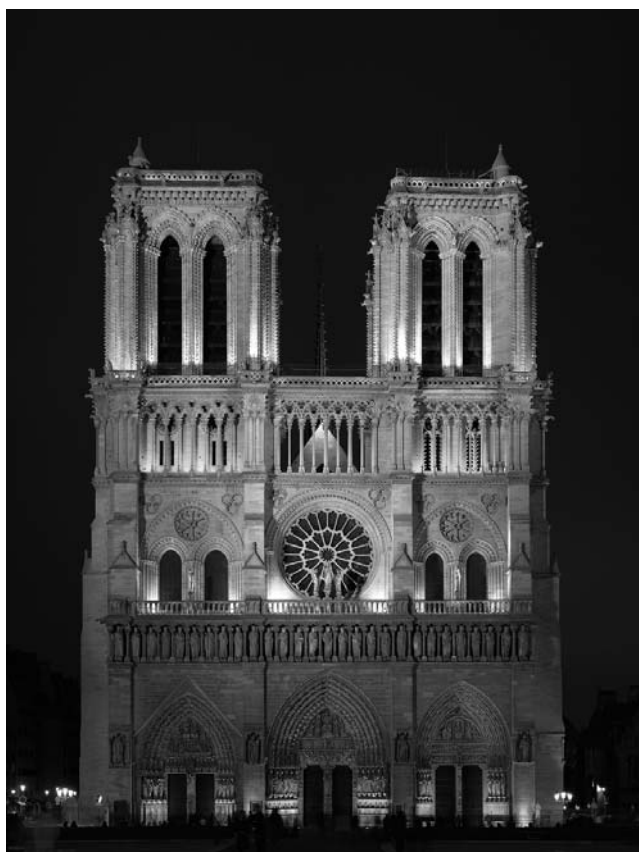
## A história pátria

Em consonância com os princípios liberais e nacionalistas, surgem as primeiras tentativas de se narrar a história dessas nações. A História, enquanto disciplina, passa a fazer parte dos currículos das universidades, e surgem os primeiros cursos de História. O historiador aparece, então, com uma função bem definida: cabe a ele contar a história da nação, ou seja, dos Estados Nacionais. E a História, por sua vez, nesse período, nada mais é do que a *biografia da nação*.

Mas como fazer a biografia de algo – a nação – que era uma novidade histórica? Era necessário estabelecer conexões entre essa nação moderna e o passado. Para isso, os historiadores buscaram as origens *ancestrais* da pátria, recuando da origem da nação até a Idade Média. As tradições eram inventadas. Estabelecendo uma linha de continuidade entre fenômenos distantes no tempo, recorrendo à etnia, à língua e às tradições culturais, os historiadores criaram uma verdadeira genealogia da nação, traçando sua trajetória das origens aos dias atuais. Nesse empreendimento, eles encontram na noção de *patrimônio*, uma aliada fundamental em suas narrativas.



Os monumentos e objetos que compõem esse patrimônio materializam a ancestralidade da nação. Por exemplo, a Catedral de Notre-Dame, em Paris, não é apenas um símbolo da beleza estética universal, mas representa a origem medieval – ancestral – da França. Daí, ser um símbolo da grandeza nacional francesa.



**Figura 2.15:** Fachada de Notre-Dame, cuja construção iniciou-se em 1163.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/31/NotreDameDeParis-1.jpg/250px-NotreDameDeParis-1.jpg>

Esse processo de aproximação entre a História e a preservação do patrimônio tem seu primeiro marco significativo em 1830, quando a França inaugura a primeira intervenção estatal de proteção do *patrimônio*, visto a partir de agora como *nacional*. Coube justamente a um político e historiador – o ministro do Interior François Guizot – a criação por decreto do cargo de inspetor-geral dos Monumentos

Históricos. Os primeiros ocupantes do cargo foram dois especialistas em Idade Média: o historiador e crítico de arte Ludovic Vitet e o escritor Prosper Merimée. Consolidava-se, dessa maneira, a convergência entre uma genealogia da nação e o estabelecimento da proteção legal do *patrimônio nacional*.

Desde então, definiram-se novas normas e instrumentos que completaram o processo de institucionalização da preservação do patrimônio. Em 1837, criou-se, ainda na França, a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, quando se utilizou pela primeira vez o termo *classement* (do qual derivou, no Brasil, já no século XX, o termo *tombamento*).

Em 1887, foi criada a Comissão Superior dos Monumentos Históricos, composta por arqueólogos e arquitetos, com vistas a avaliar o estado dos monumentos nacionais, a necessidade de restaurações e suas condições de segurança.

Em outros países, difundiram-se também as primeiras ações de preservação, mais ou menos no mesmo período. Na Inglaterra, as primeiras leis preservacionistas datam de 1882, complementadas em 1900 pelo Ancient Monument Act, que criava um instrumento administrativo semelhante ao *classement*. No entanto, diferentemente da França, essa proteção limitava-se a monumentos de propriedade do Estado.

Nos Estados Unidos, a iniciativa privada predominou nas ações de preservação, adquirindo maior proeminência apenas no decorrer do século XX, quando também surgiram tentativas de intervenção federal.

Além destes, Grécia, Áustria, Finlândia, Espanha, Portugal, Dinamarca, México, Egito, entre outros, são exemplos de países que, ainda no século XIX, criaram leis de proteção ao patrimônio.



---

## Atende ao Objetivo 2

3. Explique as relações existentes entre o surgimento da ideia de patrimônio cultural e a busca pelas origens ancestrais da nação, ocorrida no século XIX.

---

---

---

---

---

---

---

## *Resposta Comentada*

Sendo uma novidade histórica, os Estados Nacionais do século XIX passaram a buscar estabelecer vínculos com o passado mais longínquo – ancestral –, de modo a se legitimarem historicamente. A noção de patrimônio cultural, materializada nos monumentos históricos, permitiria o acesso a esse passado nacional, através de uma genealogia da nação. No caso francês, por exemplo, as origens da nação remontariam ao período medieval; logo, os monumentos históricos mais representativos da nacionalidade francesa seriam aqueles relacionados a esse período (como a Catedral de Notre-Dame).

---

## A patrimonialização das nações

Os primórdios das práticas de preservação na Europa datam aproximadamente de 1601, quando o Papado e alguns Estados italianos adotaram as primeiras medidas de proteção do seu acervo artístico. Iniciava-se a elaboração de um cânone de obras que deveriam ser objeto de proteção por parte do Estado. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, multiplicaram-se ações que visavam à proteção de monumentos e objetos que objetivavam despertar o “espírito público” e o amor à arte. Esse processo de *legitimação patriótica* servia, ao mesmo tempo, como reafirmação do poder da nobreza e dos critérios de distinção de uma classe de eruditos ligados a ela.



### **O Egito está correto em solicitar ao Museu do Louvre a devolução dos artefatos arqueológicos?**

Em recente controvérsia, o departamento de antiguidades do Egito rompeu laços com o Museu do Louvre. A entidade francesa teria se recusado a devolver artefatos que, segundo os egípcios, foram roubados. Trata-se de quatro artefatos arqueológicos da tumba do nobre Tetaki, perto do templo de Luxor, retirados na década de 1980 e expostos no Louvre. O chefe do departamento de antiguidades do Egito, Zahi Hawass, tem feito da recuperação de peças roubadas uma prioridade. Pretende, ainda, reaver o busto de Nefertiti, mulher do faraó Akhenaton, atualmente no Museu Egípcio de Berlim, e a Pedra de Roseta, exposta no British Museum, de Londres. Recentemente, Hawass conseguiu trazer de volta para o Egito fios de cabelo roubados da múmia de Ramsés II.



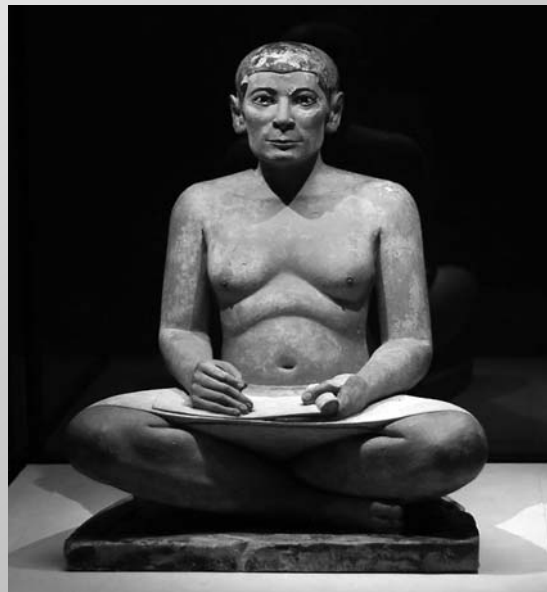
**Figura 2.16:** Busto de Nefertiti (1380-1345 a.C.), Museu Egípcio de Berlim.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f9/Nefertiti\\_bust\\_%28front%29.jpg/450px-Nefertiti\\_bust\\_%28front%29.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f9/Nefertiti_bust_%28front%29.jpg/450px-Nefertiti_bust_%28front%29.jpg)

A “aquisição” de peças que tanto deslumbram os frequentadores dos mais famosos e reputados museus da Europa tem sido questionada cada vez mais. O aumento dos pedidos de repatriação vem ocorrendo com o crescimento da preocupação geral com o que hoje é conhecido como “patrimônio cultural”. Em artigo recente publicado na *Folha de S. Paulo*, a propósito desta controvérsia, o historiador Peter Burke coloca a nu estas práticas no mínimo questionáveis.

Napoleão Bonaparte é famoso por ter incentivado a pilhagem maciça de obras de arte dos países que conquistou, como Itália ou Espanha. Durante a Segunda Guerra, os exércitos alemão, russo e norte-americano levaram muitos tesouros dos países derrotados – que, em muitos casos, tornaram-se acervos museológicos.

E muitos são os exemplos de aquisição ilegítima de artefatos artísticos e históricos que foram parar nos museus da Europa e dos Estados Unidos. Arqueólogos, missionários, exploradores e aventureiros também são personagens-chave desse tráfico de preciosidades para grandes centros ocidentais. Colocados à venda, por intermédios de *marchands* e outros colecionadores, estes objetos acabavam sendo comprados pelos museus, que, de toda forma, não averiguavam a sua procedência. Afinal, mesmo de origem incerta, estes objetos deveriam ser devolvidos aos seus países de origem? Teriam os países modernos o direito de propriedade sobre algo que foi produzido, no passado, em território que antes não era deles?



**Figura 2.17:** O *Escriba sentado*, ano 2600-2350 a.C., Egito. Atualmente parte do acervo do Museu do Louvre.  
Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f5/The\\_seated\\_scribe.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f5/The_seated_scribe.jpg)

Para o historiador, o mundo sairia empobrecido se tudo fosse devolvido, já que a sua exibição em grandes museus públicos proporcionou a um grande número de pessoas a oportunidade de apreciar as realizações de outras culturas. Por um lado, determinados objetos são símbolos de identidade nacional. Por outro lado, os grandes acervos internacionais, como os do Museu Britânico e do Louvre, já não teriam se transformado em parte de uma cultura global? A controvérsia continua no ar.

Como vimos, essa noção de preservação, ligada a uma reafirmação do poder da nobreza e das classes eruditas, e abastadas, sofrerá uma mudança drástica com a Revolução Francesa, que colocou as discussões sobre a preservação do patrimônio em um novo contexto. A partir daí, a *patrimonialização* estará associada às nações em seu sentido moderno e a seu substrato social – o *povo*, tido como o fundamento da nação.

Nesse contexto histórico, em que a cultura torna-se patrimônio e a transmissão desse legado passa a ser vista como tarefa essencial dos Estados Nacionais, a identificação dos elementos constituintes dessa cultura torna-se uma atividade indispensável na delimitação e construção das nações. O inventário de tudo o que compõe esse patrimônio corresponde ao inventário da própria nação, de seu território, de suas riquezas e de sua história.



### Atende ao Objetivo 4

4. O que é um inventário do patrimônio? Vá até o site do Iphan ([www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)) e procure alguns exemplos de inventários existentes. Identifique as metodologias adotadas nesses inventários e relacione os objetos de cada um destes inventários com os tipos de bens reconhecidos como bens patrimoniais (ver Aula 1).

---

---

---

---

---

### Resposta Comentada

Nesse site, temos inventários como o INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais) e o INBMI (Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados). O primeiro, voltado para o patrimônio imaterial, e o segundo, para os bens móveis e integrados. Cada um procura adotar uma metodologia adequada aos seus objetos. Note, por exemplo, que o INRC pode ser utilizado para qualquer tipo de bem patrimonial e pressupõe o envolvimento dos grupos sociais na definição e na gestão destes bens.

---



## O inventário das nações

Simultaneamente ao aparecimento da legislação patrimonial, no início do século XIX, surgiram os primeiros inventários dos monumentos históricos, na França. Às diversas comissões de monumentos, mencionadas anteriormente, cabia a tarefa de levantar todo o patrimônio que atendessem ao “interesse nacional”, o que, na prática, significou uma crescente ampliação e diversificação desse repertório.

Dos inventários artísticos das coleções museológicas aos monumentos históricos, todos esses objetos passaram a ser patrimonializados e, dessa forma, incorporados ao patrimônio da nação, constituindo a propriedade coletiva do povo.

Curiosamente, essa mesma prática dos inventários tornar-se-ia um dos tipos de ação de preservação mais duradouro em todo o mundo. Atualmente, no Brasil, por exemplo, além dos diversos tipos de inventário do chamado patrimônio material, existe o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que visa identificar as expressões culturais do povo brasileiro, ou seja, o patrimônio imaterial, de modo a subsidiar ações de proteção e valorização dessas expressões.

## CONCLUSÃO

No fundo, o que permanece, para além das mudanças nas concepções de patrimônio e cultura, ocorridas nos últimos duzentos anos, é a ideia de que a preservação do patrimônio cultural demanda um conhecimento específico, capaz de legitimá-lo por intermédio de um discurso rigoroso e informado por especialistas. Esta aula (e toda a disciplina Patrimônio Cultural) busca evidenciar que um “discurso imparcial”, dentro da questão do patrimônio, não existe de fato. A patrimonialização, desde o início até hoje, é determinada por um processo histórico, político, ideológico, carregado dos valores e crenças (a ideia de uma tradição “inventada” é um exemplo disso).

## Atividade Final

---

### Atende aos Objetivos 1, 2, 3 e 4

Com base no conteúdo desta aula e na frase a seguir, responda como a questão da construção das nações no século XIX relacionou-se com o patrimônio cultural: “As ruínas dos monumentos dão testemunho não apenas da mão de um operário ou da planta de um arquiteto, mas também dos sentimentos de um povo; elas refletem, para uma pátria, o espírito de uma geração de homens” (JULLIAN, C.1906, apud POULOT, 2009, p. 28).

---

---

---

---

---

### Resposta Comentada

A frase citada ilustra a relação indissociável entre patrimônio cultural e a construção das nações, ocorrida no século XIX. As ruínas dos monumentos são vistas como representativas dos sentimentos do povo, em outras palavras, são representativas da identidade nacional.

Observe a associação entre os aspectos arquitetônicos, correspondentes à grande parte do que se entendia por patrimônio no século XIX, com os valores da nação que se buscava preservar. Ao mesmo tempo, evidenciam as marcas da biografia da nação (as “ruínas dos monumentos”), tal como discutimos nesse texto, enquanto um legado para a pátria.

---

## RESUMO

Desde seu surgimento, a noção de patrimônio foi tributária de um conhecimento erudito e restrito, mais relacionada à História da Arte e da Arquitetura. Ao longo do século XIX, arqueólogos, arquitetos, historiadores, historiadores da arte, geógrafos, entre outros especialistas, começaram a constituir um saber técnico que contribuiria para o mapeamento dessa imensa *coleção* que é a cultura nacional. O objetivo era englobar múltiplas faces da identidade nacional, cujos traços estendiam-se no espaço, por todo o território nacional, e no tempo, por toda sua história, até seu passado imemorial, ancestral. Não obstante, tratava-se da *invenção* de uma identidade e de uma história oficial, já que havia um processo de escolha, por estes especialistas, de quais seriam os aspectos e faces mais significativas da identidade nacional.

O patrimônio, ao representar essa identidade nacional, paradoxalmente, buscava afirmar a grandeza da civilização universal. Esta, por sua vez, de acordo com os pressupostos nacionalistas liberais do século XIX, somente poderia se desenvolver por meio das nações. Nessa tarefa, o patrimônio cultural era convocado a testemunhar o progresso das nações.



# Aula 3

## O Estado e a preservação do patrimônio cultural: a matriz francesa

*Luciano dos Santos Teixeira*

## Meta da aula

Descrever o desenvolvimento das práticas de preservação do patrimônio cultural na França, entre os séculos XIV e XIX.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. apontar o papel dos antiquários na origem das práticas de preservação do patrimônio cultural na França;
2. indicar a dinâmica de destruição e conservação na gênese das práticas de preservação no mundo ocidental;
3. apontar as principais características da matriz francesa de preservação do patrimônio cultural;
4. sintetizar as discussões sobre restauração, surgidas no século XIX, na consolidação desse modelo de preservação;
5. indicar os pontos principais da legislação de proteção do patrimônio na França, contrastando-a com outros modelos de preservação patrimonial (Inglaterra; Estados Unidos; Canadá).

## INTRODUÇÃO

Vimos, na aula anterior, de que maneira a Revolução Francesa contribuiu para uma nova preocupação com as ações de preservação do patrimônio cultural no mundo ocidental, relacionada às questões do novo e da ruptura com a tradição.

Agora, buscaremos aprofundar nossa compreensão a respeito dos modos pelos quais a França contribuiu para configurar uma nova matriz de preservação do patrimônio cultural, que se tornaria bastante influente, particularmente no Brasil, ao longo dos séculos XIX e XX.

### **A dialética da destruição/conservação: a destruição de monumentos e as políticas de conservação do patrimônio**

Durante a Revolução Francesa, a ação do vandalismo revolucionário ameaçava os monumentos históricos na França. Motivadas em grande parte por essas mesmas ameaças, as primeiras ações de preservação ocorreram ainda durante esse período.

Antes dessa época, já existiam ideias a respeito da importância de se preservar monumentos e obras de arte, bem como de sua utilização na promoção de uma certa visão de cultura. Todavia, somente durante o processo revolucionário é que ocorreram as primeiras iniciativas concretas de se proteger esse patrimônio. Porém, para compreendermos a formação do atual modelo de preservação do patrimônio cultural, precisaremos recuar até as atitudes que prepararam o seu surgimento dessa matriz.

## Dos humanistas aos antiquários: os precursores da preservação na França



**Figuras 3.1 e 3.2:** Duas obras exemplares do Renascimento: *David*, de Michelangelo Buonarroti, esculpido em 1504, e *O nascimento de Vênus*, de Sandro Botticelli, de 1485.

Fontes: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d5/David\\_von\\_Michelangelo.jpg/200px-David\\_von\\_Michelangelo.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d5/David_von_Michelangelo.jpg/200px-David_von_Michelangelo.jpg) ; [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f2/Sandro\\_Botticelli\\_046.jpg/800px-Sandro\\_Botticelli\\_046.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f2/Sandro_Botticelli_046.jpg/800px-Sandro_Botticelli_046.jpg)



Durante o Renascimento (séculos XV e XVI), desenvolveu-se o culto da Antiguidade greco-romana (Antiguidade Clássica) entre os chamados humanistas letrados e artistas. Eles se inspiravam nas obras de arte clássicas para elaborar um novo ideal de beleza, em oposição àquele predominante no Ocidente medieval. Esse culto dava-se principalmente através da celebração das obras literárias e artísticas herdadas da Antiguidade. Os poemas homéricos (*Ilíada* e *Odisseia*), a *Eneida* de Virgílio, os livros de história de Tácito e Suetônio, entre outros, aliados às esculturas e ruínas arquitetônicas remanescentes da Antiguidade Clássica, serviram de inspiração para que os humanistas criassem seu próprio ideal de humanidade e de beleza artística.





**Figuras 3.3 e 3.4:** Personagens da *Iliada*, de Homero, representados em diferentes épocas: *Aquiles*, esculpido em mármore, por volta de 240 d.C., e *Helena e Páris*, em pintura de 1788, de Jacques-Louis David.

Fontes: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/10/Achilles\\_by\\_Lycomedes\\_Louvre\\_Ma2120.jpg/200px-Achilles\\_by\\_Lycomedes\\_Louvre\\_Ma2120.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/10/Achilles_by_Lycomedes_Louvre_Ma2120.jpg/200px-Achilles_by_Lycomedes_Louvre_Ma2120.jpg); [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/8d/Helene\\_Paris\\_David.jpg/220px-Helene\\_Paris\\_David.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/8d/Helene_Paris_David.jpg/220px-Helene_Paris_David.jpg)

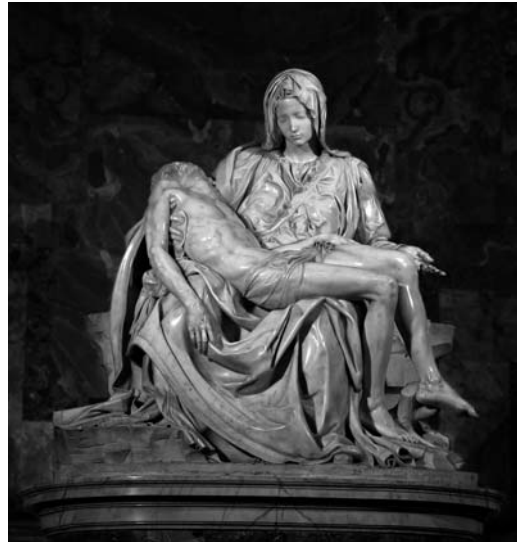
Pode-se perceber nessa recriação, idealizada do passado greco-romano, um primeiro esforço de preservação cultural, por meio da representação literária desse passado.

Na obra dos arquitetos que se debruçavam sobre as relíquias e edifícios da idade clássica, havia o esforço em se recompor um ideal de passado, mais do que uma reconstituição fidedigna de suas características formais. A própria palavra *restauro*, nesse momento, significava a recriação imaginativa das obras de arte, não sua reprodução fiel.

Em outras palavras, entre os séculos XIV a XVI, o que predominou foi um tipo de pensamento preservacionista que se

preocupava muito mais com uma imagem do passado, tomada como fonte de inspiração para o presente, do que com a situação concreta dos bens herdados desse passado.





**Figura 3.5, 3.6 e 3.7:** Obras da Renascença com inspiração na estética clássica greco-romana: o *Tempietto* (Templo) na Igreja de San Pietro in Montorio, de Bramante, feito em 1502; *A Escola de Atenas*, de Rafael Sanzio, de 1509; e *Pietà*, de Michelangelo, feita em 1499.

Fontes: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/81/Tempietto.jpg/90px-Tempietto.jpg>; [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c8/Rafael\\_-\\_Escola\\_de\\_Atenas.jpg/220px-Rafael\\_-\\_Escola\\_de\\_Atenas.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c8/Rafael_-_Escola_de_Atenas.jpg/220px-Rafael_-_Escola_de_Atenas.jpg); [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/65/Pieta\\_de\\_Michelangelo\\_-\\_Vaticano.jpg/250px-Pieta\\_de\\_Michelangelo\\_-\\_Vaticano.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/65/Pieta_de_Michelangelo_-_Vaticano.jpg/250px-Pieta_de_Michelangelo_-_Vaticano.jpg)

Entre o século XVII até o início do século XIX, surge a figura do antiquário, responsável por dar continuidade ao trabalho dos humanistas em relação ao *culto das antiguidades*. Os antiquários eram eruditos que se especializavam no conhecimento de objetos da arte greco-romana e que formavam uma rede de pesquisadores, espalhados por toda a Europa. De origens e formações diversas, religiosos, burgueses, aristocratas, cientistas e artistas representaram um novo grupo, voltado para a preservação do passado, dando continuidade ao trabalho dos humanistas.

Os antiquários colecionavam “reliquias antigas”, sob a forma de medalhas, brasões, reproduções iconográficas, ou seja, todos os fragmentos que pudessem trazer mais informações sobre a cultura clássica. Eles realizaram um verdadeiro inventário do passado europeu, que abrangia desde os grandes monumentos (edifícios religiosos e civis) até os diversos tipos de acessórios da vida quotidiana (moedas, selos, ornatos).



### O Museu de Cluny: a Idade Média resgatada pela paixão de um colecionador



**Figura 3.8:** Alexander Du Sommerard, grande colecionador de peças medievais.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/37/AlexandreDuSommerard.jpg/460px-AlexandreDuSommerard.jpg>

O Museu Nacional da Idade Média (Musée National du Moyen Âge) está instalado sobre dois monumentos parisienses excepcionais: as termas galo-romanas (séculos I a III d.C.) e o Hotel de Cluny (construído em 1334). Em 1833, Alexandre Du Sommerard, um dedicado colecionador e arqueólogo francês, mudou-se para o imóvel. Ele foi o responsável por salvar da completa destruição uma grande quantidade de peças medievais, como: vasos, móveis e utensílios, que vinha colecionando e catalogando há anos. O próprio Hotel de Cluny, ao ser comprado por ele, também foi salvo do desaparecimento.



**Figura 3.9:** A dama com unicórnio. Tapeçaria feita entre 1484 e 1500. Origem: França/Países Baixos. Museu de Cluny.  
Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/be/The\\_Lady\\_and\\_the\\_unicorn\\_Desire.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/be/The_Lady_and_the_unicorn_Desire.jpg)



Marietan Nguyen

**Figura 3.10:** Relicário com apóstolos e anjos, do final do século XIII. Museu de Cluny.  
Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/a8/Reliquary\\_apostles\\_angels\\_MNMA\\_CI19966.jpg/593px-Reliquary\\_apostles\\_angels\\_MNMA\\_CI19966.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/a8/Reliquary_apostles_angels_MNMA_CI19966.jpg/593px-Reliquary_apostles_angels_MNMA_CI19966.jpg)



Marietan Nguyen

**Figura 3.11:** Estátua de Adão, proveniente da Catedral Notre Dame, de Paris. Por volta de 1260, Museu de Cluny.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c6/Adam\\_Notre-Dame\\_MNMA\\_CI11657.jpg/300px-Adam\\_Notre-Dame\\_MNMA\\_CI11657.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c6/Adam_Notre-Dame_MNMA_CI11657.jpg/300px-Adam_Notre-Dame_MNMA_CI11657.jpg)

Por muito tempo, ele foi praticamente a única pessoa em Paris que colecionava estas “curiosidades” que posteriormente se tornaram alvo de tanta atenção e estudo. Du Sommerard, aos poucos, foi ganhando imitadores. Com a sua morte, o Museu de Antiguidades Nacionais, criado por ele, foi incorporado ao Estado francês e transformou-se em 1843 no Museu Nacional da Idade Média. Enriquecidas ao longo dos anos, as coleções oferecem hoje um panorama único sobre a arte e a história dos homens, através de quinze séculos, da Gália romana até o começo do século XVI.

Para fazer uma visita virtual ao museu, acesse o link: <http://www.musee-moyenage.fr/>

Paralelamente ao trabalho dos antiquários, desenvolveu-se pouco a pouco um culto às antiguidades nacionais, que buscava afirmar a importância da tradição ocidental cristã em comparação com a tradição clássica. Dentre os objetos e vestígios materiais recolhidos pelos estudiosos, grande parte era composta de obras de arte de origem cristã, que receberam a denominação de góticas. Este termo englobava quase toda a arquitetura religiosa cristã do século VI ao XV. Assim, o termo antiquário ampliou-se, pois passou a designar aqueles colecionadores não somente do passado greco-romano, mas também de todas as referências do passado da Europa.



### A arte gótica



**Figura 3.12:** Catedral de Notre Dame de Reims, exemplo da arte gótica.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e1/Reims\\_Kathedrale.jpg/230px-Reims\\_Kathedrale.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e1/Reims_Kathedrale.jpg/230px-Reims_Kathedrale.jpg)





**Figura 3.13:** Igreja da abadia de Saint-Denis (fachada setentrional), litografia de Félix Benoist (por volta de 1850).

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c7/FelixBenoistStDenis.jpg/250px-FelixBenoistStDenis.jpg>

A arte gótica foi um movimento cultural e artístico que se desenvolveu durante a Idade Média (século XII) até o Renascimento (século XVI). O movimento começa na França e expressa-se, sobretudo, na arquitetura das catedrais, em que se explora a verticalidade dos edifícios, ao mesmo tempo, criando-se a sensação de leveza, através de paredes mais finas, pelo uso de grandes janelas, vitrais, torres, ornadas por rosáceas, arco de volta quebrada e telhados em forma de pirâmide. O termo gótico surge no Renascimento (embora as construções góticas sejam anteriores a ele) com um sentido pejorativo, ligado aos godos, povo que se-meou a destruição da Roma antiga, em 410. Somente alguns séculos mais tarde, durante o Romantismo (século XIX), a arte gótica passa a ser valorizada.

Contudo, a mais significativa inovação trazida pelos antiquários diz respeito ao privilégio que é dado à imagem como fonte dotada

de maior autoridade do que os textos escritos, ou seja, ela seria um modo de representação da realidade mais preciso e transparente do que qualquer outra expressão (como a literatura ou a música). De certa maneira, essa inversão de perspectiva corresponde à valorização do real e da observação da natureza e do homem que se verifica com o advento das ciências naturais, a partir do século XVII. Um exemplo disso é o aumento no uso das ilustrações nas publicações dos antiquários e, mais ainda, a valorização da reprodução *in loco* dessas imagens. A intenção era proporcionar uma descrição a mais fiel possível da realidade antiga e não mais, como no Renascimento, uma idealização dessa realidade.

Conforme diz Françoise Choay,

Para os humanistas do século XV e da primeira metade do seguinte, os monumentos antigos e seus vestígios confirmavam ou ilustravam o testemunho dos autores gregos e romanos. Mas, dentro da hierarquia da confiabilidade, eles estavam abaixo dos textos que conservavam a autoridade incondicional da palavra. Os antiquários, ao contrário, desconfiam dos livros, principalmente quando escritos por "historiadores" gregos e latinos. Para eles, o passado revela-se de modo muito mais seguro pelos seus testemunhos involuntários, por suas inscrições públicas e, sobretudo, pelo conjunto da produção da civilização material (CHOAY, 2006, p. 62-63).

Apesar de todo esse grande esforço de recuperação e preservação dos vestígios do passado, todo o trabalho dos antiquários, assim como o trabalho dos humanistas antes deles, não resultou em ações concretas de conservação desses bens. À exceção da Inglaterra, nos demais países europeus, os antiquários tiveram o papel de atribuir importância ao passado que, naquela época, estava esquecido ou em vias de se perder. Essa tarefa dos antiquários, no entanto, não implicou a preocupação com a defesa concreta desses bens, nem levou a qualquer reflexão que buscasse conservar as obras de arte e edifícios herdados da Antiguidade.



---

### Atende ao Objetivo 1

1. O termo antiquário, que em língua portuguesa aparece mais associado ao comércio de antiguidades, possuía uma acepção bem definida na Europa dos séculos XVII e XVIII. Relacione as atividades desses antiquários e o surgimento uma mentalidade preservacionista no mundo ocidental.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### *Resposta Comentada*

O culto ao passado que caracterizou os antiquários serviu de base para estudos que constituíram um verdadeiro inventário dos monumentos e obras de arte da Antiguidade greco-romana (clássica) e, pouco a pouco, também das antiguidades nacionais, relacionadas à Idade Média. Além disso, os antiquários representaram uma novidade em relação a seus antecessores, os humanistas, por privilegiar um elemento antes considerado como de importância secundária: a imagem como fonte mais confiável de informações sobre o passado. Dessa forma, valorizando as imagens, os antiquários abriram caminho para um novo olhar sobre os vestígios do passado.

## A Revolução Francesa e o início das ações de preservação

Uma das primeiras medidas tomadas durante a Revolução Francesa foi o confisco dos bens, pertencentes à Igreja Católica, aos emigrados e à própria monarquia francesa. O objetivo era evidentemente econômico, pois visava à apropriação desse patrimônio – aqui entendido basicamente, no sentido jurídico, como herança – pelo povo francês.

Dentre os bens dessa imensa herança, havia obras de arte e monumentos históricos de todos os períodos (da Antiguidade clássica e da Antiguidade nacional) e tipos (esculturas, edifícios, ornamentos). Todos esses bens, por conta da sua transferência para o governo revolucionário, passavam a ter um novo (e duplo) valor: de um lado, econômico, por ser contabilizado nos cofres do Estado, e, de outro, nacional, por ser visto como pertencente ao povo.

Procurando transformar esse grande tesouro apreendido em dinheiro corrente, o governo francês procurou vender parte desse patrimônio para particulares que poderiam pagar por ele. Aquilo que não podia ser vendido ou que gerava dúvidas sobre como ser avaliado, passou a ser considerado em seu *valor simbólico*.

Para essa tarefa, logo em seguida, o governo revolucionário nomeou uma *comissão de monumentos* com o objetivo de inventariar e classificar (tombar) os bens confiscados. A primeira decisão da comissão foi dividir os bens em móveis e imóveis. Os bens móveis foram enviados para espaços especialmente destinados ao seu armazenamento e à sua exposição. Esses novos espaços eram os museus, cujo intuito era instruir a nação.

Na época da instalação dos primeiros museus, não havia uma maior clareza sobre os critérios de seleção daquilo que deveria constituir seus acervos. Isto dava margem a diversas disputas e reviravoltas em torno do assunto, ao sabor das circunstâncias políticas do período revolucionário. Apenas o Museu do Louvre conseguiu se consolidar como um espaço de exposição das relíquias

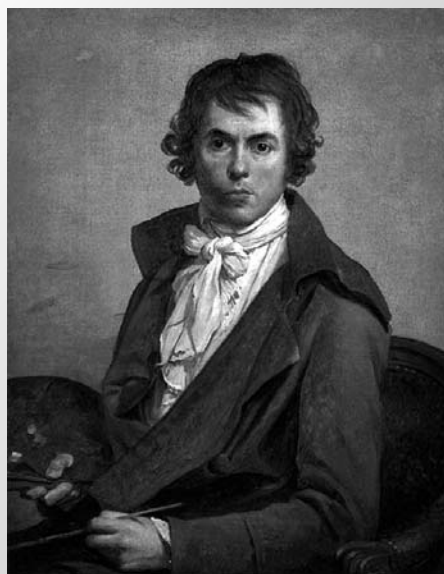
da nação e da civilização, tornando-se a matriz para os demais museus de todo o mundo.

A partir de 1792, houve a radicalização dos revolucionários, no período conhecido como Terror. O que antes era confisco para aumentar e socializar a renda nacional torna-se uma onda geral de destruição premeditada de todos os símbolos que remetessem ao clero e à nobreza.

Não se tratava de mera destruição, mas de uma atitude deliberada de se apagar uma parte ou um aspecto do passado nacional em detrimento do qual se pretendia erguer uma nova civilização. Muitas vezes, pregava-se o reaproveitamento de materiais extraídos de obras de arte que carregariam símbolos da odiada aristocracia em novas obras de arte como, por exemplo, propôs o pintor David, em 1793.



### Jacques-Louis David: um pintor da Revolução



**Figura 3.14:** Autorretrato de 1794.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c6/David\\_Self\\_Portrait.jpg/466px-David\\_Self\\_Portrait.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c6/David_Self_Portrait.jpg/466px-David_Self_Portrait.jpg)

David nasceu em Paris, em 1748. Aos 18 anos, entrou para a Academia Real de Pintura e Escultura da França e, em 1774, foi estudar na Itália. Ali, visitou as ruínas de Herculano, as coleções de antiguidades de Pompeia e os templos dóricos de Pesto, experiências fundamentais em sua obra. De volta a Paris, as suas obras afirmavam a simplicidade e a austeridade estoicas antirroco. O quadro *Juramento dos Horácios*, de 1785, representou uma renovação artística e um manifesto político contra a corrupção da aristocracia e pelos princípios morais da Roma republicana. No início da Revolução, David ligou-se aos jacobinos, foi eleito para a Convenção Nacional em 1792 e votou pela execução de Luís XVI. Durante o Terror, como membro da Comissão Parlamentar de Arte, David substituiu a Academia Real por uma Sociedade Popular e Republicana das Artes. Nesta época, David ocupou-se com a propaganda revolucionária, deixando de lado a sua produção em pintura. Em 1799, sua obra *A intervenção das Sabinas* foi considerada um manifesto de reconciliação e de pacificação da sociedade francesa. Napoleão Bonaparte também utilizou o talento de David em benefício próprio. Foi David o autor do famoso quadro *Consagração do imperador Napoleão I* (1807). Com a queda de Napoleão, David foi exilado em Bruxelas, onde morreu em 1825.

Fonte: <http://www.arqnet.pt/portal/biografias/david.html>



**Figura 3.15:** *A intervenção das sabinas.*

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/70/Sabine\\_women.jpg/220px-Sabine\\_women.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/70/Sabine_women.jpg/220px-Sabine_women.jpg)



**Figura 3.16:** Detalhe do quadro *Consagração do imperador Napoleão I.*

Fonte: <http://www.artelista.com/La-uncion-de-Napoleon-y-coronacion-de-la-emperadora-Josefina-MS/03/mwm02319.jpg>

Ao mesmo tempo em que se radicalizava a tentativa de destruição dos símbolos e emblemas que remetiam ao Antigo Regime, no próprio governo revolucionário surgiam *decretos* e *ações*

que demonstravam a preocupação em se preservar monumentos e obras artísticas que, apesar de sua simbologia, eram vistos como de valor nacional e histórico. O governo buscava, com isso, pelo menos, minimizar os efeitos do vandalismo. Assim, a tensão interna colocava em questão uma série de valores que estariam em jogo:

- O que esses monumentos representavam para a nação francesa?
- Qual patrimônio proteger?
- Como pano de fundo, o que era essa nação francesa?
- Qual passado refletiria melhor a sua identidade?

Assim, a partir deste embate entre destruição e preservação do legado do Antigo Regime, uma nova forma de se pensar e organizar o patrimônio da nação começou a ganhar contornos mais nítidos.

## **A matriz francesa**

Note-se que, nesse período de grande efervescência política e cultural, já se apresentavam bem definidas diversas características que viriam a constituir a matriz preservacionista francesa. Estas, por sua vez, balizariam várias ações de preservação no mundo, inclusive no Brasil.

Em primeiro lugar, a própria ideia de um patrimônio nacional é concebida nesse momento. A partir de uma circunstância particular – o confisco das riquezas para os cofres públicos –, os monumentos históricos e todas as obras de arte apreendidas passaram a ser encarados como constituintes de um patrimônio da nação. Dessa forma, por uma medida política e uma necessidade econômica, criou-se um enorme acervo de bens que precisavam ser classificados e inventariados. Eles deveriam também ser homogeneizados, ou seja, deveriam ser vistos como dotados de um mesmo valor simbólico para a nação, independente de seu real valor econômico.



Uma segunda novidade dessa época, surgida pelo efeito da homogeneização simbólica, foi a noção de *monumento histórico*. Esta abarcaria objetos de natureza bem diferente, como uma igreja, um quadro e um palácio, colocando-os em um mesmo plano de importância.

Um terceiro elemento que surgiu nesse período foi a criação de todo o ordenamento jurídico necessário para se garantir a proteção legal desse patrimônio. Uma das mais importantes medidas foi a instituição do *classement*, em 1837, termo francês que significa classificação, arquivamento e que, no Brasil, serviu de inspiração para a criação da figura jurídica do tombamento. Os bens *classés* eram protegidos ao terem o seu uso limitado: não podem ser negociados nem ser livremente alterados.

Para que o *classement* fosse efetivo, era preciso que se fundamentasse em um processo rigoroso de inventário. Nisso, também, a primeira comissão de monumentos foi pioneira, inclusive estabelecendo a divisão entre bens móveis e imóveis que se manteria até hoje no país. Da mesma forma, esta divisão foi mais tarde apropriada pela legislação patrimonial brasileira.

Tombado (ou classificado) o patrimônio, era preciso criar regras de gestão e, principalmente, técnicas de conservação que garantissem a perpetuação desse legado. Os revolucionários preocuparam-se não apenas em instaurar um tempo novo, mas em assegurar que ele duraria. Diversos projetos foram elaborados para cuidar dessa conservação e, ainda que não tenha havido uma continuidade, lançaram as bases para se pensar a organização metódica do patrimônio.

Por fim, mas não menos importante, a iniciativa da proteção do patrimônio foi realizada pelo Estado, que adquiriu uma feição centralizadora. A definição do que constituiria o patrimônio nacional cabia, nesse primeiro momento, exclusivamente ao Estado francês. No Brasil, este caráter centralizador e estatizante de preservação foi adotado. Somente no final do século XX, a França assistiria a uma descentralização administrativa de suas ações de preservação.



### Atende aos Objetivos 2 e 3

2. Enumere as principais características do modelo francês de preservação patrimonial. Agora, relacione como os acontecimentos da Revolução Francesa podem ter influenciado as ações de preservação do patrimônio no Brasil.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta Comentada

O modelo francês representou a primeira tentativa de uma política pública de preservação, inspirando instituições e leis que foram adotadas em diversos países. Uma de suas características mais importantes foi o papel centralizador do Estado, definindo as regras e ações de preservação do patrimônio. Nesse contexto, surgiu o conceito de monumento histórico e, posteriormente, de bens móveis e imóveis. O Estado criou um ordenamento jurídico para organização metódica do patrimônio. O *classement* foi uma das medidas mais importantes para a proteção dos bens. Os bens passaram a ser inventariados e classificados, a partir do conhecimento de especialistas. Regras de conservação e restauro foram desenvolvidas para garantir a continuação desse legado. O Brasil teve forte influência do modelo francês, principalmente quando adotou o modelo estatal e centralizador de organização do patrimônio: o *classement* que, no Brasil, foi adaptado como tombamento, e a divisão dos bens em móveis e imóveis. Sendo assim, a gênese da preservação

patrimonial na França, consequência da época denominada *Terror*, pode ser vista como a gênese da preservação de todo o Ocidente, inclusive do Brasil.

---

## O século XIX e a consolidação do patrimônio

Vimos como os museus surgiram durante a Revolução Francesa com a finalidade de expor e, assim, pedagogicamente, instruir a nação francesa a respeito de sua própria história, com suas glórias e sua lição de civilidade. Essa missão consolidou-se e ampliou-se no período napoleônico, com as conquistas e expropriações que o exército francês realizou na Europa e em outras partes do mundo, incorporando bens de todas as civilizações, em toda sua beleza artística e sua importância histórica.



**Figura 3.17:** Guizot, em desenho de David W. Bartlett.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5c/Fran%C3%A7ois\\_Guizot\\_-\\_Project\\_Gutenberg\\_eText\\_16943.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5c/Fran%C3%A7ois_Guizot_-_Project_Gutenberg_eText_16943.jpg)

Em 1830, o ministro do Interior, François Guizot, cria o cargo de inspetor geral dos monumentos históricos. O relatório que ele apresenta ao rei, para justificar a criação do cargo, é bastante representativo da mentalidade daquela época sobre a riqueza histórica da França e a importância de se preservar seu legado civilizatório.

Os monumentos históricos que cobrem o solo da França causam admiração e inveja à Europa erudita. Tão numerosos quanto os dos países vizinhos e mais variados, eles não pertencem apenas a uma determinada época da História, mas formam uma série completa e sem lacunas; desde os druidas até os nossos dias, não há uma época memorável da arte e da civilização que não tenha deixado em nossa terra monumentos que a representem e expliquem (CHOAY, 2001, p. 259).

Nas primeiras décadas do século XIX, passado o impacto inicial da Revolução Francesa e já sob o signo do nascente nacionalismo liberal que crescia em toda a Europa, a França continuou a se ver diante do desafio de cuidar de seu patrimônio.

Como vimos, os antiquários desenvolveram estudos que solidificaram a preocupação com os vestígios das antiguidades clássicas e nacionais, recolhendo e trocando informações diversas sobre esse material. Porém, foi a ação do Estado francês, durante a Revolução, que de fato lançou as bases de uma ação efetiva de preservação do patrimônio. Ainda assim, a obra dos antiquários constituía o fundamento sobre o qual se erguiam os critérios e valores que orientaram as decisões dos primeiros legisladores do patrimônio.

Nas primeiras décadas do século XIX, entretanto, essa situação começou a se alterar com o aparecimento de uma nova categoria: o *historiador da arte*. Seu objeto de estudo era exatamente o *monumento histórico*. Os historiadores da arte pretendiam sistematizar o estudo das técnicas, da morfologia e das fontes, estabelecendo ainda cronologias, especialmente da arquitetura, mas também da pintura, escultura e demais artes plásticas. Com eles, desenvolveu-se um corpo de conhecimentos novos e especializados, ligados à questão da conservação/restauração.

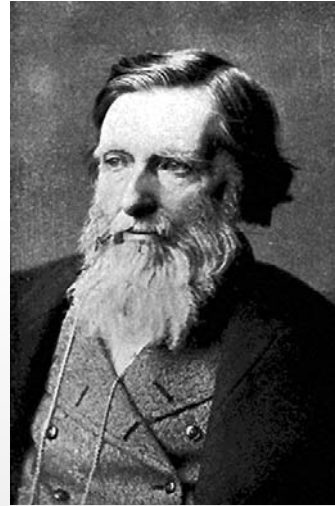
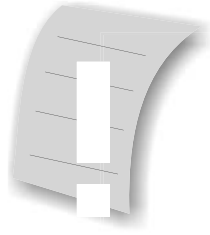
## **Teóricos e princípios da restauração**

A história da arte, enquanto disciplina, marcou o início de uma nova fase nas discussões e práticas de preservação que começavam a se consolidar na Europa. E, ainda, ao longo do século XIX, um novo tipo de conhecimento, ligado à história da arte, desenvolveu-se no mesmo período: a teoria da *restauração arquitetônica*, cujos principais teóricos eram Viollet-le-Duc, John Ruskin e Camillo Boito. Eles adotaram posições críticas que balizaram todas as discussões posteriores sobre o tema.

O crítico de arte inglês John Ruskin defendia a não intervenção nos monumentos históricos. Dentro de sua perspectiva, o valor dos monumentos era primordialmente de vestígios de um passado irrecuperável. Se os monumentos tivessem recebido intervenções ao longo de sua história, tais marcas não deveriam ser apagadas, segundo a perspectiva de Ruskin. Apagar essas marcas significaria apagar a própria história desses bens, as marcas do tempo impressas nas edificações. Enquanto testemunho desse passado, o monumento deveria ser reverenciado tal como estava – mesmo que fosse simples ruína –, pois aí residiria a expressão da história do esforço humano.

Nesse sentido, tanto os monumentos excepcionais quanto aqueles ligados ao mundo doméstico e do trabalho deveriam ser preservados. Intervir nesses vestígios seria uma violação desse

legado, que não nos pertenceria, pois foi produzido pelo passado. Os monumentos deveriam ser conservados para o futuro de modo intocado, sem se interferir na ação natural do tempo sobre ele.



**Figura 3.18:** Ruskin em 1879.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fe/Ruskin.png>

John Ruskin nasceu em 8 de fevereiro de 1819, em Londres. Tornou-se conhecido como poeta, crítico de arte e pensador social, sempre ligado ao movimento romântico. Desde 1869, foi professor de Belas-Artes, em Oxford. Dentre suas obras mais importantes está *As sete lâmpadas da arquitetura*, publicada em 1849, onde define sua profissão de fé contra as práticas de restauração que se desenvolviam na Europa. Faleceu em 20 de janeiro de 1900.

Fonte: <http://www.victorianweb.org/authors/ruskin/pm/chronology.html>

O engenheiro francês Viollet-le-Duc, ao contrário, pregava a restauração dos monumentos, com o objetivo de recuperá-los não exatamente como foram criados, mas enquanto um *ideal de monumento*. Essa idealização obedeceria a critérios técnicos, estilísticos e pragmáticos, definidos pelos conhecimentos do restaurador. A restauração arquitetônica seria uma interpretação sobre a obra, uma forma de recuperação de um ideal artístico do passado. Dessa forma, procurava-se restaurar o valor histórico-artístico do bem, eliminando-se qualquer elemento que descaracterizasse sua autenticidade estética.

Portanto, justificava-se a eliminação das interposições que houvessem sido feitas ao longo do tempo e que estariam alterando a feição original dos monumentos. Na visão de Viollet-le-Duc, a verdadeira arquitetura francesa era a arquitetura do século XIII – a arquitetura gótica. Portanto, qualquer restauração deveria tentar recriar esse modelo ideal, ainda que isso implicasse a alteração dos aspectos formais que se apresentavam no momento da ação do restaurador.



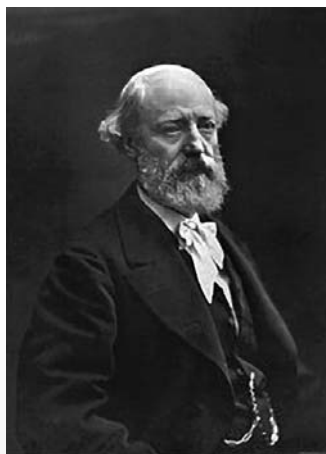
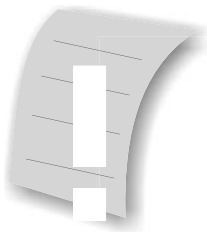


**Figuras 3.19 e 3.20:** Dois exemplos interessantes dos trabalhos de restauração executados por Viollet-le-Duc foram a inclusão das gárgulas nos parapeitos da Notre Dame de Paris (1845-55) e a restauração da cidade medieval de Carcassonne (1853), onde ele introduziu tetos cônicos nas edificações, o que nunca existira na sua forma original.

Fontes: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e4/Notre\\_dame-paris-view.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e4/Notre_dame-paris-view.jpg); [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f4/Cit%C3%A9\\_de\\_Carcassonne%2C\\_woman\\_on\\_wall.jpg/180px-Cit%C3%A9\\_de\\_Carcassonne%2C\\_woman\\_on\\_wall.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f4/Cit%C3%A9_de_Carcassonne%2C_woman_on_wall.jpg/180px-Cit%C3%A9_de_Carcassonne%2C_woman_on_wall.jpg)

Ao buscar os traços originais do monumento, eliminando aquilo que fora acrescentado em intervenções posteriores e recriando as características que estariam mais próximas do formato original do monumento, a atitude de Le-Duc revelava uma concepção da arte como um documento de sua época, diferente de Ruskin que concebia o monumento como objeto a ser reverenciado.





**Figura 3.21:** Viollet-le-Duc.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4d/Eugene\\_viollet\\_le\\_duc.jpg/200px-Eugene\\_viollet\\_le\\_duc.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4d/Eugene_viollet_le_duc.jpg/200px-Eugene_viollet_le_duc.jpg)

Eugene Emmanuel Viollet-le-Duc nasceu em Paris, em 27 de janeiro de 1814. Estudou arquitetura na Escola de Belas-Artes de Paris, mas não se formou. Em 1840, foi indicado por Prosper Mérimée – então secretário do Conselho de Construção Civil da Comissão de Monumentos Históricos – para restaurar a igreja de Vézelay, dando início à sua intensa atuação nessa área. Sua principal obra publicada foi o *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siècle*, entre 1854 e 1858. Contribuiu decisivamente para a própria consolidação da restauração como uma disciplina com pressupostos bem definidos. Faleceu na Suíça, em 17 de setembro de 1879.

Fonte: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic-art/629711/15083/Eugene-Emmanuel-Viollet-le-Duc#>.

Contudo, o arquiteto, engenheiro e historiador da arte italiano Camillo Boito tinha uma visão oposta a essas duas posturas. Ele argumentava que qualquer prática de restauração deveria cuidar para não apagar as marcas das intervenções e modificações sofridas pelos monumentos, ao longo de sua história. Mais do que isso, essas marcas deveriam ser ressaltadas, como parte integrante do valor desses bens. Sem negar seu valor histórico-artístico, a restauração deveria manter a historicidade dos bens arquitetônicos, destacando a intervenção realizada, e não tentando ocultá-la. Exatamente por isso e pelo fato de a restauração refletir o saber-fazer da época em que foi realizada, justificava-se a manutenção visível das marcas deixadas pelos restauradores.

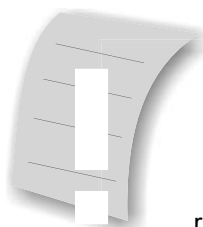


**Figura 3.22:** Camillo Boito.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/1/1f/Camillo\\_Boito.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/1/1f/Camillo_Boito.jpg)

Para Boito, as intervenções somente deveriam ser feitas em caso de extrema necessidade, pois sempre se corria o risco de afetar a autenticidade artística daquilo que se pretendia restaurar. Por esse ângulo, sua postura era mais próxima daquela defendida por Ruskin e outros opositores da restauração. Vale ressaltar que

cada um desses princípios refletia as concepções vigentes nos países de origem de cada um desses teóricos, assim como o acúmulo de saberes e discussões que se desenrolaram durante todo o século XIX. Assim, Camillo Boito representa, de certa forma, uma síntese das posturas opostas de Ruskin e Viollet-le-Duc. As elaborações de Boito, a partir dos dois restauradores, somente foram possíveis pelas críticas que fez às ideias e ações concretas que Ruskin e Le-Duc geraram em toda a Europa. O surgimento da história da arte e da restauração arquitetônica como disciplinas, marcou, dessa maneira, o que Françoise Choay denominou como período de consagração do monumento histórico.



Em 1884, durante a Exposição de Turim, Camillo Boito apresenta o texto “Os restauradores”, no qual mostra as evoluções da teoria da restauração a partir das duas principais e antagônicas teorias de Viollet-le-Duc e Ruskin. Boito propunha uma perspectiva intermediária entre os dois teóricos, ultrapassando os maniqueísmos vigentes até então. As propostas de Boito consolidaram-se no século XX e são referência fundamental para a teoria contemporânea de restauração dos bens culturais. Para saber mais, uma leitura da obra original de Boito pode ser bem enriquecedora:

BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Cotia, SP: Atelier Editorial, 2002. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl e Paulo Mugayar Kühl.



### Atende ao Objetivo 4

3. “Tão impossível quanto ressuscitar um morto é restaurar o que quer que tenha sido grandioso ou belo em arquitetura” (JOHN RUSKIN, apud FONSECA, 2005, p. 63).

“Restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado completo que talvez nunca tenha existido” (VIOLETTE-DUC, apud CHOAY, 2001, p. 156).

Essas duas citações expressam as posturas de dois entre os principais teóricos da restauração do século XIX. Apresente uma comparação entre os dois autores, enfatizando suas diferenças.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta Comentada

Viollet-le-Duc foi o grande defensor da restauração arquitetônica, que ele via como “interpretativa”, pois visava recuperar um ideal artístico do passado. Nessa visão, a arquitetura era um documento do passado. Portanto, justificava-se a eliminação das interposições que houvessem sido feitas ao longo do tempo, alterando a feição original dos monumentos.

John Ruskin opunha-se a essa visão, defendendo a não intervenção nos bens arquitetônicos. Sua perspectiva era de conservar os monumentos tal como eles se encontravam, como vestígios do passado, trazendo todas as marcas das intervenções realizadas. Para ele, eliminar tais marcas seria uma forma de apagamento da própria história desses bens.

---

## O monumento histórico e as origens da nação

Além da história da arte, o século XIX foi também o século do surgimento da História como disciplina, em consonância com os desígnios dos Estados Nacionais que se consolidavam na Europa. Como visto anteriormente, a História era compreendida, enquanto *biografia da nação*. No caso francês, a tentativa de contar essa biografia, dentro da perspectiva de construção de uma história nacional, implicava que se encontrassem *origens ancestrais* que legitimassem o destino do país como sede e modelo da civilização ocidental. Essa atitude repetiu-se também na história da arte, quando se percebe a busca de Viollet-le-Duc em identificar a “verdadeira” arquitetura nacional na arquitetura gótica.

Essa aproximação entre nacionalismo e especialização de saberes teve como resultado, na França, a criação de um conjunto de instituições e leis que colocaria nas mãos do Estado a atribuição de conhecer e proteger o patrimônio nacional. Este conjunto vai desde a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos, em 1830, até a promulgação da primeira lei de proteção dos monumentos, em 1887, regulamentada em 1889. A criação do cargo de inspetor de Monumentos Históricos foi a primeira ação concreta de defesa do patrimônio no mundo ocidental, marcando o início de uma política pública de preservação. O cargo estava diretamente subordinado ao Ministério do Interior, o que demonstra a

importância que a preservação assumia, como afirmação da identidade nacional por parte do Estado francês.

Esse pioneirismo francês repetir-se-ia nas demais leis que foram criadas ao longo do século XIX. O quadro de centralização administrativa somente se completaria em 1913, quando se criou o Serviço dos Monumentos Históricos, com toda a regulamentação jurídica necessária. A ênfase na elaboração de um catálogo preciso e completo dos edifícios, pelas instituições patrimoniais do Estado francês, revela ainda a íntima associação entre conhecimento e proteção do patrimônio.

O desenvolvimento de um conhecimento especializado, a partir da contribuição da História, da arquitetura, do urbanismo e da história da arte, foi fundamental para a consolidação do modelo francês de preservação. A criação de cargos técnicos – cujo exemplo principal foi o de inspetor de Monumentos Históricos – fornecia ao Estado francês um saber altamente especializado, apenas acessível a poucos. Dessa maneira, concluiu-se a matriz francesa da preservação: um órgão estatal centralizador que dava coerência e unidade às políticas de preservação, em detrimento da participação da sociedade.



---

### Atende aos Objetivos 3 e 4

4. Na França, o conhecimento especializado foi visto como um fator importante para a preservação dos monumentos históricos. Faça uma pesquisa na internet e identifique exemplos de intelectuais que tenham participado desse processo de constituição de saberes, voltados para a preservação do patrimônio cultural francês. Relacione suas formações profissionais com a atividade de preservação.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### *Resposta Comentada*

A própria aula menciona o nome de alguns desses intelectuais importantes para a criação desse campo da preservação do patrimônio cultural francês: o arquiteto Viollet-le-Duc, o historiador François Guizot, o escritor Prosper Mérimée. Cada um deles possuía uma vinculação profissional com as áreas da preservação mais apropriadas pelas atividades de preservação, adotadas pelo Estado francês. A arquitetura e o urbanismo, a História, a literatura, além da história da arte, representavam campos do conhecimento fundamentais para o fornecimento de ferramentas para a proteção dos monumentos históricos.

---

## **Práticas de preservação em outros países**

Essa matriz foi tão marcante na constituição das práticas de preservação no Brasil que se tende a considerá-la como o único ou o mais importante modelo existente. De fato, os franceses foram os precursores de toda uma regulamentação jurídica de proteção do patrimônio na formulação pioneira. No entanto, comparando-o com a história da preservação, em países como a Inglaterra ou a Itália, pode-se observar práticas e tradições bem distintas de compreender a preservação.

## Inglaterra

Ao contrário da França, onde a ação dos antiquários não levou a ações efetivas de proteção do patrimônio, na Inglaterra, já no final do século XVIII, houve um grande debate em torno das restaurações, promovidas pelo arquiteto J. Wyatt. Suas intervenções em edifícios antigos provocou a reação da Associação dos Antiquários de Londres, que defendia a conservação das características formais das catedrais inglesas. A reação apaixonada dos antiquários provinha, em grande parte, das disputas surgidas durante a ação iconoclasta, imposta pelas lutas oriundas da implantação da reforma anglicana do século XVI, que promoveu a substituição dos antigos símbolos católicos pelos emblemas da nova religião oficial do estado inglês. Por conta da urgência em se evitar a destruição desses símbolos – catedrais, imagens religiosas, ornamentos que remetiam ao catolicismo –, bem cedo se articulou o “culto das antiguidades” com propostas concretas de proteção aos monumentos antigos.

No século XIX, esse debate retornará com as disputas de Ruskin e William Morris contra o arquiteto Gilbert Scott a respeito das intervenções que esse último preconizava como essenciais ao progresso da Inglaterra. Até 1882, quando se cria a primeira legislação protecionista (o Ancient Monuments Protection Act), essa posição pró-intervenção prevaleceu no país. Dessa vez, porém, o embate veio fundamentado em posturas teóricas mais firmes, fruto do avanço nas conceituações sobre a restauração arquitetônica.

De qualquer forma, mesmo após a década de 1890, o papel do Estado inglês permaneceu reduzido em comparação com aquele dos franceses. Em 1900, essa legislação foi complementada pela criação de um instituto semelhante ao *classement* francês que, no entanto, restringia-se aos monumentos que houvessem sido transferidos para o Estado. Apenas em 1953, houve a criação de um dispositivo legal que fornecia subsídios para proprietários de imóveis inventariados como de interesse histórico, através da intermediação de agências privadas, como o National Trust for Places of Historical



Interest or Natural Beauty. Dessa forma, mantém-se até hoje o caráter não estatizante das práticas de preservação no país.

## Estados Unidos

O caráter privado da preservação nos EUA foi ainda maior. Somente no século XX, viu-se o aparecimento dos primeiros projetos de proteção dos monumentos históricos. Em 1933, esboçou-se a centralização desses esforços preservacionistas, mas somente na década de 1960, o National Trust for Historical Preservation tornou-se o órgão encarregado de uma política nacional de preservação. Entretanto, continuaram a existir sociedades não governamentais de preservação, financiadas por recursos privados, ao lado das prefeituras e governos estaduais, atuando com liberdade na definição dos critérios e princípios de proteção do patrimônio. Isto contribuiu para uma maior abertura perante a questão do turismo cultural, particularmente nos anos 1960.

## Canadá

A situação do Canadá apresentou um caráter bastante peculiar, em função do papel ***sui generis*** gerado pelas discussões em torno da província de Quebec. Desde as primeiras décadas do século XX, as lutas pela afirmação de uma identidade nacional do Canadá de língua francesa – representado por Quebec – tornou-se um foco de tensão contínua com o Estado. Por conta disso, na década de 1920, apareceram as primeiras legislações de preservação do patrimônio por parte do governo provincial. Curiosamente, a afirmação nacionalista de Quebec deu-se contra o Estado canadense, representante de uma outra identidade, ligada à língua inglesa, que serviu como contraponto à formação da identidade quebequense.

### ***Sui generis***

No contexto colocado aqui, significa peculiar e singular.

## CONCLUSÃO

A diversidade de concepções e modos de ação no campo da preservação do patrimônio cultural, traduzida nas distintas maneiras pelas quais cada país encarou seu patrimônio cultural alerta-nos para a riqueza e complexidade do tema.

Para além do que se chamou de *matriz francesa*, de enorme influência no mundo inteiro, inclusive no Brasil, temos o exemplo de países como a Inglaterra e os Estados Unidos, onde outras formas de se pensar e administrar a proteção do patrimônio cultural foram se desenvolvendo, com ênfase em associações e sociedades protetoras fora da estrutura do Estado.

Porém, mais do que ressaltar as diferenças nacionais, é importante lembrar que as práticas de preservação e os valores atribuídos aos bens considerados como patrimônio são variáveis no tempo e no espaço, não havendo fórmulas e modelos acabados, transformando-se conforme as preocupações políticas, sociais, econômicas e culturais da cada momento, em um repertório cada vez maior de discussões e soluções, cujo conhecimento mais aprofundado é essencial para aqueles que se preocupam com os problemas levantados pela preservação do patrimônio.

### Atividade Final

---

#### Atende ao Objetivo 5

Estabeleça uma comparação entre as práticas de preservação na Inglaterra e na França, levando-se em consideração o papel que o Estado exerceu nessas práticas em ambos os países.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### *Resposta Comentada*

Enquanto a França adotou um modelo mais centralizador de preservação, onde o Estado assumia as funções de estabelecer e dirigir uma política nacional de proteção aos monumentos históricos, na Inglaterra houve uma participação maior de órgãos privados, como a Associação dos Antiquários de Londres, existente desde o início do século XVIII e o National Trust for Places of Historical Interest or Natural Beauty, fundado já no século XX.

Essa diferença implicou a formulação pioneira, por parte dos franceses, de toda uma regulamentação jurídica de proteção do patrimônio, enquanto os ingleses, por sua vez, sempre contaram com uma participação mais intensa da chamada sociedade civil.

---

## **RESUMO**

O contexto histórico da Revolução Francesa ajuda a explicar a participação do Estado na formulação pioneira de leis e regulamentos que visavam proteger os monumentos históricos e as obras de arte francesas da ameaça representada pela expropriação desses bens por parte do governo revolucionário. O que fazer com todo o patrimônio confiscado pelo Estado foi uma pergunta que norteou os debates entre conservação/destruição desses bens, ligados, ora ao Antigo Regime ora à própria nação francesa.

Para se entender a importância desse pioneirismo francês, é importante recuar até o Renascimento e perceber na atuação dos humanistas, os primórdios de uma reflexão sobre a preservação, ainda voltada para a representação escrita dos vestígios da Antiguidade Clássica.

Mais tarde, esse "culto do passado" teve novos desdobramentos na obra dos antiquários, que promoveram uma dupla ampliação do que se entendia por proteção desse legado: pela valorização das imagens, enfatizaram a importância dos próprios monumentos, mais do que sua representação escrita; em segundo lugar, promoveram uma ampliação da abrangência do passado, incluindo, além da Antiguidade Clássica, as antiguidades nacionais, ligadas à Idade Média.

Em oposição aos humanistas e antiquários, a Revolução Francesa levou a ações concretas de preservação, através da instauração de normas e medidas efetivas. Dessa forma, ao longo do século XIX, a França instituiu leis e criou órgãos que iniciaram uma política pública de preservação, servindo de referência para os demais países do mundo ocidental.

Entre essas ações, promoveram-se restaurações arquitetônicas que renderam acalorados debates entre os adeptos das teorias de Viollet-le-Duc, partidários de uma intervenção que objetivava recriar o ideal artístico envolvido nos edifícios antigos, e os adeptos de Ruskin, que defendiam a não restauração desses edifícios, em nome da autenticidade. Posições antagônicas que encontrariam somente no final do século XIX, através da obra de Camilo Boito, uma postura intermediária.

A comparação com outros países, como Estados Unidos, Inglaterra e Canadá (mais precisamente, a província de Quebec) apenas ressalta o caráter peculiar que adquiriu a preservação na França. Fortemente assentada no Estado, marcada por uma política unificadora e coesa, independente de recursos privados, estruturada por técnicos especializados que se tornaram funcionários públicos, dotada de um instrumento jurídico inovador – o *classement* –, a

matriz francesa de preservação se tornou um paradigma de grande influência para ações semelhantes em todo o mundo.



# Aula 4

## A constituição de um sistema internacional de patrimônio cultural

*Claudia Baeta Leal*

## Meta da aula

Apresentar o processo de constituição de um sistema internacional de preservação do patrimônio cultural.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. relacionar as iniciativas pela manutenção da paz ao movimento de formação do campo da preservação do patrimônio mundial;
2. identificar alguns dos principais documentos sobre a preservação do patrimônio cultural do século XX no processo de construção de um sistema internacional de patrimônio.

## Pré-requisito

Para que você compreenda melhor esta aula, é importante que relembre a segunda aula desta disciplina, na qual foi discutida a formação dos Estados Nacionais e a construção da noção de patrimônio nacional.



## INTRODUÇÃO

Até o momento, nesta disciplina, procuramos chamar a atenção para a importância da formação dos Estados Nacionais no século XIX na construção da ideia de patrimônio cultural. Tal processo estava associado à consolidação da identidade nacional de um povo, à elaboração de valores históricos e artísticos relacionados a essa identidade e à atribuição desses valores a bens móveis e imóveis que contribuíam para o processo de consolidação de uma nação e de fortalecimento dos Estados. Destacamos também, em diversos países, as funções do Estado no que diz respeito à proteção do patrimônio cultural, assim como as características de suas respectivas legislações sobre o assunto, procurando notar as especificidades elaboradas e adotadas por cada um.

No entanto, desde o final do século XIX, notam-se esforços para criar regulações, normas e recomendações que valessem para além de cada uma das fronteiras nacionais e que determinassem ou influenciassem formas de conduta para o maior número possível de países. Parte dessas regulamentações estava focada na manutenção da paz, mas também procurou abordar os tempos de guerra e as práticas adotadas durante os conflitos armados. Em tais momentos havia uma efetiva e intensa aproximação entre diversos países e possíveis choques entre seus costumes diferentes – fosse em confronto aberto, fosse em alianças estratégicas. Vale lembrar que esses conflitos alcançaram dimensões sem precedentes no século XX, com as duas Guerras Mundiais, reforçando a necessidade das conferências de paz, que vinham sendo organizadas desde o início do século XIX, e dos acordos entre as nações.



## Guerras Mundiais

A Primeira Guerra Mundial, também conhecida como Grande Guerra, foi um conflito armado que se deu entre diversas nações e impérios entre julho de 1914 e novembro de 1918, causada, entre outros motivos, pela disputa na conquista e posse de territórios, por uma acirrada corrida armamentista e por uma política de alianças militares que resultaram praticamente na divisão do mundo em dois blocos. De um lado, a Tríplice Entente, liderada pelo Império britânico, pela França e pelo então Império russo – que em 1917, após a Revolução Russa, deixaria o conflito, ao se tornar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sendo substituído pelos Estados Unidos. Do outro, a Tríplice Aliança, formada pelo Império alemão, Império austro-húngaro e pelo Império turco-otomano. A Tríplice Entente saiu vitoriosa, com o reforço representado pelos Estados Unidos, e os impérios derrotados foram obrigados a assinar o Tratado de Versalhes, que lhes impôs uma série de restrições e punições – algumas das quais, principalmente aquelas impostas à Alemanha, contribuiriam para a deflagração da Segunda Guerra Mundial.

Este segundo conflito estendeu-se entre 1939 e 1945 e envolveu boa parte dos países do mundo. Alemanha, Itália e Japão uniram-se, apoiados pela Espanha, formando o Eixo, ao qual se opuseram os Aliados, liderados pela Inglaterra, França, Estados Unidos e URSS. A guerra teve fim devido à rendição da Alemanha e da Itália e aos ataques norte-americanos com bombas atômicas às cidades japonesas de Hiroshima e

Nagasaki. Além dos terríveis episódios do extermínio de judeus e inimigos de guerra nos campos de concentração nazistas, a Segunda Guerra Mundial teve como consequência o despontar dos Estados Unidos e da União Soviética como potências rivais. A criação da Organização das Nações Unidas – ONU, em 1945, também se deu como reflexo da necessidade evidenciada pelo conflito de se promover a paz e a cooperação mundiais.

Também queremos destacar, por outro lado, iniciativas que não tinham os conflitos armados como horizonte imediato, mas sim a cooperação internacional na preservação do patrimônio cultural e que podemos localizar já na década de 1930. Se, como afirmou Fonseca (2005, p. 58), “A ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo *patrimônio* para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação”, nesse momento após a Primeira Guerra Mundial, já se notam tentativas de ampliar a abrangência dessa posse, tendo não apenas a nação como possuidora dos bens culturais, mas a humanidade. A posse coletiva do patrimônio, assim como a responsabilidade e a ingerência sobre ele, parecia ampliar-se ainda mais.

Documentos como a Carta de Atenas (que veremos mais adiante na aula) elaborada em 1931, destacou, entre outros pontos, o interesse coletivo na conservação do “patrimônio artístico e arqueológico da humanidade”. Assim como fariam as várias declarações, normas, resoluções, convenções internacionais que compõem o que se costuma chamar, no presente, no campo do patrimônio, de **Cartas Patrimoniais**.

### **Cartas Patrimoniais**

São coleções de documentos, produzidas em reuniões organizadas em torno do tema da proteção do patrimônio cultural, que ocorreram em diversos locais ao longo do século XX.

Como decorrência, incentivo e continuidade dessas iniciativas de abrangência e intenções internacionais, há as diversas organizações internacionais e as várias conferências e encontros criados, que acontecem desde a primeira metade do século XX. Todos eram voltados para acertos de paz, alguns com foco na preservação do patrimônio. Exemplos:

- as Conferências de Haia;
- a Liga ou Sociedade das Nações;
- o Escritório Internacional de Museus;
- os Congressos Internacionais de Arquitetura Modernista (Ciams);
- o Conselho Internacional de Museus (ICOM);
- o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural (ICCROM);
- a Organização das Nações Unidas (ONU) e, dentro dela, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Assim, nesta aula, cujo objetivo é delinear e apresentar o processo de organização de um sistema internacional de patrimônio, vamos nos concentrar nessas organizações, encontros e documentos, buscando sempre atender para os objetivos e consequências desses atores, eventos e discursos como forma de buscar entender esse processo histórico.

## **A preservação do patrimônio cultural nos acordos e convenções de paz**

Para iniciar a discussão proposta para esta aula, vale destacar as iniciativas de elaboração de acordos internacionais, muitos dos quais focados na questão da paz e nas práticas em tempo de guerra. Buscaremos entender como a noção da preservação do patrimônio cultural vai aparecer nesse contexto.

## Convenções europeias do século XIX

Ainda que seja possível retroceder bastante no século XIX para localizar encontros e documentos assinados em torno no tema do **armistício** e da manutenção da paz – como o Congresso de Viena, de 1815, assinado ao fim da guerra entre a França Napoleônica e a aliança vencedora da Áustria, da Rússia, do Reino Unido e da Prússia –, é da década de 1860 que datam os primeiros acordos assinados que visavam formalizar e codificar alguns costumes e práticas dos exércitos existentes a fim de diminuir os efeitos danosos dos conflitos armados e estabelecer procedimentos gerais para esses momentos, que abrangessem os diversos países.

### **Armistício**

Segundo o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, é um “acordo que suspende temporariamente as hostilidades entre os lados envolvidos numa luta, disputa ou guerra; trégua, indúcias.”



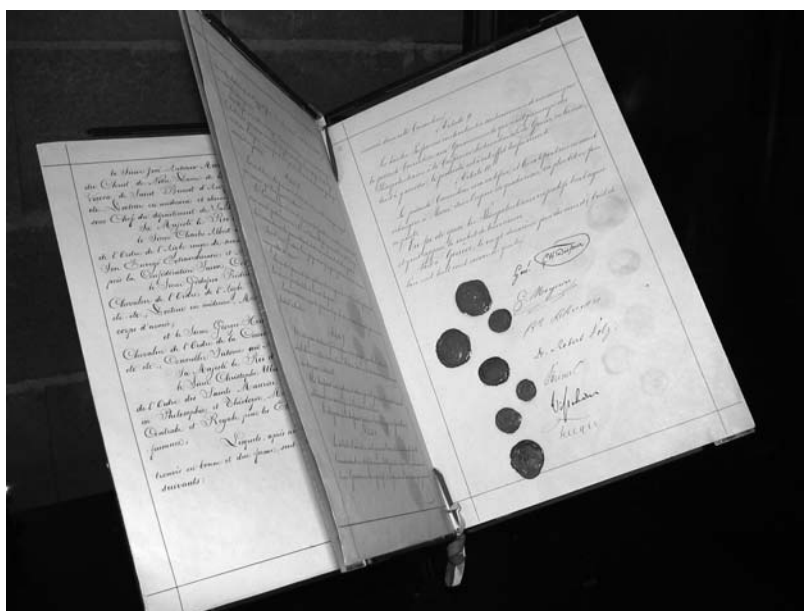
O Congresso de Viena deu-se entre maio de 1814 e junho de 1815, e contou com a participação de vários representantes de potências europeias. O congresso visava assegurar a aplicação das medidas definidas no Tratado de Paris, assinado em maio de 1814, que determinou as punições a serem impostas à França Napoleônica, que saíra derrotada da guerra contra a Sexta Coligação, formada pela Áustria, a Rússia, o Reino Unido e a Prússia. Como pontos importantes das deliberações desse congresso, temos o esforço de reestruturar os impérios afetados pelas invasões francesas e a tentativa de reorganizar as fronteiras europeias, alteradas pelos avanços expansionistas dos exércitos napoleônicos.

Já em 1864, temos o Tratado de Genebra, assinado em agosto desse ano pelos representantes das então potências europeias – Bélgica, Baden, Dinamarca, Espanha, França, Hesse, Itália, Países Baixos, Portugal, Prússia, Suíça, Wurtemberg – e que viria a ser ratificado por 57 países. Também conhecido como Tratado de Genebra sobre os prisioneiros de guerra, o documento teria sido motivado pelo livro *Un souvenir de Solferino* (Uma lembrança de Solferino), de 1862, escrito por Henri Dunant, que testemunhara a experiência de soldados feridos e doentes durante a guerra ítalo-prussiana. O documento visava principalmente proteger soldados doentes e feridos, assim como estender a proteção à população civil das nações em conflito. O tratado estabelecia a neutralidade para ambulâncias e hospitais, bem como para seus funcionários, que estariam identificados por uma cruz vermelha em um fundo branco; assegurava o tratamento aos doentes feridos, independente de sua nacionalidade; e determinava que os civis que acolhessem e tratassem dos feridos seriam respeitados e teriam sua liberdade assegurada.



**Figura 4.1:** Henry Dunant (1828-1910), homem de negócios suíço, autor de *Un Souvenir de Solferino* (1862) e um dos fundadores da Cruz Vermelha.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Henri\\_Dunant](http://pt.wikipedia.org/wiki/Henri_Dunant); acesso em 15 out. 2011.



**Figura 4.2:** Documento original da primeira Convenção de Genebra de 1864, emprestado à Cruz Vermelha Internacional / Red Crescent Museum, em Genebra, Suíça.  
Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Original\\_Geneva\\_Conventions.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Original_Geneva_Conventions.jpg)

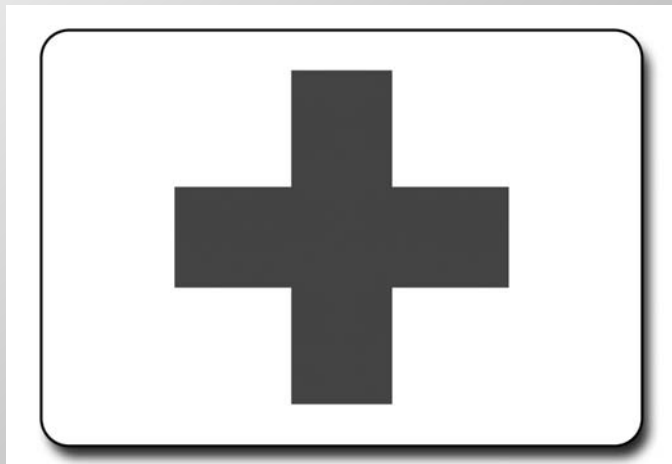


**Figura 4.3:** Assinatura da Primeira Convenção de Genebra por algumas das principais potências europeias em 1864.  
Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Signing\\_of\\_the\\_first\\_geneva\\_convention.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Signing_of_the_first_geneva_convention.jpg)



### **Cruz Vermelha**

No site do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (ICRC), você encontra uma série de documentos, tratados, convenções do direito humanitário internacional, em inglês e em francês, – entre os quais aqueles que trabalharemos aqui – que datam desde meados do século XIX até textos bastante recentes. O site tem também uma versão em português (<http://www.cvb.org.br/>) que, ainda que não disponibilize esses documentos, fornece inúmeras informações sobre essa vertente do direito e as ações promovidas pela Cruz Vermelha. Visite a página: <http://www.icrc.org/IHL.nsf/INTRO?OpenView>.



**Figura 4.4:** Símbolo do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a bandeira vermelha sobre um fundo branco identificava antes que deveriam ser poupados durante conflitos armados.

Fonte: <http://www.grandesmensagens.com.br/wp-content/uploads/2010/11/cruz-vermelha.jpg>



Alguns anos mais tarde, em 1868, tínhamos a Declaração de São Petersburgo, que regulou especificamente a utilização de armamentos e as formas de combate em período de guerra. Além de proibir o uso de armas que aumentassem o sofrimento dos feridos, também vetou o ataque aos não combatentes, procurando, portanto, distinguir os soldados em combate – que representariam as nações inimigas – da população civil. Buscava-se, assim, criar um espaço de proteção aos civis ou, pelo menos, estabelecer uma arena específica e determinar os atores específicos para a resolução das questões bélicas, assunto que voltaria a ser abordado em vários tratados e convenções que se seguiram.

Em 1874, uma tentativa frustrada de um novo tratado sobre procedimentos durante períodos de conflito armado deu-se na Convenção de Bruxelas. Seu texto não foi ratificado, naquele momento, pelos países que enviaram representantes ao encontro. Somente em 1899, com a primeira Convenção de Haia, é que se chegou a um documento definitivo. Mesmo assim, percebe-se no documento – que foi chamado de “Convenção da Conquista”, por causa da ênfase e privilégio que concedia aos países ocupantes – a afirmação de alguns princípios importantes para esta discussão. Além da ratificação do tratado de Genebra, podemos ver o reforço das proibições a respeito dos ferimentos infringidos contra os soldados combatentes; as recomendações sobre os cuidados com os prisioneiros; e o reforço na distinção entre combatentes e a população civil, cuja família, direitos, religião, propriedade e vida deveriam ser respeitadas. Encontramos também nesse documento a preocupação com monumentos históricos, obras de arte e obras científicas, incluídos edifícios e instituições dedicados à religião, caridade, educação, artes, ciências, os quais deveriam ser poupados de quaisquer danos.



### **Convenções, declarações, tratados**

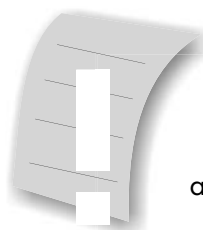
Nesta aula, fazemos referências a vários documentos internacionais – como declarações e tratados – os quais têm suas especificidades, no que diz respeito à adesão dos países signatários e aos compromissos assumidos por estes. A seguir, um pequeno resumo das diferenças entre os tipos que trataremos mais comumente nesta aula:

*Convenção*, historicamente, era destinada aos tratados multilaterais. Um grande tratado multilateral, em que participava toda a comunidade internacional, era considerado como convenção. Especificamente para a Unesco, *Convenções internacionais* estão sujeitas a ratificação, ou seja, a elaboração e promulgação de medida legislativa que defina as regras que os Estados concordam em obedecer.

*Tratado* é um instrumento que efetivamente vincula as partes, obrigando-as, já que cria direitos e obrigações. Tão importante é a ideia de vontade de assumir direitos e obrigações, que o primeiro princípio que vigora nos tratados modernos (desde os séculos XV e XVI) é o da “santidade dos tratados”.

A *declaração* diferencia-se do tratado na medida em que não cria obrigações, mas constitui uma declaração conjunta, por escrito, na qual os países envolvidos determinavam alguns princípios básicos sobre o tema ou se comprometiam, por exemplo, a tomar determinadas medidas a respeito.

Fonte: Unesco. “General introduction to the standard-setting instruments of UNESCO” Disponível em [http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=23772&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=23772&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html); acesso em 23 nov. 2011.



Vamos fazer uma pausa para lembramos os Congressos, Tratados e Convenções analisados até aqui:

– **Congresso de Viena, 1815:** ocorrido entre maio de 1814 e junho de 1815, com vistas a desfazer os efeitos dos avanços expansionistas da França Napoleônica, derrotada pela a assegurar as punições a serem impostas à França Napoleônica, derrotada pela Sexta Coligação.

– **Tratado de Genebra, 1864:** também conhecido como Tratado de Genebra sobre os prisioneiros de guerra, o documento tinha como contexto o fim da guerra ítalo-prussiana e visava proteger soldados doentes e feridos, assim como estender a proteção à população civil das nações em conflito.

– **Declaração de São Petersburgo, 1868:** regulou especificamente a utilização de armamentos e a forma de combate em período de guerra.

– **Convenção de Bruxelas, 1874:** tentativa de elaboração de novo tratado sobre procedimentos durante períodos de conflito armado durante a Convenção de Bruxelas, que, no entanto, não foi ratificada pelos países participantes.

## As Convenções de Haia

Essa mesma preocupação está presente também nas Convenções de Haia de 1899 e 1907, que são consideradas como base das regulamentações do direito internacional consuetudinário referente à guerra terrestre (pois as questões da guerra no mar e no

ar só viriam a ser assunto de tratados mais adiante). O documento foi assinado por 25 países ao final da Convenção e ratificado por 49 países – europeus, americanos, asiáticos e africanos – principalmente entre os anos de 1900 e 1907, com exceção de alguns poucos que só o ratificariam na década de 1970.

O texto de 1899 tinha como objetivo a revisão da Convenção de Bruxelas, que permanecia, até aquele momento, sem efeito. É importante destacar, como fez o historiador Kalma Kabulsi (1999), que mesmo as preocupações com a guerra sendo então um assunto predominantemente europeu, a primeira Convenção de Haia não foi, como a de Bruxelas, uma questão exclusivamente europeia, tendo contado com a presença de 16 países latino-americanos, assim como o Sião, a China, o Japão e os Estados Unidos.

Seu principal objetivo era “rever as leis e os costumes gerais da guerra, visando tanto defini-los mais precisamente quanto estabelecer certos limites com o propósito de torná-los os menos danosos possíveis”, conforme se lê no próprio documento (Convenção de Haia, 1899).

O documento teve seções dedicadas:

- à definição dos tipos de combatentes e dos tratamentos relegados a eles;
- à determinação e mesmo restrição das hostilidades cabíveis em tempo de guerra;
- à especificação dos direitos militares sobre o território inimigo;
- e, por fim, ao confinamento de combatentes e cuidados aos feridos em países neutros.

Nota-se, assim como na Declaração de São Petersburgo e na Convenção de Bruxelas, a tentativa de identificar os combatentes e distingui-los da população civil, o que nos parece fundamental para o debate. Esta última não poderia ser obrigada a fazer juramentos ao poder inimigo e deveria ter respeitados suas honras e direitos

familiares, suas vidas, sua propriedade privada, suas convicções religiosas e sua liberdade, numa reprodução quase literal do texto da Convenção de Bruxelas. A diferença estava na garantia de liberdade, que só apareceu em 1899.

Paralelamente a essa distinção entre os grupos de indivíduos, podemos perceber também a intenção de diferenciar os bens que o exército inimigo poderia se apoderar e atacar daqueles que deveriam ser tratados como propriedade privada da população civil e, portanto, respeitados. Lemos no documento que todos os bens pertencentes ao Estado ocupado ou todos aqueles que estivessem sendo ou pudessem ser usados em operações militares poderiam ser tomados pelo exército inimigo, mesmo aqueles que pertencessem à população civil.

No entanto, em caso de bombardeios ou cercos, todas as medidas necessárias deveriam ser tomadas para poupar, tanto quanto possível, “edifícios destinados à religião, arte, ciências e caridade, assim como hospitais e lugares onde os doentes e feridos estivessem recolhidos” (art. 27), os quais deveriam estar claramente sinalizados. Essa proteção também se estendia a instituições educacionais, e havia inclusive uma proibição explícita de causar dano intencional, destruição ou mesmo de tomar à força monumentos históricos, obras de artes e obras científicas. (art. 56).

Não parecem estar em jogo especificamente os valores históricos e artísticos identificados por uma nação ou povo, mas sim valores que estavam sendo, nesse momento, equiparados a outros aspectos: a honra, a família, os credos, a propriedade, a vida e a liberdade, os quais deveriam ser preservados e respeitados. Mesmo que dessa forma se note, nessa listagem de bens a serem protegidos, certa identificação com bens que já figuravam entre aqueles eleitos como patrimônio histórico e artístico de determinada nação ou povo. Estava em jogo, portanto, a própria humanidade dos indivíduos, o universo simbólico mais imediato da população não combatente, seus direitos mais básicos e o máximo de integridade possível em tempos de guerra.

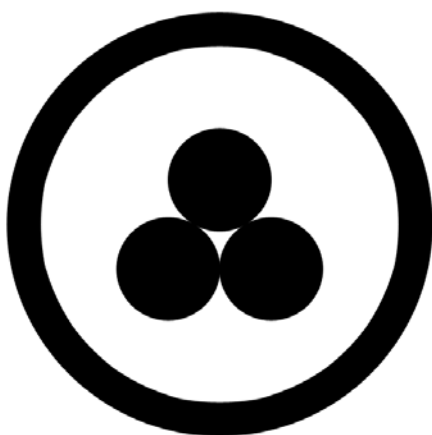
Veio então a segunda Convenção de Haia, de 1907, para substituir a de 1899. Com a exceção de alguns poucos detalhes – um acréscimo às seções sobre leis de combate, armamento ilegal e assuntos financeiros – e a supressão da Seção IV – “Do confinamento de combatentes e cuidados com os feridos em países neutros” –, não há diferenças substanciais entre os dois textos. Tanto que, no artigo 4 do documento de 1907, lê-se que a Convenção de 1899 permaneceria em vigor entre as potências que haviam assinado esse documento e que não haviam ainda ratificado o seguinte, claramente equiparando os dois. Ambos os documentos são considerados base para o direito internacional no que tange aos conflitos armados, assim como orientaram importantes documentos elaborados mais tarde.



Uma outra conferência foi agendada e cancelada depois com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, em 1914. O documento que determinou o fim desse conflito, o Tratado de Versalhes, assinado em 1919, não tratou especificamente da questão da preservação de monumentos, mas criou um Comitê Internacional de Cooperação Intelectual que se ocupou de vários temas, inclusive de pesquisas e publicações na área da preservação de monumentos históricos por meio do seu Escritório Internacional de Museus, fundado em 1922, que mais tarde daria origem ao Conselho Internacional de Museus (ICOM). Trataremos mais desse organismo mais adiante.

## O patrimônio nas convenções de paz

Já no período entre guerras, foi elaborado um documento no contexto das Américas – o Pacto de Washington ou Tratado de Roerich, em 1935. O texto chegou a ser discutido no âmbito do Escritório Internacional de Museus, mas foi redigido pela União Panamericana e assinado em abril desse ano por 21 países do continente americano. O ponto principal do documento era reforçar a proteção do que se definiu então como “tesouros da cultura” por meio da execução de uma das propostas já presentes nas Convenções de Haia de 1899 e 1907: a sinalização dos bens que deveriam ser preservados. O Pacto de Washington propunha a adoção universal de uma bandeira que identificasse os monumentos históricos, museus, instituições científicas, educacionais e culturais selecionados. Além da bandeira, intitulada de “Bandeira da Paz”, com uma circunferência vermelha e três esferas igualmente vermelhas sobre um fundo branco, os países signatários deveriam depositar na União Panamericana uma lista dos monumentos e instituições aos quais estendiam a proteção prevista do Pacto.



**Figura 4.5:** Bandeira da Paz, que deveria identificar “os monumentos históricos, museus, instituições científicas, educacionais e culturais” em tempo de guerra, segundo estipula o artigo I do Pacto de Roerich, de 1935.

Fonte: <http://www.roerich.org.br/site/bandeiradapaz.html>; acesso em 07 nov. 2011.

Esse ponto foi reforçado pela Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, assinada em Haia, em 1954, assim como vários outros já tratados nas Convenções anteriores de Haia. A ampla destruição de bens culturais durante a Segunda Guerra Mundial teria deixado claras as lacunas dos documentos anteriores e fez-se, portanto, necessária a elaboração de um texto mais enfático e também mais específico sobre a proteção de bens culturais.

Além da referência às guerras no próprio título do documento, seu preâmbulo é enfático sobre os “graves danos” sofridos pelos bens culturais nos conflitos anteriores – leia-se: Primeira e Segunda Guerras Mundiais – e as ameaças a que estes ainda estavam submetidos por causa do desenvolvimento da tecnologia da guerra. Porém, ainda mais importante do que isso é a própria ênfase na proteção de bens culturais, assunto que não estava mais, como nas Convenções de Haia de 1899 e 1907, atrelado a outros direitos da população civil, como as crenças, a liberdade, a propriedade, a vida.

Os bens culturais ganhavam, portanto, autonomia e uma importância de destaque, vindo a merecer uma convenção exclusiva. É claro que essa autonomia está relacionada ao próprio desenvolvimento que a proteção de bens culturais vinha recebendo no contexto internacional desde a década de 1930, com Cartas e outros documentos normativos que analisaremos mais adiante. Contudo, as consequências das guerras, a destruição a que tantos monumentos, edifícios, centros urbanos, obras de arte foram submetidos durante esses conflitos armados, ou seja, a consciência da possibilidade da perda desse patrimônio deve ser vista como igualmente importante nesse processo de fortalecimento do tema entre as instituições internacionais e os governos dos Estados.

A Convenção procurou ser bastante detalhista na definição do patrimônio cultural a ser protegido. Estão listados, de forma geral, bens móveis e imóveis considerados importantes para a cultura dos povos:

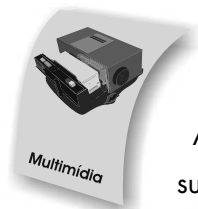


os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos. (Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, 1954).

Também entravam nessa lista os edifícios que abrigavam os bens culturais arrolados (bibliotecas, museus, arquivos) e centros urbanos que contassem com vários desses bens. É interessante perceber a mudança na noção de bens culturais, que foi bastante ampliada nesse documento. Não se tratava mais apenas de monumentos arquitetônicos isolados e obras de arte individuais, mas também acervos bibliográficos e arquivísticos, coleções, conjuntos arquitetônicos, sítios arqueológicos. À arquitetura, somavam-se outras formas de expressão de interesse cultural. Por outro lado, a proteção também não consistia apenas em evitar bombardeios ou pilhagens, mas previa a salvaguarda dos bens culturais em tempo de paz, por meio das medidas apropriadas. É certo que tais “medidas” não foram definidas nessa Convenção, mas outros documentos elaborados desde a década de 1930, como a Carta de Atenas de 1931, que será discutida mais adiante, já vinham se ocupando das técnicas de restauro e conservação necessárias aos bens culturais.

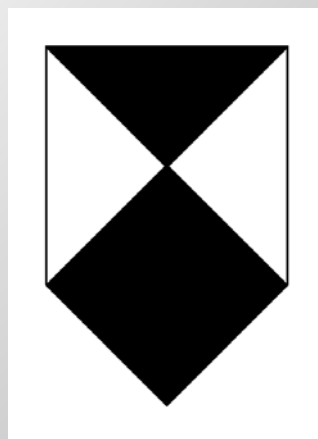
Outro fator de grande importância presente nessa carta é a concepção de herança coletiva que é atribuída aos bens culturais. Se nas Convenções de 1899 e 1907, notamos a preocupação em preservar os bens de maior significado para a população ocupada, a ênfase da Convenção de Haia para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, em 1954, é no “respeito pelas culturas e pelos bens culturais de todos os povos”. Frisamos a expressão “todos os povos” porque não há apenas o sentido de respeito à cultura de cada um deles, mas a noção de um patrimônio cultural comum

a toda humanidade, formado pelas contribuições culturais de cada povo para a “cultura mundial” (Convenção de Haia para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, 1954). Tratava-se, é claro, de proteger a identidade de um povo diante das ameaças da guerra e da possibilidade de ocupações por potências inimigas, mas dizia respeito também à promoção de uma mudança ampla de visão de mundo, que deveria ser estimulada em prol dos bens culturais e dessa herança comum e coletiva. Daí o compromisso das “Altas Partes Contratantes”, isto é, dos países signatários, “a inculcar ao pessoal das suas forças armadas em tempo de paz um espírito de respeito pelas culturas e pelos bens culturais de todos os povos”.



### **Comitê Internacional do Escudo Azul**

Além de toda a relevância que as discussões suscitadas pela Convenção de Haia de 1954 deixaram para o campo do patrimônio, um legado importante dessa Convenção é o Comitê Internacional do Escudo Azul (International Committee of the Blue Shield), considerada o equivalente cultural da Cruz Vermelha.



Fonte: [http://www.ancbs.org/index.php?option=com\\_content&view=frontpage&Itemid=1](http://www.ancbs.org/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1)

Seu nome vem do emblema adotado em 1954 – um escudo azul – para identificar bens culturais que deveriam ser protegidos em caso de conflito armado e tem como objetivo organizar ações emergenciais para proteger o patrimônio cultural mundial. Fundada em 1996, conta com representantes em diversos países e das diversas organizações que atuam no campo da preservação do patrimônio cultural. Possui um site sobre suas ações em inglês:

[http://www.ancbs.org/index.php?option=com\\_content&view=frontpage&Itemid=1](http://www.ancbs.org/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1).

Entre as iniciativas nacionais, destacamos aqui o site do Comitê Brasileiro do Escudo Azul, ligado ao Arquivo Nacional, e que conta com informações gerais sobre a instituição: <http://www.escudoazul.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>.



---

### Atende ao Objetivo 1

1. Compare os trechos abaixo das Convenções de Haia de 1899 e 1954, e procure identificar as diferenças de definição e de tratamento relegadas aos “monumentos históricos, obras artísticas e científicas”, conforme detalhado na primeira, e aos “bens culturais”, como identificado em 1954.

#### **Convenção a Respeito das Leis e Costumes de Guerra Terrestre, Haia, 1899**

Considerando que, enquanto se buscam formas de preservar a paz e evitar os conflitos armados entre as nações, é igualmente necessário atentar para os casos em que um apelo às armas pode ser motivado por eventos que seus cuidados não puderam prevenir;

(...)

Tendo em vistas as Altas Partes Contratantes, essas cláusulas, as quais foram inspiradas pelo desejo de reduzir os malefícios da guerra tanto quanto as necessidades militares permitem, são destinadas a servir como regras gerais de conduta para as partes beligerantes em sua relação entre si e com as populações.

(...)

Art. 27 – Em cercos e bombardeios, todas as medidas necessárias devem ser tomadas para poupar, tanto quando possível, edifícios destinados à religião, arte, ciências e caridade, assim como hospitais e locais onde os doentes e feridos estiverem recolhidos desde que não estejam sendo utilizados para fins militares.

A população sitiada deve indicar esses edifícios ou locais por meio de sinais próprios e visíveis, que devem ser previamente notificados aos inimigos.

(...)

Art. 46 – Honras e direitos familiares, as vidas dos indivíduos e sua propriedade privada, assim como suas convicções religiosas, devem ser respeitadas. A propriedade privada não pode ser confiscada.

(...)

Art. 56 – Os bens das comunidades, das instituições religiosas, de caridade e educacionais, assim como aqueles artísticos e científicos, mesmo quando propriedade do Estado, devem ser tratados como propriedade privada. O assalto, destruição ou dano intencional a essas instituições, a monumentos históricos, a obras artísticas ou científicas, são proibidos, e devem estar sujeito a processos.

### **Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, Haia, 1954**

As Altas partes Contratantes:

Considerando que os bens culturais sofreram graves danos durante os últimos conflitos e que eles se encontram cada vez mais ameaçados de destruição devido ao desenvolvimento de tecnologia de guerra;

Convencidos de que os atentados perpetrados contra os bens culturais, qualquer que seja o povo a quem eles pertençam, constituem atentados contra o patrimônio cultural de toda a humanidade, sendo certo que cada povo dá a sua contribuição para a cultura mundial;

Considerando que a convenção do patrimônio cultural apresenta uma grande importância para todos os povos do mundo e que importa assegurar a este patrimônio uma proteção internacional;

(...)

Considerando que, para ser eficaz, a proteção destes bens deve ser organizada em tempo de paz através de medidas quer nacionais, quer internacionais;

Determinados a adotar todas as disposições possíveis para proteger os bens culturais;

Acordam o que se segue:

#### Art. 1º – Definição de bens culturais

Para fins da presente Convenção são considerados como bens culturais, qualquer que seja a sua origem ou o seu proprietário:

- a. Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos;
  - b. Os edifícios cujo objetivo principal e efetivo seja de conservar ou de expor os bens culturais móveis definidos na alínea a), como são os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais móveis definidos na alínea a) em caso de conflito armado;
  - c. Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais que são definidos nas alíneas a e b, os chamados "centros monumentais".
- 
-

### *Resposta Comentada*

A diferença mais explícita está na própria definição dos bens a serem protegidos, uma vez que o texto de 1899 abrange tanto “edifícios destinados à religião, arte, ciências e caridade” como “hospitais e locais onde os doentes e feridos estiverem recolhidos” e “monumentos históricos, a obras artísticas ou científicas”, enquanto o texto de 1954 é bastante detalhado na definição dos bens culturais, sendo estes móveis, imóveis e mesmo documentais, conforme se lê no artigo 1º dessa Convenção.

Também é relevante ver como o texto de 1899 procura tratar esses bens e lugares como propriedade privada da população, a qual já distingue das partes beligerantes em seus *Considerandos*, ao passo que a Convenção de 1954 procura definir os bens culturais como propriedade e de “toda a humanidade”, identificando, junto a cada povo, sua contribuição para a cultura mundial. É preciso perceber, assim, como em 1899, os bens que hoje tratamos como “culturais” estavam sendo protegidos a partir de valores que podiam ser equiparados aos outros aspectos da vida dos indivíduos, como a honra, a família, os credos, a propriedade, a vida e a liberdade, os quais deveriam ser preservados e respeitados. Estava em jogo, portanto, a própria humanidade dos indivíduos, o universo simbólico mais imediato da população não combatente, seus direitos mais básicos e o máximo de integridade possível em tempos de guerra. Já em 1954, notamos um maior destaque aos valores com que vimos trabalhando já há décadas e que podem ser identificados como valores históricos e artísticos.

## A formação do campo da preservação do patrimônio cultural

Paralelamente a essas discussões, que tinham os conflitos armados como horizonte imediato, podemos identificar, já a partir da década de 1930, iniciativas com grande ênfase na cooperação internacional para a preservação do patrimônio cultural.



É importante prestarmos atenção nas datas dos documentos com que estamos vendo nesta aula, uma vez que estamos trabalhando duas cronologias paralelas: uma que diz respeito aos tratados de paz (em negrito, no quadro a seguir) e outra, às ações e documentos voltados à preservação do patrimônio cultural (sublinhados). O interessante é perceber que os movimentos acontecem simultaneamente. Daí a necessidade de se atentar para os momentos em que os documentos foram propostos, para a simultaneidade dos movimentos e mesmo para os documentos que abordam os dois temas (como a fundação das Nações Unidas e da Unesco e a Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, de 1954):

1815	<b>Congresso de Viena</b>
1864	<b>Tratado de Genebra</b>
1868	<b>Declaração de São Petersburgo</b>
1874	<b>Convenção de Bruxelas</b>
1877	<u>Fundação da Sociedade para a Proteção de Edifícios Antigos</u>
1899	<b>Convenção de Haia</b>
1907	<b>Convenção de Haia</b>
1922	<u>Fundação do Escritório Internacional de Museus</u>
1931	<u>Carta de Atenas</u>
1933	<u>Carta de Atenas</u>
1935	<b>Pacto de Washington ou Tratado de Roerich</b>
1945	<b>Fundação da Organização das Nações Unidas</b>
	<b>Fundação da Unesco</b>
1954	<b><u>Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado</u></b>

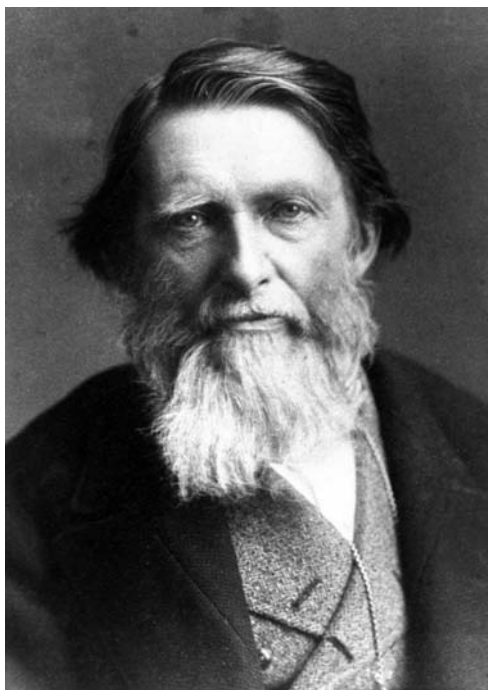
O primeiro documento de que temos notícias nesse sentido é a Carta de Atenas, também conhecida como “Carta do Restauro”, elaborada em 1931, durante o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos. Isso ocorreu sob os auspícios do Escritório Internacional de Museus, organização criada pela Liga/Sociedade das Nações. Cento e vinte especialistas de 24 países diferentes estiveram presentes para observar a recuperação do centro histórico de Atenas, promovido pelo governo grego com a cooperação de arqueólogos e especialistas de vários países, além de discutir sobre as formas de manutenção de monumentos históricos ameaçados por influências externas.

Essa Carta é considerada uma das primeiras iniciativas de normatização voltada especificamente para o tema da preservação do patrimônio. Em comparação aos documentos com que trabalhamos aqui até o momento, veremos que efetivamente o tema não aparece mais associado primordialmente aos direitos da população civil em tempos de guerra, mas sim à valorização específica dos monumentos históricos, artísticos e científicos e à importância de sua preservação para a coletividade. Mas é importante que nos dediquemos, ainda que brevemente, a eventos que a antecederam e certamente influenciaram bastante o Congresso em que a Carta de Atenas foi elaborada e o contexto em que isso aconteceu.

Ainda que em pouca quantidade, houve algumas iniciativas anteriores à Carta de Atenas que visavam à questão da preservação do patrimônio, ou, mais especificamente, da preservação de alguns monumentos edificadas em uma escala ampla. Um exemplo é a proposta do crítico de arte inglês, John Ruskin (1819-1900), que entendia que o passado poderia ser conservado por meio da preservação da arquitetura e que vislumbrava, já em 1854, a criação de uma organização europeia de proteção dos monumentos históricos (Fonseca, 2005). Alguns anos mais tarde, um grupo de oposição aos trabalhos de restauração que vinham sendo realizados em edifícios medievais por os considerarem danosos a



esses monumentos, do qual faziam parte Ruskin e o pintor e escritor William Morris (1834-1896), fundou a Society for the Protection of Ancient Buildings (Sociedade para a Proteção de Edifícios Antigos).



**Figura 4.6:** John Ruskin (1819-1900).

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/John\\_Ruskin](http://commons.wikimedia.org/wiki/John_Ruskin)



Fonte: <http://www.spab.org.uk/>

A organização Society for the Protection of Ancient Buildings – SPAB foi fundada em 1877, em reação ao próprio conceito de restauração aos edifícios antigos, descrito no Manifesto de criação da sociedade como “falsificação” (*forgery*): para os membros da sociedade, toda alteração feita como restauração dos edifícios, supostamente visando restituir as características tidas como originais desses, tendiam a apagar traços importantes da sua história em nome de uma idealização contemporânea desses edifícios. Daí a necessidade de um trabalho constante, diário e rotineiro de proteção ao invés da restauração, a qual tendia a destruir, ainda que cheia de boas intenções, a arte do passado. A SPAB continua em atividade e se apresenta como “o maior grupo, o mais antigo e de maior expertise técnica lutando para preservar edifícios antigos da decadência, da demolição e de estragos”.

Fonte: <http://www.spab.org.uk/>

## Por um sistema internacional de preservação

Ainda que a *Society for the Protection of Ancient Buildings* (SPAB) buscasse influenciar o maior número possível de iniciativas de proteção a monumentos, as tentativas de criação de um movimento efetivamente internacional, com foco marcadamente voltado para a proteção do patrimônio das nações, deram-se apenas depois da Primeira Guerra Mundial. Um importante exemplo disso foi a fundação do Escritório Internacional de Museus, em 1922, pelo Comitê de Cooperação Intelectual da Liga/Sociedade das Nações, a qual era constituída pelos países que haviam assinado o Tratado de Versalhes em 1919. O Comitê era responsável pela promoção

do trabalho intelectual e das relações entre cientistas, pesquisadores, professores, artistas, intelectuais dos diversos países que compunham a Sociedade/Liga. O Escritório Internacional de Museus também contribuía nesse sentido, com pesquisas e publicações na área da preservação de monumentos históricos e artísticos até 1946, quando foi extinto, sendo substituído naquele ano pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM).

O Escritório foi uma grande referência na elaboração da Carta de Atenas de 1931. Houve, por exemplo, a recomendação de que esse organismo tomasse para si várias responsabilidades em relação ao levantamento e à guarda de informações colhidas por e nos diversos Estados sobre as legislações e ações referentes à proteção de monumentos históricos e que promovesse a sua difusão. Houve um grande estímulo à cooperação entre os profissionais e especialistas – conservadores, arquitetos, arqueólogos, especialistas em física, química e em ciências naturais – dos diversos países representados no Congresso e também entre os que viessem a tomar conhecimento do documento elaborado naquele contexto. Essa ideia de cooperação ia, é claro, no sentido de unir esforços e compartilhar conhecimentos, como ocorrera na recuperação do centro histórico de Atenas, e na sugestão, presente na Carta, da produção de inventários sobre os monumentos históricos internacionais e no incentivo da divulgação dessas informações.

A ideia de cooperação, porém, também estava baseada na noção de um interesse e uma responsabilidade coletiva em relação a um patrimônio histórico, artístico e arqueológico que pertencia não a uma nação específica, mas à humanidade, à comunidade dos Estados, que é descrita, no documento, como “guardiã da civilização”. É essa noção que está presente na Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, de 1954, e que voltará a constar em vários documentos com vistas à proteção do patrimônio cultural, tendo como importante marco a Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, que estudaremos na última aula desta disciplina.

Para a manutenção da longevidade dos monumentos de interesse histórico, artístico ou científico, a Carta de Atenas aprovou uma série de recomendações e medidas muitas vezes de caráter bastante técnico e que fazem esse documento tão importante não apenas para o campo do patrimônio, mas também para a área do restauro e da conservação. Por um lado, encontramos medidas de ordem mais gerais, como a recomendação de que as autoridades públicas fossem revestidas de poder para tomar medidas emergenciais de conservação, colocando, portanto, o interesse da coletividade acima dos direitos de propriedade privada. Foi feita a sugestão de que fosse mantida a utilização dos monumentos, com a obrigatoriedade de que se respeitasse seu caráter histórico e artístico e foi dado destaque à importância da educação na infância e juventude para promover o respeito e o interesse pelos monumentos.

Por outro, há indicações bastante específicas de construção de uma determinada abordagem de restauração. É o caso da disposição de se dar preferência à “adoção de uma manutenção regular a permanente” dos monumentos, em detrimento, sempre que possível, de reconstituições integrais e também da determinação de que nenhum estilo de época fosse prejudicado ou excluído durante o processo de restauração. Mesmo a questão dos materiais e recursos disponíveis foi abordado, sendo aprovada a utilização de materiais e mesmo de recursos modernos, como o concreto armado, nas restaurações, com a ressalva que esses deveriam ser utilizados de forma discreta, sem serem por demais evidenciados, a fim de não descaracterizar o bem. A questão do tratamento das ruínas também foi abordada, com a defesa da recolocação dos elementos originais encontrados em seus devidos lugares (anastilose) e da defesa da evidenciação dos materiais novos utilizados em sua reconstrução. Merece ainda destaque a preocupação demonstrada com a questão da vizinhança e da visibilidade dos monumentos, o que já indica as origens do debate sobre a noção de entorno, tão cara no presente na determinação do tombamento de bens culturais.

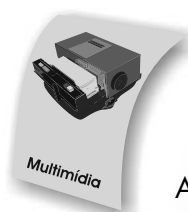
Ainda que tenhamos, com esse documento, umas das primeiras iniciativas formalizadas de proteção de monumentos históricos, não podemos descartar a influência dos efeitos dos conflitos armados, naquela época de pouco mais de 10 anos de armistício, sobre os receios de perder e de haver perdido monumentos históricos e artísticos dos diversos momentos da civilização e ocupação humana sobre o globo. Não é à toa, por exemplo, a quantidade de referências a instituições criadas tendo como objetivo primeiro regulações e restrições das atividades bélicas ou a manutenção da paz, como a Sociedade/Liga das Nações e suas instituições, como o Escritório Internacional de Museus, o Comitê Internacional de Cooperação Intelectual – enfim, instituições relacionadas ao contexto criado com o fim da Primeira Guerra e com a assinatura do Tratado de Versalhes.

É importante ressaltarmos também o contexto específico de elaboração da Carta de Atenas de 1931. Diferente das demais convenções e tratados cuja participação estava estreitamente vinculada ao Estado que cada indivíduo representava e, motivada exatamente por essa representação, a Carta de Atenas foi composta durante um encontro de especialistas: mais especificamente, uma média de 120 arquitetos e especialistas em monumentos históricos, provenientes de 24 países. Assim como o Manifesto da *Society for the Protection of Ancient Buildings*, o documento expressava uma opinião técnica e também visava não apenas as principais autoridades de cada país, mas todos os possíveis responsáveis pela proteção dos monumentos históricos.

O Manifesto da SPAB, por exemplo, dirigia-se aos arquitetos, aos guardiões dos monumentos e também ao público de forma geral. Também foi redigido por indivíduos interessados no tema e que se uniram por causa desse interesse e talvez inclusive por sua expertise no tema. A Carta de Atenas, por sua vez, redigida por esses especialistas, também apresentava suas recomendações aos indivíduos e instituições que tivessem qualquer ingerência nas políticas e ações de preservação dos monumentos.

Percebem-se, assim, importantes diferenças em relação aos tratados e convenções que identificamos anteriormente e essa Carta: esta apresentou um recorte profissional definido e teve seus participantes indicados a partir de suas expertises – diferentemente das indicações governamentais que determinavam os membros que participariam da elaboração das convenções, ou seja, a discussão do tema sofreu uma profissionalização. Por outro lado, há também uma questão mais formal, que diz respeito ao formato dos documentos escolhidos para sistematizar as decisões dos encontros. Tratados e convenções, para terem efeito, devem ser ratificados por representantes das nações, as quais, por sua vez, comprometem-se a cumpri-los. No entanto, no caso de documentos cujo teor aproxima-se mais de recomendações, como é o caso das Cartas Patrimoniais e, especificamente, da Carta de Atenas, os países presentes, que autorizam os especialistas participantes a assinarem o documento, são convidados a criar maneiras de influenciar as leis e práticas nacionais, seja por meio de ações legislativas, seja ainda através de outras ações que estejam em conformidade com a prática constitucional de cada Estado. De toda forma, porém, nos dois formatos, há um escopo internacional a ser cumprido e alcançado.

O universo das Cartas Internacionais/Patrimoniais, assim como a própria formação do campo do patrimônio, tem um espaço muito especial reservado à Carta de Atenas de 1931, considerada não somente a pioneira dessas Cartas, mas pioneira também na construção de um amplo movimento internacional cujos subseqüentes marcos seriam os diversos documentos com recomendações sobre o tema da preservação do patrimônio e criação de instituições e de organismos internacionais como a própria Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultural (Unesco) e o ICOM (Carta de Veneza, 1964).



### **Cartas Patrimoniais**

No *site* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (<http://www.iphan.gov.br>), você encontra a lista dessas *Cartas Patrimoniais*, com seus textos integrais em português, na seção *Coletânea Virtual*.

## **A arquitetura moderna e a preservação do patrimônio – os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna**

Uma outra Carta de Atenas, também conhecida como “Carta do Urbanismo” foi elaborada pouco tempo depois, com o quarto Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Ciam), que aconteceu em 1933. O documento original, intitulado *Constatações*, contendo 94 pontos, foi elaborado tendo como base as análises de planos urbanos existentes e continha disposições sobre a reorganização destas a partir dos princípios do Ciam, do urbanismo e da noção de “cidade funcional”. Anos mais tarde, em 1943, Le Corbusier (1887-1965) publicou uma versão bastante ampliada dessas *Constatações*. Para entendermos o sentido e a importância dessa Carta, porém, precisamos nos deter um pouco na realização dos Ciams.

Os encontros promovidos pelo Ciam tiveram início em 1928, organizados por um grupo de arquitetos, e o primeiro Congresso ocorreu na Suíça, durante o qual o foco foi a questão da funcionalidade na arquitetura. A origem desses encontros é geralmente situada em torno de um concurso de arquitetura para escolher o projeto para o Palácio da Liga/Sociedade das Nações. Arquitetos que haviam se formado fora das academias tradicionais, entre os quais Le Corbusier, e que foram preteridos pelo júri de

seleção, fundaram, em protesto, o Ciam e organizaram então seu primeiro Congresso. Esse encontro deu origem à Declaração de La Sarraz, na qual foi afirmada a necessidade de a arquitetura atender às necessidades espirituais, intelectuais e materiais da vida presente. Inserir-se “em seu verdadeiro meio, que é o econômico e social”, longe dos impasses acadêmicos e livrar-se das “influências estéreis das academias conservadoras das fórmulas do passado”. (LE CORBUSIER, 1993).



**Figura 4.7:** Foto oficial de primeira reunião do Ciam, em 1933, em La Sarraz, na Suíça.

Fonte: <http://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/07/28/ciam-o-movimento-moderno-na-academia/>

A Declaração focou nas cidades e tornou central o urbanismo, que foi definido como “administração dos lugares e dos locais diversos que devem abrigar o desenvolvimento da vida material, sentimental e espiritual em todas as suas manifestações, individuais ou coletivas”. Afirmou ainda a importância de a arquitetura ser pensada em termos urbanísticos e firmou os três principais pilares dessa concepção, aplicada às cidades: morar, trabalhar e recrear-se. Deu ênfase também a três atividades fundamentais no processo de construção das cidades: ocupação do solo, organização da circulação e a legislação.



Os cinco primeiros congressos do Ciam, que ocorreram no período entre guerras (1928, 1929, 1930, 1933 e 1937), focaram principalmente na questão da habitação social e da cidade funcional. O quarto Congresso, em especial, que ocorreu em 1933, dedicou-se à análise da disposição arquitetônica e urbanística de 33 grandes cidades: Amsterdã, Atenas, Bruxelas, Baltimore, Bandoeng, Budapeste, Berlim, Barcelona, Charieroi, Colônia, Como, Dalat, Detroit, Dessau, Frankfurt, Genebra, Haia, Los Angeles, Litoria, Londres, Madri, Oslo, Paris, Praga, Roma, Roterdã, Estocolmo, Utrecht, Verona, Varsóvia, Zagreb e Zurique. O documento elaborado então, que procurava sistematizar essas discussões juntamente com os princípios da arquitetura e urbanismo modernos, deu origem, pouco depois, pelas mãos de La Corbusier, à Carta de Atenas, também conhecida como “Carta do Urbanismo”, cuja relação com os pontos levantados da Declaração de La Sarraz é clara.

O texto de **Le Corbusier** é uma versão estendida das Constatações originais: os 94 pontos foram mantidos em sua quase integridade, mas longas discussões foram adicionadas a cada um. O foco se manteve sobre a cidade, considerada como “uma parte de um conjunto econômico, social e político que constitui a região” e, por isso, deveriam ser levados em conta sua situação geográfica, sua situação econômica e sua situação política e sistema de governo e administração, respectivamente, como forma de identificar e enfrentar os problemas urbanísticos da cidade e da região.

Além disso, esses problemas deveriam ser avaliados tendo em vista as quatro funções da cidade:

- habitação;
- recreação;
- trabalho;
- transporte ou circulação.

### **Le Corbusier**



Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Le\\_Corbusier\\_1933.JPG](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Le_Corbusier_1933.JPG)

Arquiteto, pintor e urbanista, Charles-Edouard Jeanneret (Le Corbusier) nasceu em La Chaux-de-Fonds, na suíça, em 6 de outubro de 1887. Com a idade de 18 anos, percorreu a Europa e passou alguns meses

no ateliê de Auguste Perret. Em 1918, fixou-se definitivamente em Paris, onde fundou uma revista, *L'Espirit Nouveau*, na qual defendia ideias tanto de arquitetura quanto de pintura. Em 1924, abriu um ateliê em Paris, que logo se tornaria um dos centros da arquitetura moderna. É autor de uma vasta obra na qual se encontram expostas suas teorias a respeito da arte, da arquitetura e do urbanismo.

(Fontes: "Biografia". In: LE Corbusier. *Planejamento Urbano*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 1984; [http://pt.wikipedia.org/wiki/Le\\_Corbusier](http://pt.wikipedia.org/wiki/Le_Corbusier), acesso em 20 nov. 2011.)

### **Pastiche**

Originalmente era usado no campo da pintura e referia-se a quadros forjados para serem confundidos com os originais. Na arquitetura, usa-se o termo para indicar imitações de estilos passados ou tradicionais, muitas vezes com vistas a criar

Deveria também ser analisado o espaço destinado ao legado da história – a preservação dos antigos monumentos.

As *Constatações* originais foram sistematizadas em torno do diagnóstico feito pelos especialistas sobre as 33 cidades avaliadas e das recomendações para cada um dos problemas, organizados a partir das quatro funções da cidade. Ao seguir os 94 itens, Le Corbusier manteve um pouco dessa organização, mantendo a questão da habitação como central da discussão, avaliando os problemas urbanísticos das cidades com base na funcionalidade da cidade e sublinhando a importância de mudanças para o bem-estar dos indivíduos. É interessante notar, nesse momento, como questões de insolação e ventilação das residências são tratadas juntamente com a largura das ruas e circulações de pedestres e automóveis. Outras preocupações são:

- o difícil acesso das áreas de lazer;
- o tempo gasto entre as residências e os locais de trabalho;
- a especulação imobiliária nas áreas de maior concentração de edifícios comerciais;
- condições para a preservação da "boa arquitetura" e de edifícios antigos e da condenação do "**pastiche**".

O documento é bastante enfático sobre a necessidade de um planejamento urbanístico que instaurasse o equilíbrio urbano em todas as suas fases. Esse planejamento deveria estar baseado em rigorosos estudos analíticos feitos por especialistas, entre os quais Le Corbusier destaca o arquiteto – o qual, ao ser responsável pelo planejamento urbano, deveria determinar tudo em função da escala humana –, mas também destina grande importância aos que identifica como especialistas na elaboração dos princípios modernos do urbanismo: "técnicos da arte de construir, técnicos da saúde, técnicos da organização social". Mesmo tendo como princípio que "A arquitetura preside aos destinos da cidade", o planejamento urbanístico requereria também várias outras expertises.

Tal planejamento demandaria também submeter o interesse privado ao interesse coletivo, princípio defendido na Carta de Atenas. Esse princípio aparecia, por exemplo, na polêmica sugestão de que áreas densamente populosas e vistas por ele como insalubres, a exemplo de favelas e cortiços, fossem demolidas para dar lugar a áreas verdes, enfatizando o uso público do espaço em detrimento ao direito individual à moradia; estava igualmente presente na defesa de que a especulação imobiliária fosse combatida com um zoneamento altamente planejado, privilegiando a circulação e o bem-estar dos habitantes; e determinava as formas de manutenção dos monumentos históricos, os quais também deveriam ser submetidos ao planejamento urbano com vista aos interesses coletivos. Isso significa que, nesse documento de 1933, a prioridade, mesmo quando se estivesse analisando a preservação dos edifícios antigos, era efetivamente a funcionalidade da cidade. É certo que edifícios antigos seriam objeto de preservação caso constituíssem uma expressão de uma cultura anterior e se isso fosse de interesse público. Deveria também ser avaliado se a preservação desses monumentos significaria a manutenção de condições insalubres de habitação ou mesmo se implicaria a obstrução da circulação nas cidades.

Para Le Corbusier, seria necessário saber reconhecer os testemunhos do passado que ainda estivessem vivos: “Nem tudo que é passado tem, por definição, direito a perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado” (LE CORBUSIER, 1993). Por outro lado, os valores arquitetônicos deveriam ser preservados, sejam individualmente, sejam em conjunto. Ainda que se leia, nessa Carta, que os testemunhos do passado seriam respeitados “a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano”, a ordem de prioridade parece ser justamente o contrário – primeiramente o valor arquitetônico dos bens e, em seguida, o valor histórico. Para além da concepção da cidade como um processo contínuo, vivo mesmo, há também, nesse documento, a grande valorização da arquitetura, visível nesse momento e ao longo de todo seu conteúdo.

um cenário homogêneo e de fácil assimilação.

(Fontes: ALTHOFF,

Fátima Regina.

“Renovação, reconstrução e pastiche – a ânsia de reproduzir a arquitetura do passado no presente”

in: *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*.

Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH,

2011. Disponível

em <http://eventos.faed.udesc.br/index.php/tempopresente/tempopresente/paper/viewFile/148/146>;

acesso em 27 nov.

2011.

<http://www.fcsh.unl.pt/invest/edtl/verbetes/P/pastiche.htm>

Se buscarmos aproximar as duas Cartas de Atenas – de 1931 e de 1933 –, encontraremos inúmeras diferenças entre os dois documentos: enquanto a primeira está centrada nos monumentos históricos, sua restauração e conservações, a segunda foca no tema da cidade e do urbanismo. A primeira dá grande ênfase às técnicas de restauro, enquanto a segunda aborda bem mais vagamente questões de técnicas e materiais, dando mais atenção a uma visão global da cidade. Mas é possível aproximar os dois documentos como marcas de um mesmo processo de formação do campo do patrimônio e de proteção aos bens culturais. Percebemos nas iniciativas e princípios defendidos tanto pelos participantes do I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, no qual foi elaborada a Carta de Atenas de 1931, quanto dos encontros do Ciam a importância da arquitetura e a formulação de conceitos que valessem internacionalmente, alcançando o maior número possível de países. Podemos apontar também para a afirmação do tema da arquitetura e da preservação de edifícios e monumentos como temas que estavam ganhando autonomia em um nível internacional.

## **Educação, cultura e patrimônio pela paz**

Essa relativa autonomia dos campos da arquitetura e da proteção a monumentos históricos em relação a assuntos bélicos só poderia ter sido notada em tempos de paz, quando outras importantes questões – como as práticas de restauração, os estudos sobre moradia e circulação urbana, sobre a recreação dos habitantes nas cidades – que não a mera sobrevivência dos indivíduos e o respeito a alguns de seus direitos básicos poderiam receber a atenção devida. No entanto, em 1939, eclodiria a Segunda Guerra Mundial.

Uma das consequências da eclosão da guerra foi o fim da Liga/Sociedade das Nações, por ter falhado em evitar esse novo confronto de tão grandes proporções. No entanto, a articulação de diversos países com vistas à cooperação internacional contra o hitlerismo já se notava desde o início da

década de 1940. Pouco mais tarde, ainda durante o conflito, em 1944, representantes da China, da União Soviética, do Reino Unido e dos Estados Unidos elaboraram uma proposta que serviu de base para a Conferência das Nações Unidas de 1945, no qual foi elaborada a Carta das Nações Unidas. Este documento foi assinado por 51 países, os quais constituiriam os Estados membros originais, e determinou a fundação das Nações Unidas em outubro de 1945.



**Figura 4.8:** Símbolo da Organização das Nações: mapa do mundo a partir do polo norte, circundado por folhas de oliveira, que simbolizam paz.

Fonte: <http://www.un.org/Depts/dhl/maplib/flag.htm>; acesso em 08 out. 2011.



### **Antecedentes das Nações Unidas**

É possível recuperar, desde meados da Segunda Guerra Mundial, algumas iniciativas e documentos que viriam a culminar na elaboração da Carta das Nações Unidas e na criação da ONU. Logo após o fim da Liga/Sociedade das Nações, tiveram início ações de articulação entre diversos países. Em 1941, divulgou-se a Carta do Atlântico, elaborada pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt e pelo primeiro ministro britânico Wiston Churchill, que uniu vários países em torno da cooperação internacional pela defesa da segurança e da paz, da liberdade política e econômica e contra a “tirania nazista”. Em seguida, em 1942, 26 nações uniram-se em torno da elaboração da Declaração das Nações Unidas, que reafirmou sinteticamente os pontos da Carta do Atlântico, reforçando seus empenhos na “luta para derrotar o hitlerismo”. Os países signatários se uniam então contra os países do Eixo, e outros 19 aderiram logo depois – o Brasil aderiu em 1943.

No contexto das Nações Unidas, foi criada, também em 1945, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, com o objetivo de

fazer avançar, através das relações educacionais, científicas e culturais entre os povos do mundo, os objetivos da paz internacional do bem estar comum da humanidade, pelos quais a Organização das Nações Unidas foi criada e que sua Carta proclama (UNESCO, 1945).

Não apenas pelo seu enfoque, mas também pelas suas funções em um organismo internacional mais amplo, podemos aproximar a Unesco do Comitê Internacional de Cooperação Intelectual da Liga/Sociedade das Nações. No que diz respeito mais precisamente à preservação de monumentos, a Carta da Unesco afirma como um de seus propósitos e funções

manter, ampliar a difundir o conhecimento por meio da conservação e proteção do patrimônio universal de livros, obras de artes, monumentos históricos e científicos e da recomendação às nações interessadas as convenções internacionais aplicáveis (Unesco, 1945).

Também previa a cooperação com outras organizações intergovernamentais especializadas em assuntos da competência da Unesco, entre as quais temos o ICOM, organização não governamental, criada em 1946, para substituir o Escritório Internacional de Museus. O ICOM mantém relações formais com a Unesco e possui status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. É ainda responsável pelos programas de museus da Unesco e gere, em conjunto com esta organização, o Centro de Informações de Museus – Unesco/ICOM.



### **Unesco**

É a sigla para United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – em português, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Assim como a ONU, a Unesco teve origem no movimento de cooperação internacional que ganhou força no fim da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente voltada para a reconstrução dos sistemas de educação nos países afetados pelo conflito durante a Conferência de Ministros

da Educação Aliados (Came), que ocorreu no Reino Unido, em 1942, ganhando diversos adeptos internacionalmente. A proposta elaborada serviu de base para uma conferência em novembro de 1945, convocada já pelo Organismo das Nações Unidas, então recém-criado. Trinta e sete países presentes nessa Conferência decidiram criar uma organização, assumindo o caráter de agência especializada (ONU, 1945), voltada para contribuir para a paz e para a segurança, promovendo colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura, para fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que são afirmados para os povos do mundo pela Carta das Nações Unidas, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião. (UNESCO 1945).

## CONCLUSÃO

De forma geral, a intenção desta aula foi destacar algumas discussões que podem ser compreendidas como fazendo parte do processo de constituição do campo do patrimônio a partir de propostas de iniciativas internacionais. Ainda que com enfoque fortemente europeu, essas propostas buscavam abrangência global, atingindo a todos os países, seus governantes e cidadãos. Não apenas visava-se à proteção dos bens, mas propusera-se uma visão compartilhada em relação à responsabilidade e ao usufruto do patrimônio cultural dos diversos povos.



## Atividade Final

---

### Atende ao Objetivo 2

Leia o preâmbulo da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, elaborada em 1945, e procure relacionar os pontos levantados nessa aula a respeito dos tratados de paz e as Cartas Patrimoniais aos princípios e objetivos indicados no trecho abaixo:

Os Governos dos Estados Partes desta Constituição, em nome de seus povos, declaram:

Que uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz;

Que, através da história da raça humana, foi a ignorância sobre as práticas e sobre as vidas uns dos outros uma causa comum da suspeita e da desconfiança entre os povos do mundo, através das quais suas diferenças com enorme frequência resultaram em guerras;

Que a grande e terrível guerra que acaba de chegar ao fim foi uma guerra tornada possível pela negação dos princípios democráticos da dignidade, da igualdade e do respeito mútuo dos homens, e através da propagação, em seu lugar, por meio da ignorância e do preconceito, da doutrina da desigualdade entre homens e raças;

Que a ampla difusão da cultura, e da educação da humanidade para a justiça, para a liberdade e para a paz são indispensáveis para a dignidade do homem, constituindo um dever sagrado, que todas as nações devem observar, em espírito de assistência e preocupação mútuas;

Que uma paz baseada exclusivamente em arranjos políticos e econômicos dos governos não seria uma paz que pudesse garantir o apoio unânime, duradouro e sincero dos povos do mundo, e que, portanto, a paz, para não falhar, precisa ser fundamentada na solidariedade intelectual e moral da humanidade.

Por esses motivos, os Estados Partes desta Constituição, acreditando em oportunidades plenas e iguais de educação para todos, na busca irrestrita da verdade objetiva, e no

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper has a slight shadow on the right side, suggesting it's resting on a surface.

ideia ampla de defesa da humanidade como um todo, por meio tanto da preservação de seu legado para gerações futuras, quanto através da afirmação do seu bem-estar.

Também notamos a preocupação em tornar público e difundir não apenas os direitos individuais, mas alguns marcos simbólicos e/ou materiais desses direitos, como monumentos históricos, obras de arte, obras científicas, bens culturais, enfim. Essa postura, que encontramos em diversos documentos internacionais aqui trabalhados, assume, principalmente no texto de Constituição da Unesco, mas também, por exemplo, na Convenção de Haia de 1954, a função de instrumento de paz, na medida em que combateria o preconceito ao promover uma ampla difusão das culturas dos povos. Nesses documentos, notamos claramente a convicção de que a ignorância em relação aos costumes e às vidas dos outros tinha sido, ao longo da história, uma causa comum da suspeita e da desconfiança entre os povos e mesmo dos conflitos armados; e de que era preciso assegurar a todos o acesso pleno e igualitário à educação, a busca da verdade e o livre intercâmbio de ideias e conhecimentos, como forma de assegurar a paz.

Por fim, vale mencionar o amplo espectro que todos esses documentos, desde aqueles elaborados no século XIX, até esses de meados do século XX, prosseguindo pelas iniciativas tomadas já no século XXI, visavam – a comunidade internacional, procurando não apenas inspirar o maior número de nações possíveis, mas também propor condutas e influenciar procedimentos por todos do globo.

---

## RESUMO

Desde o final do século XIX, deram-se esforços para criar normas e recomendações que valessem para além de cada uma das fronteiras nacionais existentes, notadamente no continente europeu, e que determinassem ou influenciassem formas de conduta para o maior número possível de países. Parte dessas regulamentações estava focada na manutenção da paz e na defesa de procedimentos mais humanos durante os embates, mas também abriam espaço para cuidados em relação a bens culturais; nesse sentido, podemos citar o Tratado de Genebra (1864), o Tratado de São Petersburgo

(1868), a Convenção de Bruxelas (1874), as Convenções de Haia de 1899, 1907 e 1954, o Tratado de Versalhes (1919), o Pacto de Hoerich (1935). A própria criação da ONU e da Unesco pode ser lida a partir desse viés.

Por outro lado, houve também várias iniciativas que não tinham os conflitos armados como horizonte imediato, mas sim a cooperação internacional na preservação do patrimônio cultural. Algumas iniciativas nesse sentido podem ser localizadas ainda no século XIX, com a Sociedade para a Proteção de Prédios Antigos (SPAB); no período entre guerras, com a fundação, no âmbito da Liga das Nações, de instituições que dariam origem a órgãos fundamentais na preservação do patrimônio cultural, como o ICOM; e na década de 1930, momento em que foram elaboradas as primeiras Cartas Patrimoniais e podemos identificar como de estruturação do campo da preservação do patrimônio propriamente dito.

Nesse panorama, a noção de patrimônio, esteve, originalmente, fortemente relacionada à ideia de nação e ao pertencimento a um determinado Estado. Após a Primeira Guerra Mundial, essa noção passou por uma transformação, na medida em que se ampliou a abrangência da posse dos bens culturais e a responsabilidade e a ingerência sobre estes. Assim, não apenas a nação seria possuidora dos bens culturais, mas toda a humanidade.

A organização de um sistema internacional de patrimônio, concentrando nas organizações, encontros e documentos relacionados ao tema, pode ser entendida como um processo histórico cuja origem pode ser localizada nas primeiras Convenções de Paz no final do século XIX, que englobou inclusive a criação de organismos como a Unesco, em 1945, e que permanece nos dias atuais.

# Aula 5

## Patrimônio Cultural no Brasil: práticas e instituições

*Márcia Chuva*

## Meta da aula

Apresentar a constituição do campo do patrimônio cultural no Brasil no período do Estado Novo.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. relacionar a institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil ao contexto político do Estado Novo;
2. identificar quais aspectos da cultura brasileira foram valorizados como patrimônio histórico e artístico nacional;
3. identificar os mecanismos legais, institucionais e administrativos, criados para promover a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

## INTRODUÇÃO

Vamos imaginar que você está recebendo em sua casa um estrangeiro que não tinha ouvido falar do país. Você, como bom anfitrião ou anfitriã, quer apresentar o seu país para ele. Imagine, então, que você possa levá-lo para qualquer lugar de nosso território. Que lugares ou expressões da nossa cultura você apresentaria a este estrangeiro como o que melhor define o Brasil?

Um conjunto de casas coloniais, encravado entre as montanhas de Minas Gerais, ou a imponência do eixo monumental de Brasília? A paisagem do Cristo Redentor ou o centro histórico de São Luís do Maranhão? Uma roda de capoeira, a grande festa do carnaval ou as festas juninas do Nordeste? O que melhor representaria a nossa identidade; esta nação chamada Brasil?



Mario Roberto Durán Ortiz

**Figura 5.1:** Brasília.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/93/Esplanada\\_dos\\_Ministros%2C\\_Bras%C3%ADlia\\_DF\\_04\\_2006\\_%28modificada%29.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/93/Esplanada_dos_Ministros%2C_Bras%C3%ADlia_DF_04_2006_%28modificada%29.jpg)



Marcus Guimarães

**Figura 5.2:** São Luís do Maranhão.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/42/Saoluis-Street2.jpg>



Marquesiro

**Figura 5.3:** Diamantina.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6c/6010156\\_Diamantina.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6c/6010156_Diamantina.jpg)



Juan Pablo Arancibia Medina

**Figura 5.4:** Rio de Janeiro.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f4/Rio\\_de\\_Janeiro\\_Helicoptero\\_47\\_Feb\\_2006\\_%28cuadrado%29.jpg/600px-Rio\\_de\\_Janeiro\\_Helicoptero\\_47\\_Feb\\_2006\\_%28cuadrado%29.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f4/Rio_de_Janeiro_Helicoptero_47_Feb_2006_%28cuadrado%29.jpg/600px-Rio_de_Janeiro_Helicoptero_47_Feb_2006_%28cuadrado%29.jpg)

Você pode ter pensado em diversos lugares ou manifestações. Hoje em dia, não há questionamentos acerca da importância dessas ações de preservação do patrimônio cultural, mas nem sempre foi assim. Nesta aula, pretendemos tratar, justamente, do modo como essa preocupação tornou-se uma política pública no Brasil. Veremos então quais os procedimentos adotados, inicialmente, para definição do que deveria ser protegido como patrimônio da nação, pois os critérios de seleção do que seria mais representativo de nossa identidade – aquilo que acaba sendo protegido por lei como patrimônio cultural – variou bastante no tempo.

Como temos visto nas nossas aulas, a ideia de patrimônio cultural está intimamente ligada a tais escolhas: o que é definido como os símbolos mais representativos da nossa identidade, de nossa história, de nossa herança cultural e da nossa nação. Vimos que a ideia de nação e a de patrimônio são noções historicamente construídas e que, associadas, compõem a noção de patrimônio nacional. Então, uma pergunta importante para esta disciplina é: como determinados símbolos foram historicamente escolhidos e institucionalizados como patrimônios culturais do Brasil?



Nossa aula tratará justamente deste assunto. Aqui, vamos nos deter no período inicial de implantação dessas práticas no Brasil, circunscrito ao primeiro governo Vargas, nos anos 1930 e 1940. Veremos que houve uma escolha que privilegiou a proteção dos bens arquitetônicos e o seu valor artístico como marcos da preservação da identidade e cultura brasileiras. Constituiu-se, nessa época, um patrimônio histórico e artístico nacional.

No Brasil, a ideia de implantar medidas e instituições do poder público, visando preservar um patrimônio cultural, representativo da nação, surgiu ainda nos anos de 1920. Todavia, a institucionalização da preservação do patrimônio cultural no Brasil somente se institucionalizou com a reforma administrativa do Ministério da Educação e Saúde (MES), que havia sido criado em 1930, por meio da Lei nº 387, de 13 de janeiro de 1937, que, dentre uma série de medidas para o setor, criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e o seu Conselho Consultivo. Com a criação do Sphan, o Estado brasileiro tomou para si a tarefa da preservação do patrimônio cultural brasileiro e, até os anos 1970, ela ficou a cargo quase que exclusivamente deste órgão.

Hoje em dia, a preservação do patrimônio cultural brasileiro é uma política pública cuja importância, sentido e necessidade são inquestionáveis. No entanto, em outros tempos, este assunto não era unanimidade. Quem hoje questiona o valor de uma obra de arte de Aleijadinho, o grande artista mineiro do século XVIII? Nos anos de 1920, esse artista era praticamente ignorado no Brasil.



Einar Einarsson Kvaran

**Figura 5.5:** Profeta Oseias; escultura de Aleijadinho, em Congonhas, Minas Gerais.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/59/Aleijadinho92.jpg/400px-Aleijadinho92.jpg>

Atualmente, o Estado tem ampliado sua perspectiva de ação em relação à preservação dos bens culturais, adotando uma noção mais abrangente de patrimônio cultural, não mais restrita àquilo que se entendia inicialmente como histórico e artístico: os bens arquitetônicos, em sua maioria.

Vamos, então, voltar no tempo e conhecer o processo de construção da necessidade de patrimonialização e da sua institucionalização no Estado brasileiro durante o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), especialmente no Estado Novo (1937-1945).

## **A construção de uma modernidade brasileira: os primeiros debates na década de 1920**

No Estado Novo, a institucionalização da preservação do patrimônio cultural no Brasil está intimamente ligada a mudanças na ideia de modernidade que a sociedade brasileira da década de 1920 desejava alcançar.

Nesse contexto, a fundação das ações de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional levou em conta, particularmente, a associação entre modernidade e tradição. Aparentemente antagônicas, tradição e modernidade, fazem parte do pensamento nacionalista que ganhou corpo, nos anos 1920. Tais ideias circulavam entre intelectuais que buscavam novas formas de ver e entender o Brasil, o povo e a sociedade brasileira. Havia a intenção, entre políticos e intelectuais, de inserir o país numa nova era, abrindo uma porta de entrada para o chamado “mundo civilizado”.

Nos anos 1930, as representações de um Brasil colonial – o Brasil das Bandeiras e das Minas – tornaram-se a expressão dominante da ideia de modernidade e mesmo de brasilidade, pois, como veremos a seguir, para aqueles intelectuais, ser moderno era ser autêntico; era valorizar as próprias raízes sem imitações.

Todavia, essa ideia não nasceu consagrada. Ela foi fruto de disputas, travadas ainda nos anos 1920, quando a ideia de modernidade era interpretada de diversas formas.

## Os modernistas

A década de 1920 foi um período de ebulição na vida política e social brasileira, em vários aspectos. A temática da modernidade associada à da nacionalidade buscava novos padrões estéticos, de comportamento e de conduta (cf. SEVCENKO, 1992). Uma grande mudança de perspectiva sobre a nação e o ser brasileiro deu-se com a valorização do caráter popular da cultura brasileira. A Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922, foi um marco destas transformações no olhar sobre a cultura.



**Figura 5.6:** Cartaz anunciando o último dia da Semana de Arte Moderna.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/a5/Arte-moderna-8.jpg/250px-Arte-moderna-8.jpg>

Nessa nova visão, os intelectuais modernistas queriam encontrar uma feição própria para o Brasil e dispensar os padrões estéticos estrangeiros, que predominavam na Primeira República. Tratava-se da busca das raízes e de uma memória nacional. As “caravanas de

revelação” – viagens em que intelectuais ligados ao Modernismo fizeram ao interior do país – foram fundamentais para que essa nova perspectiva fosse formulada. Com estas viagens, eles construiriam uma nova memória das riquezas mineiras até então esquecidas.

Os modernistas conferiram um lugar de destaque ao folclore e às características coloniais das cidades mineiras, que passaram a ser vistas como o que havia de mais autêntico acerca das origens da nação brasileira.



### **Caravana modernista a Minas: o encontro com um Brasil original**

As contribuições da Semana de Arte Moderna de 1922 à cultura brasileira ultrapassam em muito o evento realizado no Teatro Municipal de São Paulo, nos dias 13, 15 e 17 daquele ano. Ela inaugura uma atitude, voltada para a pesquisa estética permanente, a atualização da inteligência artística brasileira e a estabilização de uma consciência criadora nacional. Dentro deste espírito de inovação e motivados pela necessidade de entender a cultura brasileira, e suas expressões mais autênticas e únicas, um grupo de modernistas, formado por Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e seu filho Nonê, Blaise Cendrars, Olívia Guedes Penteado, Gofredo da Silva Telles e René Thiollier, parte em caravana rumo ao interior do Brasil, em 1924.

Era a tentativa de reconhecer a identidade nacional e, assim, de se apropriar de uma tradição – como o Barroco colonial e as expressões populares – que legitimasse as novas propostas estéticas, sobretudo na literatura e nas artes plásticas. A viagem constitui

um marco especialmente determinante na poesia de Oswald de Andrade e na pintura de Tarsila do Amaral. Visitar o passado e redescobrir Minas Gerais foi fundamental para a criação do movimento artístico Pau-brasil, que tinha por objetivo desmontar a eloquente retórica importada do século XIX e conferir à nossa arte um sentido novo e uma dimensão brasileira.



**Figura 5.7:** Capa do livro "Pau-brasil", de Oswald de Andrade, 1925. (Ilust. "Artes Plásticas na Semana de 22" – autora: Aracy Amaral; Bovespa-1992.)

Fonte: <http://www.sescsp.org.br/sesc/hotsites/paubrasil/images/cap4/capa.gif>



**Figura 5.8:** Tarsila do Amaral, em 1925.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tarsila\\_do\\_amaral](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tarsila_do_amaral)

## Arquitetura eclética

Refere-se a uma expressão artística, predominante no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, a qual mistura estilos arquitetônicos do passado para a criação de uma nova linguagem arquitetônica. Ela combina, especificamente, elementos da arquitetura clássica, medieval, renascentista, barroca e neoclássica. Do ponto de vista técnico, a arquitetura eclética também se aproveitou dos novos avanços da engenharia do século XIX, como a que possibilitou construções com estruturas de ferro forjado. Além do uso e mistura de estilos estéticos históricos, a arquitetura eclética de maneira geral se caracterizou pela simetria, busca de grandiosidade, rigorosa hierarquização dos espaços internos e riqueza decorativa.

## Perspectivas dominantes na época

A mudança de perspectiva que se processava, a partir da visão modernista, não estava livre de críticas e resistências. As políticas públicas, as elites e boa parte dos intelectuais nessa época condenavam hábitos e costumes ligados a tradições populares que pudessem demonstrar sinal de atraso. Para eles, os aspectos “primitivos” da cultura brasileira deveriam ser superados.

Essa perspectiva que condenava a valorização da cultura popular justificava a destruição de vestígios materiais do período colonial que ocorria com as reformas urbanas, inicialmente, no Rio de Janeiro (Capital Federal) e, posteriormente, imitadas em várias cidades brasileiras.

A imagem de um “país civilizado” associava-se à importação de gostos que espelhassem a Europa e, ao mesmo tempo, à negação da cultura popular, que a desvalorizava (SEVCENKO, 1992; ABREU, 1996). As obras de arte e de arquitetura serviam para representar essa imagem de “país civilizado”. Um exemplo disso está no enorme sucesso no Brasil da chamada **arquitetura eclética**, no começo do século XX, que se caracteriza por reinterpretar e misturar antigos estilos europeus.



**Figura 5.9:** Exemplo de arquitetura eclética: Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em cartão-postal de 1909.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/3a/Teatro\\_municipal\\_rio\\_1905.jpg/250px-Teatro\\_municipal\\_rio\\_1905.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/3a/Teatro_municipal_rio_1905.jpg/250px-Teatro_municipal_rio_1905.jpg)



**Figura 5.10:** Fachada do Teatro Municipal totalmente restaurada após as reformas, em maio de 2010.

Fonte: [http://meta.wikimedia.org/wiki/File:Teatro\\_Municipal\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro,\\_Agosto\\_de\\_2010-2.jpg](http://meta.wikimedia.org/wiki/File:Teatro_Municipal_do_Rio_de_Janeiro,_Agosto_de_2010-2.jpg)

Darwinius

## Outras arquiteturas: neocolonial e moderna

Como o país passava por mudança em torno da concepção de cultura nacional e seus valores, em contraponto a essa arquitetura eclética, surgiu também o movimento neocolonial, que valorizava a arquitetura colonial e a herança artística luso-brasileira na produção arquitetônica e defendia uma nova arquitetura semelhante àquela.



**Figura 5.11:** Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (situada no Largo de São Francisco) edifício neocolonial, inaugurado em 1939.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7a/Faculdade\\_de\\_Direito\\_da\\_USP.jpg/220px-Faculdade\\_de\\_Direito\\_da\\_USP.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7a/Faculdade_de_Direito_da_USP.jpg/220px-Faculdade_de_Direito_da_USP.jpg)



**Figura 5.12:** Palácio Teresa Cristina (Prefeitura da cidade de Teresópolis – RJ).

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/72/Teresopolis-Prefeitura.jpg/800px-Teresopolis-Prefeitura.jpg>

Nesse mesmo momento, surgia no mundo o movimento internacional da arquitetura moderna que, no Brasil, fará oposição às proposições dos defensores do estilo neocolonial. A arquitetura moderna vai se tornar a arquitetura oficial do Estado brasileiro no Governo Vargas, como veremos na próxima seção.



### Um museu para um Brasil independente



Rodrigo Saldan

**Figura 5.13:** Visão do pátio interno do Museu Histórico Nacional.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/56/MHN-Patio2.jpg/450px-MHN-Patio2.jpg>

Uma medida importante, com vistas à construção de uma memória para a nação brasileira, tomada pelo Governo Federal, em 1922, foi a criação do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, como parte das comemorações do centenário da Independência. Nesse caso, foi dada ênfase ao passado imperial brasileiro como expressão da tradição nacional. Seu primeiro diretor foi Gustavo Barroso, que permaneceu no cargo até 1959, ano de sua morte.

Gustavo Barroso foi responsável, como diretor do Museu Histórico Nacional, pela Inspetoria de Monumentos Nacionais – primeiro órgão criado com



a atribuição de proteção do patrimônio nacional. A inspetoria, que tinha poderes limitados, foi substituída pelo Sphan, que passa a ter amplos poderes na definição do que seria definido como patrimônio histórico e artístico nacional.

Essa mudança ocorreu em meio a disputas significativas de posições e visões de patrimônio e das políticas a serem implantadas para a sua proteção, dentro do próprio ministério. Gustavo Barroso foi derrotado, nesse momento, pelo grupo trazido pelo ministro Gustavo Capanema para o Sphan, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Gustavo Barroso, nascido em Fortaleza, em 1888, transferiu-se para o Rio de Janeiro, em 1910. Além de atividades literárias, foi nomeado, em 1913, secretário-geral da Superintendência da Defesa da Borracha. Entre 1915 e 1918, foi eleito deputado federal na bancada cearense e nomeado inspetor escolar no Rio de Janeiro. Em 1919, foi designado secretário da delegação brasileira para a Conferência de Paz. Foi eleito, em 1923, para a Academia Brasileira de Letras e, em 1933, ingressou no Partido Integralista (MICELI, 1979).

Vejamos então qual a ideia de modernidade que se torna dominante nos anos 1930.

## **A Era Vargas e a construção da modernidade brasileira**

Na nova conjuntura política, desenhada a partir de 1930 (a tomada do poder por Getúlio Vargas e o início da Era Vargas), a nova perspectiva, que buscava construir uma modernidade brasileira

original a partir de seu passado mais “autêntico” e aos ideais modernistas, acabou por orientar as políticas de Estado de proteção ao patrimônio, nos anos 1930.



Agência Brasil

**Figura 5.14:** Getúlio Vargas governou o Brasil por suas vezes. Após tomar o poder, em 1930, governou até 1945. Em 1951, foi eleito democraticamente presidente e ficou no poder até 1954, quando se suicidou.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1d/Getulio.gif>

Nesse período, foram valorizados os traços remanescentes do período colonial, tais como a rusticidade dos costumes e das cidades coloniais. Isso ocorreu com a participação de vários intelectuais, ligados ao Movimento Modernista na formulação das políticas de Estado na área do patrimônio cultural. Podemos destacar nomes importantes, que colaboraram com a institucionalização dessa ação dentro do Estado, como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, além de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que foi o primeiro diretor do Sphan – permanecendo no cargo durante 30 anos (SCHWARTZMAN, 1984 e BOMENY, 1994).

Obras que se tornaram clássicas, como *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, datam, respectivamente, de 1933 e 1936. Ambos também fizeram parte do grupo de intelectuais que colaboravam com Rodrigo Melo Franco de Andrade no Sphan, tendo também publicado artigos na *Revista do Sphan*.



### Quem foi Rodrigo Melo Franco de Andrade?



**Figura 5.15:** Foto de 1936, no Palace Hotel/RJ, onde figuram, da esquerda para a direita, Candido Portinari, Antônio Bento, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/94/C%C3%A2ndido\\_Portinari%2C\\_Ant%C3%B4nio\\_Bento%2C\\_M%C3%A1rio\\_de\\_Andrade\\_e\\_Rodrigo\\_Melo\\_Franco\\_1936.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/94/C%C3%A2ndido_Portinari%2C_Ant%C3%B4nio_Bento%2C_M%C3%A1rio_de_Andrade_e_Rodrigo_Melo_Franco_1936.jpg) - CPDOC-FGV Projeto Portinari/ARFH87

Nascido em Belo Horizonte, em 1898, Rodrigo Melo Franco de Andrade fez seus estudos secundários em Paris – hospedado na casa de seu tio, o escritor Afonso Arinos. Conviveu, desde cedo, com personalidades de realce das letras e da vida brasileira. Fez uma de suas primeiras viagens às cidades históricas mineiras, em 1916. Formou-se em Direito, foi redator da *Revista do Brasil* nos anos 20 e diretor de *O Jornal*, na Capital Federal. Foi um escritor-funcionário, chefe de gabinete

do ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos. Foi classificado por Sérgio Miceli (1979), dentre os escritores-funcionários, os quais mantiveram laços de amizade com os políticos-estaduais de Minas Gerais que haviam liderado o Movimento de 30.

Os 15 anos do Governo Vargas foram marcados pelo nacionalismo, como política de Estado. Foram implantadas instituições e normas de controle social, especialmente, a partir do Estado Novo (CASTRO FARIA, 1995). A criação do Sphan foi parte integrante desse contexto.

A institucionalização das ações de *proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*, portanto, deve ser compreendida não isoladamente, como obra de ilustres intelectuais, mas em relação a outras instituições igualmente criadas para exercer o controle centralizado sobre o espaço e as pessoas. O patrimônio artístico e histórico é institucionalizado sob a ideologia do Estado tutor e protetor, que se pretendia nacional, compreendendo o território e seus habitantes.

Durante o Estado Novo (1937-1945), o Governo Vargas aplicou grande soma de recursos públicos nas áreas de educação e de cultura, e fez também intenso uso da propaganda. Inúmeras medidas foram tomadas, visando ao controle da população brasileira e ao estabelecimento de padrões nacionais, dentro do pensamento de unidade. Uma delas foi a proibição do ensino em língua estrangeira.

Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945, homem forte do Governo Vargas, foi responsável por políticas culturais nacionalistas, com a finalidade de forjar uma cultura e uma história nacionais. O Sphan foi parte deste ousado projeto.

Além do Sphan, no campo da cultura, a gestão de Capanema foi marcada pelo Instituto Nacional do Livro, responsável pela criação de mais de uma centena de bibliotecas públicas no interior

do país. Capanema criou ainda o Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG), o Museu das Missões, em São Miguel (RS) e o Museu do Ouro, em Sabará (MG). O poeta Carlos Drummond de Andrade foi seu chefe de gabinete e, quando deixou este cargo, tornou-se funcionário do Sphan (Gomes, 2000).



### **Gustavo Capanema e as medidas do MES durante o Estado Novo**

Estava então à frente do MES, de 1934 a 1945, o mineiro Gustavo Capanema, que, especialmente a partir do Estado Novo, promoveu as Áreas de Educação e Saúde, incluindo a produção cultural, com a Rádio Nacional. Esta, incorporada ao ministério, tornando-se a rádio oficial do governo. Ela foi pioneira em programas de humor, em radionovelas e em radiojornalismo. Na educação, foi introduzido o canto orfeônico nas escolas, dirigido pelo maestro Heitor Villa-Lobos, e uma série de medidas, voltadas para a padronização do sistema escolar.



**Figura 5.16:** Gustavo Capanema (1900-1985), em seu gabinete, em Belo Horizonte, no ano de 1932.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/42/Gustavo\\_Capanema\\_1932.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/42/Gustavo_Capanema_1932.jpg) - CPDOC/Gcfoto410/3



1. Desde o início da República, até os anos 1930, vimos ocorrer no Brasil transformações significativas na ideia de modernidade. Descreva as duas principais concepções de modernidade que se opunham nos anos 1920. Indique qual delas é incorporada às políticas nacionalistas do Governo Vargas.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

As duas principais ideias de modernidade que se opõem nos anos 1920 são:

1) segundo a primeira concepção, ser moderno era se igualar à alta cultura europeia. Para ser moderno, o país deveria imitar a Europa, seus valores estéticos e culturais, e, ao mesmo tempo, eliminar os elementos culturais ligados às tradições populares e à herança colonial ibérica,

vistas como sinal de atraso. Nessa linha, foram feitas as reformas urbanas no Rio de Janeiro, que apagavam os vestígios do passado; da sociedade arcaica e tradicional brasileira. Nessa linha de interpretação, a expressão arquitetônica predominante foi o ecletismo;

2) a outra ideia de modernidade valorizava, justamente, a cultura popular, as tradições e, portanto, a expressão artística e arquitetônica do período colonial, especialmente das cidades mineiras, visto como primeiro momento de expressão genuína da nação brasileira.

Nessa interpretação, as expressões arquitetônicas predominantes foram a neocolonial e a arquitetura moderna.

Nos anos 1930, a segunda linha de interpretação torna-se predominante e, dentro dela, a arquitetura moderna torna-se representativa do poder de Estado.

---

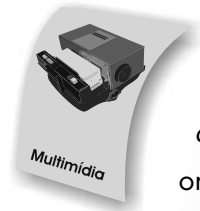
## **Aspectos da cultura brasileira valorizados como patrimônio histórico e artístico nacional**

Durante o Estado Novo (1930-1945), o Sphan tombou cerca de 40% de todo o acervo de bens, tombados em nível federal até hoje. Trata-se de um percentual bastante alto, se pensarmos que foram apenas 8 anos – para os 65 anos subsequentes. A agilidade com que Capanema, Rodrigo Melo Franco, Lucio Costa e todos aqueles comprometidos com a implantação do Sphan definiram o que deveria ser patrimônio da nação, explica-se pelo fato de eles já saberem qual a feição que essa nação deveria ter.

Quais foram então os bens tombados nesse período, que deram uma feição própria para a nação brasileira? A partir dessa pergunta, vamos tentar compreender qual a imagem do Brasil que se consagrou pelas mãos desses artífices da nação.

Como já mencionamos no início desta aula, a seleção dos bens para tombamento resgatou a produção artística e arquitetônica do período colonial, especialmente aquela produzida na região das

Minas Gerais. Essa arquitetura foi identificada com os discursos sobre a História do Brasil que buscavam, naquele mesmo período, as raízes fundadoras da nacionalidade.



Para conhecer a coleção completa da *Revista do Patrimônio*, visite o site [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) onde os números antigos estão digitalizados. Esse periódico é publicado pelo órgão, desde 1938 até hoje, na forma impressa.

A arquitetura do período colonial foi escolhida como representativa das origens da nação. As raízes portuguesas, especialmente expressivas nas construções religiosas, foram bastante valorizadas por meio dos tombamentos. A arquitetura, produzida pela Companhia de Jesus, por exemplo, que remonta ao século XVII e estende-se até 1759, marco da expulsão dos jesuítas do Império português, foi valorizada como representativa da ancestralidade da nação. Todavia, ela ainda não expressava uma arte de criação autônoma brasileira. Esta arte somente será identificada na região de Minas Gerais, cuja consolidação urbana remonta à segunda metade do século XVIII.

A intensa produção artística do Barroco mineiro foi considerada como a primeira a se revelar genuinamente brasileira, sem mais imitar a arte do reino português. Para explicar as origens da nação nesse contexto histórico-espacial, o movimento de rebeldia de 1789, denominado pela Coroa de “Inconfidência Mineira”, foi elevado à expressão-síntese da origem da nacionalidade. Tiradentes, o único dentre os revoltosos, exemplarmente punido, enforcado e esquartejado em praça pública pela Coroa portuguesa, teve sua imagem consagrada pelos republicanos e foi instituído como herói nacional pelo Governo Vargas. A sua imagem foi reproduzida amplamente nos livros didáticos de História.





**Figura 5.17:** *Tiradentes esquartejado*, de Pedro Américo. Obra de 1893, Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora (MG).

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tiradentes\\_Esquartejado\\_\(Pedro\\_Am%C3%A9rico,\\_1893\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tiradentes_Esquartejado_(Pedro_Am%C3%A9rico,_1893).jpg) – Museu Mariano Procópio

Em consonância com essa leitura histórica, foram realizados os tombamentos de seis cidades mineiras inteiras: Ouro Preto, Diamantina, São João del Rei, Tiradentes, Serro e Congonhas. Para Lucio Costa, essas cidades eram obras de arte acabadas, que não iriam mais se transformar, por isso mesmo, poderiam ser tombadas em toda sua extensão. Vale ressaltar que foi também nos anos 1930 que Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, passou a ser considerado a maior expressão de uma arte barroca brasileira, o que até então nem se cogitava existir no Brasil.



Einar Einarsson Kvaran

**Figura 5.18:** Cristo, carregando a cruz, escultura de Aleijadinho, Santuário de Congonhas do Campo/MG.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/14/Aleijadinho98.jpg/396px-Aleijadinho98.jpg>



Sara and Iain

**Figura 5.19:** Igreja de São Francisco, em Ouro Preto/MG.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SFrancisOuroPreto-CCBY.jpg>

Como já foi dito anteriormente, a associação entre a “conservação do passado” e a “modernização do presente” marcou a história da preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil. Mas quais foram as características formais que marcaram as narrativas do patrimônio nacional que determinaram o que seria eleito como patrimônio da nação?

Lucio Costa via as cidades históricas como obras de arte, prontas e acabadas. Da mesma forma, ele se referiu à arquitetura de Oscar Niemeyer, em carta pessoal a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1939, pretendendo argumentar a favor do projeto do arquiteto para a construção do Grande Hotel, em Ouro Preto.

Nessa carta, define a *obra de arte* por critérios de “beleza e verdade”; pela pureza de linhas e equilíbrio; sem compromissos com estilos, mas baseada em técnica atualizada, para resolver seus problemas de construção da melhor forma possível, no momento de sua produção. Segundo ele, o patrimônio histórico e artístico nacional era constituído de obras de arte, desde que contendo aqueles atributos. Esses atributos são os mesmos que usa para descrever a arquitetura colonial que se tornou patrimônio. Esta identificação por ele formulada explica porque são, ao mesmo tempo, conservadores do passado e construtores do futuro.

Desse modo, podem legitimar-se como os únicos herdeiros da boa tradição de construção brasileira, cuja essência estaria na “qualidade construtiva”, encontrada especialmente na arquitetura produzida até o começo do século XIX, sem imitações ou “compromissos” com estilos estrangeiros. Em meados do século XIX e início do XX, essa produção arquitetônica deixou de ser construída, sofrendo uma ruptura quando começaram a construir o estilo eclético, que, para ele, tratava-se de uma arquitetura importada. A partir daí, as novas produções tornaram-se espúrias, porque não eram genuínas e não eram mais identificadas com a nação. Desse modo, na busca de uma associação entre a “conservação do passado” e a “modernização do presente”, ou de uma identidade entre a produção da arquitetura moderna brasileira e a preservação da arquitetura do período colonial, essas duas funções tornaram-se, a um só tempo, constituidoras e constituintes uma da outra.

A afirmação da origem “colonial” da nação foi consagrada e canonizada. A arquitetura daria materialidade à nação. A função primordial do Sphan, ao preservar o patrimônio cultural, era de fazer crer a todos os brasileiros que a nação existia e que sua identidade era aquela que se via por meio dos bens arquitetônicos e artísticos. Mas não se tratava de uma atitude premeditada, isto é, os intelectuais do Sphan não se viam no papel de inventores do patrimônio, mas sim de reveladores. Seu papel seria o de desvendar para todos os brasileiros aquilo que esteve sempre ali, mas não

era percebido, como se estivesse escondido. Por isso, também podemos pensar sobre essa ação inicial do Sphan a partir da ideia de “redescobrimento do Brasil”, tratada anteriormente, que marcou o modernismo da década de 1920.

## **Os anos 1930 e a arquitetura moderna**

No início dos anos 1930, a arquitetura moderna, inserida dentro de um movimento arquitetônico internacional, encontrou adeptos no Brasil. Dentre outros aspectos, esse movimento internacional pregava a otimização dos recursos tecnológicos na construção, com vistas à produção mais barata e em larga escala de moradias para os trabalhadores.

Esteticamente, os arquitetos modernistas rejeitavam a imitação de estilos antigos. Pregavam a simplicidade das formas, com a explicitação das estruturas metálicas ou de concreto – materiais construídos a partir das novas tecnologias.

Para os modernistas, os novos materiais, a tecnologia e as novas técnicas de construção deveriam estar expostas e valorizadas como a “nova arte”, e não disfarçadas por enfeites aplicados nas fachadas (CAVALCANTI, 1995).

O arquiteto Lucio Costa foi um dos principais responsáveis pela disseminação dessas ideias no Brasil, ao mesmo tempo em que atuava na preservação do patrimônio cultural, valorizando o resgate das tradições construtivas coloniais. Ele foi o mentor intelectual do modernismo arquitetônico no Brasil e, a partir de 1937, tornou-se funcionário do Sphan, onde permaneceu até os anos 1970 (CAVALCANTI, 1995; CHUVA, 2009). Foi também representante brasileiro no Ciam (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), como vimos na Aula 4, intitulada “A constituição de um sistema internacional de patrimônio cultural”.

Lucio Costa teve a oportunidade de expressar, em 1939, alguns dos critérios básicos que deveriam nortear a ação do Sphan, em carta pessoal a Rodrigo Melo Franco de Andrade (reproduzida

em MOTTA, 1987, p. 109-110). Segundo o arquiteto, o patrimônio histórico e artístico nacional era constituído de *obras de arte*, desde que contendo determinados atributos. A obra de arte era por ele definida através de critérios de “beleza e verdade” e pela pureza de linhas e equilíbrio.

O critério para as construções não estava ligado a estilos específicos, e sim, à técnica atualizada para resolver problemas de construção da melhor forma possível.

Ora, o projeto de O.N.S. (ao defender um projeto de Oscar Niemeyer Soares, Lúcio Costa aponta em sua obra as qualidades deste) tem pelo menos duas coisas em comum com elas: “beleza e verdade”, composta de maneira clara, direta, sem compromissos, de “excepcional pureza de linhas”, grande e de muito “equilíbrio plástico”, o que tornara tal projeto, na verdade, “uma obra de arte”, segundo os critérios modernistas. Ele ainda defende que tal obra não estabelece um contraste estranho com as diferentes e, como tal, não deverá estranhar a vizinhança de outras obras de arte, embora diferentes, porque ao seu redor, já que “a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior”. Para ele, “– o que não combina com coisa nenhuma é a falta de arquitetura” (apud MOTTA, 1987, p.109).

Dentre as ideias defendidas por esse movimento no Brasil, estava a crítica à imitação dos estilos europeus na arquitetura nova e também à imitação da arquitetura colonial. Nesse sentido, os arquitetos modernistas tornam-se o principal grupo de oposição aos defensores do estilo arquitetônico neocolonial.

A arquitetura moderna também foi consagrada nesse período, ao ser selecionada e tombada como patrimônio nacional. Os melhores exemplos são o Edifício do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, projetado por Lucio Costa e equipe de cinco arquitetos, com risco original de Le Corbusier, (cf. LISSOVSKY e SÁ, 1996) e a Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, Belo Horizonte, obra de Oscar Niemeyer. Ambas foram inauguradas na década de 1940 e tombadas pelo Sphan na mesma década.



Dario Alvarez

**Figura 5.20:** Na entrada do Palácio Gustavo Capanema/RJ, pilotis e painel de Cândido Portinari.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/darioalvarez/2482250385/>



Cid Costa Nelo

**Figura 5.21:** Igreja de São Francisco de Assis (da lagoa da Pampulha), Belo Horizonte/MG: fachada lateral e frontal.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Church\\_of\\_Saint\\_Francis\\_of\\_Assisi](http://en.wikipedia.org/wiki/Church_of_Saint_Francis_of_Assisi)



### **“O risco: Lucio Costa e a utopia moderna”**

Documentário do diretor Geraldo Motta Filho. Longa-metragem, 35 mm, 76 minutos.

Brasília, patrimônio da humanidade, marco do Modernismo Brasileiro, é o pano de fundo deste documentário. Nele são apresentadas as principais ideias que fundamentaram o Modernismo e, em especial, o papel de Lucio Costa na formação da arquitetura moderna brasileira, trazendo depoimentos com imagens inéditas de arquivos nacionais e internacionais, e registros de viagem, filmados em 8mm, pelo próprio Lucio Costa, dos anos 1930 aos anos 1960. Vale lembrar que a cidade de Brasília, cujo plano-piloto atende a preceitos modernos, de autoria de Lucio Costa e as edificações monumentais, de autoria de Oscar Niemeyer, fez 50 anos, em 2010.

Através do *site* da produtora do filme, você pode acessar fotos e o *trailer* de *O risco: Lucio Costa e a utopia moderna*: <http://www.bangfilmes.com.br/realizacoes/orisco/index.htm>

Para compreendermos mais de perto as tensões presentes nesse processo de consagração do patrimônio no Brasil, apresentamos o depoimento do antropólogo Luiz de Castro Faria. É bastante revelador do modo como o grupo do Sphan determinava as escolhas do que se tornaria patrimônio.

Como membro do Conselho Consultivo do Sphan na época em que dirigia o Museu Nacional, o antropólogo lamenta a falta de atenção do Sphan em relação ao patrimônio etnográfico.

A definição de patrimônio etnográfico sempre foi um outro problema. Enquanto eu era membro do Conselho Consultivo do Patrimônio, vivi reiteradamente a dificuldade prática de propor a preservação de qualquer coisa que não se referisse a barroco e a colonial, com suas igrejas e santos tidos como sinônimo do verdadeiro patrimônio (FARIA, 1995, p. 38).

Havia, portanto, outras ideias e opiniões em disputa naquele contexto de definição do patrimônio nacional – como pudemos perceber no depoimento do antropólogo. Por isso, podemos afirmar, apoiados em Eric Hosbsbawm (1984), que este foi, sem dúvida, um momento em que “tradições foram inventadas”. As escolhas sobre o passado revelavam uma imagem da nação de acordo com os valores que os gestores do Sphan queriam defender, como, por exemplo, as raízes portuguesas. Desde fins do século XIX, havia no Brasil projetos nesse sentido. Mas somente com o projeto de nacionalização, implementado por Vargas, a partir da década de 1930, aglutinaram-se medidas, voltadas para a construção maciça de uma “memória nacional”.

Dentro da seleção daquilo que daria identidade à nação, verificou-se uma significativa primazia dada ao Livro de Belas Artes. Nele foram inscritos os mais significativos ícones do que, naquele momento, foi considerado síntese da arte brasileira: o Barroco mineiro – como as obras de arte de Aleijadinho e as cidades mineiras coloniais, juntamente com a produção arquitetônica moderna, como

a legítima herdeira da tradição da “boa arquitetura”. Por meio dessa produção artística do passado e do presente/futuro, o Brasil foi alçado aos compêndios de história da arte universal (CHUVA, 2009).

Podemos concluir que a questão do pertencimento à civilização ocidental tão almejada, desde o Império e acentuada na República, tornou-se nos anos 1930 uma política de Estado e orientou a invenção de um “patrimônio nacional”, no Brasil. Tal posto, duramente conquistado, acentuava, contraditoriamente, a herança “colonial” brasileira.



### **Atende aos Objetivos 1 e 2**

2. Dissemos que na busca de uma associação entre a “conservação do passado” e a “modernização do presente”, que caracterizou as práticas dos arquitetos do Sphan e as práticas do órgão, foi desenvolvida uma identidade entre a produção da arquitetura moderna brasileira e a preservação da arquitetura do período colonial.

Como se constituiu, neste período, a associação entre a produção da arquitetura moderna brasileira e a preservação da arquitetura do período colonial?

---

---

---

---

---

---

---

---

---



### Resposta Comentada

A associação entre “conservação do passado” e a “modernização do presente” deu-se, ainda nos anos 1920, pelos intelectuais, ligados ao Movimento Modernista. Estes buscavam as raízes da nação. Redescobriam o Brasil com as viagens ao interior, ao mesmo tempo em que buscavam modernizar o país e fazê-lo tomar parte do mundo civilizado com autenticidade, sem imitações. Os intelectuais, ligados ao Movimento Modernista, foram os primeiros a fazer esta associação entre “conservação do passado” (com a exaltação dos monumentos e obras de arte do Brasil colonial, especialmente ligadas às expressões do Barroco) e a “modernização do presente” (com a promoção da arquitetura modernista) – ainda nos anos 1920.

Nas suas reflexões e buscas das raízes da nação, através de viagens de “redescobrimento”, pelo interior do Brasil, eles, os intelectuais, tinham em mente construir um projeto de modernização original e sem imitações. Objetivaram, tornando o Brasil parte do mundo civilizado, com autenticidade, a partir de suas características únicas.

Este projeto modernista oficializa-se, quando passam a ser tombados, no período, bens representativos da arte colonial mineira e as novas edificações modernistas.

Essa associação pode ser identificada:

1) quando são tombados no período bens representativos da arte colonial mineira e as novas edificações modernistas;

2) quando identificamos, nos quadros do Sphan, que os responsáveis pela proteção do patrimônio histórico são intelectuais ligados ao Movimento Modernista, escritores e também os arquitetos, que introduzem a arquitetura modernista no Brasil.

---

## **Os mecanismos legais, institucionais e administrativos para proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**

Antes da gestão de Gustavo Capanema, algumas ações foram implementadas, visando à *proteção* do “patrimônio artístico da nação”. Foi o caso, por exemplo, da elevação da cidade de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional, pelo Decreto federal nº 22.928, de 12 de julho de 1933.

Mas a atuação de Gustavo Capanema, à frente do ministério, foi decisiva para a institucionalização e consolidação da ação de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Na década de 1920, o debate sobre a nacionalidade e os marcos fundadores da nação brasileira eram intensos entre os intelectuais. A partir da atuação de Capanema, diretamente empenhado no assunto, o Estado passa a tomar politicamente para si essas questões, assumindo uma nova postura.

Capanema convidou Mário de Andrade, em 1936, para elaborar um projeto de organização de um serviço nacional para defesa do patrimônio cultural brasileiro. Mário de Andrade atendeu prontamente ao pedido de Capanema e em pouco tempo lhe entregou um anteprojeto, no qual fornecia as bases para criação de um Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (Sphan).

Esse serviço foi então criado em caráter experimental, ainda em 1936, já sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade e com a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan. Capanema conseguiu também que o novo Serviço fosse incluído na nova estrutura ministerial, aprovada pelo Congresso Federal, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.



**Figura 5.22:** Nota de 500 mil cruzeiros, de 1993, homenageia Mario de Andrade.

Fonte: <http://www.bcb.gov.br/pre/Museu/cedulas/CRZR93/500.asp?idpai=CRZR93>

Mário de Andrade nasceu em São Paulo, onde foi professor de música e viveu a maior parte de sua vida. É reconhecido como um dos mais importantes intelectuais brasileiros do século XX, especialmente em relação ao campo da cultura brasileira. Além de liderar o Movimento Modernista, expresso na Semana de Arte Moderna de 1922, foi diretor do Departamento Municipal de Cultura em São Paulo. Ali montou equipe, com o objetivo de catalogar o folclore e músicas populares do Norte e Nordeste brasileiros, com o objetivo de divulgar para todo o país a cultura brasileira. Com a Missão de Pesquisas Folclóricas, que em 1938 visitou seis estados brasileiros em busca de material etnográfico, especialmente na música, montou riquíssimo acervo fonográfico, fotográfico e de vídeo que hoje se encontra sob a guarda do IEB (Instituto de Estudos Brasileiros, de São Paulo).

Em 1938, a missão foi interrompida, com a instauração do Estado Novo, e Mário de Andrade passou a integrar os quadros do Sphan, em São Paulo. Morreu em 1945. Dentre suas obras literárias mais famosas, podemos citar os romances *Macunaíma* e *Paulicéia Desvairada* (cf. MICELI, 1979; NOGUEIRA, 2005; VILHENA, 1997).

Para assistir a um dos registros filmográficos da missão de 1938 – *A dança dos praiás*, em Pernambuco:  
<http://www.youtube.com/watch?v=nFJYUiOrF4U&feature=related>

Caso você queira ouvir os muitos registros fonográficos das manifestações folclóricas do Norte e Nordeste, captadas pela missão:  
<http://www.sescsp.org.br/sesc/hotsites/missao/index.html>

Criado o Sphan na estrutura ministerial, era preciso definir as regras para seu funcionamento. O anteprojeto de Mário de Andrade apresentava uma série de sugestões nesse sentido que, somadas aos vários projetos de lei que foram propostos nos anos 1920 (FONSECA, 2005), serviram de base para a elaboração de um projeto de lei.

Contudo, com a implantação do Estado Novo, em 1937, o Congresso Brasileiro foi fechado e o próprio poder executivo passou a legislar por meio de decretos-lei. Foi assim que o projeto de lei encaminhado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, visando à organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, foi instituído na forma do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (DL 25/37).

## O Decreto-lei nº 25/1937 e o instituto do tombamento

O DL 25/37, em vigor até hoje, é a matriz de toda legislação brasileira sobre o assunto. Ele foi incorporado e reproduzido nas instâncias de poder locais e estaduais. Instituiu uma série de procedimentos que foram consagrados e, por isso, merece uma análise detalhada.

Um dos aspectos mais notáveis do DL 25/37, revelador de seu caráter inovador, é o fato de ter sido a primeira norma jurídica brasileira a dispor sobre a limitação administrativa ao direito de propriedade, por meio do instituto do tombamento (veja mais sobre isso no box a seguir).



Em 1934, a nova Constituição Brasileira introduziu, pela primeira vez no Direito brasileiro, o princípio do valor social da propriedade. Com isso, tornou-se juridicamente possível a criação do instituto do tombamento, ato administrativo que estabelece uma limitação ao direito de propriedade, criado pelo Decreto-lei nº 25/1937.

Foi este ato administrativo que deu origem à tutela do Estado sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, em virtude do valor cultural que lhe fosse atribuído pelo Sphan. O tombamento impõe limites à propriedade privada ou pública, pois proíbe a sua demolição ou reforma sem autorização do órgão competente. Apesar dessa limitação, ele não acaba com o direito de propriedade, isto é, o tombamento não promove a desapropriação nem, tampouco, impede que o bem tombado seja comercializado, comprado ou vendido.

Por isso mesmo, o proprietário deve manter sua integridade e conservação. Mas o tombamento impõe atribuições ao Estado também, que deve exercer seu poder de polícia administrativa de fiscalizar as condições em que se encontram os bens tombados, podendo fazer uso desse poder para embargar obras irregulares ou outras ações danosas ao bem tombado.

Os aspectos relacionados à propriedade privada, no que tange à proteção de bens culturais, são tratados por Sônia Rabello de Castro (1991). Segunda essa autora, jurista estudiosa do Decreto-lei 25/37, a noção de “função social da propriedade” surgiu como matéria constitucional pela primeira vez em 1934. Desde então, está presente em todas as constituições brasileiras, inclusive a Constituição de 1988, vigente no país. Com base nesse preceito constitucional, através do qual o direito de propriedade ficou subordinado a uma função social maior, foi possível a inclusão da preservação patrimonial no universo legal brasileiro.

Nesse caso, a função social a que nos referimos é a da preservação do patrimônio cultural da nação. Trata-se, então, do interesse coletivo, que deve sobrepor-se ao interesse individual de dispor livremente de sua propriedade.



### Tinha um monumento no meio do caminho...



Tito Martins

**Figura 5.23:** Monumento no Campo de Santana (ou Praça da República), no Centro do Rio de Janeiro.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/cb/Monumento\\_Campo\\_de\\_Santana.jpg/800px-Monumento\\_Campo\\_de\\_Santana.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/cb/Monumento_Campo_de_Santana.jpg/800px-Monumento_Campo_de_Santana.jpg)

É possível “destombar” um bem? Desde sua implantação, o DL 25/37 sofreu apenas duas modificações significativas. A mais recente foi em 1975 e introduziu a necessidade de homologação ministerial no procedimento de tombamento. Já a primeira modificação deu-se ainda no Estado Novo, por meio de um decreto que dispunha sobre a possibilidade de cancelamento, pelo presidente da República, de qualquer tombamento realizado pelo Sphan. Mas essa medida extrema somente poderia ser tomada nos casos em que o tombamento impedisse uma ação de utilidade pública que fosse considerada mais importante do que o interesse coletivo que motivou o tombamento.

Esse Decreto, de 1941, não surgiu à toa naquele momento. Ele foi criado quando estavam sendo feitas as obras para a abertura da Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. Nesse projeto de modernização da Capital Federal, alguns bens tombados pelo Sphan

encontravam-se na reta das demolições, como o Campo de Santana (atual Praça da República), que foi destombado para que pudesse ser parcialmente destruído para passar a avenida.

Encontrava-se, também, a Igreja de São Pedro dos Clérigos, tombada em 1938 pelo Sphan, que também foi destombada e, em seguida, destruída. Evidentemente, os poderosos interesses econômicos e políticos que estavam em jogo foram mais fortes que o poder de barganha do Sphan.



**Figura 5.24:** Avenida Presidente Getúlio Vargas, no Centro do Rio de Janeiro.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/64/Presidente\\_vargas\\_saindo\\_do\\_centro.jpg/800px-Presidente\\_vargas\\_saindo\\_do\\_centro.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/64/Presidente_vargas_saindo_do_centro.jpg/800px-Presidente_vargas_saindo_do_centro.jpg)

## O Sphan e o princípio da tutela

O Sphan insere-se no universo das “instituições de memória”, criadas no sentido de materializar uma história nacional, tais como: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, cujas origens remontam ao século XIX, e o próprio Museu Histórico Nacional, já citado anteriormente, criado em 1922.





Taurus\_br

**Figura 5.25:** Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (Paço de São Cristóvão) – Rio de Janeiro.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7a/Pa%C3%A7o\\_de\\_S%C3%A3o\\_Crist%C3%B3v%C3%A3o.jpg/800px-Pa%C3%A7o\\_de\\_S%C3%A3o\\_Crist%C3%B3v%C3%A3o.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7a/Pa%C3%A7o_de_S%C3%A3o_Crist%C3%B3v%C3%A3o.jpg/800px-Pa%C3%A7o_de_S%C3%A3o_Crist%C3%B3v%C3%A3o.jpg)

Com objetivos semelhantes, todas elas visavam, a seu modo, à construção da “nação brasileira” por meio da produção de discursos em busca das raízes e origens da nação (HOBSBAWM, 1984). Nesse universo amplo de instituições, coube ao Sphan atuar sobre a problemática da cultura material, tradicionalmente colocada pelos museus. Estes participaram conjuntamente do processo de construção de um “patrimônio nacional”, baseado na cultura material que deveria informar sobre um passado selecionado.

Contudo, diferentemente dos museus, que incorporavam bens culturais aos seus acervos, através de expedientes da doação e da compra, as atribuições do Sphan vão se fundar no princípio da tutela. Tais atribuições irão posteriormente caracterizar o campo do patrimônio cultural em geral.

A tutela administrativa é um conjunto de poderes que o Estado confere aos órgãos centrais da administração pública, a fim de que exerçam vigilância jurídica sobre os atos editados por outros órgãos ou agentes administrativos. Ela garante a legalidade, a conveniência e a prevalência dos interesses coletivos. Para melhor

compreendermos essa especificidade, ou seja, o princípio da tutela no campo do patrimônio cultural, recorremos à Sônia Rabello de Castro (1991), jurista especialista no assunto. Ela afirma que a tutela estabelece-se em diversos setores públicos que tratam de valores e interesses coletivos, tais como de higiene, saúde, segurança, cultura, dentre outros. Por isso, “são objeto das restrições e limitações administrativas, tutelados pela administração pública através do seu poder de polícia administrativa” (CASTRO, 1991, p. 34).

O consequente “poder de polícia” ao qual a autora refere-se confere ao órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural a obrigação de fiscalizar todos os bens por ele tombados e o direito (e o dever) de embargar obras irregulares ou qualquer outro fato que coloque em risco a integridade do bem tombado. O órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural é também a única autoridade competente para definir as formas apropriadas para restauração do patrimônio:

(...) as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (...) (BRASIL, 1980, p. 115).

Note que o princípio que confere legitimidade ao Decreto-lei 25 é o da superioridade do interesse coletivo sobre o interesse individual. Com base nesse princípio, todas as ações subsequentes do poder público sobre o patrimônio cultural justificam-se. Esse princípio permite que o direito à propriedade não se sobreponha ao direito da coletividade usufruir do seu patrimônio cultural. Desse modo, apesar do tombamento não levar à desapropriação, mantendo-se o direito do proprietário vender sua propriedade, ele está proibido, contudo, de destruí-la ou mutilá-la.

Quanto à conservação dos imóveis tombados, a responsabilidade fica nas mãos do proprietário. Este pode pleitear o financiamento de obras em seu imóvel tombado, junto ao Sphan. Para isso, o proprietário deve comunicar o estado precário em que se encontra o bem e comprovar que não dispõe de recursos para a restauração.

Vale ressaltar que tais regras, pertinentes aos bens arquitetônicos, maciçamente privilegiados na atuação do serviço, garantiram tanto a permanência de um considerável acervo de bens culturais arquitetônicos, como também a criação de um vasto mercado de obras e de restaurações, alavancando a carreira de muitos arquitetos.

O DL 25/37 criou quatro Livros de Tombo: Livro de Belas Artes; Livro Histórico; Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro das Artes Aplicadas. Após a decisão do Conselho Consultivo do Sphan, determinados bens são inscritos em um ou mais desses livros, concluindo-se assim o processo de tombamento.



O Conselho Consultivo do Sphan é instância que efetivamente decide quanto às indicações de tombamento feitas pelo órgão. Segundo a Lei de 1937, ele era ser constituído pelo diretor do Sphan, pelos diretores dos museus nacionais de coisas históricas ou artísticas e por mais dez membros, nomeados pelo presidente da República.

Em 1990, o Conselho Consultivo do Iphan sofreu a primeira reformulação, significativa, após 50 anos. A última reforma administrativa foi realizada através do Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009. Nele, o Conselho Consultivo ficou composto por treze representantes da sociedade civil “com especial conhecimento nos campos de atuação do Iphan”, mais um representante de cada uma das seguintes entidades: Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB); Icomos/Brasil; Ibama; Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB); Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/Ministério da Cultura); Ministério da Educação; Ministério do Turismo; Ministério das Cidades.



---

### Atende ao Objetivo 3

3. O tombamento, criado pelo Decreto-lei nº 25/1937 é, ainda hoje, o principal instrumento de proteção do patrimônio de natureza material. Apresente o princípio no qual se fundamenta e que lhe confere legitimidade para intervir no direito de propriedade.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### *Resposta Comentada*

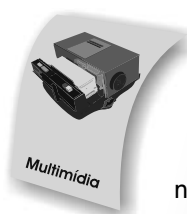
O princípio que confere legitimidade ao Decreto-lei 25 é o da “função social da propriedade”. Por meio desse princípio, o direito de propriedade fica subordinado a uma função social maior, permitindo assim que a coletividade usufrua do patrimônio cultural. O proprietário não perde completamente a sua propriedade, por isso não se trata de uma desapropriação. Seus direitos sobre ela ficam apenas limitados: o proprietário ainda pode vender sua propriedade, mas tem a obrigação de conservá-la e de consultar o órgão de patrimônio sobre qualquer reforma que pretenda realizar nela.

## **O Decreto-lei nº 25/1937 e as ameaças ao patrimônio: roubos e contrabando**

Um tema bastante importante hoje são os roubos de obras de arte e de acervos documentais. Sobre esse assunto, o DL 25/37 estabeleceu regras para a saída do país de obras de arte tombadas. Ele definia que isso somente poderia ocorrer para fins de intercâmbio cultural, por curto espaço de tempo e a juízo do Conselho Consultivo. Caso contrário, a saída de bens tombados caracterizaria crime de contrabando. Com isso, o decreto obrigava os “negociantes de antiguidades, de obras de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros” (Art. 26) a se cadastrarem no serviço, como também a conferir, eles mesmos ou com a ajuda de um perito, a autenticidade de quaisquer desses objetos, antes de serem leiloados ou vendidos. Somente muito recentemente tal cadastro foi feito e encontra-se disponível no portal eletrônico do Iphan (<http://www.iphan.gov.br>).

Tais medidas visavam evitar o contrabando de peças, incluídas na categoria de patrimônio histórico e artístico nacional. Em 1965, a Lei nº 4845 ampliou esse controle, proibindo a saída para o exterior tanto de obras tombadas, como de obras de arte e ofícios “tradicionais”, produzidas no país.

A proteção da lei passou a abranger as obras, produzidas no Brasil, até o fim do período monárquico, assim como as oriundas de Portugal e “incorporadas ao meio nacional durante os regimes colonial e imperial”. Também as “produzidas no estrangeiro” que representassem personalidades brasileiras ou relacionadas com a História do Brasil, assim como paisagens e costumes do país. Antes da Lei nº 4845, a proteção estava restrita aos bens tombados, sem prévia autorização do Conselho Consultivo. Vale dizer que, na atualidade, tal problema ganhou grandes dimensões e tem exigido ações mais eficazes dos poderes públicos, em conjunto com a Polícia Federal e até mesmo através de uma rede de controle internacional, coordenada pela Interpol (International Criminal Police Organization), como se pode verificar no seu *site* oficial (<http://www.interpol.int/>).



Para conhecer o patrimônio mundial no Brasil, visite o *site* da representação da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – no país.

<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/>

## Atividade Final

---

### Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Leia os seguintes fragmentos:

(...) De fato, as primeiras atitudes de afirmação de uma identidade nacional costumam ser identificadas com os movimentos em busca da autonomia política, dos quais o mais importante, como se sabe, é a Inconfidência Mineira, que ocorre em 1789, em Ouro Preto. Assim, já se evidencia um grande descompasso em relação à situação europeia, onde, no final do século XVIII, já se manifestam as primeiras preocupações relativas à preservação do patrimônio nacional.

Aliás, a esse respeito, não há paralelismos possíveis entre o que ocorre no Brasil, ao longo do século XIX, e o panorama europeu do mesmo período. Aqui, o momento é de franca abertura à cultura europeia em geral e francesa em particular – inclusive com patrocínio oficial, como aconteceu no episódio da Missão Francesa. A paulatina inserção de algumas regiões brasileiras no mercado internacional, através da produção de determinadas matérias-primas – o algodão, o café, a borracha –, facilitando intercâmbios de todos os tipos, vem reforçar o processo. No final do século, há uma associação clara, por parte das elites brasileiras, entre valores culturais europeus e as noções vigentes de modernidade e de civilização, manifestados nos costumes, nas

artes, na moda, com destaque para a arquitetura, capaz de evocar/emular paisagens urbanas dignas das metrópoles europeias. Pretendia-se esquecer, obliterar mesmo, o passado colonial, primitivo, retrógrado, tacanho, em nome do progresso.

Emblemáticas deste momento são as reformas urbanas, realizadas no Rio de Janeiro pelo prefeito Pereira Passos, já nos primeiros anos do século XX. Destaca-se, aí, o episódio da abertura da Avenida Central, entre 1904 e 1906, que implicou no arrasamento de extensa área do antigo núcleo colonial da cidade, substituído por arremedos das mais modernas manifestações ecléticas europeias. (...) (PINHEIRO, 2006; p. 4-5).

Na década de 1930, as iniciativas preservacionistas começam a alcançar resultados mais consistentes. O primeiro deles data de 1933, quando a cidade de Ouro Preto foi declarada monumento nacional, em reconhecimento a seu rico passado histórico – palco da Inconfidência Mineira – e a seu opulento patrimônio edificado, a maior parte do qual era àquela altura atribuído ao gênio máximo da arte colonial, o mítico Aleijadinho.

No ano seguinte – 1934 – o governo federal criou a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, no âmbito do Museu Histórico Nacional, que chegou a promover intervenções de restauro, conduzidas pelo engenheiro Epaminondas Macedo em vários monumentos de Ouro Preto.

Neste mesmo ano, foi promulgada nova Constituição Federal, que, em seu Capítulo II, artigo 148, incluiu entre os deveres do Estado a proteção dos “objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país” (cit. in ANDRADE, op. cit. p. 109) (PINHEIRO, 2006; p. 7-8.)

1. Cite a importância das noções vigentes de modernidade e de civilização europeia, no final do século XIX, para a preservação do patrimônio nacional brasileiro.
2. Identifique como o Estado, a partir da Constituição de 1937 e de ações de intelectuais da época, assumiu para si a institucionalização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

---

---

---

---

---

---

1. Você deve sinalizar: a posição das elites do Brasil de abertura e de ampla receptividade à cultura europeia em geral – com destaque para a Arquitetura; que as noções de modernidade e de civilização europeia permitiram a transformação de paisagens urbanas do Brasil, para os moldes europeus, em nome inclusive do progresso; as reformas urbanas do início do século XX, como a de Pereira Passos no Rio de Janeiro (abertura da Avenida Central – atual Avenida Rio Branco – entre 1904 e 1906). Você deve ressaltar que as noções de modernidade e de civilização europeia, no final do século XIX, foram muito importantes para a construção histórica dos símbolos que passaram a representar a nossa nação e o nosso patrimônio nacional. Você deve enfatizar que, inicialmente, a imagem de “país civilizado” esteve associada à importação de gostos que espelhassem a Europa e, por decorrência, que negassem a cultura popular do Brasil. Neste processo, as reformas urbanas, além de promoverem o padrão arquitetônico, urbanístico e cultural da Europa no Brasil, também destruíram antigas e amplas áreas de moradia e de comércio. De igual modo, também removeram considerável contingente populacional que originalmente habitava e trabalhava em tais áreas.



2. Em sua resposta, você deve identificar que já a partir de 1924 o poeta e deputado Augusto de Lima, através de projeto de lei (complementar), tenta impedir a saída de obras de arte do Brasil; que, em 1934, o Governo Federal criou a Inspetoria dos Monumentos Nacionais – no âmbito do Museu Histórico Nacional; que em 1936, no Rio de Janeiro, houve a criação do primeiro órgão nacional de preservação do patrimônio – Sphan; o fato de o Estado Novo ter associado “patrimônio” com “conteúdo ideológico”. Neste processo histórico, você deve ressaltar que, com o início da Era Vargas, houve a valorização dos traços arquitetônicos remanescentes do período colonial do Brasil, bem como a rusticidade dos costumes. Para tanto, a participação de intelectuais, ligados ao Movimento Modernista, como: Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi fundamental para a nova formulação de políticas de Estado na área do patrimônio cultural do país.

---

## CONCLUSÃO

No período do Estado Novo, Gustavo Capanema, à frente do Ministério da Educação e Saúde, cultivou uma posição de legitimidade na definição de padrões culturais de nacionalismo, sob a tutela do Estado. O Sphan foi uma das agências criadas naquele contexto, dentre outras que fariam também registros do Brasil. Para seu exercício, o Sphan foi organizado com legislação que ordenou todo o campo do patrimônio cultural brasileiro, ainda hoje em vigor.

Dentre as características mais peculiares do processo de *proteção* ao patrimônio histórico e artístico nacional estava a associação entre modernização e tradição, em especial porque foram os mesmos agentes que enfrentaram a renovação modernista que implementaram as práticas de preservação cultural no Brasil.

## RESUMO

A institucionalização das práticas de preservação cultural no Brasil deu-se, em 1937, com a criação do Sphan. Nos primeiros 20 anos da ação institucional, foram tomados mais de 40% de todo o patrimônio tombado até hoje, privilegiando os bens arquitetônicos e considerando o valor artístico – estético-estilístico – como principal.

Desde os anos 1920 que ideias, visando à proteção do patrimônio, surgiram. Contudo, essas ideias somente se concretizaram no Estado Novo, na gestão de Gustavo Capanema à frente do MES. Reuniu em torno de si um grupo de intelectuais modernistas, com Rodrigo Melo Franco de Andrade na direção do novo serviço, que deu início à tarefa de inserir o Brasil no rol das nações civilizadas.

Dentre a legislação criada, o Decreto-lei nº 25/1937, ainda em vigor, foi o mais importante, pois criou o instituto do tombamento e organizou a forma como deveria acontecer a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Esse grupo inicial foi responsável pela eleição da arquitetura colonial como expressão máxima da nação, especialmente representada em Minas Gerais. Foi com as rotinas de trabalho que progressivamente o arquiteto tornou-se o especialista e Lucio Costa o intelectual mentor dessas práticas – com seleção daquilo que seria o passado a ser lembrado e conservado, bem como da construção do futuro, a arquitetura moderna.

# Aula 6

Proteção e gestão  
do patrimônio  
cultural no Brasil:  
as cidades em foco

*Márcia Chuva*

## Meta da aula

Apresentar as concepções que orientaram a seleção e a gestão do patrimônio cultural urbano no Brasil dos anos 1930 à atualidade.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os pontos principais das reflexões de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda sobre a formação das cidades brasileiras;
2. indicar o objeto de estudo predominante nas investigações sobre o patrimônio cultural brasileiro, entre os anos 1950 e 1970;
3. diferenciar as noções de cidade-patrimônio que historicamente embasaram as ações de preservação de cidades no Brasil;
4. identificar exemplos de novas possibilidades de preservação de cidades, a partir de concepções de patrimônio cultural mais abrangentes e integradoras.

## INTRODUÇÃO

Por que tomar uma cidade? A partir de quais critérios? E se a prefeitura decidisse, independentemente da sua vontade, tomar a sua casa, o que isso representaria em termos econômicos, afetivos e sociais para você?

A questão da patrimonialização das cidades – dos seus espaços, dos seus costumes e da sua dinâmica – é bastante complexa e passível de várias disputas, tensões e questionamentos.

Afinal, o que representa uma cidade? Para quem? Para as gerações futuras, para os historiadores e técnicos do patrimônio, para os especuladores imobiliários, para os seus mais antigos moradores, para aqueles que vêm visitá-la – são muitos pontos de vista e interesses em jogo!

Nesta aula, mostraremos que as concepções de cidade, no Brasil, têm a sua história. Elas vêm, de forma importante, por exemplo, das formulações de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda sobre a formação das primeiras cidades brasileiras e a ocupação do território. Veremos que três concepções de cidade-patrimônio consolidaram-se no Brasil nos últimos 80 anos.

Atualmente, tais visões passam a ser questionadas, e novas proposições sobre a patrimonialização das cidades são formuladas e diferentes estratégias de gestão são colocadas em prática. Entretanto, esta questão continua trazendo novos desafios para a sociedade e para os seus cidadãos, decorrentes da própria complexidade do tema e das tensões que se encontram no espaço das cidades.

### **As cidades históricas como símbolos da origem da nação brasileira**

A preservação de cidades históricas como patrimônio cultural tem sido uma prática no Brasil desde os anos 1930, a partir da ação

institucionalizada de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional do Sphan. Dentre os inúmeros tombamentos realizados nesse período, destacam-se sete cidades históricas mineiras: Ouro Preto; Mariana; Tiradentes; São João del Rei; Serro e Diamantina, em 1938 e Congonhas em 1941.



**Figura 6.1:** Diamantina (MG).

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f4/Diamantina.jpg>



Alexandre Machado

**Figura 6.2:** Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo (MG).

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/72/Sanctuary\\_of\\_Bom\\_Jesus\\_do\\_Congonhas.jpg/800px-Sanctuary\\_of\\_Bom\\_Jesus\\_do\\_Congonhas.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/72/Sanctuary_of_Bom_Jesus_do_Congonhas.jpg/800px-Sanctuary_of_Bom_Jesus_do_Congonhas.jpg)

Essas cidades obedeciam ao padrão de valor de patrimônio nacional, estabelecido nesse período – quando a arte e a arquitetura coloniais foram consideradas as origens da nação e representavam o início de uma produção artística genuinamente brasileira. As cidades coloniais tornaram-se referências para a constituição de uma identidade nacional, especialmente durante o Estado Novo, quando se deu início à formulação de um pensamento sobre o processo histórico de formação de cidades no Brasil.

### **Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda: um novo olhar sobre a formação do Brasil**

Gilberto Freyre (1900-1987) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) deram contribuições cruciais para a inauguração de uma escrita da história da formação das cidades no Brasil. Ambos estiveram próximos à direção do Sphan, nos anos 1930, quando escreveram artigos para a Revista do Sphan. Freyre chegou a ser, inclusive, representante regional do Sphan, em Pernambuco.



U:R

**Figura 6.3:** Gilberto Freyre, cerca de 1975.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d2/Gilberto\\_Freyre.JPG](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d2/Gilberto_Freyre.JPG)

Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala* (publicado em 1933), apontou que o domínio holandês em Pernambuco, no século XVII, antecipara as condições de vida urbana, inclusive com a fundação da cidade do Recife. No entanto, com a retirada dos holandeses, “o Norte voltaria à rotina agrícola e à uniformidade católica” (FREYRE, 1981, p.117).

Freyre afirmava que a “paisagem social do Brasil patriarcal” somente seria modificada a partir do século XVIII, com a descoberta das minas e o surgimento de uma nova classe, que disputaria as câmaras com as famílias tradicionais dos donos de terras. O autor identificava, nesse momento, a formação de uma aristocracia urbana. Freyre indicava ainda a diferença entre as moradias nas zonas rurais e nas cidades. Nas zonas rurais, as moradias populares (que se denominavam de mocambos) eram construídas isoladas umas das outras e a uma distância respeitosa das casasgrandes. Já nas cidades, as moradias eram construídas muito próximas umas das outras; amontoadas.



**Figura 6.4:** Exemplo das edificações rurais. Pintura de Frans Janszoon Post (1612-1680), *Engenho com capela*, 1667, óleo sobre madeira, 41 x 53 cm. Fundação Maria Luisa e Oscar Americano (SP).

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ec/Engenho\\_com\\_capela.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ec/Engenho_com_capela.jpg)





**Figura 6.5:** Rua Aurora, no Recife (PE): exemplo da disposição das edificações próximas umas das outras.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b9/RuaAuroraRecife-CCBY.jpg/800px-RuaAuroraRecife-CCBY.jpg>

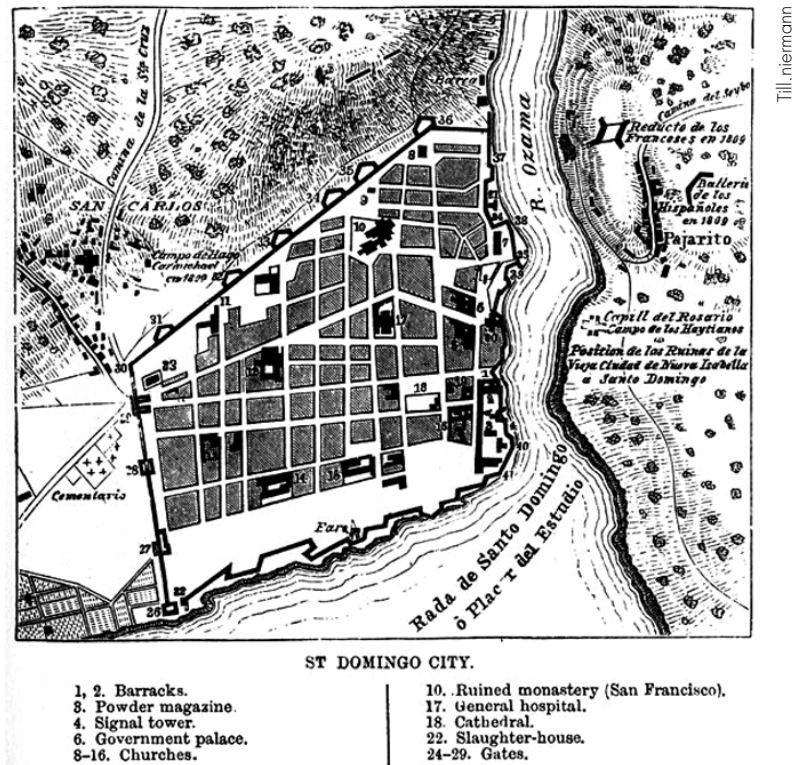
Por sua vez, Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (publicado em 1936), dedica-se a analisar a fundação de cidades como instrumento de dominação, comparando a colonização espanhola e a portuguesa na América. No ensaio, intitulado *O semeador e o ladrilhador*, ele afirma que os espanhóis – ladrilhadores – planejaram racionalmente a fundação e o crescimento de suas cidades, que seguiam sempre o mesmo padrão: a praça maior, sempre quadrilátera, espaço dos prédios do poder público que servia de base para o traçado regular das ruas, constituindo uma malha urbana em xadrez.



**Figura 6.6:** Sérgio Buarque de Holanda na redação do *Diário Carioca* (1956). Universidade Estadual de Campinas.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9rgio\\_Buarque\\_de\\_Holanda](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9rgio_Buarque_de_Holanda)

Os semeadores, isto é, os portugueses, segundo Sérgio Buarque, não tiveram projeto para suas cidades, fundadas ao acaso, como sementes jogadas ao vento, fruto também de um poder imperial português enfraquecido. Nessa visão, tais cidades sofreram, em consequência, um crescimento desordenado.



**Figura 6.7:** Mapa da cidade de Santo Domingo, República Dominicana, com traçado regular. Retirado de Samuel Hazard: *Santo Domingo, Past and Present; With a Glance at Hayti* New York, 1873 (Harper Brothers), p. 219.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7c/Santo\\_Domingo\\_Map\\_1873.jpg/597px-Santo\\_Domingo\\_Map\\_1873.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7c/Santo_Domingo_Map_1873.jpg/597px-Santo_Domingo_Map_1873.jpg)



Bruno Girin

**Figura 6.8:** Igreja do Carmo e panorama de Ouro Preto: traçado urbano irregular.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/db/OuroPreto1-CCBYSA.jpg/399px-OuroPreto1-CCBYSA.jpg>

Dois aspectos destacados aqui vão marcar profundamente os estudos subsequentes sobre a formação das cidades brasileiras, visando à sua patrimonialização:

1) a relação apontada pelos dois autores, entre o início do processo de formação de cidades no Brasil e as cidades coloniais do século XVIII, especialmente de Minas Gerais, ignorando as cidades mais antigas;

2) a dualidade, destacada especialmente por Sérgio Buarque, entre cidades planejadas e cidades espontâneas. Esta divisão irá guiar os estudos sobre o processo de formação das cidades, classificadas em uma das duas categorias.



## Atende ao Objetivo 1

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper has a slight shadow on its right side, suggesting it's resting on a surface.

### Resposta Comentada

eram construídas bem próximas umas das outras. Sérgio Buarque de Holanda comparou a formação das cidades, como instrumento de dominação, na colonização espanhola e portuguesa. Os espanhóis teriam planejado racionalmente a fundação e o crescimento de suas cidades; de traçado regular. As cidades fundadas pelos portugueses teriam surgido ao acaso e desenvolveram-se desordenadamente, fruto também de um poder imperial português enfraquecido.

---

A seguir, veremos alguns estudos subsequentes aos trabalhos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

## **Reflexões sobre o patrimônio das cidades, entre as décadas de 1950 e 1970, e suas novas classificações**

Vários importantes trabalhos que ressaltam a questão da “espontaneidade” da formação das cidades foram apresentados nessa época. Um dos mais importantes foi o estudo intitulado “Vila Rica, formação e desenvolvimento”, de 1956, do arquiteto Sylvio de Vasconcelos, representante do Iphan em Minas Gerais e também professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que se debruçou sobre a formação das cidades mineiras.

Nestor Goulart Reis Filho, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, no livro *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*, de 1968, contrapõe-se à tese de Sérgio Buarque de Holanda, destacando a regularidade com que alguns elementos repetem-se nas cidades brasileiras.

Um exemplo de tal regularidade está na localização geográfica das cidades ou na escolha do sítio físico, no qual as cidades eram instaladas. Elas geralmente se formavam no alto do morro, visando à sua segurança e águas limpas, o que indica um planejamento da política de

colonização portuguesa. O autor afirma, ainda, que essa política tornou-se, a partir do século XVII, cada vez mais centralizadora (Reis, 1978).

Também em 1968, o arquiteto Paulo Santos, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ e membro do Conselho Consultivo do Iphan, publicou o livro *Formação das cidades no Brasil colonial*. Nesse refuta parcialmente a tese de Sérgio Buarque de Holanda e defende a dupla origem das cidades portuguesas no Brasil: a cidade informal, apontada como medieval, e a cidade formal ou planejada, semelhante àquela do período da Renascença (SANTOS, 2009).



Roberto Ferrari

**Figura 6.9:** Villa Lante, em Begnaia, na Itália. Exemplo de planejamento presente nas cidades renascentistas – com desenhos geométricos e escalonados.

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Villa\\_Lante\\_Jardins.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Villa_Lante_Jardins.jpg)



Donat Reiskoffer

**Figura 6.10:** Visão aérea de Bruges, Bélgica. Cidade fundada no ano de 1128 e que ainda hoje apresenta conservado o seu desenho medieval.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/2c/Bruges\\_view\\_from\\_the\\_belfry.JPG/800px-Bruges\\_view\\_from\\_the\\_belfry.JPG](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/2c/Bruges_view_from_the_belfry.JPG/800px-Bruges_view_from_the_belfry.JPG)

A reflexão, proposta por Sérgio Buarque de Holanda, opondo dois modelos distintos de urbanização, circunscreveu, por um bom tempo, os estudos de arquitetos sobre assuntos vinculados ao campo do patrimônio cultural. Vários deles, inclusive, tinham algum tipo de vínculo com o lphan, como apontado anteriormente. Embora essa discussão não se coloque na atualidade de forma central, ela foi peça importante na construção de um objeto de investigação específico: a forma da cidade, isto é, o seu desenho e as características formais da sua implantação no território. Esse ponto é especialmente interessante para o campo do patrimônio cultural, que busca vestígios materiais – formais – da cidade histórica.

Segundo estudos recentes, o processo de patrimonialização das cidades no Brasil pode ser dividido em três diferentes momentos, ligados cada um a uma concepção da cidade-patrimônio que se tornou predominante desde os anos 1930. Tais concepções são:

- 1) a cidade-monumento;
- 2) a cidade-documento;
- 3) a cidade-atração.



---

## Atende ao Objetivo 2

2. Afinal, as cidades brasileiras, em seus primórdios, foram construídas aleatoriamente e ao acaso, ou estruturadas a partir de padrões racionais e com regularidade? Esta questão, baseada em dois polos opostos de interpretação, guiou os estudos, a partir da década de 1950, inspirados nas ideias de Sérgio Buarque de Holanda – afirmando-as ou refutando-as. Apesar de, atualmente, esta discussão ter sido superada, ela estabeleceu um objeto de investigação específico em torno do patrimônio cultural brasileiro. Que objeto é esse e qual foi a sua importância?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### *Resposta Comentada*

O objeto de estudo que se estabeleceu a partir das discussões dessa época foi o da forma da cidade, ou seja, o foco dos estudos sobre as cidades giravam em torno de seu desenho, seu traçado, suas características materiais e sua implantação no território. Dentro desse critério, podemos destacar três diferentes concepções de cidade como patrimônio que se tornaram predominantes: a cidade-monumento, a cidade-documento e a cidade-atração.

---

A seguir, apresentaremos as três concepções de cidade, ligadas a diferentes tipos de patrimonialização das cidades no Brasil.

## **A trajetória da preservação de cidades históricas no Brasil: três noções de cidade-patrimônio**

O tombamento de cidades, embora ocorra desde os anos 1930, não é simples, pois a dinâmica urbana dá-se por meio de um processo permanente de apropriação social do espaço por



diferentes grupos e de adaptação a novos usos. Por isso mesmo, a gestão de uma cidade patrimonializada requer a negociação entre os diversos interesses, nem sempre harmoniosos, que se sobrepõem no espaço urbano.

As cidades tombadas exigem o envolvimento de diferentes níveis de poder para uma gestão compartilhada. O poder municipal tem como atribuição a administração e a gestão da cidade, sendo responsável pela arrecadação dos impostos urbanos, como o IPTU. Os órgãos de patrimônio federal (Iphan) e estadual também têm responsabilidades sobre as áreas urbanas que forem por eles tombadas. A Constituição Federal brasileira prevê a complementaridade dos três Poderes na gestão do patrimônio cultural, o que, no caso das cidades, é fundamental.

Dentre os vários processos vivenciados pela cidade, tais como: o abandono de áreas centrais, o inchaço urbano e a favelização, a pressão imobiliária feita por grupos econômicos – pela apropriação do solo urbano com vistas à sua mercantilização – têm sido responsável, em inúmeras situações, pelo desaparecimento de áreas históricas. Tais áreas, por interesses imobiliários, são demolidas para instalação de construções modernas e para abertura de avenidas, que levam, em geral, a novos usos nas áreas urbanas. A destruição de imóveis em áreas urbanas também pode ser fruto de reformas implementadas pelo poder público com base nas suas concepções de progresso e modernização. A cidade velha, as edificações antigas, a trama urbana que constitui a estrutura urbana da cidade, muitas vezes é vista como um entrave ao desenvolvimento.



**Figura 6.11:** A abertura da Avenida Central, no Rio de Janeiro, é um exemplo clássico da demolição de estruturas urbanas antigas com vistas à modernização da cidade.

Fonte: [http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://i270.photobucket.com/albums/jj113/terrormachinerj/rioantigo.png&imgrefurl=http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t%3D462981&h=794&w=934&sz=552&tbnid=rbNeoUjpl\\_wtBM:&tbnh=90&tbnw=106&zoom=1&usg=\\_\\_66BV44xx8zv6ghEpHrizVQTgpQ=&docid=Dilil2Syf6yeEM&hl=pt-BR&sa=X&ei=F9l5UY7KElE9gT9iYGwCg&sqi=2&ved=OCEUQ9QEwAw&dur=4022](http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://i270.photobucket.com/albums/jj113/terrormachinerj/rioantigo.png&imgrefurl=http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t%3D462981&h=794&w=934&sz=552&tbnid=rbNeoUjpl_wtBM:&tbnh=90&tbnw=106&zoom=1&usg=__66BV44xx8zv6ghEpHrizVQTgpQ=&docid=Dilil2Syf6yeEM&hl=pt-BR&sa=X&ei=F9l5UY7KElE9gT9iYGwCg&sqi=2&ved=OCEUQ9QEwAw&dur=4022)

As ações em favor da preservação de cidades ou de espaços no ambiente urbano têm se dirigido a combater essas ideias de “progresso”. Busca-se valorizar a preservação de referências para grupos sociais que usam e habitam a cidade, conferindo a tais referências sentido histórico, valor de patrimônio e qualidade à vida urbana.

O valor de patrimônio atribuído à cidade, no entanto, diferiu ao longo do tempo e podemos afirmar que algumas visões tornaram-se predominantes em determinados contextos. É o que vamos analisar agora.

## A cidade-monumento

Até os anos 1970, a preservação do patrimônio cultural no Brasil esteve nas mãos, quase que exclusivamente, do Iphan. Ao

longo desse período, a noção de cidade-monumento era a que predominava nos processos de seleção das cidades históricas para tombamento pelo órgão federal. As cidades eram selecionadas em função das características arquitetônicas de suas edificações, enfatizando-se os aspectos estético-estilísticos tradicionais do período colonial, especialmente do século XVIII.

Dentro dessa visão, foram tombadas as cidades históricas mineiras de Diamantina, Ouro Preto, Tiradentes, São João del Rei e Serro, em 1938, e a cidade de Congonhas, em 1941. Estes tombamentos visavam construir uma identidade nacional, que deveria ser constituída por uma arte genuinamente brasileira, conforme a visão dos intelectuais engajados nesse projeto.



Leandro Neumann Cuijfo

**Figura 6.12:** Diamantina – MG vista do Cruzeiro.

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Diamantina\\_vista\\_do\\_Cruzeiro.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Diamantina_vista_do_Cruzeiro.jpg)

Os critérios adotados para a conservação e a restauração dos imóveis nas cidades tombadas, de um modo geral, valorizavam os aspectos formais da arquitetura. Eram observados, por exemplo, o caimento das águas do telhado e seus beirais, o desenho dos vãos das janelas e portas, os intervalos entre os cheios (paredes) e vazios (vãos de janelas e portas) das fachadas, seus materiais construtivos

utilizados, bem como a implantação da casa na testada da rua. Todos esses elementos reunidos reforçavam uma unidade estética espelhada na arte barroca colonial de Minas Gerais.



Bernardo Gouvêa

**Figura 6.13:** Igreja Matriz de Santo Antônio, Tiradentes (MG).

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:MatrizStoAntonioTiradentesMG.jpg>

### **Platibanda**

É um termo da arquitetura que designa uma faixa horizontal (muro ou grade) que moldura a parte superior de um edifício e que tem a função de esconder o telhado.

Havia, nessa perspectiva, um empenho em retirar vestígios de elementos artísticos do século XIX, como as **platibandas**, acrescidas às edificações no decurso histórico e à transformação da cidade. Com isso, pretendia-se manter a uniformidade estilística do sítio urbano e recuperar aspectos, imaginados da feição colonial da cidade. O resultado das ações de conservação e restauração foi a homogeneização do patrimônio arquitetônico urbano e a disseminação dessa imagem como modelo a ser seguido em todas as cidades, até mesmo naquelas onde esses traços coloniais mineiros não fossem predominantes.

O processo de industrialização no Brasil, a partir dos anos 1950, provocou o crescimento acelerado de algumas cidades. Com o crescimento urbano e a ameaça de renovação arquitetônica desordenada nessas cidades, o Iphan passou a selecionar conjuntos urbanos para proteção. Esses conjuntos, situados em geral nas áreas centrais, eram fragmentos dos núcleos de formação original

dessas cidades. Sua escolha dava-se com base nos mesmos critérios de valorização estético-estilísticos já referidos, valorizando-se os traços coloniais.

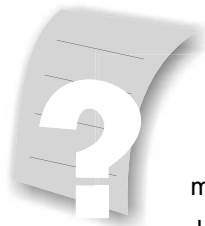
Apesar do espectro de áreas urbanas tombadas ter se ampliado nos anos 1970, em relação aos poucos tombamentos de cidades, realizados nos anos 1950 e 1960, eram as mesmas ideias dos anos 1930/40 que orientaram a sua seleção para a preservação. O Estado buscava, assim, associar a preservação do patrimônio cultural urbano com o desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, foram identificadas algumas cidades antigas, localizadas na região Nordeste, como Cachoeira (BA) e Igarassu (PE), tombadas pelo Iphan em 1971 e 1972, respectivamente. Tais cidades foram incluídas no Programa Integrado de Cidades Históricas – PCH, do Ministério do Planejamento, que aportou recursos, por meio de empréstimos junto ao BID, para a realização de obras de conservação e recuperação urbana. O PCH visava, também, à qualificação dessas cidades para o turismo, que começava a ser visto como a alternativa econômica de desenvolvimento dessas cidades.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND – implementado no Brasil no governo do general Ernesto Geisel (1974-78), dedicou especial atenção à região Nordeste. É nesse contexto que o potencial turístico passou a ser mais um dos critérios de seleção de cidades para tombamento pelo Iphan, associado, ainda, ao critério de valor artístico.

Passava-se a valorizar também a arquitetura colonial, encontrada em cidades da região Nordeste. Desse modo, não se alteram os padrões adotados até então para a conservação e restauração dos imóveis em áreas urbanas, sendo ainda valorizados aspectos estilísticos e fachadistas da arquitetura urbana colonial, sobretudo referentes ao século XVIII. Enfim, nos anos 1970, outros organismos estaduais e municipais passaram a implementar ações de preservação do patrimônio, ainda que o Iphan continuasse com a autoridade de ditar os contornos gerais da prática

predominante de preservação cultural. É desse período a produção de planos urbanísticos que deveriam orientar os processos de desenvolvimento urbano. Em todos eles, havia o item sobre a história da formação urbana. Nesses planos, as áreas históricas eram isoladas como setores a serem protegidos em função de suas características estéticas. E, ainda, essas áreas não eram incluídas num planejamento da cidade, a não ser como parte isolada do restante.



O Programa Integrado de Cidades Históricas (PCH) foi a primeira política nacional de cunho mais amplo em favor da preservação do patrimônio urbano no país. Trata-se, no entanto, de um segundo momento a se destacar história das políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, após as primeiras iniciativas do Sphan, nas décadas de 1930 e 1940. O PCH, surgido no final da década de 1970, estruturou-se num quadro político de modernização do Estado e de estabelecimento de políticas desenvolvimentistas. Foi o momento do chamado “milagre econômico brasileiro”, no qual, com base numa política de importação de capital financeiro, buscou-se acelerar certos segmentos da economia. O programa provocou a criação de órgãos estaduais que vieram compartilhar com o Iphan a tarefa de preservação do patrimônio. Os recursos do PCH eram providos pelo Fundo de Desenvolvimento Integrado do governo federal. As entidades estaduais propunham os projetos, que eram analisados e aprovados pela coordenação central do programa. As intervenções eram analisadas quanto à sua pertinência, do ponto de vista patrimonial, econômico e turístico – como foi o caso do Convento de Nossa Senhora das Neves, em Olinda-PE, que vemos na imagem a seguir.



Delma Paz

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/81/Olinda-ConventoNSNeves2.jpg/800px-Olinda-ConventoNSNeves2.jpg>

Trata-se de um momento de descentralização e, ao mesmo tempo, de integração das políticas mais permanentes de conservação do patrimônio com as políticas de desenvolvimento do turismo. O Programa Integrado de Cidades Históricas, inicialmente implantado nas cidades do Nordeste, expandiu-se, após quatro anos, para Minas Gerais e Espírito Santo. O programa durou dez anos e apenas 20% dos monumentos restaurados geraram recursos para sua própria conservação.

## A cidade-documento

O segundo momento a se destacar na trajetória da preservação de áreas urbanas no Brasil tem início nos anos 1980. Caracteriza-se como uma fase de grandes discussões conceituais sobre o papel do tombamento dessas áreas e sobre quais investimentos deveriam ser feitos para a gestão desse patrimônio. Com base na redefinição do valor

### **Nova História**

É uma corrente historiográfica, surgida nos anos 1970 e correspondente à terceira geração da chamada Escola dos Annales. Trata-se, sobretudo, de uma história das formas de representação coletivas e das estruturas mentais das sociedades, cabendo ao historiador a análise e interpretação racional dos dados.

histórico, segundo ideias e conceitos, oriundos da **Nova História** (fruto das apropriações na historiografia brasileira das renovações da Escola dos Annales), a área urbana de valor patrimonial passa então a ser concebida como um documento dos processos econômicos e sociais de produção; uso e transformação do espaço.

Este conceito implicou grandes mudanças, tanto nos critérios de seleção como nos de intervenção sobre o patrimônio urbano. Os aspectos estético-estilísticos e fachadistas deixaram de ser tão importantes. Deram lugar à avaliação da capacidade de determinado sítio urbano concentrar informações históricas, relevantes sobre os processos sociais e culturais na construção daquele espaço.

Com isso, o valor histórico tornou-se crucial na seleção de cidades ou trechos urbanos para tombamento. As áreas urbanas foram entendidas como documentos do processo histórico de ocupação do território brasileiro, no que se refere à formação de uma rede de cidades, constituída desde o início da colonização. Nessa perspectiva, foram tombadas pelo Iphan, a partir dos anos 1980, cidades fundadas no período colonial, mas que antes eram desconsideradas para tombamento em função de seus aspectos formais. São exemplos dessa nova visão os tombamentos das cidades de Laguna e São Francisco do Sul, em Santa Catarina e Cuiabá, no Mato Grosso.



Elana Reinaldo

**Figura 6.14:** Cidade de Laguna (SC), fundada em 1676.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/elianarei/4672036971/>



Outro aspecto a ser ressaltado, relacionado ao contexto político e social daquele momento, foi a ação de alguns setores da sociedade. Tais setores começaram a se apropriar de instrumentos de preservação cultural para intervirem nas políticas urbanas, contribuindo com processos de construção de cidadania e de afirmação social. Foi nesse período, por exemplo, que associações de moradores de bairros, organizadas nas grandes cidades, começaram a reivindicar a aplicação do tombamento em imóveis e áreas urbanas. Um dos objetivos era evitar a realização de grandes empreendimentos imobiliários, que levariam à expulsão de moradores de áreas por eles tradicionalmente ocupadas ou à drástica redução da sua qualidade de vida.



**Figura 6.15:** Em 1878, Corumbá foi elevada à categoria de cidade. Casario do Porto em Corumbá - (MT).

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/ec/Porto\\_Geral\\_DSC0029911111.JPG/320px-Porto\\_Geral\\_DSC0029911111.JPG](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/ec/Porto_Geral_DSC0029911111.JPG/320px-Porto_Geral_DSC0029911111.JPG)

Essa nova concepção – de cidade-documento – passou a orientar as intervenções arquitetônicas e urbanas de modo a respeitarem os diversos extratos históricos, presentes na cidade. Contudo, as poucas ações realizadas nesse sentido, bem como os recursos escassos para o setor, que caracterizaram o período em função da severa crise econômica enfrentada pelo país na década

de 1980, foram insuficientes para se definir um novo padrão de conservação e restauração.

Não obstante, foi neste momento que se deu a expansão dos órgãos de patrimônio, nas instâncias de poder estadual e municipal, os quais começavam a constituir uma rede de ação complementar. Essa expansão atendeu, inclusive, aos preceitos da Constituição de 1988 no que diz respeito à complementaridade das ações de preservação entre os três níveis de poder. A Constituição brasileira também regulou a gestão urbana, estabelecendo regras de acordo com as dimensões das cidades, visando à qualidade de vida urbana.

## **A cidade-atração**

No contexto internacional dos anos 1990, as teses neoliberais predominaram e, com elas, os gastos do Estado foram reduzidos. O patrimônio cultural tornou-se, nesse momento, uma importante área da economia urbana como porta de entrada para investimentos externos. O patrimônio urbano assumia a função de *atrair* (recursos, turistas etc.), quando se tratava de centros urbanos de mais expressão no cenário turístico brasileiro. Mas, para atrair a atenção do capital internacional, seriam necessários investimentos públicos para a requalificação – termo então adotado – das áreas urbanas, consideradas degradadas por estarem ocupadas por populações de baixa renda ou por usos populares.

Houve, então, uma onda de “requalificações” urbanas, executada pelo poder público em áreas centrais, tais como: a recuperação do Pelourinho, em Salvador (BA); da rua Bom Jesus, no Bairro do Recife (PE); do Bairro da Ribeira, em Natal (RN); da praia de Iracema, em Fortaleza (CE). Em todas elas, foram criados espaços com características semelhantes e destinados ao turismo e ao lazer. Cidades maiores, como: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte também retomaram projetos e investimentos públicos nos centros urbanos – como se pode ver no estudo de Márcia Sant’Anna (2004).



Fernando Dallacqua

**Figura 6.16:** Bairro do Pelourinho, no centro histórico de Salvador (BA).  
Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/57/Salvador-CCBY10.jpg/800px-Salvador-CCBY10.jpg>



Walter

**Figura 6.17:** Praia de Iracema, Fortaleza (CE).  
Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Water\\_front\\_Fortaleza,\\_Brazil.JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Water_front_Fortaleza,_Brazil.JPG)

Uma disputa entre as cidades, em torno de investimentos de toda ordem, passou a caracterizar esse momento. Buscava-se a fixação local de fluxos globais de renda, ou ainda, a produção de

imagens próprias da cidade. Deflagradas num mercado globalizado, essas disputas criaram “identidades compartilhadas” entre pessoas que estão distantes no tempo e no espaço, mas que se tornam consumidoras das mesmas mercadorias (HALL, 2003).

Menezes (2007) denominou essa mercantilização da cidade-patrimônio de “venda de lugares”. Os bens culturais, como referências de identidades, tornam-se ainda mais atraentes aos interesses do capital, pois o valor simbólico agregado aumenta o valor de consumo ou de troca desses bens. No Brasil, exemplos desse modelo podem ser vistos no projeto de revitalização do Pelourinho, em Salvador; realizado pelo Governo do Estado da Bahia; no projeto Cores da Cidade, realizado em diferentes cidades pela Fundação Roberto Marinho, associada a fabricantes de tintas, dentre outros.

Sem dúvida, tais medidas levaram ao “enobrecimento” das áreas antigas da cidade (MOTTA, 2000 e 2003; SANT’ANNA, 2003), isto é, ao afastamento das populações de baixa renda destas regiões antes degradadas. Tais espaços passam a ser ocupados por grandes empreendedores interessados em tornar a área atraente para o turismo de alto poder aquisitivo.



O termo “enobrecimento” vem de *gentryfication*, neologismo inglês, traduzido também por “gentrificação”. Esse termo é utilizado para denominar o processo em que áreas históricas decadentes ou deterioradas tornam-se alvo de reformas urbanas, visando à sua requalificação. Nestes processos, as populações nativas são expulsas, direta ou indiretamente, por meio de desapropriações ou por optarem pela venda do seu imóvel, inserido na referida área valorizada. Para mais discussões sobre o assunto, ver Zukin, 2000 e Tamaso, 2006.

Nos anos 1990, o Iphan perde a sua posição de destaque nas ações preservacionistas em comparação às iniciativas locais e aos novos programas nacionais, que passaram a movimentar mais recursos do que a instituição. Contudo, todo esse investimento não redundou em ganhos nem mesmo para os interesses do grande capital privado. De fato, a revitalização das áreas centrais de Salvador e de São Paulo, por exemplo, não resultaram num incremento da atividade turística autossustentável nem foram capazes de induzir maiores transformações no contexto urbano em que se encontravam. Enfim, tais áreas permaneceram dependentes de recursos públicos.



Dornicke

**Figura 6.18:** Vale do Anhangabaú, centro de São Paulo.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/21/Vale\\_do\\_Anhangaba%C3%BA\\_04.JPG/320px-Vale\\_do\\_Anhangaba%C3%BA\\_04.JPG](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/21/Vale_do_Anhangaba%C3%BA_04.JPG/320px-Vale_do_Anhangaba%C3%BA_04.JPG)

No Brasil, o patrimônio urbano não se transformou numa mercadoria imobiliária importante e altamente disputada, e, desse modo, o uso e revitalização desse patrimônio continuaram restritos aos investimentos públicos. Uma alternativa a esta realidade, proposta pela pesquisadora Márcia Sant’Anna, teria sido utilizar os investimentos públicos para projetos de aproveitamento habitacional para as populações de rendas mais baixas, dentro

dessas áreas históricas. Isto produziria situações mais adaptadas às demandas reais dessas regiões. Seria possível, assim, conciliar dinamização econômica e valorização do patrimônio com ações voltadas para a melhoria das condições habitacionais e de vida da população.

Em síntese, nos anos 1990, imperou o conceito de cidade-atração, prevalecendo o caráter fachadista das restaurações, isto é, que recupera as características antigas das fachadas, mas destrói a organização do interior dos imóveis. Este caráter fachadista não se preocupa em informar sobre usos e modos de morar antigos, tampouco com os quintais de fundos e demais características não visíveis por quem passa pela rua. Predominava o incentivo ao uso comercial dos imóveis históricos, em função do vínculo dessas ações com o entretenimento, com o lazer cultural e com o turismo de espetáculos.

O conceito de cidade-documento tornou-se obsoleto dentro dessa perspectiva. O aproveitamento econômico dos anos 1990 não significou um maior cuidado com as intervenções ou com a substância documental do patrimônio, o seu papel social e informativo. Sistemas construtivos antigos, ofícios e modos de fazer tradicionais, ligados à construção, não foram resgatados. Essas práticas de conservação foram reforçadas e induzidas por programas federais. Assim, a cidade histórica brasileira fechou o século XX como uma mera atração urbana. Seu caráter artístico e histórico, como testemunho da formação da nação, perde relevância frente à ênfase dada ao seu caráter de “atração” turística mais imediata.

Segue a lista das cidades ou trechos de cidades tombados, organizada por data de tombamento, extraída do Manual do INBISU (IPHAN, 2007) e do site do Iphan:

**ANOS 1938-49 (11):**

Rio de Janeiro – Rua do Catete –  
1938 – 1962  
Rio de Janeiro – Morro do Valongo e  
Jardim – 1938  
Tiradentes – MG – 1938  
Serro – MG – 1938  
Ouro Preto – MG – 1938  
São João del Rei – MG – 1938  
Diamantina – MG – 1938  
Recife – Pátio de São Pedro – PE –  
1938  
Carapicuíba – MA – 1948

**ANOS 1950 (5):**

São Luís – MA (conjunto pequeno) –  
1955  
Pilar de Goiás – GO – 1954  
Parati – RJ – 1958  
Vassouras – RJ – 1958  
Salvador – BA (conjunto pequeno) –  
1959

**ANOS 1960 (7):**

Belém – PA (conjunto pequeno) –  
1964  
Petrópolis – RJ (conjunto pequeno) –  
1964  
Sabará – MG – 1965  
Cabo Frio – RJ – 1967  
São Cristovão – SE – 1967  
Olinda – PE – 1968  
Mambucaba – Angra – RJ – 1969

**ANOS 1970 (9):**

Cachoeira – BA – 1971  
Igarassu – PE – 1972  
Nova Friburgo – RJ – 1972  
Lençóis – BA – 1973  
Nova Era – MG – 1973  
Porto Seguro – BA (cidade alta) –  
1974  
São Luís – MA (conjunto maior) –  
1974  
Belém – Ver-o-Peso – PA – 1977  
Goiás – GO – 1978

**ANOS 1980 (9):**

Petrópolis – RJ (extensão) – 1980  
Itaparica – BA – 1980  
Mucugê – BA – 1980  
Rio de Contas – BA – 1980  
Santa Cruz de Cabrália – BA –  
1981  
Laguna – SC – 1985  
Belém – PA (extensão) – 1985  
São Francisco do Sul – SC – 1987  
Natividade – TO – 1987

**ANOS 1990 até 2000 (16):**

Rio de Janeiro – Praça XV – 1990  
Antonio Prado – RS – 1990  
Pirenópolis – GO – 1990  
Cuiabá – MT – 1990  
Brasília – DF – 1990  
Itaverava – MG – 1993  
Corumbá – MS – 1993  
Laranjeiras – SE – 1996  
Penedo – AL – 1996  
Lapa – PR – 1998  
Icó – CE – 1998  
Bairro do Recife – PE – 1998  
Aracati – CE – 2000  
Sobral – CE – 2000  
Andaraí – Igatu – BA – 2000  
Porto Seguro – BA (extensão) –  
2000

**A PARTIR DE 2001  
(lista extraída do site do  
Iphan):**

Piranhas – AL  
Ilha de Itaparica – BA  
Monte Santo – BA  
Viçosa – CE  
Goiânia – GO  
Pilar de Goiás – GO  
Jundiá – SP  
São Paulo – SP  
Belo Horizonte – MG  
Caeté – MG  
Cataguazes – MG  
Piranga – MG  
Porto Alegre – RS



### Atende ao Objetivo 3

3. Acabamos de apresentar os três principais conceitos de cidade-patrimônio. A qual concepção de cidade-patrimônio cada um dos três exemplos a seguir corresponde?

- a) Tiradentes, em Minas Gerais, tombada em 1938: \_\_\_\_\_
- b) Laguna, em Santa Catarina, tombada em 1985: \_\_\_\_\_
- c) Revitalização do Pelourinho, em Salvador, realizada nos anos 1990: \_\_\_\_\_

4. Agora que você recapitulou cada tipo de cidade-patrimônio, vamos a uma segunda questão. Leia atentamente a citação:

Nos anos 90, imperou, portanto, uma concepção de patrimônio urbano de caráter fachadista e concentrado em poucos elementos arquitetônicos. Essa concepção foi favorecida e reforçada (...) pelo vínculo dessas ações com o entretenimento, com o lazer cultural e com um turismo de espetáculos (Sant'Anna, 2003, p. 168).

Indique a concepção de cidade-patrimônio a qual essa passagem refere-se e estabeleça uma comparação com as outras duas.

[illegible]



## *Resposta Comentada*

O trecho de Sant'Anna refere-se à concepção de cidade-atração. Um exemplo de cidade-atração é o projeto de revitalização do Pelourinho, em Salvador, voltado para a atração do turismo e o desenvolvimento do comércio ligado a esta atividade. É possível identificar semelhanças com a concepção de cidade-monumento, que, embora regida por princípios distintos, também está voltada para a valorização de aspectos estéticos e formais. Na cidade-atração, prevalecia a valorização do caráter fachadista das restaurações. Havia, contudo, a destruição da organização do interior dos imóveis e o descaso com os usos e modos de morar antigos. Neste ponto, a concepção de cidade-documento distingue-se tanto da concepção de cidade-atração como da de cidade-monumento. A cidade-documento baseia-se numa visão histórica da área a ser patrimonializada, que passa a ter valor de documento histórico, em que se leva em conta principalmente os processos econômicos e sociais de produção, uso e transformação do espaço. O tombamento da cidade de Laguna teve como base esta concepção de patrimônio. No caso da cidade-monumento, o que se leva em conta, predominantemente, são as características arquitetônicas das edificações, sobretudo os aspectos estético-estilísticos tradicionais do período colonial. O tombamento da cidade histórica mineira de Tiradentes vem dessa concepção.

---

As três concepções de cidade-patrimônio aqui apresentadas, apesar de serem associadas a períodos determinados (a cidade-monumento, ao período da década de 1930 a 1970; a cidade-documento, à década de 1980; a cidade-atração, à década de 1990 em diante.), não foram plenamente substituídas numa linha de continuidade. Ao contrário, os defensores de cada concepção disputavam posições de hegemonia no campo das políticas do patrimônio, a fim de tornarem sua concepção dominante, o que determinou e tem determinado as ações de gestão da cidade tombada.

## Refletindo sobre a gestão de áreas urbanas patrimonializadas: diferentes experiências e alternativas de gestão

Após apresentarmos alguns modelos predominantes de patrimonialização colocados em prática no Brasil, vamos agora apresentar modelos alternativos de gestão de áreas urbanas patrimonializadas. Você vai conhecer duas experiências realizadas, em momentos diferentes, com dimensões e resultados distintos. Afinal, o que significa preservar a memória da cidade?

### ***Rotas da Alforria: o patrimônio cultural da cidade de Cachoeira, na Bahia***



Adam Jones

**Figura 6.19:** Fachadas das edificações históricas de Cachoeira (BA).

Fonte: [http://farm4.static.flickr.com/3491/3774401448\\_c77e1af73c.jpg](http://farm4.static.flickr.com/3491/3774401448_c77e1af73c.jpg)



Adam Jones

**Figura 6.20:** Cidade de Cachoeira (BA) com o Rio Paraguacu ao fundo.

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:View\\_over\\_Cachoeira\\_and\\_the\\_Paraguacu\\_River\\_-\\_Sao\\_Felix\\_Visible\\_across\\_the\\_River\\_-\\_Bahia\\_-\\_Brazil.JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:View_over_Cachoeira_and_the_Paraguacu_River_-_Sao_Felix_Visible_across_the_River_-_Bahia_-_Brazil.JPG)

O projeto *Rotas da Alforria*, desenvolvido no Iphan de 2005 a 2008, voltado para a preservação da cidade de Cachoeira, na Bahia, sugere novas possibilidades de gestão do patrimônio cultural. Ele é um exemplo de trabalho com as cidades, visando à preservação, à valorização de práticas culturais tradicionais dos habitantes da região e à promoção de seu patrimônio cultural na atualidade. Trata-se, claramente, de uma alternativa à noção de cidade-atração, que ainda se impõe em vários projetos de gestão de áreas urbanas patrimonializadas.

O referido projeto teve como objetivo a valorização do patrimônio urbano da cidade de Cachoeira e das referências culturais da região. Isso foi feito, especialmente, através de estratégias de inclusão das populações afrodescendentes, que ocupam historicamente essa região, no processo de preservação do seu patrimônio cultural. Assim, os próprios habitantes colaboram com a identificação do seu patrimônio cultural e da formulação de alternativas para a gestão do patrimônio tombado.

Assim, a identificação desse patrimônio cultural, a partir da história da ocupação do seu território, deu-se por meio da associação entre patrimônio material urbano e patrimônio imaterial. Buscou-se identificar as relações entre as manifestações culturais e o território no qual, historicamente, tais manifestações ocorrem e constituem seus sentidos e significados.

Outra característica importante do projeto *Rotas da Alforria* foi o seu caráter interdisciplinar, que integrou História, Antropologia e Geografia. O ponto de vista histórico voltou-se para o estudo das relações entre os sujeitos no tempo e nas diferentes temporalidades; o ponto de vista antropológico sustentou a observação das relações humanas a partir da perspectiva da cultura, da diferença e da alteridade hoje; e o enfoque geográfico definiu a investigação das relações entre os homens constituídas no e com o espaço.

O sítio urbano de Cachoeira foi considerado como uma referência de centralidade para uma região mais ampla e o chamado

território da Cachoeira foi sendo conhecido no decorrer do projeto. Ele não se refere a um espaço contínuo, mas a um território em rede, onde há fluxos, isto é, circulação regular de pessoas no espaço, assim como diferentes temporalidades coexistindo. As referências históricas de ocupação do território, bem como as referências de bens culturais, constituem-se em elos de “permanência” cultural no tempo e no espaço.

O projeto previu o levantamento preliminar das manifestações culturais e de práticas tradicionais, buscando evidenciar a capacidade articuladora de diferentes grupos sociais no território. Neste levantamento, evidenciou-se a existência de expressões festivas e religiosas que agregam tradições afro-brasileiras e do catolicismo popular, interrelacionando sujeitos que constituem redes sociais. São estas redes sociais, com fortes ligações culturais, que formam o território da Cachoeira.

O projeto, como dito, levou em conta uma compreensão histórica e social da região. A ênfase na cultura afrodescendente advém de sua importância histórica. Historicamente, desde o século XVII até o XIX, a cidade de Cachoeira era o núcleo urbano ao qual se vinculava a importante produção de açúcar de solo de massapê, na da bacia do Iguape, e também a produção de tabaco, na região de Belém da Cachoeira. Ambas as atividades envolviam mão de obra escrava. Na produção do açúcar, seu uso era intenso. A produção de tabaco estava sob o regime fundiário de pequenas propriedades com escravaria reduzida. No entanto, o tabaco era largamente usado no comércio de escravos na costa africana. Cachoeira foi, assim, um cruzamento de rotas de escravos, negros fugidos e quilombolas. Sua privilegiada localização configurava esta característica. O porto de Cachoeira era o último do rio Paraguaçu (que à montante deixava de ser navegável) e integrava o sertão baiano, o Recôncavo e Salvador.

Atualmente, dez comunidades estão instaladas nas sedes de antigos engenhos desativados no distrito do Iguape e cultivam basicamente mandioca e dendê. Estas comunidades foram

reconhecidas pela Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, como remanescentes de quilombos. No atual distrito de Belém da Cachoeira, manteve-se o regime de pequena propriedade, apesar do fim da lavoura fumageira, que foi substituída pela roça de mandioca e lavoura de subsistência. Ali também são encontradas oficinas coletivas para produção da farinha.

Em relação à ocupação histórica do espaço urbano de Cachoeira, a concentração dos negros, escravos ou livres, fez-se nas periferias, constituindo o bairro popular conhecido como Recuada. Nesse último caso, o ambiente urbano foi decisivo na constituição dos espaços alternativos negros. O mercado público de Cachoeira reúne os produtos gerados nos referidos distritos e localidades, e agrega os grupos sociais dispersos em torno das trocas econômicas, sociais e simbólicas.

O centro histórico da cidade de Cachoeira foi tombado pelo Iphan em 1971. O tombamento preocupou-se em preservar somente a arquitetura monumental do centro urbano de Cachoeira, não atribuindo valor de patrimônio a vestígios materiais da ocupação do espaço urbano e da história da implantação da cidade no território. Nesse sentido, o bairro da Recuada e a região do Iguape (distrito de Cachoeira) não foram consideradas áreas de interesse patrimonial.

O centro histórico tombado de Cachoeira, que concentra a maior parte da arquitetura tradicional pujante da cidade, hoje se encontra bastante deteriorado. Toda a vida cultural que ali se processa, as trocas sociais e as diferentes apropriações do espaço pela população no seu cotidiano (o mercado; os sobrados de uso comunitário; os circuitos das festas) pareciam invisíveis na gestão direcionada exclusivamente para o patrimônio monumental tombado.

O conhecimento gerado pela identificação do patrimônio cultural da região servirá para ancorar as políticas públicas, voltadas para a gestão deste, e para promover o desenvolvimento local com base na valorização do modo de vida, das formas de expressão e de religiosidade daquela população. São várias as possíveis medidas de salvaguarda a serem tomadas. Leva-se em consideração

o amplo espectro das práticas culturais, suas diversidade e riqueza, além de sua evidente vinculação com a trajetória histórico-cultural da população afrodescendente da região do Recôncavo Baiano.

Enfatiza-se, fundamentalmente, dentro desta perspectiva, a construção coletiva de estratégias alternativas e criativas de inclusão e de reconhecimento social, ancoradas na cultura a partir da visão de seus legítimos produtores.



Lorena Morais

**Figura 6.21:** Capela de Nossa Senhora d'Ajuda – Cachoeira (BA).

Fonte: [http://www.flickr.com/photos/lorena\\_morais/5335810777/in/photostream](http://www.flickr.com/photos/lorena_morais/5335810777/in/photostream)



Adam Jones

**Figura 6.22:** Cidade de Cachoeira (BA), o rio Paraguaçu e a cidade de São Felix (do outro lado do rio).

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:View\\_over\\_Cachoeira\\_and\\_Paraguacu\\_River\\_-\\_Sao\\_Felix\\_Visible\\_Across\\_the\\_River\\_-\\_Bahia\\_-\\_Brazil.JPG](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:View_over_Cachoeira_and_Paraguacu_River_-_Sao_Felix_Visible_Across_the_River_-_Bahia_-_Brazil.JPG)

## ***Corredor Cultural: patrimônio da cidade do Rio de Janeiro***

O Rio de Janeiro tem sido palco, nos últimos anos, de uma interessante discussão a respeito dos instrumentos disponíveis para se proteger os ambientes urbanos. Temas como tombamento, as chamadas Áreas de Proteção do Patrimônio Cultural (Apac), a legislação de uso e ocupação do solo e o zoneamento entraram no debate, provocado pelo novo Plano Diretor do Rio de Janeiro. Alguns vereadores defendem a revisão de algumas Apac da zona Sul do Rio de Janeiro, motivados pelas polêmicas Apac do Leblon, que visavam à preservação de edifícios no bairro, e pelos usos da Marina da Glória.

A questão da preservação e proteção do patrimônio urbano é complexa. Ela não se resolve com uma resposta única, nem com um só instrumento de conservação.

Um exemplo de projeto interessante para a proteção deste patrimônio urbano é o *Corredor Cultural*, de iniciativa da prefeitura do Rio de Janeiro, implantado em 1979 na cidade (e mantido até 2000). Ele se tornou um modelo de gestão do patrimônio cultural urbano, inspirando uma série de projetos em várias cidades brasileiras. Para falar desse projeto, utilizaremos principalmente o artigo de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro (2000) – arquiteto responsável pela sua implantação.

O projeto *Corredor Cultural* surgiu com a finalidade de proteger um importante acervo arquitetônico, histórico e ambiental do centro da cidade, num contexto em que a maioria das pessoas pensava que a antiga capital não guardava mais nenhum patrimônio, além do que já havia sido tombado pelos órgãos federal e estadual.



J. Conde

**Figura 6.23:** Palácio Pedro Ernesto (Câmara Municipal do Rio de Janeiro – situada na Cinelândia; ao lado do Teatro Municipal e de frente para a Biblioteca Nacional.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4f/PedroErnestoPalace1-CCBY.jpg>.



Gilberto Santa Rosa

**Figura 6.24:** Palácio Tiradentes (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – antigo prédio do Congresso Nacional, entre 1926 e 1960).

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/fd/Rio-PalacioTiradentes.jpg/800px-Rio-PalacioTiradentes.jpg>





Fulviusbas

**Figura 6.25:** Igreja de Nossa Senhora da Candelária (centro do Rio de Janeiro, situada de frente à avenida Presidente Vargas; nos arredores da praça XV, do Arsenal da Marinha e da avenida Rio Branco).

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/13/Candelaria2.jpg/482px-Candelaria2.jpg>

A preocupação com a destruição dos antigos sobrados dos tempos coloniais da cidade pelo avanço das construções modernas começou a aparecer nos anos 1978/79, por meio das associações de moradores. A insatisfação com os destinos da paisagem da cidade aliava-se principalmente à preocupação com a destruição do ambiente em que as pessoas viviam e as suas referências.

A questão da proteção do patrimônio cultural começava a se colocar sob o ponto de vista da vida cotidiana e da memória dos cidadãos, e não mais somente pela sua importância histórica e artística. Assim, pretendia-se trazer para a cidade a ideia de que o patrimônio que estava sendo preservado não era do domínio apenas da arquitetura e da História oficial, mas das pessoas que usavam esses ambientes, moravam, trabalhavam e divertiam-se nele.

O projeto do *Corredor Cultural* surgiu a partir deste novo pensamento sobre o que é o patrimônio cultural de uma cidade. Quando o projeto foi implantado, a prefeitura do Rio de Janeiro ainda não dispunha de instrumentos tradicionais de proteção, como o tombamento. Assim, a prefeitura passou a utilizar os instrumentos do zoneamento e de uso e ocupação do solo na implantação do *Corredor Cultural*.

O instrumento do zoneamento confere às prefeituras das cidades um domínio sobre o uso e a ocupação do solo urbano. Dessa forma, a questão do patrimônio cultural passou a ser tratada como uma questão da gestão da cidade. Dentro deste modelo de preservação e valorização do patrimônio urbano, o *Corredor Cultural* selecionou áreas a serem protegidas, tais como:

1) a da Saara (Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega) pela peculiar convivência de árabes e de judeus, estabelecidos na região desde o início do século XX;

2) a da rua da Carioca, por sua importância histórica, mais principalmente pelo grande envolvimento da Sarca (Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca) – pioneira na luta pela preservação do centro do Rio.

Outros segmentos da cidade integraram subzonas de preservação, como: a Lapa, as áreas da praça Tiradentes, do largo de São Francisco, da Cinelândia e da praça XV. O foco da preservação estava voltado para a valorização do ambiente ao invés dos edifícios singulares. O ritmo e o valor ambiental das edificações tornaram-se mais importantes para a qualidade do espaço urbano do que suas fachadas.



"A photograph is a secret about a secret..."

**Figura 6.26:** Sobrados da Rua do Lavradio / Centro do Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/jomaf/3720335493>



Eugenio Hansen, OFS

**Figura 6.27:** Região dos Arcos da Lapa (Aquaduto da Carioca – concluído em 1723 e reinaugurado em 1750), centro do Rio de Janeiro.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c7/Arcos\\_da\\_Lapa\\_Rio\\_de\\_Janeiro\\_.JPG/320px-Arcos\\_da\\_Lapa\\_Rio\\_de\\_Janeiro\\_.JPG](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c7/Arcos_da_Lapa_Rio_de_Janeiro.JPG/320px-Arcos_da_Lapa_Rio_de_Janeiro_.JPG)

No projeto, definia-se desde a manutenção de certos usos, como de casas de espetáculos, cinemas e teatros, até a instalação de letreiros de comércio, para reduzir a poluição visual e liberar as fachadas dos imóveis.

De todos os instrumentos adotados, os incentivos fiscais (como a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU) para estimular a conservação dos prédios preservados pelos proprietários dos imóveis foi o que causou maior adesão ao projeto.

Enfim, com base nesse diálogo entre quem ocupa e usa os lugares da cidade e os técnicos da prefeitura foi possível chegar a um acordo entre as diferentes percepções, vontades e necessidades dos vários atores, envolvidos na preservação do espaço urbano.



Leandro Oliveira

**Figura 6.28:** Calçamento de viela do Arco do Teles – região da praça VX – Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/lfd0/987211920/>



**Figura 6.29:** Casarões do Arco do Teles – região da praça XV – Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/analuiza/341178453/>



---

### Atende ao Objetivo 4

5. A partir das duas experiências de preservação do patrimônio urbano apresentadas, indique a concepção de patrimônio e os tipos de bens culturais considerados patrimônio em cada uma delas.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### *Resposta Comentada*

No projeto *Rotas da Alforria*, o destaque deve ser dado à noção de cidade-documento e à percepção de que esse documento é resultado de usos e apropriações do espaço sociocultural, feitas ao longo do tempo, pelos grupos sociais que moram e usufruem da cidade. Nesse sentido, suas práticas culturais, cotidianas ou extraordinárias, devem ser compreendidas também como patrimônio cultural que merece salvaguarda. O projeto *Corredor Cultural*, atento à proteção do espaço físico, arquitetônico e urbano, buscou promover a preservação de trechos centrais urbanos por meio de consensos, construídos com os usuários e proprietários dos imóveis, acerca da qualidade de vida que a sua preservação poderia conferir, bem como as suas vantagens econômicas.

## CONCLUSÃO

As cidades sempre estiveram no centro das atenções no campo do patrimônio e, de certo modo, a sua proteção inaugurou as ações nesse campo. O tombamento de sete cidades coloniais mineiras, em 1938, é bastante significativo. Nesse momento, essas cidades foram vistas como monumentos que não sofreriam mais alterações e que seus aspectos formais estético-estilísticos deveriam ser preservados. Essas cidades coloniais representavam o início de uma produção artística genuinamente brasileira.

Concepções de cidade e de patrimônio constituíram-se em diálogo com os estudos sobre a formação das cidades brasileiras, tendo em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda referências seminais no âmbito dos estudos do patrimônio.

Na atualidade, uma nova preocupação está em integrar o olhar sobre a cidade, considerando o espaço construído e os seus habitantes, as práticas sociais que nele têm lugar, as hierarquias entre espaços e regiões. Para isso, é preciso integrar a noção de patrimônio cultural, sem dissociar os bens de natureza material e imaterial. O exemplo, trabalhado em Cachoeira, estado da Bahia, que se propõe a esse olhar integrado, envolve uma complexidade de questões e matizes. Estas apontam para a necessidade de equipes interdisciplinares, por um lado, e, por outro, de projetos intersetoriais, para que a gama de problemas na preservação das cidades seja realmente enfrentada.

---

Elabore uma proposta de tombamento deste lugar (de um trecho de sua cidade ou da cidade fictícia), descrevendo os bens culturais considerados patrimônio dentro do espaço que escolheu. Indique o conceito de cidade-patrimônio com o qual trabalhou e justifique.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper has a slight shadow on its right side, suggesting it's resting on a surface.



## *Resposta Comentada*

Este é um tipo de atividade que gera um número incontável de possibilidades de resposta. No entanto, vamos indicar alguns pontos que você, necessariamente, terá de abordar. Em primeiro lugar, você deverá indicar o que deseja tomar: a praça de seu bairro, a igreja da sua rua ou uma antiga casa com um jardim cheio de esculturas do século XIX. Você escolhe o seu objeto, descrevendo e revelando as suas qualidades. Se você enfatiza mais os aspectos formais, tanto estéticos como históricos, você está se aproximando de uma concepção de cidade-monumento. Se você enfatiza a importância de se preservar tal lugar pela sua história e como documento de uma época, hábitos, costumes, e formas de organização social, você se aproxima de uma concepção de cidade-documento. Se você escolhe ressaltar o caráter formal e ainda explorar a possibilidade de se usar tal lugar (reformando-o) para o uso turístico, tornando-o um espaço cultural, com direito a algum tipo de comércio (uma loja de lembranças, um café ou um lugar para atrações), você se aproxima de uma concepção de cidade-atração. Como você bem pode ter notado, estas concepções podem ser combinadas num mesmo projeto.

---

## **RESUMO**

Os estudos clássicos acerca da formação de cidades, desenvolvidos no campo da arquitetura, forneceram bases conceituais para o campo do patrimônio cultural. Aqui também tiveram forte influência as ideias seminais de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que inauguraram uma escrita da história da formação das cidades no Brasil, nos anos 1930.

Três visões de cidade-patrimônio, formuladas ao longo do tempo, estruturaram os modelos de patrimonialização das cidades no Brasil: a cidade-monumento (anos 1930 aos anos 1970); a cidade-documento (anos 1980); a cidade-atração (anos 1990 em diante).

Embora tenham surgido sequencialmente ao longo do tempo, essas concepções coexistem e disputam, na atualidade, as decisões sobre a gestão do patrimônio urbano.

Contudo, possibilidades alternativas de gestão do patrimônio cultural têm sido desenvolvidas no Brasil. Dois casos de áreas urbanas patrimonializadas são exemplares neste sentido, por terem adotado diversas estratégias de gestão. São eles: o projeto *Rotas da Alforria*, desenvolvido em Cachoeira – Bahia pelo Iphan e o projeto *Corredor Cultural*, desenvolvido na Cidade do Rio de Janeiro pela sua prefeitura. Na atualidade, o tema da patrimonialização das cidades é complexo e depara-se com uma série de tensões que envolvem os vários atores sociais e interesses, envolvidos nas disputas pelo espaço urbano.

# Aula 7

## O que é o patrimônio arqueológico

*Márcia Chuva*

## Meta da aula

Apresentar o que é o patrimônio arqueológico, bem como as finalidades e os desafios da sua preservação no Brasil, hoje.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever a função e campo de atuação da Arqueologia;
2. estabelecer o que são sítios arqueológicos e os diferentes tipos encontrados no Brasil;
3. identificar os principais desafios/problemas que envolvem a prática arqueológica e a preservação do patrimônio arqueológico na atualidade;
4. definir os principais instrumentos existentes para preservar o patrimônio arqueológico no Brasil.

## Pré-requisitos

Para uma melhor compreensão desta aula, ajudará uma revisão da Aula 1: "O patrimônio cultural: memórias e identidade" e da Aula 5: "Patrimônio cultural no Brasil: práticas e instituições".

## INTRODUÇÃO

Por que as sociedades modernas dedicam-se a estudar e preservar restos humanos, vestígios e materiais produzidos pelo homem, enterrados há centenas, milhares e até milhões de anos?



**Figura 7.1:** Antigo teatro romano em Alexandria, no Egito, encontrado por meio de prospecções arqueológicas no sítio.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9e/GD-EG-Alex-Th%C3%A9atre031.JPG>

Para buscar uma resposta a essa pergunta, precisamos, inicialmente, conhecer a Arqueologia, campo do conhecimento que se dedica a essa tarefa e, em seguida, compreender os desafios que envolvem essa prática.

Então, vamos a outra pergunta: o que é a Arqueologia? No senso comum, predomina ainda hoje uma visão romântica a seu respeito, na qual o arqueólogo é um homem erudito e aventureiro, grande conhecedor da Antiguidade Clássica, que corre o mundo em busca de tesouros perdidos, enterrados, em cavernas ou submersos. E não faltam personagens no cinema e na literatura que reforcem essa visão. O mais famoso deles é, sem dúvida, Indiana Jones, criado por Steven Spielberg e George Lucas e vivido pelo ator norte-americano Harrison Ford. Com quatro filmes produzidos, o último da série foi lançado em 2008.

Embora não se possa dizer que faltem aventuras ao trabalho de campo do arqueólogo, essa visão posta em cena ainda hoje pode ser danosa à preservação do patrimônio arqueológico. Isso porque pode incentivar fantasias de enriquecimento fácil e não discute a real função da preservação desses bens, tampouco a sua propriedade e o caráter criminoso de ações de depredação, destruição ou de furtos de sítios arqueológicos.

Então, para entendermos melhor a função do arqueólogo e o que é Arqueologia essa aula será muito importante. Vamos a ela?

## O que é Arqueologia, afinal?

A Arqueologia é uma ciência social que estuda o homem através da sua cultura material, isto é, a partir da análise de vestígios materiais de artefatos e outros registros, geralmente encontrados enterrados no solo, mas também dentro de cavernas, submersos no mar, lagos ou rios, expostos a céu aberto etc. Desse modo, a Arqueologia requer o desenvolvimento de técnicas e tecnologias próprias para que tais vestígios sejam identificados e analisados.



**Figura 7.2:** Artefato de pedra.

Fonte: [http://www.sxc.hu/pic/m/b/bj/bjearwicke/1075886\\_stone\\_jaguar\\_2.jpg](http://www.sxc.hu/pic/m/b/bj/bjearwicke/1075886_stone_jaguar_2.jpg)

Os estudos arqueológicos reúnem informações que permitem ao arqueólogo compreender formas de organização social e do espaço, da economia, dos modos de vida e manifestações culturais, da ordem política, dentre outros aspectos da vida cotidiana de grupos que ocuparam uma determinada área no passado longínquo (Arqueologia pré-histórica) ou não muito distante (Arqueologia histórica). O período histórico é caracterizado pela existência de documentos que auxiliam o seu estudo. Nesse período, elementos como mapas, textos, fotografia, monumentos e construções são parte do arsenal de fontes que podem ser utilizadas para entender a vida das sociedades, enquanto o período pré-histórico é estudado, principalmente, com base nos vestígios registrados no solo.

No caso das Américas, as denominações adotadas na atualidade para fazer tal distinção são Arqueologia pré-colonial para aquela desenvolvida sobre registros do período anterior à ocupação do homem branco e Arqueologia colonial para os estudos de registros de natureza arqueológica posteriores a essa data. No Brasil, esse recorte data de 1500, com a chegada dos portugueses e o estabelecimento do primeiro contato do homem branco com os grupos que aqui habitavam.

No Brasil, a União é responsável pelos bens arqueológicos, isto é, os sítios arqueológicos. Conhecidos ou não, eles são parte dos bens da União – e a sua preservação é determinada constitucionalmente, devido ao valor de patrimônio cultural atribuído a esses vestígios. Por meio de estudos, tais vestígios permitem a produção de conhecimento e o aprimoramento da qualidade de vida de toda a coletividade. Queremos dizer com isso que toda a humanidade pode se beneficiar, pois conhecendo formas de vida e de relações do homem com a natureza, ela aprimora o entendimento das sociedades humanas e do próprio homem na atualidade.

Na atualidade, a temática da Arqueologia encontra-se bastante próxima de debates do campo das Ciências Sociais, em especial a História e a Antropologia, que devem lidar com as diferentes versões do passado. Isso ocorre porque os vestígios materiais –

embora pareçam bem mais objetivos que outras fontes documentais mais tradicionalmente utilizadas pelo historiador, como as fontes escritas – não revelam verdades absolutas! Para compreendê-los, são necessários recortes, interpretações, escolhas, os quais são fruto do que os pesquisadores conseguem enxergar e extrair dos dados que têm em mão, ou seja, interpretações, construídas a partir dos seus próprios valores étnicos, culturais, políticos etc. Para a arqueóloga Solange Caldarelli (2007),

Quando escavamos um sítio arqueológico, sob uma concepção científica euro-americana de Arqueologia, destruindo-o fisicamente para incorporá-lo à memória nacional a partir da reconstrução histórica do arqueólogo, estamos privilegiando nossa concepção de passado em detrimento de outras (p. 155).

É justamente porque sempre haverá novas formas de interpretação, versões ou leituras sobre qualquer assunto que esses e outros tipos de vestígios materiais tornam-se tão valiosos. Preservá-los permitirá que outras gerações e sociedades não somente conheçam as nossas versões, mas que façam as suas próprias leituras e versões, que variam não somente no tempo, como também no espaço e no lugar social de quem lê e elabora as versões.

Qualquer pesquisador, de um tempo, espaço e lugar determinado terá uma visão parcial – ou seja, a sua versão, do seu tempo, do seu lugar geográfico, político e até mesmo do seu lugar social – e por isso não pode acreditar que seja capaz de esgotar todas as possibilidades que aqueles sítios oferecem. Portanto, o papel de delimitação do sítio é de grande responsabilidade, já que o pesquisador está arbitrando limites ao sítio e não pode ter plena certeza de que não deixou algo muito importante de fora do seu limite. Por tudo isso, o pesquisador deve deixar bastante claro o procedimento e os critérios usados para definir e delimitar o sítio arqueológico a ser pesquisado. É a partir dessas decisões tomadas pelo pesquisador que o sítio será cadastrado pelo Iphan, órgão



responsável pela preservação dos sítios arqueológicos no Brasil, cujas atribuições legais veremos no item 3 desta aula.

A humildade do pesquisador em relação ao seu enorme desconhecimento sobre esses vestígios e os grupos humanos aos quais estão relacionados deve embasar toda postura científica. Isso é muito importante, pois para a consecução da pesquisa arqueológica há ainda, um agravante, que é o fato da própria pesquisa levar a destruição das suas fontes e, portanto, impedir que outras leituras e interpretações sejam feitas sobre ele.



**Figura 7.3:** Exemplo de uma escavação arqueológica.

Fonte: [http://www.sxc.hu/pic/m/b/be/bearcatroc/757001\\_archaeology\\_-\\_excavation.jpg](http://www.sxc.hu/pic/m/b/be/bearcatroc/757001_archaeology_-_excavation.jpg)

Nesse tipo de pesquisa, o sítio físico é mexido, remexido, alterado, transformando-se irremediavelmente e, muitas vezes, sendo praticamente destruído pela pesquisa. Por isso mesmo, a questão ética coloca-se de forma crucial e as pesquisas devem se restringir ao mínimo, privilegiando a manutenção dos sítios na íntegra para as futuras gerações. O pesquisador deve fazer suas investigações com impacto reduzido sobre o sítio, mantendo partes deste em condições de serem realizadas novas pesquisas, em outro momento, por outros

pesquisadores. Além disso, é de praxe que o arqueólogo deixe no sítio uma porção intacta, sem ser escavada, que é chamada de área-testemunho. Com esse procedimento, estará permitindo uma retomada das pesquisas no futuro, a partir de novas abordagens e talvez dispondo de tecnologias mais avançadas.



### **Técnicas de escavação e datação**

A noção de escavação esteve fortemente vinculada ao processo geológico de estratificação do solo, que obedece à denominada “lei da superposição”. De acordo com essa lei, as camadas superiores do terreno seriam resultado de ações recentes, enquanto camadas inferiores e mais profundas seriam resultado de ações antigas. A deposição de peças arqueológicas no solo obedece ao mesmo princípio geral: as encaixadas nos estratos próximos à superfície seriam relacionadas a uma ocupação humana mais recente, enquanto as peças encontradas em estratos profundos pertenceriam a uma ocupação bem mais antiga. Assim, a leitura dos estratos (ou estratigrafia) fornece o que os arqueólogos denominam de “cronologia relativa”, que busca identificar qual ocupação humana veio antes, qual veio depois. A partir daí, tem-se um primeiro ordenamento na cronologia da área, definindo uma sucessão histórica das ocupações.

Durante as escavações, o arqueólogo precisa estar atento às diferentes interferências que podem alterar a deposição natural das peças. É sempre importante observar as especificidades de um local, como a abrupta mudança de coloração do solo (camadas estratigráficas), a presença de plantas não nativas, a presença de animais etc. Os próprios grupos humanos

que ocuparam o lugar podem ter realizado suas “escavações”, abrindo valas para depositar lixo ou enterrar seus mortos. Após a partida desses grupos, entram em cena animais, como: tatus, cupins ou formigas, que adoram revirar o terreno. Além deles, também as chuvas, erosões e desmoronamentos que ocorrem ao longo dos anos remexem e reviram todo o terreno dos sítios. Por último, encontram-se as obras atuais: estradas, plantações, barragens e interferências diversas. Escavar um sítio significa concentrar, num único local, uma grande quantidade de esforços, envolvendo equipe, tempo e, obviamente, verbas. Quando são retiradas peças do solo, vestígios de nosso passado estão sendo “apagados”. Por esta razão, todo trabalho de campo da pesquisa arqueológica requer a produção de uma documentação bastante detalhada e precisa. São produzidos fichas, diários, mapas, plantas, desenhos, fotografias, filmagens e depoimentos que constituem, juntamente com o conjunto de peças coletadas, material para a continuidade da pesquisa em laboratório.

O uso de equipamentos modernos aprimorou a coleta básica de dados. Além dos equipamentos e dos programas de informática para armazenamento de dados, existem também os teodolitos eletrônicos para elaboração da planta de escavação, fornecendo a localização exata de cada peça retirada, ou o GPS (Global Positioning System), para obter as coordenadas geográficas do sítio com o auxílio de satélites.

Ainda em campo, devem ser montados “minilaboratórios”, para que os objetos retirados do solo recebam uma primeira organização e tratamento.

Existem diferentes técnicas de escavação, cuja escolha dependerá das características do sítio, associadas aos objetivos da pesquisa.

De modo geral, essas técnicas podem ser divididas em:

1. Escavações que buscam analisar as mudanças que ocorreram entre as ocupações humanas, ao longo do tempo (também chamada de estratégia vertical). A atenção está no estudo da estratigrafia e não requer grandes áreas de escavação.
2. Escavações que objetivam entender formas de ocupação do espaço, recuperando as atividades realizadas no sítio por um determinado grupo (também chamada de estratégia horizontal). Neste caso, é aberta uma extensa área de escavação, a fim de se reconhecer a estrutura e o uso que aquele espaço teve no passado e supor atividades e comportamentos relacionados ao cotidiano das populações respectivas.

Estas duas estratégias podem ser combinadas, promovendo escavações que forneçam informações, tanto no plano vertical quanto no horizontal. Por fim, ao final do trabalho, uma área do sítio fica intacta, como área-testemunho, permitindo a retomada das pesquisas no futuro. Informações coletadas em 13/05/2010 no sítio eletrônico: [http://www.itaucultural.org.br/arqueologia/pt/oq\\_arqueologia/escavacoes00.htm](http://www.itaucultural.org.br/arqueologia/pt/oq_arqueologia/escavacoes00.htm)

Nas próximas seções, veremos os principais problemas que envolvem a preservação do patrimônio de natureza arqueológica na atualidade, para compreender quais são, em realidade, seus principais predadores. Veremos também os meios técnicos e legais existentes para preservar o patrimônio arqueológico no Brasil.

Para isso, vamos, inicialmente, conhecer o que são sítios arqueológicos, seus tipos e ocorrências principais no Brasil.



---

### Atende ao Objetivo 1

1. O historiador arqueólogo Ulpiano Bezerra de Meneses, também membro do Conselho Consultivo do Iphan, fala da importância, para toda a humanidade, de preservarmos a “informação arqueológica” (MENESES, 2007, p. 52). Explique então por que a pesquisa arqueológica deve se restringir ao mínimo, considerando o que é uma área-testemunho.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta Comentada

Trata-se de uma questão ética a ser enfrentada, pois como as pesquisas arqueológicas requerem que o sítio físico seja mexido e transformado, o pesquisador deve fazer a sua pesquisa, mas deixar ainda a chance de outros pesquisadores também analisarem o mesmo sítio. Para que isso aconteça, as pesquisas devem se restringir ao mínimo, deixando que as futuras gerações tenham também a chance realizar pesquisas, talvez dispondo de tecnologias mais avançadas. O pesquisador não deve se julgar capaz de esgotar as interpretações que podem vir a ser feitas. Por isso é recomendado que o arqueólogo deixe uma área-testemunho no sítio, que é uma porção intacta, não escavada, para a retomada das pesquisas no futuro.

## O que são sítios arqueológicos?

Podemos definir um sítio arqueológico como um local onde se encontram vestígios materiais (especialmente artefatos) utilizados por grupos pretéritos para sua moradia ou abrigo e para as atividades que permitiram a sua subsistência. Em um sítio arqueológico, esses vestígios encontram-se espacialmente distribuídos.

O espaço em que os sítios foram construídos é também de grande importância para as pesquisas. Por isso, a área ecológica que envolve os locais ocupados por estes grupos para a caça, a pesca, a coleta e a agricultura são também analisadas e pesquisadas, fazendo parte, algumas vezes, do que foi definido como sítio arqueológico pelo pesquisador (PROUS, 1992). Em geral, o perímetro do sítio é delimitado pela identificação da área de dispersão dos vestígios materiais mais evidentes.

Características topográficas, acompanhadas de material cartográfico (mapas, plantas terrestres e marítimas) e fotografias aéreas, bem como estudos de geofísica (que estuda fenômenos físicos que afetam a Terra, como terremotos, por exemplo), sedimentologia (que estuda os processos pelos quais as rochas sedimentares são formadas) e geomorfologia (que estuda a origem, evolução e as formas do relevo terrestre atuais) são recursos técnico-científicos para a delimitação dos sítios, que contribuem com a sua identificação. Contudo, não podemos deixar de ressaltar que essa delimitação baseia-se na subjetividade do arqueólogo, como apontou a arqueóloga Denise Pahl Schaan (2007).

Vamos apresentar, então, alguns tipos de sítios arqueológicos, especialmente encontrados no Brasil.

## Os sambaquis

Os chamados sambaquis têm recebido especial atenção dos pesquisadores. O que são eles?

No período anterior à colonização, esse território que foi denominado de Brasil pelos portugueses, estava ocupado por diferentes grupos sem o domínio da escrita, com hábitos variados que envolviam práticas de caça, pesca e coleta de alimentos, de produção de cerâmicas e também de agricultura.

Há cerca de 2 a 8 mil anos, diversas populações baseavam sua subsistência em uma grande variedade de recursos aquáticos, lacustres, marítimos ou ribeirinhos, vivendo próximos a enseadas, lagos, igarapés, tanto no litoral quanto no estuário amazônico e suas ilhas.

Os sambaquis são sítios formados principalmente pelo acúmulo de conchas de moluscos, ao longo de muito tempo, resultando em grandes montes de conchas com dimensões que variam entre 2,0m e 30m de altura e, aproximadamente 100m de diâmetro. Nestes montes artificiais de conchas, encontram-se sepultamentos, restos de fauna, artefatos líticos (de pedra), ossos, material malacológico (moluscos), zoolitos (esculturas de animais em pedra) dentre outros elementos. Assim, são sítios arqueológicos pré-coloniais de grande interesse à pesquisa e à preservação.



**Figura 7.4:** Sambaqui (Santa Catarina).

Fonte: Revista Ciência Hoje Online

Atualmente, os sambaquis sofrem riscos de destruição por ameaça de exploração econômica do material calcário neles acumulado, utilizado no fabrico de breu, cal etc.

## Sítios cerâmico-líticos

Os sítios cerâmico-líticos são aqueles em que predominam materiais cerâmicos em sua camada mais superficial, levando o pesquisador a classificá-lo desse modo. E, na medida em que as escavações são ali realizadas, podem ser encontrados não somente cacos, mas até mesmo cerâmicas inteiras, potes de barro para utilidades culinárias ou para conterem líquidos, bem como artefatos líticos (ferramentas em pedra, como: machadinhas, moedores, raspadores, lascas, pontas), ossos e restos de alimentos.

Dentre os vários vestígios deixados pelos grupos que ali habitavam, podem ser encontradas urnas funerárias, que são peças cerâmicas, utilizadas para colocação dos restos mortais, bem como vestígios habitacionais, uma vez que conservavam tais urnas no interior da moradia, revelando-se hábitos desses povos pretéritos.

Vestígios desse tipo encontram-se, muitas vezes, sobre o solo, em abrigos naturais como cavernas, ou afloram nas margens de rios, igarapés e por isso estão ameaçados de coleta e apropriação indevida, venda ilegal e tráfico ilícito.



**Figura 7.5:** Utensílios utilizados pelos antigos.

Fonte: [http://www.sxc.hu/pic/m/p/pi/pipp/363420\\_ancient\\_pots.jpg](http://www.sxc.hu/pic/m/p/pi/pipp/363420_ancient_pots.jpg)



## Registros rupestres

Também bastante recorrentes no Brasil e de grande interesse para estudo são os sítios compostos de registros rupestres, que são pinturas e gravações feitas em paredões rochosos por grupos pré-coloniais. Essas imagens – que se perpetuaram no tempo – contam histórias cotidianas desses grupos.

Este tipo de sítio está geralmente associado ou próximo aos sítios cerâmico-líticos, citados anteriormente. Expressões desse tipo também foram encontradas em locais que não permitiam o estabelecimento de moradia e nestes casos, o arqueólogo registra-os como sítio de arte rupestre, que são pinturas pré-históricas, em cavernas e pedras. Os sítios arqueológicos contêm um espectro maior de vestígios, que permitem interpretações mais complexas de modos de vida de grupos sociais pretéritos (SCHAAN, 2007; PROUS, 1992).

Esses bens encontram-se ameaçados por vandalismos e por depredação, provocada com vistas à sua comercialização ilegal ou mesmo por famílias que acham esses bens fortuitamente e guardam como enfeites em suas casas. Esses bens são bastante vulneráveis aos danos causados pelas condições ambientais.



Vicente Naspolini

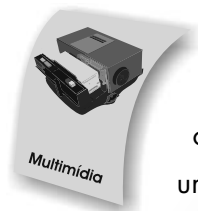
**Figura 7.6:** Ilha do Campeche, em Santa Catarina.

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/5070201>



**Figura 7.7:** Representação de arte rupestre.

Fonte: [http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/fotos/200504/CCOM01\\_552fc44c70.jpg](http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/fotos/200504/CCOM01_552fc44c70.jpg)



O Parque Nacional da Serra da Capivara, criado em 1979, situa-se no Piauí, ocupando uma área de 130.000 hectares, com 129 quilômetros de perímetro. Nele se concentram inúmeros sítios arqueológicos, com registros rupestres. Sua gestão é feita pelo Ibama (vinculado ao Ministério do Meio Ambiente) e a Fundação do Homem Americano – Fumdham – uma organização da sociedade civil, sediada no município de São Raimundo Nonato. Uma parceria entre a Fumdham e o Iphan rege os trabalhos de conservação e defesa dos sítios arqueológicos da região. Foi inscrito na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco em 1991, somando-se a outros 15 sítios exclusivos de arte rupestre, devido à sua importância pela antiguidade da presença humana na região. Foi também tombado pelo Iphan, em 1993, como patrimônio cultural.



Luiz Duarte

Fonte : [http://lh5.ggpht.com/\\_Dsg2aRREZCs/SQUlbspRpcl/AAAAAAAAAEII/HSkFqiwYoec/Serra+da+Capivara++437.jpg](http://lh5.ggpht.com/_Dsg2aRREZCs/SQUlbspRpcl/AAAAAAAAAEII/HSkFqiwYoec/Serra+da+Capivara++437.jpg)

As escavações na região demonstram que entre 9.000 a 8.000 anos atrás, as condições ambientais na região eram muito diferentes. Grandes rios corriam na região coberta por florestas tropicais úmidas. Contudo, a conservação do parque enfrenta uma série de problemas, como a presença de posseiros, a caça ilegal e o desmatamento incontrolado.

Visite o *site* da Fumdham para maiores informações sobre esse valioso patrimônio arqueológico brasileiro e mundial: <http://www.fumdham.org.br/index.html>

## Sítios coloniais e de contato

Os sítios coloniais e de contato são relativos a grupos humanos que detêm o conhecimento da escrita. Nesses sítios arqueológicos, os estudos são realizados pela chamada arqueologia histórica ou

colonial, contando com pesquisas em outros tipos de fontes, como: documentação em papel, em imagens, em cartografia etc.

Eles podem ser identificados como ruínas de edificações ou a própria edificação, como: fortes, igrejas, prédios antigos, engenhos e monumentos e até mesmo cidades inteiras, como Pompeia e Herculano. Descobertas no século XVIII, essas duas cidades haviam sido soterradas pelas cinzas e lavas, decorrentes da erupção do vulcão Vesúvio, em 79 d.C., na região que hoje é o sul da Itália.

As escavações nestas cidades levaram a descobertas arqueológicas incríveis, como vestígios de templos, praças, ruas, residências, rolos manuscritos e objetos utilitários em metais que estavam soterrados e preservados desde então. Associados aos materiais encontrados em sítios desse tipo, estão também canhões, armas de fogo, balas, moedas, louças, faianças, garrafas, dentre outros objetos (SCHAAN, 2007 e PROUS, 1992).

No Brasil, sítios desse tipo apresentam estruturas remanescentes de construções do período colonial, algumas delas erigidas sobre aldeias indígenas. São igrejas, missões, fortes, engenhos de açúcar, olarias, fazendas, casas que, construídas entre os séculos XVI e XVIII principalmente, guardam informações que remetem até ao período do contato dos europeus com as populações nativas.



**Figura 7.8:** O Pátio do Colégio é um sítio arqueológico, onde foi levantada a primeira construção da atual cidade de São Paulo.

Fonte: [http://farm4.static.flickr.com/3658/3406327997\\_ce783570e0.jpg](http://farm4.static.flickr.com/3658/3406327997_ce783570e0.jpg)



### Arqueologia da arquitetura

“Arqueologia da arquitetura” é uma expressão que designa trabalhos integrados de restauração e investigação arqueológica, como na experiência da restauração da catedral de Santa Maria em Vitória-Gasteiz, Espanha. Se tiver interesse em vê-la, acesse o site: <http://www.catedralvitoria.com/index.html>

Há também muitos exemplos no Brasil, como na Santa Casa da Misericórdia do Recife, no Paço Imperial, no Rio de Janeiro, dentre outros.



**Figura 7.9:** O Paço Imperial é um edifício colonial, localizado na atual Praça XV, no centro histórico do Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.monumenta.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/11/paco-imperial-rio-de-janeiro-300x221.jpg>

## Sítios monumentais

Os sítios monumentais caracterizam-se por obras de terra de tamanho monumental, de sociedades nativas, que podem ser confundidos com elementos da natureza, pois estão encobertos pela vegetação, integrando-se à paisagem.

Estes são alguns exemplos de geoglifos, encontrados no Amazonas, Acre e Rondônia.

Os geoglifos, encontrados no Acre, são exemplos desse tipo de sítio. São estruturas com formatos geométricos, formadas por um conjunto de trincheiras e muros, com até 300 metros de diâmetro. Pouco se sabe, ainda hoje, a respeito de tais sítios, descobertos há poucas décadas, por conta dos desmatamentos da região para a criação de gado (SCHAAN, 2007).



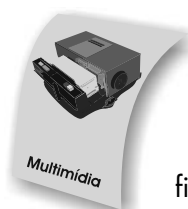
**Figura 7.10:** Estes são alguns exemplos de geoglifos, que foram encontrados no Acre. Fonte: [http://t1.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcR\\_UiNlq\\_KQZxSrsXXDGxxncVSoCrIFMAMSKwQseC1ISB-lt](http://t1.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcR_UiNlq_KQZxSrsXXDGxxncVSoCrIFMAMSKwQseC1ISB-lt) e [http://t2.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcR5QGF1TjI4QThnPb2zf3hCciVa\\_ySFVi6fQxIjW7MTj55T2BUx](http://t2.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcR5QGF1TjI4QThnPb2zf3hCciVa_ySFVi6fQxIjW7MTj55T2BUx)

## Sítios submersos ou subaquáticos

Nosso último exemplo de tipos de sítios arqueológicos são os sítios submersos ou subaquáticos, que compreendem todos os vestígios da existência humana, que estejam ou que estiveram submersos.

Ao longo dos séculos, milhares de bens culturais e espaços apropriados pelo homem foram cobertos pelas águas. Dentre tais sítios, podemos citar: naufrágios, ruínas, cavernas, paisagens, portos e também os sítios submersos em grandes áreas inundadas, em função de alterações nos níveis das águas ou por fatores antrópicos, como o represamento de rios para construção de hidrelétricas (SCHAAN, 2007).

Os sítios subaquáticos também são de responsabilidade da União, de acordo com a legislação brasileira e segundo normas internacionais. Atualmente, esse tipo de sítio tem atraído mais a atenção da comunidade científica, com financiamentos públicos, voltados para o conhecimento científico. Contudo, há também aventureiros em busca de riquezas perdidas, como uma verdadeira “caça ao tesouro” que tem movimentado grandes somas de recursos privados. Esses e os demais tipos de sítios sofrem grandes ameaças em função de interesses econômicos de um modo geral, que levam à sua depredação e/ou destruição, com vistas à comercialização de peças ou em função de grandes obras e empreendimentos nas suas áreas.



### No fundo do mar

O Patrimônio Cultural Subaquático tem um significado cultural importante e de grande variedade, tendo em vista que o mar cobre quatro quartos da superfície da terra e que a história da humanidade é profundamente marcada pela sua relação com o mar, os rios etc.



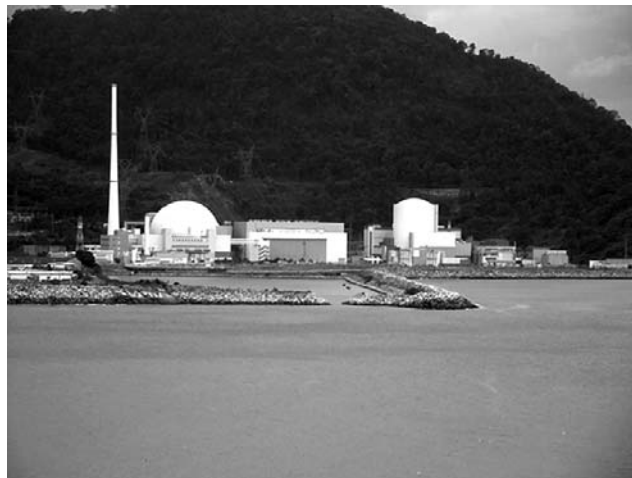
Ruurno

**Figura 7.11:** Vestígios de um navio naufragado.

Fonte: [http://farm1.static.flickr.com/91/280048247\\_da056e4a10.jpg](http://farm1.static.flickr.com/91/280048247_da056e4a10.jpg)

Reconhecendo a urgência de preservar e proteger o patrimônio subaquático, a Unesco adotou em 2001 a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural subaquático. Para conhecer o texto integral da Convenção, visite o *site* da Unesco: <http://www.unesco.org/pt/underwater-cultural-heritage/the-2001-convention/official-text/>

Empreendimentos maiores, como a perfuração de um poço, as construções de prédios ou a agricultura mecanizada, e a realização de grandes obras públicas, com construção de estradas, hidrelétricas esbarram, inevitavelmente, em sítios arqueológicos.



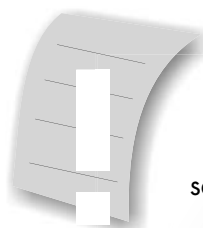
Rodrigo Soldon

**Figura 7.12:** Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (usina nuclear de Angra dos Reis).

Fonte: [http://farm4.static.flickr.com/3108/3081693491\\_9110a5703f.jpg](http://farm4.static.flickr.com/3108/3081693491_9110a5703f.jpg)

Nesses casos, essas obras podem provocar danos irreversíveis aos sítios e, conforme a legislação prevê, os empreendedores devem patrocinar e promover as pesquisas e as medidas de salvamento necessárias.





Como já foi dito antes, muitas vezes descobertas fortuitas de peças, cacos e vestígios variados são feitas, por habitantes de certas localidades, quando estão remexendo a terra ou construindo suas casas, por exemplo. Essas pessoas devem informar as autoridades locais sobre esses achados. Assim, uma equipe poderá ir ao local para descobrir se ali há um sítio arqueológico e de que tipo é o sítio, caso ele exista.



---

## Atende ao Objetivo 2

2. Descreva como se caracteriza um sítio arqueológico e destaque os aspectos subjetivos que envolvem a sua identificação.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## *Resposta Comentada*

Para responder a essa questão, você tem de estar atento, primeiro, aos aspectos técnicos apresentados na definição de sítio arqueológico: é um local onde se encontram vestígios materiais (especialmente artefatos), utilizados por grupos pretéritos para sua moradia ou abrigo e para as atividades que permitiram a sua subsistência, cujos testemunhos (vestígios arqueológicos) encontram-se espacialmente distribuídos. O espaço em que os sítios foram construídos é também de grande importância para as pesquisas e, por isso, a área ecológica que envolve os locais ocupados por estes grupos, para a caça, a pesca, a coleta e a agricultura são também analisadas e pesquisadas, fazendo parte, algumas vezes, do que foi definido como sítio arqueológico pelo pesquisador. Os tipos de sítios, apresentados, devem ser aqui sintetizados. Em seguida, você deve atentar para os aspectos subjetivos dessa definição, desenvolvendo seu entendimento a respeito do fato de todo sítio ser fruto das escolhas do arqueólogo pesquisador, da sua visão de mundo e das intenções da pesquisa.

Na próxima seção você vai conhecer alguns dos principais desafios da preservação arqueológica na atualidade.

## **Desafios da preservação do patrimônio arqueológico na atualidade**

Ao falarmos em patrimônio arqueológico, estamos nos referindo tanto aos artefatos recolhidos nos sítios, como aos próprios sítios, mesmo aqueles ainda não conhecidos. Deve-se considerar que estão todos eles protegidos pela legislação, na medida em que o valor de patrimônio desses bens está nas oportunidades de pesquisa

e produção de conhecimento que eles geram, como legado para o presente e do presente para o futuro. Esse valor de patrimônio é, portanto, especialmente destacado por conta da fragilidade desses bens e da forte ameaça sofrida por eles.

Na apresentação da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 33/2007, dedicada ao tema "Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação", a arqueóloga Tânia Andrade Lima, organizadora do volume, destacou os principais problemas e/ou desafios que devem ser enfrentados na atualidade, visando à preservação do patrimônio arqueológico. Podemos enumerá-los da seguinte forma:

1) Degradação ambiental/aspectos de ordem socioambiental

No atual quadro de mudança climática e degradação ambiental, com o esgotamento de amplo leque de recursos fundamentais e inúmeras espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, o patrimônio arqueológico – de natureza frágil, finita e não renovável – soma-se aos outros domínios atingidos por essa conjunção de forças. (...) Preservar patrimônio arqueológico só é possível se o meio ambiente onde se encontra for igualmente preservado. Por isso, políticas preservacionistas ambientais e culturais são indissociadas e devem caminhar paralelamente (LIMA, 2007).

Evidentemente, o patrimônio arqueológico está sob constante ameaça, especialmente porque uma de suas características é o fato de se encontrar integrado ao ambiente natural. Isso significa sofrer intensa degradação, causadas por desmatamentos, assoreamento de rios, aquecimento global – apenas para citar alguns exemplos – que não destroem os sítios imediatamente, mas seus efeitos são sentidos a longo prazo. A conservação do bem arqueológico está estreitamente relacionada à conservação da natureza, pois trata-se de um bem cultural que requer a conservação de seu ambiente natural para manter-se íntegro.



Ana Colta

**Figura 7.13:** Castanheira cortada na região Amazônica brasileira.

Fonte: [http://farm3.static.flickr.com/2015/2069657481\\_7cbd51fd36.jpg](http://farm3.static.flickr.com/2015/2069657481_7cbd51fd36.jpg)

## 2) Grandes empreendimentos e a arqueologia de salvamento:

A preservação do patrimônio arqueológico também esbarra em grandes interesses econômicos e políticos relacionados grandes empreendimentos como abertura de estradas e construção de hidrelétricas. Tais empreendimentos levam à destruição dos sítios e por isso, são necessárias medidas de salvamento prévias à sua implantação, que reduzam essa destruição e o impacto causado.

São exigidos das empresas responsáveis por tais empreendimentos, como grandes obras de engenharia (abertura de estradas, gasodutos, hidrelétricas etc.), estudos de impacto ambiental e cultural que definam quais devem ser as medidas a serem implementadas visando o salvamento dos bens arqueológicos identificados, antes da destruição total do sítio pelo referido empreendimento.

Essa prática, contudo, tem gerado polêmicas entre os profissionais, pois aqueles que trabalham com licenciamento ambiental, avaliando os impactos negativos dos grandes empreendimentos, acreditam que a importância de um sítio arqueológico se restringe à informação que ele contém e, desse

modo, uma vez preservada a informação, destruir o solo onde o sítio se achava não produz impacto negativo sobre ele. Assim, eles praticam a arqueologia de salvamento, também chamada de “arqueologia de contrato”, pois são trabalhos contratados pelos empreendedores, para cumprimento da lei.

Outros arqueólogos, contudo, têm uma visão bastante crítica em relação a essa prática, acreditando que a destruição do sítio causa impacto negativo, pois sua matriz de sustentação (o solo) é destruída, perdendo-se informações para sempre. Isso nos leva novamente a refletir sobre as finalidades da pesquisa arqueológica, que tratamos anteriormente: embora essa pesquisa seja realizada visando ao interesse público, ao decidir o que pesquisar num sítio, o arqueólogo está se posicionando sobre o que importa ser conhecido, ele está fazendo um julgamento de valor, fundamentado na sua própria visão acerca daquele bem, em detrimento de outros valores e visões que outros segmentos sociais possam lhe atribuir (Cf. CALDARELLI, 2007, KING, 2000).

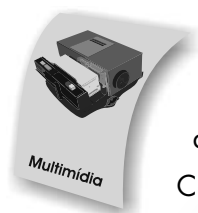
### 3) Tráfico ilícito de bens culturais:

Segundo as informações apresentadas por Tânia Andrade Lima (2007), o tráfico de bens culturais é a terceira maior atividade ilegal (depois das drogas e armas), havendo uma rede subterrânea que interliga colecionadores, turistas, saqueadores etc. Para enfrentar esse problema, tem se ampliado, significativamente, a rede internacional de preservação cultural. Verificamos a organização de diversos países que, em reuniões conjuntas geralmente organizadas no âmbito da Unesco têm se voltado para o estabelecimento de medidas de caráter normativo. Essas medidas buscam estabelecer uma série de limites éticos, tais como a orientação para que estudiosos não aceitem estudar peças sem conhecimento da proveniência, o que tem sido indicado também no domínio dos museus.

No Brasil, a amplitude territorial dificulta a fiscalização e uma rede bastante poderosa atua nesse tráfico, favorecendo as atividades marginais, como roubos, vandalismos e pilhagens a áreas de sítios

arqueológicos que tenham tido ou não trabalhos de identificação e prospecção realizados, escavações clandestinas, comercialização de peças no mercado negro, acumulação de coleções particulares etc.

Contudo, é fato que também a desinformação em relação a esse assunto é causa importante para uma parte desses furtos. A apropriação indevida de bens arqueológicos é praticada em certas situações por total desconhecimento da lei, por populações carentes que veem ali uma oportunidade de conseguir algum recurso para sua sobrevivência imediata. Por esse motivo, conforme se lê na Portaria nos 230, de 17/12/2002, do Iphan, passou a ser exigido que toda pesquisa arqueológica envolva também práticas educativas com a população local, para que a população busque vínculos de identidade com tais bens e assim, possa vir a redesenhar comportamentos.



O Decreto Federal nº 3.166, de 14 de setembro de 1999 promulgou a Convenção sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados, que foi concluída em Roma em 1995, com a presença brasileira dentre os países signatários. Esta Convenção foi coordenada pela Unidroit (Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado), organização intergovernamental independente do sistema ONU, com sede em Roma. Se você se interessar por obter maiores informações sobre esse organismo, visite: <http://www.unidroit.org/>

Visite também o portal eletrônico do Ministério da Justiça, onde você poderá ter acesso ao texto integral da Convenção ([www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)). Verifique as medidas que têm sido implementadas contra esse crime do tráfico ilícito de bens culturais, bem como os trabalhos conjuntos da Polícia Federal com a Interpol (Polícia Internacional).

Essa gama de problemas atinge praticamente todo o território brasileiro, exigindo o fortalecimento do compartilhamento da tarefa de proteção dos sítios arqueológicos pelos três níveis dos poderes públicos (federal, estadual e municipal), bem como o envolvimento de diferentes setores sociais nas ações de preservação, tais como as entidades civis, os movimentos sociais, e o empresariado assim como os cidadãos de um modo geral, que também podem se engajar nessa tarefa.

Na verdade, há uma diversidade de temas que requerem a pesquisa arqueológica, que devem contar com ações envolvendo diferentes setores, tais como:

- nos parques nacionais, onde o patrimônio arqueológico corre menor risco ou as grutas e abrigos recobertos de pinturas e gravuras;
- na Amazônia;
- nas profundezas do ambiente subaquático;
- nas questões de licenciamento ambiental;
- no meio urbano e em obras de restauração de imóveis;
- nas instituições de guarda de bens arqueológicos e nos arquivos documentais.



---

### Atende ao Objetivo 3

3. Considerando os principais problemas que atingem o patrimônio arqueológico, explique como os empreendimentos agrícolas podem ser danosos.

---

---

### *Resposta Comentada*

Os principais problemas estão relacionados aos grandes empreendimentos e obras, em geral realizados pelo próprio governo, porque destroem grandes áreas. E, ainda que se execute a arqueologia de salvamento, condição obrigatória pela legislação brasileira, a destruição total dos sítios geralmente em prazos curtos, não permite que uma pesquisa de fôlego seja realizada, que demandaria anos e impediria a execução da obra. Projetos agrícolas também podem ser muito danosos, pois não são exigidos projetos de salvamento. Praticamente todos os tipos de sítios podem ser atingidos nesses casos, mas os sítios cerâmico-líticos e os monumentais sofrem mais nos empreendimentos agrícolas, ao remexerem frequentemente o solo para cultivo. Já as grandes obras governamentais podem atingir também os sítios submersos (por exemplo, com a implantação de plataformas marítimas para a exploração de petróleo), coloniais/de contato (com abertura de túneis, viadutos etc. em áreas históricas urbanas), além de outros. Os bens arqueológicos sofrem também com o tráfico ilícito de bens culturais. E os sítios cerâmicos e de registros rupestres devem ser os mais atingidos, por conterem bens móveis mais acessíveis.

---

Como lidar com tantos assuntos e problemas? Vejamos, agora, os principais pontos da legislação brasileira sobre o assunto que dá suporte à ação institucional do Iphan, órgão responsável pela proteção dos sítios arqueológicos. O Iphan tem uma série de obrigações de controle, fiscalização e cadastramento, sofrendo diretamente as pressões para o exercício dessa tarefa.



## Os instrumentos legais relacionados à preservação do patrimônio arqueológico no Brasil

Você sabia que, pela legislação brasileira, ninguém pode justificar um delito ou crime cometido por desconhecimento da lei?

Dentre as várias obrigações do cidadão brasileiro, está a colaboração com a preservação dos sítios arqueológicos existentes no país. E tem mais, mesmo que um cidadão encontre fortuitamente um sítio arqueológico, objetos e vestígios enterrados em seu terreno, eles não lhe pertencem e ele deverá imediatamente comunicar o seu achado. A propriedade privada da terra não dá ao titular o direito à exploração e alienação dos bens arqueológicos ali encontrados. Segundo a Constituição Brasileira, os sítios arqueológicos são bens da União, estendendo a todos eles a sua proteção e não somente àqueles já conhecidos ou identificados.

As discussões e projetos para criação de legislação de proteção ao patrimônio arqueológico brasileiro estão no bojo das discussões mais gerais a respeito da proteção ao patrimônio, que tiveram início nos anos 1920 e percorre um caminho de debates de ordem política e científica, até a homologação da lei nº 3924, em 1961.



Os debates de ordem política e científica, ocorridos até a aprovação da Lei da Arqueologia, nº 3924, em 1961, podem ser conhecidos por meio da leitura do artigo de Regina Coeli Pinheiro da Silva, na *Revista do Iphan*, nº. 33/2007 (SILVA, 2007). Veja a coleção da revista do patrimônio no endereço eletrônico: <http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio>

Para sintetizar o histórico de construção da legislação específica de proteção ao patrimônio arqueológico brasileiro, destacamos que os chamados bens arqueológicos podem ser protegidos por meio do tombamento, conforme consta no Decreto-lei 25/37, já estudado em aulas anteriores, e reconhecidos como patrimônio histórico e artístico brasileiro, sendo inscrito no Livro do Tombo Arqueológico Etnográfico, e Paisagístico, um dos quatro livros de tomo, criados para as inscrições de tombamento.

Contudo, o tombamento, principal instrumento da preservação cultural, criado pelo referido Decreto-lei 25/37, não foi plenamente eficaz para a preservação de bens e sítios de interesse arqueológico, a não ser nos casos das coleções oriundas de pesquisas já realizadas no território brasileiro. O tombamento não serviu para a proteção dos sítios, de um modo geral pelo fato das escavações arqueológicas levarem ao desmonte e à destruição, mesmo que parcial, do sítio, o que não seria permitido se o sítio estivesse tombado, pois o tombamento tem como regra a conservação da integridade física do bem tombado.

Desde 1961, em função da Lei nº 3924, todos os projetos de pesquisa de natureza arqueológica devem ser submetidos à análise do Iphan, bem como devem ser apresentados relatórios de atividades. Com essas exigências, o poder público espera ter controle sobre a preservação desses bens, por um lado e, por outro, manter um cadastro atualizado dos sítios existentes no país, hoje calculado em mais de 12 mil. De início, as tensões em relação a esse tipo de exigência deram-se com os pesquisadores ligados às instituições acadêmicas de pesquisa e o Iphan, pois mesmo aqueles pesquisadores mais renomados e experientes eram submetidos a esse controle.

Na atualidade, como já vimos nesta aula, os problemas ampliaram-se bastante, pois as tensões são de ordem econômica e política, em função de obras de grande impacto ambiental/cultural/arqueológico, em geral obras governamentais, como abertura

de estradas, hidrelétricas, gasodutos etc., cujos cronogramas são bastante apertados e requerem pesquisas arqueológicas de salvamento e/ou **mitigação de danos**.

Na recomendação nº 58, da Carta de Goiânia, de 2003, fruto do I Encontro do Ministério Público no Brasil, os estudos ambientais que precedem o processo de licenciamento ambiental devem contemplar a análise das interações e impactos face ao patrimônio cultural, inclusive aqueles ainda por descobrir. Desde 1986, na Resolução do Conama nº 1, são exigidos estudos de impacto ambiental e programas de manejo e de salvamento para obras de grande impacto. Contudo, ainda estão de fora as obras de menor porte, ou mesmo empreendimentos agrários, em especial aqueles em grande escala, muitas vezes até mais destruidores do patrimônio arqueológico.

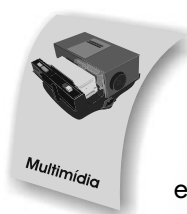
Um último aspecto a ser aqui considerado sobre a lei 3924/1961 é em relação à permissão de saída de bens arqueológicos do país, para participação em exposições, intercâmbios, com data agendada de retorno, ou quando são enviadas amostras para proceder a datações e análises, obedecendo-se às determinações da lei.

A fim de complementar a Lei 3924/1961 para atender com mais clareza a alguns aspectos levantados na Constituição Federal, foi criada a Portaria nº 230, de 17/12/2002, do Iphan, que estabelece procedimentos para compatibilização das fases de obtenção de licenças ambientais com as da pesquisa arqueológica.

A questão da educação para o patrimônio, assim como as questões que envolvem as relações entre o patrimônio arqueológico e turismo estão abordadas na referida portaria. Tratando-se de tema relativamente novo, sobre o qual existem poucos trabalhos, sugerimos o artigo da arqueóloga do Iphan Maria Lucia Pardi, "A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo" (2007).

### **Mitigação dos danos**

Esta é uma expressão bastante recorrente no campo de estudos e pesquisas arqueológicas e que dizer, simplesmente, que nem sempre é possível um salvamento completo dos vestígios materiais, tampouco do sítio em sua integridade. Portanto, medidas são tomadas para mitigar os danos, ou seja, reduzir a sua destruição, propondo alternativas baseadas em diagnósticos produzidos pelas pesquisas em campo. Um exemplo é o desvio do caminho de um gasoduto para que ele não atinja a área de maior concentração de vestígios de um sítio, com sugestões de margeá-lo, nas áreas onde os vestígios já se encontram dispersos. Obviamente que esse tipo de medida envolve aspectos políticos e interesses econômicos, relacionados ao desenvolvimento de regiões, bastante difíceis de serem aceitos, negociados e impostos.



Se quiser saber mais, há também pequenos artigos, localizáveis na internet, sobre turismo e patrimônio arqueológico, como o de Fabiana Manzato, historiadora e mestre em Turismo, no seguinte endereço: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=35>



### Atende aos Objetivos 3 e 4

4. Leia atentamente o trecho a seguir, retirado da Lei 3924/1961, explique o que são as “descobertas fortuitas”, apresente os principais problemas enfrentados hoje em função desse ponto e as alternativas que têm sido implantadas.

Capítulo IV, da Lei 3924/1961, “Das Descobertas Fortuitas”:

**Artigo 18** – A descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, artístico ou numismático deverá ser imediatamente comunicada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou aos órgãos oficiais autorizados, pelo autor do achado ou pelo proprietário do local onde tiver ocorrido.

**Parágrafo único** – O proprietário ou ocupante do imóvel onde se tiver verificado o achado é responsável pela conservação provisória da coisa descoberta, até o pronunciamento e deliberação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

---

---

---

---

---

---

---

### *Resposta Comentada*

Os achados fortuitos sofrem, geralmente, por falta de informação da população local ou mesmo por conta de necessidades de sobrevivência dessas populações, que optam por vender esses bens muitas vezes a preços irrisórios a oportunistas que os colocam no circuito do tráfico ilícito, de alto valor comercial.

Dentre as medidas implementadas na atualidade está a exigência de projeto de educação para o patrimônio, junto aos grupos locais que vivem nas áreas onde os projetos de pesquisa arqueológica estão sendo realizados. Pretende-se que tais grupos, munidos de informações a respeito de tais bens arqueológicos, passem a ver tais bens como seu patrimônio cultural, fortalecendo-os como grupo e tornando-os os guardiões desses bens.

---

## **CONCLUSÃO**

A subjetividade do trabalho científico no âmbito das Ciências Sociais também caracteriza a pesquisa arqueológica. Como vocês já aprenderam, as fontes - inclusive aquelas extraídas de um sítio arqueológico – não revelam verdades, mas são cacos do passado no presente. Uma das especificidades da pesquisa arqueológica é o fato dessas fontes estarem enterradas no solo e não dentro de um arquivo. Por isso, os estudos arqueológicos não podem estar dissociados de estudos ambientais, sendo necessário o desenvolvimento de

pesquisas sobre a área ecológica mais ampla, na qual o sítio está inserido. Essa estreita relação do sítio arqueológico com o ambiente resulta na sua fragilidade, deixando o patrimônio arqueológico sob constante ameaça, não somente pelos fenômenos da natureza, mas pela ação humana no meio ambiente.

Esse tipo de patrimônio tem uma natureza bastante frágil, em função da destruição ambiental, motivada por diversos fatores, do impacto causado pelos grandes empreendimentos e, ainda, do tráfico ilícito de peças arqueológicas. Mas há um significativo conjunto de normas e legislação, voltado para garantir a preservação do patrimônio arqueológico, tanto em nível internacional como nacional, enfrentando os conflitos de interesses que o ameaçam.

## Atividade Final

### Atende aos Objetivos 1, 3 e 4

Explique a identificação entre a salvaguarda ambiental e cultural, considerando os avanços trazidos pela Recomendação nº 58, do Ministério Público no Brasil, para os casos de obras de grande impacto.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## *Resposta Comentada*

Embora desde 1986 exista, no Brasil, uma resolução que obriga o desenvolvimento de estudos de impacto ambiental e programas de manejo e de salvamento aos responsáveis por obras de grande impacto, somente em 2003, o I Encontro do Ministério Público no Brasil produziu a recomendação nº 58, da Carta de Goiânia. Ela indica que os estudos ambientais que precedem o processo de licenciamento ambiental devem contemplar a análise das interações e impactos, face ao patrimônio cultural, inclusive aqueles que ainda não foram reconhecidos pelos órgãos de patrimônio, assim como sítios arqueológicos que podem haver nessas áreas que serão impactadas. Com isso, ficam fortalecidos os dois setores e essa identificação pode favorecer a proteção do patrimônio arqueológico que se caracteriza por estar organicamente integrado ao meio ambiente.

---

## **RESUMO**

Para situar a questão da proteção ao patrimônio arqueológico no Brasil, foi preciso apresentar algumas noções básicas da Arqueologia. Esta é apresentada como uma ciência social que estuda a cultura por meio de vestígios materiais, considerados bens arqueológicos encontrados em sítios arqueológicos, pelos pesquisadores. Os sítios arqueológicos e os bens nele encontrados são bens da União, que tem a responsabilidade de protegê-los. Assim, todo sítio arqueológico em território brasileiro, já conhecido ou não, está protegido pela União. Cabe ao Iphan a sua preservação, concedendo autorização para a realização das pesquisas, por meio do cadastramento dos sítios identificados.

Há vários tipos de sítios arqueológicos, encontrados em território brasileiro (sambaquis; cerâmico-lítico; monumentais; de registros rupestres; colonial/de contato; submersos/aquáticos) e a sua identificação e delimitação requer uma série de procedimentos técnicos, o uso adequado da tecnologia disponível, estando, ainda, sujeita às subjetividades do pesquisador responsável pelo desenvolvimento da pesquisa e às finalidades da pesquisa.

O patrimônio arqueológico sofre uma série de riscos, tais como: problemas ambientais, posto que é um bem integrado à natureza, sofrendo diretamente com os danos ambientais; o tráfico de bens culturais, para o qual os artefatos arqueológicos têm grande valor comercial; obras ou grandes empreendimentos de infraestrutura, que são grandes responsáveis pela destruição de sítios, ainda que nessas áreas sejam feitas, obrigatoriamente, arqueologia de salvamento, mitigando o impacto da destruição.

No Brasil, desde os anos de 1920, buscou-se a formulação de uma legislação específica para o assunto, o que se concretizou em 1961, com a Lei nº 3924, que entende que todo bem arqueológico é um bem cultural e deve ser preservado. Essa lei estabelece regras para o desenvolvimento das pesquisas, deixando os pesquisadores submetidos ao controle do Estado. A Constituição Federal ratificou as determinações dessa lei, acrescentando que todo sítio, mesmo aqueles ainda não conhecidos, pertencem à União e são por ela protegidos. A Portaria nº 230, do Iphan determinou a obrigatoriedade de trabalhos educacionais, junto às populações que moram em torno dos sítios em processo de pesquisa, que deve ser incluída nos projetos dos pesquisadores, a fim de incluir essas populações nos processos de salvaguarda desses bens.



## Sites recomendados

- <http://www.catedralvitoria.com/index.html>
- <http://www.fumdham.org.br/index.html>
- [http://www.itaucultural.org.br/arqueologia/pt/oq\\_arqueologia/escavacoes00.htm](http://www.itaucultural.org.br/arqueologia/pt/oq_arqueologia/escavacoes00.htm)
- <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=35>
- <http://www.panoramio.com/photo/5070201>
- <http://www.unesco.org/pt/underwater-cultural-heritage/the-2001-convention/official-text/>
- <http://www.unidroit.org/>
- [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)



Patrimônio Cultural

Referências

## Aula 1 .....

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, Ed. Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2. ed., 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-RJ, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História Memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é patrimônio*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2008.

LONDRES, Cecília. *O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC-IPHAN, 2. ed., 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: *Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, nº 10, 1993.

POMIAN, Krisztoff. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984, pp. 51-86.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente. Do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO DO IPHAN. *Cronologia e bibliografia das práticas de preservação do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RIBEIRO, Marcelo et alli. Uma análise das políticas públicas em Turismo e Patrimônio Cultural em dois municípios do Estado de Alagoas/Brasil: Penedo e Piranhas. *Revista de Cultura e Turismo – CULTUR*, ano 3 – n. 2 – abril/2009.

RIEGL, Alöis. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: UCG, 2006.

SANTOS, Mônica Menezes. *A Cidade Museu: Godofredo Filho e o Projeto Conservacionista do Modernismo Brasileiro*. Trabalho apresentado no II ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2006, UFBa.

SANTOS, Myrian S. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

## Aula 2 .....

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BALAKRISHNAM, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Estado del Arte del Patrimonio Cultural Inmaterial – Brasil*. Cusco: CRESPIAL - Centro Regional para la Salvaguardia del Patrimonio Inmaterial de la América Latina, p.108-143, 2008.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

GRANGER, Terry. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-RJ, 2006.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente. Do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO DO IPHAN. *Cronologia e bibliografia das práticas de preservação do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: UCG, 2006.

*Relatório conclusivo da primeira etapa do projeto "Rotas da Alforria: Trajetórias da População Afrodescendente na Região de Cachoeira/ BA" .. IPHAN: Rio de Janeiro, 2005.*

## Aula 3 .....

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOITO, Camilo. *Os restauradores*. 2. ed. Cotia: Ateliê ed., 2003.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; ed. Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*.

*Do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO DO IPHAN. *Cronologia e bibliografia das práticas de preservação do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: UCG, 2006.

## **Aula 4** .....

*Carta das Nações Unidas*, 1945. Disponível em <http://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf>; acesso em 27 nov. 2011.

*Carta de Atenas*, 1931. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>; acesso em 10 abr. 2010.

*Carta de Atenas*, 1933. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>; acesso em 23 abr. 2010.

*Carta do Atlântico*, 1941. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/carta-do-atlantico-1941.html>; acesso em 08 out. 2011.

*Constituição da Unesco*, 1945. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>; acesso em 08 out. 2011.

*Convenção de Bruxelas*, 1874. Disponível em <http://www.icrc.org/ihl.nsf/FULL/135?OpenDocument>; acesso em 18 abr. 2010.

*Convenção de Haia*, 1899. Disponível em <http://www.icrc.org/ihl.nsf/FULL/150?OpenDocument>; acesso em 21 abr. 2010.

*Convenção de Haia*, 1907. Disponível em <http://www.icrc.org/ihl.nsf/FULL/195?OpenDocument>; acesso em 21 abr. 2010.

*Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado*, 1954. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-%C3%A0-Cultura-e-a-Liberdade-de-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Infoma%C3%A7%C3%A3o/convencao-para-a-protecao-dos-bens-culturais-em-caso-de-conflito-armado-convencao-de-haia.html>; acesso em 27 nov. 2011.

*Declaração das Nações Unidas*, 1942. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/declaracao-das-nacoes-unidas-1942.html>; acesso em 08 out. 2011.

*Declaração de São Petersburgo*, 1868. Disponível em <http://www.icrc.org/ihl.nsf/FULL/130?OpenDocument>; acesso 17 abr. 2010.

*Tratado de Genebra*, 1864. Disponível em <http://www.icrc.org/ihl.nsf/FULL/120?OpenDocument>; acesso em 17 abr. 2010.

*Tratado de Versalhes*, 1919. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes-1919.html>; acesso em 23 abr. 2010.

ALTHOFF, Fátima Regina. Renovação, reconstrução e pastiche – a ânsia de reproduzir a arquitetura do passado no presente. In: *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011. Disponível em <http://eventos.faed.udesc.br/index.php/tempopresente/tempopresente/paper/viewFile/148/146>, acesso em 27 nov. 2011

BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Team 10: arquitetura como crítica*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2002.

BENEVOLO, L. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

*Conventions et recommandations de l'Unesco relatives a la protection du patrimoine culturel*. Paris: Unesco, 1983.

CURY, Isabelle (Org.) *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

*Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ IPHAN, 1996.

LE CORBUSIER. *A carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.

\_\_\_\_\_. *Planejamento Urbano*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 1984.

MUMFORD, Eric Paul. *The CIAM discourse on urbanism, 1926-1960*. Massachusetts Institute of Technology, 2000.

NABULSI, Karma. The Moderns Laws of War from 1874 to 1949. In: *Traditions of War*.

*Occupation, Resistance and The Law*. Oxford: Oxford Scholarship, 1999.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SENNOTT, Stephen (Ed.). *Encyclopedia of twentieth century architecture* Fitzroy Dearborn Publishers, 2004, vol. 1: A-F.

## **Aula 5** .....

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. Plínio Salgado; a anta e o curupira. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 1, v.9, 15/01/1927. In: ANDRADE, Rodrigo M. F. de. *Rodrigo e seus tempos: coletânea de textos sobre artes e letras*. Rio de Janeiro: MinC/SPHAN/PróMemória, 1986.

ÁVILA, Afonso. Saudação aos Congressistas. *Barroco*. n° 12, Belo Horizonte: 1982.

BOMENY, Helena Bousquet. *Guardiões da Razão. Modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

BRASIL Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. MEC/SPHAN/próMemória, 1980.

CASTRO, Sônia Rabello. *O estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro: Taurus, 1995.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: ed.UFRJ, 2009.

COSTA, Lucio. Documentação Necessária. *Revista do SPHAN* n° 1, 1937.

CRETELLA Jr., José. *Dicionário de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FARIA, Luís de Castro. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia: à guisa de depoimento e reflexão. In: CHUVA, Márcia (Org.). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.



FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: 2000.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: \_\_\_\_ e Ranger, T. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LISSOVSKY, Maurício e SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. *Colunas da educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 22, 1987.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto. R. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec, 2005.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Disponível em [http://www.arquitetura.eesc.usp.br/revista\\_risco/Risco3-pdf/art1\\_risco3.pdf](http://www.arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco3-pdf/art1_risco3.pdf) Acesso em 04.11.11

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: 1984.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. *Orfeu Extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão – o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte/MinC, FGV, 1997.

## **Aula 6** .....

AGUIAR, Leila B. *Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto*. (Doutorado). Niterói: UFF, 2006.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. [1933].

FUNDERM. *PROJETO Petrópolis – planejamento e preservação – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundrem, 1982.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro, UFRJ/Ipahan, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

IPHAN. *Carta de Washington 1986. Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas. Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. p. 321-326. (Caderno de Documentos).

IPHAN. *Estudos de Tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. (Caderno de Documentos).

IPHAN. *Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados. Manual de Preenchimento*. Brasília: Senado Federal, 2007. (Edições do Senado Federal – vol. 83)

IPHAN. *Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes / Fundamentos e Proposta de Critérios e Normas de Intervenção*. Brasília: Senado Federal, 2007. (Edições do Senado Federal – vol. 82)

IPHAN. *Rotas da alforria: trajetória das populações afrodescendentes na região de Cachoeira, Bahia – Relatório Preliminar*. Cadernos de Pesquisa e Documentação do IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

MACHADO, Jurema. *Diversidade Cultural e Direitos. O alcance de uma Convenção Internacional da Unesco*. Cadernos de Estudos do PEP, IPHAN, 2008.

\_\_\_\_\_. *A UNESCO e o Brasil: Trajetória de convergência na proteção do patrimônio cultural*. Cadernos de Estudos do PEP, IPHAN, 2008.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Premissas para uma política arqueológica brasileira*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 32, p. 37-58, 2007.

MOISÉIS, José Álvaro; MARTINEZ-ALIER, Vera. *A revolta dos suburbanos*. In: CONTRADIÇÕES urbanas e movimentos sociais, Rio de Janeiro: CEDEC; Paz e Terra, 1978.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22. Rio de Janeiro: IPHAN, 1987.

\_\_\_\_\_. "A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global". In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

\_\_\_\_\_. *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural de 1975 a 1990*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Programa de Memória Social, UNIRIO, 2000.

\_\_\_\_\_. Cidades Mineiras e o Iphan. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. 295 p.

MOTTA, Lia. O patrimônio das cidades. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques et alli (Orgs.). *Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades*. Rio de Janeiro: MHN, 2003.

\_\_\_\_\_ e SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende (Org.). *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto. R. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec, 2005.

PESSÔA, José (Org.). Lucio Costa: *documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

\_\_\_\_\_ e Piccinato, Giorgio (Orgs.). *Atlas dos Centros Históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. Aprendendo com o patrimônio. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. 295 p.

REIS Filho, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Liv. Poneira e ed. da Universidade, 1968.

\_\_\_\_\_. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. (Coleção Debates)

RIOARTE. *Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / IplanRIO, 1985.

SANT'ANA, Márcia. *Da cidade monumento à cidade documento – a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil*. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 1995.

\_\_\_\_\_. A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques et alli (Orgs.). *Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades*. Rio de Janeiro: MHN, 2003.

\_\_\_\_\_. A cidade-atração: a norma de preservação dos centros urbanos do Brasil dos anos 1990. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, 2004.

SANTOS, Paulo. *Formação das cidades no Brasil colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende. Preservação na gestão das cidades. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n. 24. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

SORGINE, Juliana. *Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto. 1949-1950*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

TAMASO, Isabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. In: *Série Antropologia*. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB, 2006.

VASCONCELLOS, Silvio de. *Vila Rica – formação e desenvolvimento – residências*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1956. (Biblioteca de Divulgação e Cultura 6)

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus Editora, 2000.

## **Aula 7** .....

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Arqueologia e antropofagia: a musealização dos sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 31, p. 234-247, 2005.

CALDARELLI, Solange Bezerra. Pesquisa arqueológica em projetos de infraestrutura: a opção pela preservação. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 32, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo. Como se tornar arqueólogo no Brasil. In: *Revista USP*, 44, 74-85. São Paulo: EDUSP, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

LIMA, Tânia Andrade (Org.). Apresentação. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 32, 2007.

- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 32, 2007.
- NAJJAR, Rosana. O papel da pesquisa arqueológica nos projetos de restauração. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 32, 2007.
- NEVES, Eduardo Góes. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006 (Coleção Descobrimos o Brasil).
- PARDI, Maria Lucia. A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 32, 2007.
- PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UnB, 1992.
- PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- RAMBELLI, Gilson. Preservação sob as ondas: a proteção do patrimônio subaquático no Brasil. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 32, 2007.
- SCHAAN, Denise Pahl. *Múltiplas vozes, memórias e história: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico da Amazônia*. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 32, 2007.
- SILVA, Regina Coeli Pinheiro. Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da lei nº. 3924/61. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 32, 2007.
- TOCCHETO, Fernanda e THIESSEN, Beatriz. A memória fora de nós: a preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 32, 2007.





ISBN 978-85-7648-913-9



9 788576 489139



UENF  
Universidade Estadual  
do Norte Fluminense



Universidade  
Federal  
Fluminense



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



GOVERNO DO  
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério da  
Educação

